



Maria Adelina Rodrigues de Farias

**ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA & ETNOGRAFIA TOPONÍMICA:
Vivências e Narrativas em Linguagens Socioculturais de Murinin-Benevides-Pará**

Tese de Doutorado

**Belém, Pará
2016**



Maria Adelina Rodrigues de Farias

**ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA & ETNOGRAFIA TOPONÍMICA:
Vivências e Narrativas em Linguagens Socioculturais de Murinin-Benevides-Pará**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social, com ênfase em Antropologia Linguística, pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Orientador: Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco

**Belém, Pará
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Farias, Maria Adelina Rodrigues de

Antropologia linguística e etnografia toponímica: vivências e narrativas em linguagens socioculturais de Murinin-Benevides-Pará. / Maria Adelina Rodrigues de Farias. - 2016.

Orientador: Agenor Sarraf Pacheco

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, Belém, 2016.

1. Antropologia Linguística - Benevides (PA). 2. Etnografia - Benevides (PA). 3. Toponímia - Benevides (PA). 4. Nomes geográficos - Benevides (PA). 5. Linguagem e línguas - Benevides (PA).

CDD 22.ed. 306.44098115

Maria Adelina Rodrigues de Farias

**ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA & ETNOGRAFIA TOPONÍMICA:
Vivências e Narrativas em Linguagens Socioculturais de Murinin-Benevides-Pará**

Tese de Doutorado

Banca Examinadora

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco
(Presidente – Orientador – PPGA – UFPA)

Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves
(Examinadora Externa – ILC – UFPA)

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares
(Examinadora Externa – PPGEIO – UFPA)

Prof. Dr. Fabiano Gontijo
(Examinador Interno – PPGA – UFPA)

Profa. Dra. Rosa Acevedo-Marin
(Examinadora Interna – PPGA – UFPA)

Prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva
(Examinador Suplente Externo – PDTSA – UNIFESSPA)

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros
(Examinador Suplente Interno – PPGA – UFPA)

Dedico este texto aos meus pais (Adrónico e Rosila), que, mesmo não presentes em corpo, sempre me inspiraram a continuar na luta.

Consagro a eles cada episódio ativado em minha memória, a partir das falas dos interlocutores e da revisitação aos lugares onde passei minha infância, ao proceder a esta pesquisa.

A saudade me suprime um pouco a cada lembrança, mas as lições deixadas ressuscitam o que de melhor existiu em nossa relação, sempre efetivada em um espaço físico e de memória, que constitui a terceira pessoa dessa interação, o espaço personificado em minhas reminiscências como coautor de um romance realista, mas ao mesmo tempo cheio de simbolismos: o de minha vida, imbricada nas experiências de indivíduos que ajudaram a tecer a história de Murinin.

Agradeço primeiramente a meus filhos (Augusto Cezar e Paula Bianca) e a meus irmãos (Maria de Fátima, Maria das Graças, Maria do Carmo, Maria Santana, José Maria, Maria Aparecida, Mário do Socorro, Maria Rosália e Maria Andrea), bem como meus sobrinhos, por compreenderem as ausências dos últimos tempos. Agradeço a meus pais pela formação que me deram e pelo caráter que ajudaram a engendrar em mim e em meus irmãos. Agradeço a Deus, a quem sempre me reporto nos momentos mais difíceis, e a quem sou grata nas pequenas ou grandes vitórias por mim alcançadas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco, pelo amparo quando me encontrava angustiada e sem rumo, mesmo não sendo meu orientador ainda, evidenciando o caráter acadêmico, mas fundamentalmente humano deste ser, estimulando-me a observar os interlocutores a partir de suas vivências, de suas verdades, erigidas em seu próprio local de enunciação, ajudando-me a construir as trilhas neste meu “rito de passagem” da Linguística para a Antropologia.

À Prof^a. Dr^a. Rosa Acevedo Marin, pelo apoio desde minha participação na Disciplina "Povos e Comunidades Tradicionais: Perspectivas e Debates", ministrada pela docente, momento em que uma semente de inquietação me foi plantada acerca do sentimento de pertença do indivíduo a seu local de moradia e/ou de convivência, e também pelos valiosos conselhos para esse texto.

À Prof^a. Dr^a. Jane Beltrão, por ter me auxiliado na delimitação da extensão territorial a ser investigada e por me munir de argumentos para efetivar tal restrição, já que me sentia bastante insegura para fazê-lo, considerando que sou oriunda de uma área em que a quantidade do que se estuda determina a validade da pesquisa e dos resultados alcançados. Agradeço pela prudência nas recomendações durante a disciplina "Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia", ministrada pela mestra, e também em determinados episódios ao longo de toda a pesquisa.

À Prof^a. Denise Pahl Schaan, ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), quando de minha entrada no doutorado, por todo o apoio em meus passos iniciais no programa e pela compreensão, não só destinada a mim, mas a todos os provenientes de outros programas, incentivando-nos na busca pelo conhecimento antropológico, mas respeitando a maturação de cada um, estabelecendo um diálogo fluido e verdadeiro com cada pesquisa que compõe o PPGA.

Ao Prof. Dr. Fabiano Gontijo, pelas sugestões quando de sua participação em minha banca de qualificação, momento em que me auxiliou na delimitação do local da pesquisa, incentivando-me a observar o lugar sob uma ótica mais antropológica. Agradeço também pelo incentivo e pelo diálogo sempre presentes em nossa relação após o evento.

À prof.^a Dr.^a Ivânia Neves, por me auxiliar de forma definitiva no aporte teórico desta pesquisa, ao integrar minha banca de qualificação, evidenciando toda seu preparo para o trabalho acadêmico e o amor a que tem dedicado ao seu ofício.

Ao Prof. Dr. Flávio Leonel da Silveira, por me instigar à problematização acerca da pesquisa de campo, dos posicionamentos no palco da pesquisa e das interações efetivadas no lócus da investigação, pelo apoio e sugestões de leituras quando ministrou a disciplina "Fundamentos da Antropologia Social" e em outros momentos ao longo do curso.

À Prof.^a Dr.^a Cristina Donza Cancela, pelas esclarecedoras lições de Antropologia Contemporânea, na disciplina "Teoria Antropológica Contemporânea", e também por me semear dúvidas quanto às classificações, aos enquadramentos e às determinações a que imputamos os colaboradores da pesquisa, predefinindo suas ações ao que pretendemos responder, muitas vezes sem levar em conta as reais necessidades do público alvo da investigação.

Ao Prof. Dr. Abdelhak Razky, que, embora tenhamos esbarrado em questões de cunho metodológico na primeira parte da investigação, quando o mestre era meu orientador, sempre deixou muito claro o seu norte teórico, respeitando os demais, mas defendendo sua verdade científica de forma segura e embasada teórica e empiricamente. Um ser admirável, que muito colaborou para minha formação acadêmica e a quem serei eternamente grata.

Às professoras Marilucia Barros Oliveira e Simone Negrão de Freitas (PPGL-UFGA), pelo amparo quando de minha decisão em mudar o foco de minha pesquisa, avaliando como acertada minha decisão e apoiando-me nesta. E aos alunos (bolsistas e voluntários) do Projeto Geolinterm-ALIPA, coordenado pelo Prof. Dr. Abdelhak Razky, por me permitirem fazer parte de suas vidas, mesmo não mais integrando a equipe. Agradeço à bolsista deste grupo, Amanda Monteiro, que me auxiliou nas transcrições das entrevistas e muito contribuiu para o bom andamento deste trabalho.

A Cléo Ferreira, ex-secretária do PPGA, pelo auxílio nunca negado e pela ética no trato com os discentes do programa quando de sua passagem por este. E ao atual secretário do programa, Antônio Carlos, pelas inúmeras vezes em que necessitei de seu auxílio e o mesmo nunca se furtou em dá-lo, nem a mim nem a quaisquer outros discentes.

À Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA), que me concedeu licença remunerada pelo período em que estive afastada de minhas funções como professora do Ensino Médio. Agradeço também pelo recebimento de bolsa durante três anos, o que me possibilitou efetivar a pesquisa de forma segura e tranquila.

Aos meus queridos amigos no PPGA: Robson Cardoso, por sua brandura e por me ajudar a compor o texto desta tese, auxiliando-me na construção e discussão do aporte teórico; Ligia Filgueiras, pela generosidade em vários momentos de desespero, principalmente durante a disciplina "Métodos Quantitativos em Antropologia", mas também em várias outras ocasiões, o que demonstra sua capacidade de pensar nos outros antes de em si mesma; Manoel Cláudio da Rocha, pelos ensinamentos sobre Antropologia, sua simplicidade em repassá-los e sua humildade ao fazê-lo; John Fletcher, por jamais se furtar a um esclarecimento e ao diálogo franco, considerando sua majestosa formação teórica e sua paradoxal simplicidade; Marcelo Almeida, pela amizade desenvolvida durante o curso, que ultrapassou ao aspecto pessoal; Elizabete Pires, grande amiga e conselheira, companheira de estudo e de discussão teoricoprática; Edyr Batista, pelas preciosas dicas durante o curso; Graça Tapajós, indígena que me inspira com sua força, coragem e liderança; e agradecimentos particulares aos companheiros/as na Representação Discente durante o ano de 2013 no PPGA: Robson, Lígia, Manoel e Marcelo, grupo coeso, que me ensinou o verdadeiro sentido de cumplicidade acadêmica.

Agradeço imensamente à Prof.^a Maria Aparecida R. de Farias, minha irmã, que me auxiliou na seleção e busca pelos interlocutores, além de me acompanhar em quase todas as intervenções, também buscando em sua memória fatos e lugares relevantes para este trabalho. Tais ações foram fundamentais para o bom andamento e resultados da pesquisa, visto que o contato com os moradores, a comunicação fluida e as intervenções extremamente pertinentes ajudaram a conduzir o pensamento tanto da entrevistadora quanto dos entrevistados.

Agradeço ao Senhor Raimundo Ferreira Lima Júnior, que muito me auxiliou no início da pesquisa de campo, indicando-se e recebendo em sua casa, em Murinin, dois dos interlocutores desta pesquisa, oferecendo-nos um farto almoço após a entrevista. Além disso, agradeço o interesse pelo trabalho acadêmico, dispondo-se a auxiliar-me em outros momentos, acompanhando-me às entrevistas, caso fosse necessário.

Finalmente (mas não menos importante), agradeço aos interlocutores desta pesquisa, que se mostraram solícitos na investigação e orgulhosos por serem foco de um trabalho

acadêmico, alguns dos quais conheço desde a minha mais tenra idade e que fazem a história da comunidade benevidense, em geral, e muriniense, em particular.

Muito obrigada!

A principal característica do lugar é a identidade que o homem cria com ele. Ou seja, o lugar representa a construção física ou simbólica do espaço referido por todos aqueles que criam uma afetividade com esse lugar, dando a ele um sentido de pertencer ao mundo onde esse indivíduo vive. Além disso, o lugar é ao mesmo tempo “princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (Augé, 1994:51).

NOTA DE PESAR E HOMENAGEM 1



Gostaria de deixar minha homenagem, singela, mas sincera, ao meu irmão Mário do Socorro Rodrigues de Farias, 48 anos, pai, avô e amigo, falecido no dia 28 de junho de 2014. Construo este texto lamentando sua partida e sofrendo pela falta que deixou, mas, acima de tudo, revoltada por ver meu querido irmão sendo vítima da violência que tomou o lugar onde cresci e que tanto me fez feliz em minha infância e adolescência. Lamento perceber que as mudanças não foram para melhor e que meu amado Murinin está sendo mais conhecido por ser uma terra sem lei, um lugar em que não se pode mais andar à noite sem ser tomado pelo medo, que sempre existiu, mas por motivos fascinantes: a matintaperera, o cabeça de fogo, e outros elementos extraordinários presentes nas histórias que ouvíamos quando de nossa chegada ao lugar. O sofrimento e a revolta me fizeram perder o foco por algum tempo, e, de fato, pensei em desistir desta pesquisa. Mas vou seguindo meu caminho, compreendendo que posso contribuir de alguma forma para mudar esta triste realidade em que vivemos neste lugar de pertencimento. Vá em paz, meu irmão, e ficamos nós com a mais bela lição que nos deixaste: *Semear a paz é o melhor que se faz*. E deixo-te com as palavras de teu grande amigo, Elenildo, no momento da despedida: "Não importa o quanto gostavas das flores, agora virarás jardim!".

NOTA DE PESAR E HOMENAGEM 2



O Senhor Pedro Duarte Monteiro (Seu Pedro Sapateiro ou Pedro Jornaleiro) faleceu no dia 06 de maio de 2014 de causas naturais. Esta figura foi uma das mais notórias presenças na vida de Murinin e deixa um legado extraordinário para a cultura local e para a identidade do povo murininse. Meses antes de seu falecimento, fui a sua residência e entrevistei sua esposa, visto que o mesmo estava impossibilitado de falar em função de um recente AVC sofrido. Sua família e amigos o homenageiam. Vá em paz, seu Pedro. Que sua presença seja sentida na história de Murinin e na memória deste lugar que tanto o amou.

NOTA DE PESAR E HOMENAGEM 3



O senhor Edmauro Ramos de Faria, ex-vereador e ex-prefeito do município de Benevides, faleceu no dia 18 de março de 2016. Por vários momentos interagimos e dialogamos sobre esta pesquisa e ele sempre se mostrou muito interessado e orgulhoso em ver uma ex-aluna do Cursinho Municipal Pré-Vestibular chegar ao doutorado, ainda mais retratando de um dos pontos da cidade em que ele nasceu, cresceu e fez história.

Agradeço a Deus por ter me dado a chance de interagir com um homem tão perspicaz, que trouxe muitos benefícios à comunidade benevidense, em geral, e muriniense, em particular.

Que sua trajetória política e intelectual na cidade não se perca em meio às disputas de poder, tão recorrentes no meio da política, seja em nível local, seja em âmbito estadual e nacional. E que sua memória seja perpetuada nos espaços públicos do município. Que o município viva sua memória como ele viveu a história deste lugar.

RESUMO

A presente experiência trata da problematização acerca do significado dos nomes de lugares de circulação de pessoas, os topônimos, no município de Benevides, mais precisamente no bairro de Murinin. Os estudos toponímicos têm por escopo a apreensão do léxico de determinados territórios, tendo em vista a formação histórica e sociocultural do povo que aí habita, especificamente por intermédio dos nomes dados aos locais de circulação social, tais como ruas, hidrovias, bairros, cidades, etc., evidenciando tanto aspectos sincrônicos quanto diacrônicos dos falares. O estudo trava uma discussão sobre a construção da memória e da identidade toponímica desta localidade, demonstrando os valores atribuídos pelos interlocutores aos seus locais de nascimento e/ou moradia. A problematização está baseada na seguinte questão norteadora: Que relações de poder estão presentes na constituição dessa nominalização? Por esse motivo, considere-se, para esta pesquisa, trabalhar com os pressupostos teóricos da Antropologia Pós-Colonial e dos estudos sobre Narrativas Orais. Assim, faço, em princípio, um levantamento formal, não fugindo em demasia da metodologia tradicional da pesquisa toponímica, mas considerando, nas entrevistas, também a toponímia alternativa, isto é, não oficial, vernacular, tentando motivar o interlocutor a buscar, em sua memória, a identidade de tal nome e sua relação com a vida dos que ali habitam/habitavam, bem como que categorias sociais foram silenciadas (e por quê?), seja do ponto de vista social, político, econômico, seja do religioso e familiar. Observou-se, a partir desta pesquisa, que a toponímia possui uma força ideológica decisiva para a representatividade do povo que habita o lugar, assim como, paradoxalmente, pode ser utilizada como fator de silenciamento e apagamento de identidades consideradas subalternas.

Palavras-Chave: 1. Antropologia Linguística. 2. Etnografia Toponímica 3. Narrativas 4. Linguagens Socioculturais 5. Murinin-Benevides-PA.

ABSTRACT

The present experiment deals with the questioning about the meaning of the names of places where people circulate, the toponyms, in the municipality of Benevides-PA, more precisely in the district of Murinin. The toponymic studies have as scope the deprehension of the lexicon of certain territories, considering the historical and socio-cultural formation of the people that live there, specifically through the names given to the social circulation places, such as streets, waterways, districts, cities, etc., evidencing both synchronic and diachronic aspects of speech. The study deals with a discussion about the construction of memory and toponymic identity of this locality, demonstrating the values attributed by the interlocutors to their birth and/or living places. The problematization is based on the following guiding question: What power relations are present in the constitution of this nominalization? For this reason, I considered, for this research, to work with the theoretical assumptions of Postcolonial Anthropology and the studies on Oral Narratives. Thus, I start, in principle, a formal survey, not escaping too much from the traditional methodology of toponymic research, but considering, in the interviews, the alternative toponymy as well, that is, unofficial, vernacular, trying to motivate the interlocutor to seek, in his memory, the identity of such name and its relation to the life of those who live(d) there, whether from the social, political, economic or religious point of view.

KEYWORDS: 1. Linguistic Anthropology. 2. Toponymic Ethnography 3. Narratives 4. Sociocultural languages 5. Murinin-Benevides-PA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotos

Foto 01: Pesquisa nos Arquivos da Câmara Municipal de Benevides.....	99
Foto 02: Entrada (Boca) de Benfica.....	103
Foto 03: Estrada de Benfica, atual PA-404.....	105
Foto 04: Protesto de moradores da comunidade do Juquiri.....	117
Foto 05: Estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança na localidade de Tijocas, Bragança.....	119
Foto 06: Local da Antiga Estação de Benevides Hoje Praça de Alimentação.....	119
Foto 07: Professora Ruth Guimarães Ferreira.....	128
Foto 08: Plenário da Câmara Municipal de Benevides.....	133
Foto 09: Rua Melqueades Lima, conhecida como Rua dos cobras.....	135
Foto 10: Rua Nagib Salomão Rossi.....	136
Foto 11: Unidade Municipal de Ensino Infantil Melqueades Lima.....	138
Foto 12: Seu Melqueades Lima (ao centro).....	140
Foto 13: D. Elba Okada.....	144
Foto 14: Comunidade Religiosa São Francisco de Assis.....	145
Foto 15: Paróquia de São Francisco de Assis.....	145
Foto 16: Escola São Francisco de Assis.....	146
Foto 17: Espaço Juca Santos.....	147
Foto 18: Estrada do Juquiri.....	148
Foto 19: Fazenda Madressilva.....	149
Foto 20: D. Celina e sua produção de acerola.....	150
Foto 21: Associação dos Pescadores e Agricultores da Comunidade do Juquiri.....	151
Foto 22: Rua da Oriza.....	152
Foto 23: Campo do Martinhão.....	153
Foto 24: Escola Municipal Prof. Raimundo Gilson.....	154
Foto 25: Prof. Raimundo Gilson S. Souza.....	154
Foto 26: D. Celina e parte de seus filhos.....	155
Foto 27: Senhor Raimundo Monteiro (Raimundão).....	158
Foto 28: Av. Martinho Monteiro ou Av. Murinin (Rua Principal de Murinin).....	159
Foto 29: Escola Estadual de Ensino Médio Profª Ruth Guimarães Ferreira.....	162
Foto 30: Senhor Pedro Monteiro e Dona Tereza Monteiro.....	164
Foto 31: Certificado de Honra ao Mérito de Seu Pedro Monteiro.....	166
Foto 32: Professora Márcia Freitas.....	167
Foto 33: Mercado e Feira Coberta de Murinin João José de Freitas.....	168
Foto 34: Praça Central de Murinin.....	171
Foto 35: Antigo Centro Comunitário Dr. José Sidrim.....	171
Foto 36: Escola Murinin.....	172
Foto 37: Placa de inauguração da Escola Murinin.....	173
Foto 38: Rua Santa Catarina.....	174
Foto 39: D. Francisca Bentes.....	174
Foto 40: Campo do Fluminense.....	175
Foto 41: Rua do Fluminense.....	175
Foto 42: Cemitério Municipal de Benfica.....	176
Foto 43: Inauguração da Praça da Bíblia.....	177
Foto 44: Rua São José (entrada - parte urbana).....	178
Foto 45: Sr. Guilherme Monteiro, sua esposa e filha.....	179

Foto 46: Seu Guilherme na pescaria.....	179
Foto 47: Dona Rosa Segundo.....	183
Foto 48: Senhor João Peua, a esposa, Maria, e a filha mais velha, Antônia.....	187
Foto 49: Av. Martinho Monteiro na entrada da comunidade do Itaquara.....	192
Foto 50: D. Doraci Borralho de Miranda.....	194
Foto 51: Cultivo de plantas ornamentais de D. Dora.....	195
Foto 52: D. Alice Oliveira.....	197

Figuras

Figura 01: Entrada de Benevides.....	104
Figura 02: Ofício Ver. Manoel Correa de Azevedo ao Gov. Alacid Nunes, 1970.....	107
Figura 03: Núcleos Coloniais no Período Pombalino.....	113
Figura 04: Paradas ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança.....	116
Figura 05: Nomeação de Melqueades Lima a Comissário de Polícia.....	132
Figura 06: Nomeação da Plenária da Câmara Municipal de Benevides.....	134
Figura 07: Certidão de mandato de vereador – Melqueades Lima.....	137
Figura 08: Projeto de lei em homenagem a Melqueades Lima.....	139
Figura 09: Projeto de Lei nomeando as primeiras ruas de Murinin.....	141
Figura 10: Atestado de óbito de Melqueades Lima.....	143
Figura 11: Homenagem póstuma à Prof. ^a Ruth Guimaraes Ferreira.....	161
Figura 12: Trecho de O Liberal Homenageando o Sr. Pedro Monteiro.....	165
Figura 13: Requerimento solicitando placas de identificação nas vias públicas de Benevides.....	181
Figura 14: Projeto de lei nomeando as vias da comunidade de Moacir Gerúndio.....	185
Figura 15: Requerimento solicitando resolução de disputa de terra.....	193

Mapas

Mapa 01: Planta da Antiga Cidade do Pará.....	106
Mapa 02: Localização de Murinin.....	129

Quadros

Quadro 01: Modelo de Ficha Lexicográfica-Toponímica.....	55
--	----

Tabelas

Tabela 01: Interlocutores.....	100
--------------------------------	-----

SUMÁRIO

Introdução	19
1. Capítulo I: A Antropologia Linguística e a Onomástica	
1.1. A antropologia Linguística (Linguística Antropológica) e a Onomástica.....	25
1.2. A Onomástica: Toponímia; Signo Linguístico e Signo Toponímico.....	34
2. Capítulo II: Os Estudos Toponímicos no Brasil	51
3. Capítulo III: Percurso Metodológico	82
4. Capítulo IV: Benevides: A “Terra da Liberdade”	101
5. Capítulo V: As linguagens socioculturais no bairro Murinin	
Murinin – Percurso histórico a partir da memória não-oficial – A pesquisadora em seu bairro: Estranhamento em Terra Familiar.....	124
5.1 Rua 15 de Janeiro.....	130
5.2 Comunidade (Estrada) do Juquiri.....	148
5.3 Centro de Murinin.....	157
5.4 Rua Santa Catarina.....	173
5.5 Rua São José.....	177
5.6 Fim da Linha.....	183
5.7 Moacir Gerúndio.....	184
5.8 Rua da Tapera.....	189
5.9 Comunidade de Itaquara.....	192
6. À Guisa de Conclusão	200
7. Referências	206

INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2000, minha vida acadêmica, iniciou de forma bastante atípica, já que não me enquadrava no perfil a que pertencia a maioria dos meus colegas de faculdade. Uma jovem mãe de dois filhos que vinha e voltava de Murinin, lugar que, naquele contexto, era considerado, por professores e alunos da UFPA, como interior, formado por um espaço rural precário, distante de Belém e desprovido de equipamentos típicos da urbanidade.

Imediatamente, percebi o diferencial em minha experiência de vida e condição socioeconômica. Nunca vitimizei minha vivência, ao contrário, tinha consciência de que, ao passar no vestibular de uma das mais concorridas universidades públicas do Estado, estava ajudando a abrir os caminhos da academia para indivíduos que, como eu, traziam poucas expectativas de mudar de vida. Pertencço a uma grande família de doze filhos. Somos várias professoras em uma família tradicionalmente de costureiras. Metade de nós costura sonhos, a outra metade os torna reais. Juntas, tecemos o amanhã, o futuro de nossos filhos, sobrinhos, netos. Muitas de nós construíram (e constroem) sua história em Murinin.

Efetivei a graduação e o mestrado pelo Instituto de Letras e Comunicação (ILC), da UFPA. Embora tenha me debruçado em questões cujo olhar traduzia uma perspectiva de Ciência de forma mais quantitativa, evidenciando uma base analítica muito mais voltada às estatísticas de fenômenos em variação, algo me inquietava acerca das motivações e/ou condicionamentos sociais, econômicos, e/ou de outras ordens, no comportamento de tais fenômenos, análise que a Sociolinguística Variacionista¹ se propunha, mas a partir de determinações quantitativas, o que me parecia um tanto problemático, visto enquadrar tais realizações a determinados fatores condicionantes.

Coincidentemente, depois de três anos de minha defesa de mestrado, procurei o professor Dr. Abdelhak Razky para conversar sobre a possibilidade de fazer o curso de doutorado em alguma outra universidade do país com a qual o projeto de que fui partícipe durante quase toda a minha vida acadêmica, ALiPA (Atlas Linguístico do Pará, coordenado

¹ A Sociolinguística Variacionista tem por finalidade o estudo acerca dos comportamentos linguísticos apreendidos estatisticamente dentro de uma comunidade de fala, sendo estes registrados analiticamente com base em um sistema de unidades e regras variáveis. Tem como fundamento a variação e a mudança linguística de acordo com a necessidade do grupo que se utiliza da língua, considerando que o sistema linguístico é variado na medida em que a comunidade que o utiliza é, da mesma forma, plural.

pelo Dr. Razky), tivesse parceria, no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)², já que o ILC, à época, só ofertava o curso de pós-graduação até o nível de mestrado.

Foi quando o referido professor me informou sobre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), a que ingressara como docente, certificando-me de que poderia orientar-me na tese, caso eu fosse selecionada para integrar o corpo discente deste programa. Fiquei bastante estimulada com a possibilidade de ingressar no programa, primeiro pela inquietação que já expus, segundo porque a academia estava me fazendo falta, pois estive afastada da pesquisa desde a defesa de mestrado.

O mestre sugeriu-me que elaborasse um projeto sob o tema “Toponímia”. Confesso que a proposta me surpreendeu, já que, até então, meu foco de pesquisa centrava-se na variação fonética, e os estudos sobre o léxico estavam bem distantes de minhas pretensões científicas. Entretanto, nunca me furtei a um desafio, e não poderia ser diferente naquele contexto acadêmico, justamente porque me sentia mais madura cognitivamente para enfrentar o desconhecido que se evidenciava.

O tema não é novo no Brasil, sendo o principal nome na área a professora Maria Vicentina do Amaral Dick, que orienta a maioria das teses e dissertações no país acerca do assunto, mesmo em trabalhos desenvolvidos em distintas áreas do saber, como Geografia e História, além de vários trabalhos de dissertação de mestrado e artigos publicados em revistas científicas, tanto na área de Linguística, quanto de História e Geografia.

A presente experiência trata da problematização acerca do significado dos nomes de lugares de circulação de pessoas (os topônimos) no bairro de Murinin, município de Benevides. Os estudos toponímicos têm por escopo a apreensão do léxico de determinados territórios, tendo em vista a formação histórica e sociocultural do povo que aí habita, especificamente por intermédio dos nomes dados aos locais de circulação social, tais como ruas, hidrovias, bairros, cidades, etc., evidenciando tanto aspectos sincrônicos quanto diacrônicos dos falares. O estudo trava uma discussão sobre a construção da memória e da identidade toponímica desta localidade, demonstrando os valores atribuídos pelos interlocutores aos seus locais de moradia e/ou nascimento, bem como sobre o processo de

² O Projeto ALiB – Empreendimento de grande amplitude, de caráter nacional, em desenvolvimento – tem por meta a realização de um atlas geral no Brasil, no que diz respeito à língua portuguesa. Permeia a atividade dialetal do país, durante todo o desenvolvimento dos estudos linguísticos e filológicos, ganha corpo nesse final/começo de milênio, a partir da iniciativa de um grupo de pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em conjunto com doze universidades, dentre as quais a Universidade Federal do Pará, que representa o Norte do país, sob a direção científica regional do Prof. Dr. Abdelhak Razky.

silenciamento por que passam determinados grupos sociais e/ou étnicos na determinação desses nomes.

Estudos dessa ordem já vêm sendo implementados no Brasil e em outros países, o que demonstra um alargamento das fronteiras bastante importante para a percepção de como os indivíduos daquela comunidade veem o mundo ao seu redor, de como organizam suas relações sociais, por exemplo, ao nomearem os locais em que essas relações se materializam.

Trabalhar com a Linguagem humana é uma das ações mais completas e complexas no universo acadêmico. É tentar compreender os meandros por que peregrinam as intenções comunicativas, bem como as manipulações a que estamos expostos diuturnamente, veiculadas pelo discurso e efetivadas nas interações sociais, políticas, econômicas. A função precípua da língua é comunicar, entretanto, é possível perceber muito mais relações entre a língua que determinado povo utiliza e os valores que o mesmo cultiva, ou seja, possível é que se possa entender a organização social de dada comunidade, observando a comunicabilidade entre os sujeitos dela participantes. Dessa maneira, é preciso procurar entender de que modo a língua influencia o ambiente ou em que medida é influenciado por este. Se essa relação pode ser levada a extremos universalistas ou se irá depender da comunidade em particular.

Nesse sentido, proponho-me a problematizar acerca de um dos fenômenos da linguagem que mais guardam em sua significação tais motivações de ordem extralinguísticas, qual seja, o topônimo. Assim, questiono-me de que maneira tais nomeações foram/são determinadas por disposições políticas e como isso reverbera na comunidade em foco, no sentido de sentir-se representada ou não nessas manifestações.

Para alcançar possíveis respostas a tal questionamento, pretendo oferecer uma etnografia cujo alicerce é a voz dos atores sociais, sua vivência, suas memórias, que, em muitos casos, se misturam às minhas, produzindo uma grande narrativa polifônica do lugar ao inserir-me como intérprete, não a única, *a voz de autoridade* que irá traduzir a realidade dos moradores locais, mas, num processo de ressignificação de minha própria experiência como moradora de Murinin, a partir do vaivém entre estranhamento e reidentificação com o lugar. Creio que, assim procedendo, evitarei o engessamento desses sujeitos às lentes que determinam a minha visão. Aspiro, ao contrário, a partir de suas performances, de sua materialização discursiva (os textos orais por eles produzidos), compreender como os verdadeiros produtores culturais se observam na toponímia local.

Imponho-me, nesse sentido, a revisitar todo meu arcabouço teórico, na medida em que compreendo a orientação socioantropológica que se estabelece às minhas pretensões. Vejo-me, assim, motivada na busca de uma literatura com um forte peso no campo da cultura, antropologia, sociologia, política, geografia cultural e etnografia, além de pesquisas que tangem à cultura na Amazônia. Todo esse subsídio foi (e é) compartilhado por meu orientador, Dr. Agenor Sarraf, além dos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, principalmente a professora Rosa Acevedo Marin, que muito contribuiu em minhas discussões.

Assim, a *Antropologia Pós-colonial* me auxiliará na busca de imposições linguísticas efetivas e enraizadas na toponímia deste lugar, inserindo-se de tal forma na mentalidade popular que jamais foram questionadas por seus moradores. Os estudos sobre o pós-colonialismo não são discutidos como necessariamente uma nova ciência ou um modismo intelectual advindo dos centros do saber acadêmico. Ao contrário, pretendem posicionar-se a partir de um viés discursivo alternativo, em que são contempladas outras trajetórias intelectuais, longe e às margens desses grandes centros de produção do saber.

Tal visão conduz a uma mudança em procedimentos metodológicos, cujos objetivos tendem a acionar uma teorização coeva baseada em matrizes científicas comumente rejeitadas ou compreendidas como meramente ensaísticas. Assim, não se objetiva a negação de olhares científicos precedentes, mas a abordagem de que este não é o exclusivo formato científico possível para compreender os fenômenos sociais. Tal visão oferece críticas ao eurocentrismo, tendo como ponto de partida as análises produzidas em países considerados como “periféricos”, se enxergados a partir do universo europeu, pensamento comum no século XX, o século da chamada Modernidade, o que implica uma leitura criteriosa dos alicerces desse arcabouço teórico e do seu lugar de discurso.

Da mesma forma, os estudos sobre *Narrativa Oral* terão importante lugar nesta pesquisa, visto que ajudarão a compreender de que forma foram conduzidas tais nomeações, bem como as motivações para estas, levando o próprio interlocutor a problematizar acerca dos caminhos. O material baseado na experiência estabelece uma expressividade que agrega liberdade e autoprodução da realidade, mas sempre baseado em uma verdade estabelecida pela polifonia, isto é, pelas vozes de todos os sujeitos que ajudaram a engendrar essa verdade. Há, assim, uma espécie de “dupla consciência” que revela esse registro concomitantemente interno e externo aos sujeitos do discurso (DILROY, 2001).

Paul Ricouer (2012), respeitado filósofo da pós-modernidade, advoga em prol do conceito de linguagem e narrativa como atualizadoras (materializadoras) do mundo, sendo, portanto, o fator fundamental de realidade. Para Ricouer, no livro *História, Memória e Esquecimento*, o esquecimento é visto também como constituinte da narrativa, já que o narrador efetiva uma triagem do que deve ser lembrado. Desse modo, o autor expõe um mote essencial em sua teoria: o registro histórico não é tão somente uma narração da reminiscência, mas também do olvidado. A história é, pois, uma narrativa intrincada, que institui o passado e que se estabelece a partir de procedimentos com a lembrança, o depoimento, o documento, etc.

Para Ricouer, a narrativa é igualmente uma atuação no tempo, que elucida e envolve, de diferentes formas, a representação do objeto, refletindo o “de onde se fala” e o “para quem se fala”, projetando-se, desse modo, para o mundo. Assim, parece haver um jogo de representações do passado, materializadas tanto na estrutura da narrativa quanto nos signos com os quais se operam o passado, com base em determinados processos e seleções, de informações retidas nas memórias da coletividade e/ou individuais e de elementos esquecidos e/ou omitidos.

Diferente da maioria dos trabalhos em toponímia apresentados à comunidade acadêmica no Brasil, não pretendo produzir cartas toponímicas ou fichas lexicográficas, que, de certo modo, enquadram (ou pelo menos parecem enquadrar), prendem e, até certo ponto, silenciam as vozes dos sujeitos sociais que produzem tais signos. Desejo estabelecer o diálogo entre as fontes formais e não formais de apreensão da realidade toponímica, evitando a construção de uma relação tempo-espço de forma linear ao longo do texto. Ambiciono evidenciar um ir/vir que se manifesta pelos matizes que vão sendo impressos a partir das reminiscências dos atores, incluindo as minhas próprias.

A presente contribuição acadêmica está organizada em cinco capítulos, distribuídos da seguinte forma: No primeiro capítulo, apresento o Estado da Arte, *A Antropologia Linguística e a Onomástica*. Assim, no tópico *A Antropologia Linguística*, evidencio as bases teórico-práticas da Antropologia Linguística, considerando a problemática levantada. No tópico *A Onomástica: Toponímia; Signo Linguístico e Signo Toponímico*, discuto sobre as bases da Ciência Toponímica, exibindo diferenciações fundamentais para se compreender essa perspectiva de análise.

No capítulo segundo, *A Pesquisa Toponímica no Brasil*, elenco e analiso as principais pesquisas em toponímia realizadas no país, tendo em vista a importância destas para as bases da presente pesquisa.

No terceiro capítulo, *Percurso Metodológico*, apresento os passos que me conduziram nas problematizações do objeto de pesquisa e a relação desta base com a ciência toponímica.

No quarto capítulo, *Cidade de Benevides: A “Terra da Liberdade”*, descrevo, fundamentalmente com base nas vozes dos interlocutores, o município de Benevides, evidenciando suas especificidades históricas e culturais à luz de outros trabalhos acadêmicos e das falas dos interlocutores, as fotografias do lugar e seus espaços de memória, além da minha própria visão acerca do município e de suas transformações. Considero tal exposição fundamental para compreender, da forma mais ampla possível, os lugares de memória em que interagem os sujeitos da pesquisa.

No quinto e último capítulo, *As linguagens socioculturais presentes nos espaços circulação social no bairro Murinin: Murinin, Percurso histórico a partir da memória não-oficial – A pesquisadora em seu bairro: Estranhamento em Terra Familiar*, discuto questões relacionadas ao sentimento de pertença que os próprios interlocutores manifestam em seus discursos, contrastando à documentação oficial (IBGE, Câmara de Benevides, etc.).

Ao fim da tese, *À Guisa de Conclusão*, exponho as impressões que se evidenciaram nas análises, baseadas nas vozes dos interlocutores e das referências teóricas em *Antropologia Pós-Colonial* e em *Narrativas Oraís*. Seguidamente, exponho as *Referências* bibliográficas que me subsidiaram nessa caminhada.

Espero conseguir responder aos vários questionamentos elencados. Se assim não acontecer, que este trabalho deixe como herança a necessidade de se observar o lugar e sua(s) denominação(ões) de forma crítica, e que possamos compreender as forças socioantropológicas que impulsionam tal nomeação, bem como as negociações presentes e subjacentes a estas.

Capítulo I

A antropologia Linguística (Linguística Antropológica) e a Onomástica

Há muita probabilidade de atinarmos com o sentido exato dos vocábulos nos nomes relacionados com as coisas eternas e a natureza, pois nesse domínio deve ter havido bastante critério na escolha, sendo possível até que uns tantos houvessem sido formados por algum poder divino, superior aos homens (Sócrates).

Muito já se discutiu sobre a máxima de que – da mesma forma como a heterogeneidade biológica parece ter sido fruto de milênios em desenvolvimento a partir de intercâmbios, de trocas entre as espécies animais, de migrações para ambientes mais ricos em recursos naturais, de ajustamentos às variações climáticas, entre outros fenômenos de ordem natural – a diversidade sociocultural e linguística (isto é, etnolinguística) advém de seculares (quicá milenares) atos de dispersão dos grupos humanos e de influências mútuas com novos ambientes de habitação e de interação.

Língua e Cultura podem ser observados e compreendidos como eventos autônomos, na medida em que o sujeito pode aprender a comunicar-se a partir de idiomas de povos com culturas bem diversas de sua comunidade de fala originária. Assim, toda uma nação pode apreender uma segunda língua e está passível de mudar de idioma, o que ocorreu em países de história colonial, como o Brasil. Entretanto, *língua e cultura* estão, de tal forma, dependentes, que não há possibilidade de idealizar uma sem a outra.

Sem comunicação via fala (a língua em ação, para Ferdinand Saussure 1916), seria impossível as culturas humanas se desenvolverem, visto que são as línguas que permitem a transferência dos conhecimentos e das experiências adquiridos por uma geração às gerações seguintes, além da viabilização de atuações cooperativas que distinguem a disposição dos sujeitos em coletividade.

Por outro lado, constituindo um sistema simbólico que possibilita a organização e a fixação na memória individual e coletiva das informações adquiridas e repassadas em sociedade, a língua está carregada da cultura do povo que a utiliza, tanto em sua semântica e seu léxico, quanto em sua sintaxe, elementos sistêmicos que refletem atributos fundamentais dessa cultura.

Por conta dessa especificidade, muitos são os teóricos que defendem que cada língua obedece a um intrincado aparelho etnolinguístico, uma associação de costumes, tradições, experiências, informações, estilos de vida e formas de apreensão da realidade, para os quais o

idioma apresenta a expressividade ajustada e imediatamente disponível. Conseqüentemente, a multiplicidade de línguas entre os povos seria atribuída a uma multiplicidade cultural.

Ora, sendo a cultura – na visão de Edward Tylor (1871 apud Laraia 2000), adotada em acepção etnográfica mais ampla – constituída por um sistema de conhecimentos, crenças, artes, códigos morais, leis, atitudes e demais habilidades e costumes adquiridos pelo indivíduo como componente de uma coletividade, não se pode negar “o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata transmitida por mecanismos biológicos” (cf. Roque B. Laraia 2000:25), que seria produto de uma hereditariedade, base das perspectivas biológicas de cultura admitidas até então. Do pioneirismo de Tylor, derivou a possibilidade de a cultura ser objeto de análises sistemáticas que cotejam diversas informações que diferenciaram as culturas, abandonando a velha visão de cultura como produção das capacidades mentais da humanidade.

É apropriado notar que a *Antropologia* tem, em inúmeros momentos importantes das pesquisas sobre a humanidade, caminhado de mãos dadas com a *Linguística*. Observa-se que, desde o princípio do séc. XX, nos EUA, as relações entre as teorias de Franz Boas com conhecidas influências sobre o *Descritivismo Norte-Americano* de Leonard Blomfield; ou com a admitida consignação do *Estruturalismo* saussuriano, o *Funcionalismo* de Bronislaw Malinowski e as recomendações de Lévi-Strauss, que também contou com a colaboração de Roman Jakobson; além disso, a conhecida *Antropologia Simbólica*, na qual se enquadram as pesquisas de Clifford Geertz, apropriam-se de uma perspectiva Semiótica, que auxiliam na elaboração do conceito de cultura formulado por Geertz (2008:04).

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.

Da mesma forma, importante se faz destacar a *Antropologia Cognitiva*, caracterizada como uma ciência formal que inclui como subtópicos a *Semântica*, destacadamente aludindo aos princípios de *Terminologia*, o que diretamente interessa para esta pesquisa. É fundamental advertir que, para a *Antropologia Cognitiva*, a finalidade não é tão-somente expor como os indivíduos instituem sua cultura, mas como a empregam. Nessa acepção, abrange a habilidade não somente descritiva, mas igualmente gerativa. Lino Iglesias Martínez (2006:40) observa que

La Antropología Cognitiva es un subcampo unificado de la antropología cultural cuyo principal propósito es entender y describir cómo la gente concibe y experimenta el mundo dentro de sociedades. La definición de cultura que guía la investigación en Antropología Cognitiva mantiene que la cultura es un sistema cognitivo idealizado – un sistema de conocimientos, creencias y valores – que existe en las mentes de los miembros de la sociedad. La cultura es el equipamiento mental que los miembros de la sociedad utilizan al orientar, interactuar, discutir, definir, categorizar e interpretar el comportamiento social en su sociedad.

Uma das implicações mais determinantes da *Antropologia Cognitiva* é o fato de depositar à linguagem o núcleo da pesquisa antropológica, ao apresentar que

Los antropólogos cognitivos ven la antropología como una ciencia formal. Mantienen que la cultura se compone de reglas lógicas basadas en ideas que están en la mente y a las que se puede acceder (Moore 1999:5). Hay cuatro categorías básicas en antropología cognitiva: semántica, estructuras de conocimiento, modelos y sistemas, y análisis del discurso (D'Andrade 1995:1). Los estudios semánticos de los sistemas de terminologías constituyeron las bases de la primera antropología cognitiva. Los métodos analíticos y etnográficos desarrollados en estos estudios proporcionaron los fundamentos de la etnociencia (también llamada nueva etnografía). En contraste con algunas de las primeras aproximaciones antropológicas a la cultura, ésta no estaba considerada como un conjunto de fenómenos materiales, sino como organizaciones cognitivas de fenómenos materiales (Tyler 1969:3). (Martínez 2006:40)

Assim, como princípios aprendidos e repartidos de significação e compreensão por intermédio da língua natural, *significados e compreensões* não são apenas simbolizações do que existe no mundo, mas contêm uma função diretiva e construtora do fato social. Isso ocorre porque uma das formas mais diretas de ter acesso ao pensamento se dá por meio da linguagem, por isso, parece coerente concluir que uma análise desse mecanismo comunicacional poderá revelar significativos dados sobre o pensamento cultural dos indivíduos em sociedade, já que a cultura é transmitida por meio da língua vernacular, a partir de conhecimentos vastamente compartilhados e/ou implicados pelos componentes de um grupo, os quais interferem determinantemente em sua concepção de realidade.

Franz Boas, sucessivas vezes, estabeleceu a importância da linguagem como um organismo privilegiado de compreensão do universo cultural dos povos. Os seus sectários Edward Sapir e Benjamin Whorf aperfeiçoaram a máxima boasiana a partir da formulação da Teoria do *Relativismo Linguístico*.

No início do século XX, Boas preconizava que toda sociedade (e sua língua, por conseguinte) constituísse objeto de estudo em si mesma e em sua própria conjuntura, com base em meios empíricos, fugindo de especulações acerca do progresso da humanidade. Boas combateu o evolucionismo de Tyler, dando legitimidade tanto à visão científica da pesquisa etnográfica quanto à subjetividade dos membros da cultura que ora se analisa. Afirmou que a

cultura não possui uma evolução linear e que as capacidades cognitivas dos povos indígenas e dos "avançados" eram as mesmas.

Destacou a importância da linguagem e da linguística para qualquer estudo antropológico e defendeu que cada língua devia ser considerada, ao estilo de Saussure, como uma totalidade orgânica, enfatizando, contrariamente a seu discípulo à época Edward Sapir e posteriormente Benjamin Lee Whorf, o caráter inconsciente da materialização da estrutura da linguagem e a possibilidade de que ambos influenciam no comportamento humano.

No método *Histórico-Cultural* de Boas, a *Linguística* auxilia na formação e conceituação do padrão de cultura. O conhecimento da língua do grupo étnico objeto de pesquisa ajuda a abalizar a investigação acerca da associação de mitos, relatos populares, biografias e análises autobiográficas, permite usar tais atos linguísticos como meio para iluminar e fixar a realidade dos padrões culturais, além de auxiliar na Antropologia Física, já que *Etnologia*, *Linguística* e *Arqueologia* constituem, para Boas, um conjunto integrado de conhecimentos e práticas que variam somente pelos procedimentos empregados na investigação. Para Boas, uma classificação meramente genealógica não representa adequadamente o desenvolvimento das línguas em contato, é preciso, pois, ter em conta a hibridação, isto é, nas palavras de Boas, a *aculturação linguística*.

Impregnado dos modelos neogramáticos, Boas considera fundamental em seus estudos linguísticos e de campo os elementos concernentes à fonética e à dialetologia. Determina que um estudo detalhado do funcionamento de uma língua em comunidades pequenas, com variações dialetais compreendidas na circunscrição geográfica de uma área cultural, é congruente com o método histórico tal como conceberam os neogramáticos e, como Boas o faz, estende à investigação etnográfica.

Sem ser um linguista profissional treinado, Boas é a figura maior da escola americana de linguística. Edward Sapir, que tem formação universitária como linguista, sofreu influência direta de Boas e conduziu suas observações teóricas pelo âmbito dos estudos de línguas ágrafas. A finalidade era aprofundar-se na cultura, abrangendo-a e descrevendo-a em caráter objetivo.

Para Boas, dos aspectos relativos à determinada civilização, a língua era a chave que dava acesso aos demais aspectos da cultura. A exemplo disso, verificou que, entre os esquimós, o idioma por eles utilizado apresentava diversas palavras para o significado de *snow*, que denota neve, em português, utilizado de forma genérica, já que suas variações não fazem parte de nosso conhecimento cultural acerca do termo. Referiam-se os esquimós a *aput* (neve no chão), *qana* (neve que cai), *piqsirpoq* (neve suspensa do chão pela ação do vento),

pois o conhecimento cultural admitia que experienciassem o objeto lexicalizado, a neve, de forma diferente das demais culturas.

Com base nessa experiência, Boas engendrou os alicerces para a teoria do *Determinismo Linguístico*, perspectiva mais tarde aceita e desenvolvida por Sapir e Whorf, a partir da qual, *língua produz pensamento*, isto é, só nos é permitido pensar a partir de categorias que a língua admite raciocinar. Retoma, para tanto, o conceito desenvolvido por Wilhelm von Humboldt, na esteira de autores como Johann Georg Hamann e Johann Gottfried Herder, de que sujeitos assinalados articulam-se linguisticamente de modo diferente porque pensam diversamente uns dos outros, e raciocinam de maneira distinta porque o idioma pelo qual se expressam lhes proporciona diferentes maneiras de traduzir seu mundo biopsicossocial (Segatto 2009).

Nos anos de 1930, analisando a língua de indígenas americanos, Sapir legitimou a tese de Boas ao evidenciar que a língua dessas comunidades permitia observar o mundo de um modo distinto:

os seres humanos não vivem sozinhos no mundo, tampouco vivem sozinhos no mundo das atividades sociais como comumente entendido mas, eles estão a mercê da língua que é o meio de expressão de sua sociedade. É uma ilusão imaginar que as pessoas se ajustam à realidade sem o uso da língua e que a língua é meramente um meio incidental de solucionar problemas específicos de comunicação ou reflexão. O que importa é que o mundo real é em grande escala moldado pelos hábitos da língua do grupo (Sampson 1980:82).

Utilizando os resultados de suas observações como Inspetor de Prevenção de Incêndios em uma Companhia de Seguros, Benjamin Lee Whorf corroborou a tese de Sapir de que a visão de mundo dos indivíduos era, em certas condições, moldada pela língua que utilizam. A experiência de Whorf consistiu em que as pessoas se comportavam de modos diferentes ante a avisos como “barril cheio de gasolina” e “barril vazio”. Conforme Whorf, os indivíduos agiram de forma muito cautelosa perante a advertência de um barril cheio, mas relaxavam perante o aviso de barril vazio, atirando até mesmo restos de cigarros, por vezes ainda acesos, às proximidades do objeto. Adepto da *Linguística Imanente*,³ em voga àquela

³ Para Saussure (1916:13), “A tarefa da Linguística será: a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família; b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; c) delimitar-se a si própria.” Desse modo, todas as explicações acerca da língua são determinadas pelo estudo da língua em si mesma, numa relação metalinguística.

Gilles Deleuze (2002:16) define *Imanência* como "virtualidade, sempre no interior de um *milieu* (campo ou plano). (...) O plano de imanência se atualiza, ele próprio, em um Objeto e um Sujeito aos quais ele se atribui. Entretanto, por menos que Sujeito e Objeto sejam inseparáveis de sua atualização, o plano de imanência é, também ele, virtual, na medida em que os acontecimentos que o povoam são virtualidades. Os acontecimentos ou singularidades dão ao plano toda sua virtualidade, como o plano de imanência dá aos acontecimentos virtuais

ocasião, de que “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua encarada em si mesma e por si mesma” (Saussure 1916:17), Whorf assegurou que tal negligência se dava em função do que vinha exposto pela língua.

Em seu ensaio "Ciencia y Linguística", publicado em 1940, Whorf argumenta, problematizando, acerca da distinção e da afinidade pensamento-linguagem. A posição que critica se chama comumente *lógica natural*, que postula os seguintes pressupostos:

(1) La lengua es un fenómeno que se ocupa fundamentalmente de la comunicación, no de la formulación de ideas. (2) La formulación de ideas es un proceso denominado pensamiento el cual se supone como indiferente a la naturaleza de cada lengua. (3) Las lenguas tienen gramáticas, las cuales se conciben como normas de corrección convencional, sin embargo, la utilización del lenguaje no está dirigida tanto por estas normas como por el pensamiento. (4) El pensamiento no depende de la gramática, sino de las leyes de la lógica y de la razón, que se suponen ser universales o naturales, es decir, son las mismas para todos los observadores, independientemente de las lenguas que estos hablen. (5) Las diferentes lenguas son solo métodos paralelos que expresan un mismo racional de pensamiento. (Narváez 2012:66).

Ainda segundo o autor, para o "senso comum", pensamento não depende de gramática, mas as leis da lógica e da razão são as mesmas para todos os observadores no universo para representar um som no universo que pode ser "encontrado" independentemente de tudo, de forma independente, por todos os observadores inteligentes, sejam eles falantes de chinês ou outro idioma. Pensa-se que diferentes línguas são métodos paralelos para expressar o mesmo pensamento racional e diferem apenas em coisas menores, não sistêmicas.

O plano de fundo da experiência linguística do sistema (em outras palavras, a gramática) de cada língua não é apenas um instrumento que reproduz as ideias, mas é, em si, o verdadeiro formador de ideias, o programa e guia para o treinador das ideias, do direcionamento de programação e funcionamento mental. A formulação de ideias não é um processo independente, estritamente racional, no sentido antigo, mas é parte de uma gramática particular, e difere entre as diferentes gramáticas.

É este o verdadeiro sentido do *Relativismo Linguístico* (ou Hipótese Sapir-Whorf). Nas palavras de Whorf (1942), nenhum indivíduo é livre para descrever a natureza com absoluta imparcialidade, mas é obrigado a usar certos modos de interpretação. Pelo *princípio da relatividade*, todos os observadores não são liderados, não são guiados pela mesma evidência física, para a mesma imagem do universo, a menos que suas origens linguísticas

uma realidade plena. O acontecimento considerado como não-atualizado (indefinido) não carece de nada. É suficiente colocá-lo em relação com seus concomitantes: um campo transcendental, um campo de imanência, uma vida, singularidades. (...) Há uma grande diferença entre os virtuais que definem a imanência do campo transcendental e as formas possíveis que os atualizam e os transformam em alguma coisa de transcendental".

sejam experiências semelhantes. A *situação* pode ser comparada à da navegação. Cada barco que navega o faz a partir das determinações de forças planetárias. A exemplo disso, um menino pode pilotar sua pequena embarcação em torno de um porto sem o benefício da geografia, da astronomia, da matemática ou da política internacional. Para o capitão de um transatlântico, no entanto, um pouco de conhecimento de todos esses assuntos é essencial (Whorf 1942).

O que chamamos de “pensamento científico” é uma especialização do tipo indo-europeu ocidental da linguagem, que se desenvolveu não apenas em um conjunto de diferentes dialéticas, mas em um conjugado de dialetos diferentes. Esses dialetos estão agora se tornando mutuamente ininteligíveis.

O termo "espaço", por exemplo, não pode e não quer dizer a mesma coisa para um psicólogo ou para um físico. Cada língua e cada sub-linguagem técnica, bem unidas, incorporam certos pontos de vista e certas resistências estampados com perspectivas muito divergentes. Isso é especialmente verdade se a linguagem não é pesquisada como um fenômeno planetário, mas sempre como um dado adquirido, como espécies locais utilizadas pelo pensador individual, tomadas para ser a sua soma total.

Essas resistências não só isolam artificialmente as ciências particulares. Contém o espírito científico como um todo, para dar o próximo grande passo no desenvolvimento, um caminhar que implica pontos de vista sem precedentes na ciência e uma separação completa de tradições.

Certos padrões linguísticos endurecidos na dialética do *Sciences* – muitas vezes incorporados na matriz da cultura europeia, a partir da qual essas ciências surgiram, e são compreendidas como razão pura por si só – têm sido trabalhados exaustivamente. Mesmo a ciência sente que eles são, de alguma forma, injustificáveis para observar aspectos extremamente significativos da realidade, em razão de todo o progresso na compreensão do universo (Whorf 1942).

Não obstante tal ideia ser deveras polêmica, muitos linguistas concordam que o problema essencial não está precisamente em confirmar ou não a hipótese Sapir-Whorf, mas na gama de possibilidades que a teoria proporciona ao cotejar as compreensões de *língua* à de *cultura*, à de *sociedade* e à de *indivíduo*, revelando uma aliança íntima entre a língua e toda a cultura da comunidade de fala.

Wilhelm Von Humboldt (1943 apud Milani 1995), por sua vez, expandiu o conceito de cultura ao advertir que todas as línguas esgotam uma visão de mundo. Humboldt circunscreve a língua a definidos limites espaciais geográficos, culturais e históricos. Como o

autor mesmo assevera, a língua é a tradução individual de uma vida nacionalmente construída. Portanto, o idioma retrata as propriedades exteriores ao sujeito e intervêm no desempenho deste e em suas percepções particulares. Com isso, Humboldt precipitava a teoria do *Determinismo Linguístico*, autenticada no começo do século ulterior em meio à Antropologia.

Dentre as disciplinas que integram as *Ciências Sociais*, a *Linguística* desempenha uma função excepcional, já que não se trata de uma ciência social como as demais, mas é a que, em termos de contribuição aos problemas da ciência das humanidades, parece ter atingido avanços mais significativos. Visivelmente, indica ser uma das poucas que, logo em seus primeiros anos de existência, pode reivindicar o *status* de ciência, na medida em que determinou, ao mesmo tempo, um *método* de caráter prático, a *Comutação* (comparação), e reconheceu a natureza dos fatos que lhe cabe analisar, ou seja, definiu um *objeto* de análise, a *Língua*. Assim,

O que legitima a comparação linguística é mais, e algo diferente, que um recorte: é uma análise real. O linguista extrai das palavras a realidade fonética do fonema e deste, a realidade lógica dos elementos diferenciais. (...) tanto em etnologia como em linguística, não é a comparação que funda a generalização, e sim o contrário (Jakobson 1938 apud Lévi-Strauss 1949:35).

Em primeiro lugar, estima que a própria natureza das ciências sociais implique a repercussão de seu desenvolvimento sobre o objeto de investigação. A interdependência entre o observador e o fenômeno observado é uma noção corrente na teoria científica contemporânea. Em certo sentido, ilustra uma situação universal (Lévi-Strauss 1949:67).

Em linguística, e mais especificamente em linguística estrutural – considerada basicamente do ponto de vista da fonologia – as condições que ele estabelece para um estudo matemático parecem encontrar-se reunidas. A linguagem é um fenômeno social. Dentre os fenômenos sociais, é o que apresenta mais claramente as duas características fundamentais para possibilitar um estudo científico. Primeiro quase todos os comportamentos linguísticos se situam no nível do pensamento inconsciente. Ao falarmos, não temos consciência das leis sintáticas e morfológicas da língua. Além disso, não temos consciência dos fonemas que utilizamos para diferenciar o sentido de nossas palavras; e temos ainda menos consciência – supondo que possamos tê-la às vezes – das oposições fonológicas que permitem analisar cada fonema em elementos diferenciais. Finalmente, a falta de apreensão intuitiva persiste mesmo quando formulamos as regras gramaticais ou fonológicas de nossa língua. Tal formulação emerge unicamente no plano do pensamento científico, ao passo que a língua vive e se desenvolve como elaboração coletiva. (...) A linguagem é, assim, um fenômeno social que constitui um objeto independente do observador e para a qual dispomos de longas séries estatísticas. (...) Assim que um objeto sonoro é apreendido como portador de um valor imediato, ao mesmo tempo para quem fala e para quem ouve, adquire uma natureza contraditória, cuja neutralização só é possível mediante essa troca de valores complementares a que se reduz toda a vida social (Lévi-Strauss 1949:74-75).

De tal posição distinta, derivam alguns comprometimentos, dentre os quais, destaca-se o fato de que a *Linguística* assistirá, constantemente, a teóricos de disciplinas próximas, mas distintas desta, guiar-se por seus modelos, comumente seguindo sua trajetória. Por isso, não se podem apresentar, no universo acadêmico, teses e pontos de vista estritamente linguísticos,

descurando os demais profissionais de humanas, tais como psicólogos, sociólogos e etnógrafos, que almejam compreender – a partir da *Linguística Moderna*, a qual considero, pautada em um lineamento teórico para tanto, um dos caminhos mais sólidos da investigação científica – os meandros que levam ao conhecimento científico dos fatos sociais. Se assim não o fosse, Marcel Mauss (apud Lévi-Strauss 1949:43) não teria afirmado que “a sociologia estaria certamente muito mais avançada se sempre tivesse procedido a exemplo dos linguistas”.

Os linguistas fornecem aos sociólogos etimologias que permitem estabelecer entre certos termos de parentesco laços que não eram imediatamente perceptíveis. Inversamente, os sociólogos podem informar os linguistas quanto a costumes, regras positivas e proibições que tornam compreensível a persistência de determinados traços da linguagem, ou a instabilidade de termos ou grupos de termos (...) a sociologia explica à linguística a razão de sua etimologia e confirma sua validade (Lévi-Strauss 1949:44).

Contudo, (...) linguistas e sociólogos seguem independentemente seus caminhos respectivos. Embora certamente façam uma parada de tempos em tempos para comunicar uns aos outros certos resultados, tais resultados provêm de procedimentos diferentes, e nenhum esforço é feito para tentar beneficiar um dos grupos com os progressos técnicos e metodológicos logrados pelo outro. Tal atitude era explicável numa época em que a pesquisa linguística se baseava sobretudo na análise histórica. Em relação à pesquisa etnológica, tal como era praticada no mesmo período, a diferença era mais de grau do que de natureza. Os linguistas possuíam um método mais rigoroso e seus resultados eram mais seguros. Os sociólogos podiam inspirar-se em seu exemplo, deixando de tomar como base de suas classificações a consideração no espaço das espécies atuais. Mas, finalmente, a antropologia e a sociologia esperavam da linguística apenas lições (Lévi-Strauss 1949:44).

No início do séc. XX, entre 1900 e 1920, os chamados pais da *Linguística Moderna*, Ferdinand de Saussure (Linguística Estrutural, Sistêmica) e Antoine Meillet (Dialetologia, Geolinguística), estavam posicionados definitivamente no âmbito da Sociologia. Posteriormente a esse período, Marcel Mauss, depois Radcliffe-Brown e seguidamente Bronislaw Malinowski, estabeleceram uma nova era da análise etnológica, abandonando as explicações históricas, substituindo-a pela de natureza psicossociologia.

Para Mauss (apud Lévi-Strauss s/d:09),

Há, portanto, bem mais, na noção de fato social total, do que uma recomendação dirigida aos pesquisadores (...). Que o fato social seja total não significa apenas que tudo o que é observado faz parte da observação; mas também e, sobretudo, que, numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o observador é ele próprio uma parte de sua observação.

É mister notar que o alcance das asseverações de Mauss não se restringiu a etnógrafos, mas pode ser ampliado a linguistas, psicólogos, historiadores, etc. Para Mauss (apud Lévi-Strauss, s/d:05),

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, à frente dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos esses sistemas visam a exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e, mais ainda, as relações que esses dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros.

Mesmo o pai da Linguística, Ferdinand Saussure (1916:14), se questiona acerca da diferença entre a Linguística e as outras ciências, ditas sociais:

A Linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestadas como lhe fornecem dados. Os limites que a separam de outras ciências não aparecem sempre nitidamente. Por exemplo, a Linguística deve ser cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-História, onde a língua não intervém senão a título de documento; distingue-se também Antropologia, que estuda o homem somente do ponto de vista da espécie, enquanto a linguagem é um fato social. Dever-se-ia, então, incorporá-la à Sociologia? Que relações existem entre a Linguística e a Psicologia Social? Na realidade, tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como as trocas de sons; e já que a Linguística fornece à Psicologia Social tão preciosos dados, não faria um todo com ela?

O enigma da determinação entre *língua* e *cultura* foi estabelecido desde o advento dos estudos sobre a linguagem humana, provocando a reflexão e a problematização antropológica, em razão da multifacetada realidade linguística a que somos expostos e das formas de manipulação dos mecanismos linguísticos de que nos utilizamos para alcançar determinados fins sociais. Muito já se discutiu, mas nunca se chegou a um consenso, o que demonstra a riqueza da discussão e a importância desta para o fortalecimento da Ciência da Linguagem, relacionada às demais, auxiliares e, ao mesmo tempo, protagonistas, nessa problematização.

A Onomástica: Toponímia; Signo Linguístico e Signo Toponímico

Em origem, a *Onomástica*, ou *Onomatologia* (Cf. José Leite de Vasconcelos 1887:45), constitui o “estudo da origem e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios; como estes geralmente se referem a locais e pessoas, daí poder dividir-se a Onomatologia em Toponímia e Antroponímia”. Ao longo da história, contudo, o problema do *nome próprio* e a *relação semântica* entre o *objeto* denominado e a *palavra* já vêm sendo analisados há séculos (iniciando por Dionísio da Trácia, século II a. C.). No Brasil, desde 1934, na Universidade de São Paulo (quando da criação da cadeira de Etnografia e Língua Tupi, ocupada pela Dr.^a Maria Vicentina do Amaral Dick), as pesquisas em *Onomástica* têm crescido, motivadas sobretudo pela instituição da disciplina *Toponímia Geral e do Brasil*.

A *Onomástica* subdivide-se nos campos Antroponímia (estudo acerca dos nomes de pessoas, campo no qual também estão inseridos os sobrenomes e os apelidos) e Toponímia (estudo acerca dos nomes de lugares de circulação de pessoas, a exemplo de ruas, estradas, fazendas, etc.) e foi de fato admitida como ciência somente no século XIX, ainda que, desde a Antiguidade Clássica, diversas discussões tenham sido travadas entre linguistas, tanto na abordagem da *Semiótica* quanto no próprio objeto da *Onomástica*, o *onoma*.

Elisabeth de Souza Camilo (2012) afirma que a *Onomástica* está incluída no campo da *Memória Cultural*. Nota, a autora, porém, que há abundância de estudos toponímicos, enquanto que as pesquisas antroponímicas são mais escassas. Frisa, entretanto, que a antroponímia pode servir de interesse para diferentes ciências, entre as quais, destaca a *História*, a *Antropologia*, a *Sociologia*, a *Psicologia*, a *Psicopedagogia*, a *Pedagogia*, a *Comunicação Social*, a *Lógica* e a *Filosofia*. No âmbito da *Linguística*, há interesse pelo *onoma* a *Sociolinguística*, a *Psicolinguística*, a *Semântica*, a *Dialetologia*, a *Lexicologia*, a *Lexicografia*, a *Linguística Histórica* ou *Diacrônica*, a *Linguística de Corpus*, a *Tradução*, a *Semiótica*, a *Filologia*, a *Etimologia*, a *Análise do Discurso*, além da *Onomástica* propriamente dita.

Indubitavelmente, a *Onomástica* integra o conjunto de traços culturais de uma coletividade, exatamente porque, partindo do pressuposto de que não existe sociedade sem cultura, esta mesma é compreendida como a “Forma comum e aprendida da vida, que compartilham os membros de uma sociedade, e que consta da totalidade dos instrumentos, técnicas, instituições, atitudes, crenças, motivações e sistemas de valores que o grupo conhece” (Diniz 2007:13). Assim, a área abarca a ala de especialidade de *Linguística* e de *Memória Cultural*, na medida em que traz em si o aspecto das memórias individual e coletiva, ligado a peculiaridades arcaicas que se conservam no contemporâneo, tendendo à permanência de tal traço de memória.

Considerando que a função da *Onomástica* é, fundamentalmente, estudar as motivações para se denominar lugares e indivíduos, é prudente afirmar que o *onoma* constitui patrimônio tanto coletivo quanto individual, já que um indivíduo está cercado por lugares, por instituições e por outros indivíduos, elementos da mesma forma nomeados, fazendo do nome um intermediário entre esses dados sociais.

Essa teia identitária requer variada gama de perspectivas de análise, que vão desde a *Onomástica* até a *Arqueologia*. Dessa forma, tal ciência atua em todos os espaços, com maior ou menor constância, determinando relações às designações de pessoas e de lugares em conformação com a geografia, com a história e com a cultura de cada povo. A conexão

relacional pode igualmente ser observada em Foucault (2000), que nos expõe o conceito de “conveniência” entre as “coisas” e os “nomes das coisas”. Foucault (2000:75), aludindo a Diderot, adverte-nos que

A língua de um povo fornece seu vocabulário e seu vocabulário é uma bíblia bastante fiel de todos os conhecimentos desse povo; apenas a comparação do vocabulário de uma nação em diferentes tempos é suficiente para se formar uma ideia de seus progressos. Cada ciência tem seu nome, cada noção na ciência tem o seu, tudo o que é conhecido na natureza está designado, assim como tudo o que se inventa nas artes, bem como os fenômenos, as manobras e os instrumentos.

Os identificadores lexicais basilares de uma civilização – que regem sua expressividade via idioma, suas ideações e percepções, seus intercâmbios, as técnicas que lhes especificam, os valores morais que lhes conduzem, a categorização de sua *práxis* – vinculam, para cada indivíduo, as normatizações empíricas, a partir das quais poderá negociar seus posicionamentos com os demais indivíduos do grupo e nas quais se localizará como membro, exercendo uma função nesse sistema.

Com base no exposto, é preciso considerar que as palavras de uma língua integram-se a determinados grupos, conforme a especificidade de uso do lexema (significado) do termo. Nesse sentido, Alain Rey (2007) diferencia *Lexicologia* e *Terminologia*, determinando que a última foi baseada em princípios tradicionais sem a preocupação com a evolução da epistemologia, desde seu primeiro apóstolo, Eugen Wuster, o qual a impregnara da Filosofia Positivista e do Pragmatismo Tecnológico dominantes à época.

A *Terminologia* baseou-se em uma Semântica Essencialista, fundindo, curiosamente, o Platonismo ao Pragmatismo, renomeando conceitos e noções à luz de um tecnologismo, constituindo o léxico de cada língua a partir de seus usos em termos de funções sociais, ou seja, utilizado por grupos sociais específicos, em geral relacionados ao mundo do trabalho. Para o tecnólogo-terminólogo, “esta é uma questão de desenvolver categorias semânticas (...) evocadas por e a serviço de funções particulares (...) que visam operar no mundo e no ambiente material da espécie humana” (Rey 2007:325).

Contudo, o autor afirma que os princípios de origem de uma ciência do termo eram arcaicos, antes mesmo de sua formulação, devido à falta de aceitação na dinamicidade dos conceitos, fato que não diminui a importância histórica do trabalho de Wuster, já que se caracteriza, em seus fundamentos, como um sistema adequado a descrições detalhadas do vocabulário em várias línguas, com base em uma teoria enraizada na experiência e na lógica, o que, para o autor, compromete qualquer tentativa de definição única da ciência

terminológica, mesmo porque a *Terminologia Aplicada* “não estava preocupada com a teoria, mesmo em momentos em que tentou procurar uma justificativa teórica” (Rey 2007:326). Assim, “a definição de uma ciência era então aquela de um conjunto organizado e verificável de conhecimento capaz de produzir previsões no domínio da realidade” (idem). Desse modo, verifica-se o surgimento de grandes glossários científicos, a exemplo do vocabulário de química utilizado por Lavoisier, empregado em quaisquer línguas, por ser basilar dessa ciência em qualquer lugar do mundo.

No curso mais recente, as pesquisas terminológicas vêm ao encontro da Sociolinguística, especialmente no que tange a línguas de contato ou de grupos culturalmente sensíveis, ou, ainda, como reação ao imperialismo cultural (ameaça identitária) e/ou no estabelecimento e defesa de línguas nacionais. Do mesmo modo, têm sido dominadas pela Teoria do Discurso, uma vez que “subordina os desenvolvimentos em terminologia à formação do discurso do conhecimento e regulamentação social” (Rey 2007:327).

Atualmente, porém, há um novo envolvimento com embasamentos teóricos truncados e obsoletos, necessitando, conforme a perspectiva do supra referido autor, de uma revisão, que consistiria em: 1 – Integração entre passado e presente, o que corresponderia a uma teoria tecno-terminológica com método específico, objetivando chegar a uma teoria dos termos verdadeira e única; 2 – Respeito ao “pluralismo” de práticas terminológicas, conduzindo a um conhecimento especializado estruturado. Para tal, necessário se faz contar com o apoio de outras áreas do conhecimento, tais como: Teoria da Enunciação, Análise do Discurso, Pragmática Linguística, Teoria da Comunicação e Informação, Lógica, Ciência Cognitiva e Informática.

Hodiernamente, a *Terminologia* só poderá efetivar-se a partir do confronto de várias posições acerca da língua e do signo. A metodologia proposta por Pierce, homogeneizada por Morris e Hjelmslev, influenciada por Greimas e Barthes, oferece uma teoria relativamente coerente dos sistemas de significado e apresenta uma análise do discurso de formação e transmissão do pensamento racional, atividades organizacionais com base em instituições basilares aos agrupamentos sociais.

Segundo o autor, essa abordagem pode ser aplicada à formação e operação de terminologias, por ser facilmente amplificável, especialmente no que respeita a alguns pontos básicos: 1 – Conceptualização e representação de grupos de entidades definíveis; 2 – Expressão do conhecimento em sua relação estabelecida com uma imagem explorável da realidade a partir de normas e axiomas lógicos nas ciências hipotético-dedutivas e pragmáticas; 3 – Estabelecimento de classes lógicas que conduzirão a taxonomias da

realidade (verificáveis ou falseáveis); 4 – Concepção do “real”, fator fundamental para ligar *Terminologia*, *Teoria do Signo* e *Epistemologia*, garantindo um conjunto semântico coerente. Isso, porém, não garante total desambiguação do termo, restando à língua os elementos contextuais e/ou marcadores taxonômicos e dêiticos, termos que, mesmo que não possuam significado próprio, adquirem-no a partir do texto contextualizado, como por exemplo, pronomes pessoais, advérbios, etc.

O autor propõe que os discursos suscetíveis à *Terminologia* (direito, educação, etc.) podem classificar-se em tipos, motivados por área particular, dentro de vocabulários, terminologias ou nomenclaturas, subconjuntos tipológicos do léxico, estruturas semânticas e formais de unidades lexicais (palavras e expressões), nomes e termos, que podem também ser estruturados em sintagmas nominais. Para o autor, embora essa hipótese, como quaisquer outras, possa ser considerada contraditória, tem seu mérito em razão da unificação do “termo” como uma unidade semântica e significativa. O “objeto” desse procedimento é a totalidade das “coisas” e “fatos” que serão apreendidos.

Não se pode negar, entretanto, as dificuldades de aplicação da *Terminologia Teórica* quando se trata de distinguir unidades lexicais e termos, classificar e, posteriormente, diferenciar ou aplicar princípios semânticos para os grupos de nomes conceptualizados por conta da relação que mantêm entre si. Para que possamos fazê-lo, é preciso evocarmos os diferentes universos da lógico-semântica e do discurso (classes de terminologias), dentre os quais o autor destaca: 1 – Os termos são atribuídos a unidades funcionais formadas por dedução, servindo para formular postulados; 2 – A realidade sensível ou mesmo a interpretação de uma realidade (científica) está relacionada diretamente com o sujeito da ciência e o objeto da observação, o que afeta a natureza dessa realidade.

O desenvolvimento das Ciências Naturais nos séculos XIX e XX instituiu uma nova finalidade para a observação: a conceptualização de objetos não observáveis diretamente, exigindo sistemas de interpretação em que o interpretador é um modificador dos objetos observáveis. Desse modo, o termo em si dá margem à interpretação definida da realidade instituída como elemento observável.

A *Terminologia* é cunhada de acordo com dois modelos diferentes: As ciências de observação do que não é humano (Física, Química, etc.) e do que é humano (Ciências Sociais, História, etc.). Tal diferenciação não conduz tão somente a um problema epistemológico (como de jogos identitários, por exemplo), mas compromete a organização conceitual da própria ciência do termo. Isto ocorre porque, para as ciências não humanas, há um

alinhamento à unificação dos termos, enquanto que, para as humanas, há uma tendência ao pluralismo.

3 – Há terminologias híbridas, como é o caso dos conteúdos semânticos de termos técnicos, que são estruturados conforme uma atividade específica, ou seja, estão ligados a uma função e sua conceptualização ocorre sempre a posteriori, pois o plano do objeto técnico antecede à existência concreta observável, já que se objetiva alcançar certos resultados. Está, portanto, na fronteira entre o humano e o não humano, uma terceira família terminológica.

4 – Há um grupo de terminologias relacionado à produção de um discurso coletivo. Abrange três subgrupos pragmaticamente distantes, mas semanticamente próximos: as terminologias prescritivas ou persuasivas, que exigem adesão intelectual (religião, política); as prescritivas oficialmente sancionadas (leis, costumes), em que o discurso é autodefinitório; e as que geram retórica, amplamente dedicada à elaboração de terminologias a partir de outras (propagandas, publicidade).

Todas essas teorias são concebidas como integrantes de uma teoria geral, mas com suas especificidades de observação e de objetos, assim como suas relações intralinguísticas (uma única língua) e interlinguísticas (várias línguas), e sua materialização no âmbito extralinguístico (contextual/discursivo), considerando as realidades socioculturais (sincrônicas) e evoluções históricas (diacrônicas).

Foucault (2000:34) prossegue em sua questão acerca da interseção das coisas, assegurando que

São “convenientes” as coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo da outra. Desse modo, comunica-se o movimento, comunicam-se as influências e as paixões, e também as propriedades. De sorte que, nessa articulação das coisas, aparece uma semelhança. Dupla, desde que se tenta destrinchá-la: semelhança do lugar, do local onde a natureza colocou as duas coisas, similitude, pois, de propriedades; pois, neste continente natural que é o mundo, a vizinhança não é uma relação exterior entre as coisas, mas o signo de um parentesco ao menos obscuro. E, depois, desse contato nascem por permuta novas semelhanças; um regime comum se impõe; à similitude como razão surda da vizinhança, superpõe-se uma semelhança que é o efeito visível da proximidade.

Como se observa, encontra-se novamente com o conceito de *onomástica* nas palavras deste autor, no momento em que este deposita uma semelhança expressiva e determinante entre um *objeto* e um *nome* apontado para o mesmo. Com esse pensamento, é possível considerar o estudo da *memória cultural* em harmonia com a *formação identitária* de um povo, avaliando como fato o elo entre memória e história, estas mesmas vinculadas às identidades individuais e coletivas sob o sustentáculo da memória. Por isso, parece acertado

afirmar que o contemporâneo é o produto da solidificação de ações passadas cultivadas e salvas na memória coletiva, criando uma tessitura, que pode perdurar ou modificar-se, a depender da vontade coletiva e das negociações envolvidas nesse processo.

José Leite de Vasconcelos, linguista português, dono de larga experiência tanto em *Filologia e Língua Portuguesa*, quanto em *Etnografia, Onomástica* e afins, implementou pesquisas de campo em vários pontos do mundo e alcançou resultados extraordinários em um período cuja Arqueologia ainda dava seus passos iniciais quanto ciência moderna⁴. Ainda que extremamente censurado por determinados teóricos, assim como o foi Ferdinand de Saussure e outros linguistas defensores da *Linguística Sistemática*, não se pode negar que as ponderações de Vasconcelos não podem ser desprezadas e/ou recusadas. Não obstante ao fato de que nem todas as suas formulações e hipóteses estejam de acordo com as avaliações aceitas como válidas pela maioria dos teóricos, segundo sugerem alguns autores, sua obra constitui um vasto campo que serve como ponto de referência (seja para negá-la, seja para reafirmá-la), tanto no que se refere às análises comparadas, críticas ou mesmo reformulações teórico-epistemológicas.

Em sua obra *Religiões Lusitanas* (Vasconcelos 1897:25), este autor afirma que

No tempo em que Alexandre Herculano publicou o seu trabalho, várias sciencias, como a Etimologia, a Anthropologia, a Glottologia, a Archeologia, estavam muito menos adeantadas que hoje, e por isso não espanta que elle, de mais a mais com o desejo de refutar opiniões que considerava, e de certo erão, exaggeradas, negasse factos que aquellas sciencias tendem successivamente a confirmar: isto é, que, não obstante os cruzamentos ethnicos que de todos os tempos se tem operado no nosso território, devemos contar entre os nossos ascendentes os povos da Lusitania. Impróprio seria entrar eu aqui em grandes considerações sobre este ponto, tanto mais que a presente obra mira exactamente a fazer essa confirmação em alguns ramos; da Etimologia: contentar-me-hei com lembrar que, se o território de Portugal não concorda exactamente com o da Lusitânia, está porém comprehendido no d'ella; que a lingua que fallamos é, na sua essência, mera modificação da que usavão os Luso-Romanos; **que muitos dos nossos nomes de lugares actuaes provém de nomes pre-romanos**; que certas feições do nosso character nacional se encontravão já nas tribus da Lusitânia; que grande parte dos nossos costumes, superstições, lendas, isto é, da vida psychologica do povo, datão do paganismo; que bom número das nossas povoações correspondem a antigas povoações lusitanicas ou luso-romanas; que, numa palavra, quando estudamos, por meudo, qualquer elemento tradicional da nossa sociedade, nos achamos constantemente em estreita relação com o passado, ainda mesmo com o mais remoto (Grifos meus).

Seguindo essa linha de pensamento, José D'Encarnação (2010) assevera que, dois povos de línguas distintas, quando interpenetram suas culturas por prolongado tempo, parece

⁴ Tal especificidade fica bem clara em sua obra *Religiões da Lusitânia* (três volumes), recém reeditada pela Casa da Imprensa Nacional de Lisboa e disponível em formato pdf no endereço: <http://archaeoethnologica.blogspot.com.br/2014/06/religioes-da-lusitania-livros.html>

adequado afirmar que haja um real processo, com o transcorrer dos tempos, de uma *aculturação onomástica*, ocorrida em razão da melhoria e concretização do mútuo entendimento e a facilitação da convivência diária. Ainda segundo este autor,

No que à onomástica diz respeito – outro dos domínios em que o conservadorismo se torna bem vincado (nada de mais importante para uma pessoa que o seu nome, a sua identificação...) – também se começou por dar uma importância mui significativa ao papel «sedutor» da nova linguagem, estabelecendo-se, inclusive, fases dessa *aculturação latina* por parte dos indígenas. Desde cedo que, no que concerne à onomástica da Lusitânia romana nos seus primórdios, se procuraram detectar estágios de uma evolução desde o mais simples – a latinização, ainda que incipiente, dos nomes únicos por que os indígenas eram conhecidos na sua comunidade restrita, frequentemente acompanhados do patronímico como elemento distintivo – até uma adopção completa do esquema onomástico “oficial”, necessário inclusive para efeitos político-administrativos (alistamento nas fileiras do exército, por exemplo) (D'Encarnação 2010:176).

Resta questionar se a constante *romanização* ou *latinização onomástica* prossegue admissível. Os nomes indígenas, por exemplo, de sociedades colonizadas teriam se ofuscado de tal maneira que já não se localizam seus indícios? Igualmente é preciso interrogar se, neste processo de *aculturação onomástica*, o nome seria um reflexo fiel de uma integração cultural de cabal implicação, ou seja, se este fato, *per si*, determinaria a assimilação léxico-toponímica em países colonizados. Por outro lado, a *latinização* do nome corresponderia à absoluta assimilação da mentalidade imposta aos colonizados, tanto quanto, no panorama atual são “impostas” formas de vestir, de comer ou até de pensar?

Obviamente não se pode negar que a *teonímia*, numa linha de pensamento judaico-cristã, foi a que norteou durante todo o processo de colonização e após esse período a onomástica em países de história colonial. No entanto, o papel do pesquisador é procurar subsídios teórico-práticos para contextualizar a história das pessoas e do próprio lugar. Nesse sentido, Helder Rodrigues Pereira (2011:98) afirma que

Abordar as cidades através das palavras que as designam e designam suas diferentes partes? Há muito tempo, viajantes e etnólogos, geógrafos e historiadores, lexicógrafos e linguistas recolhem “palavras da cidade”. Tesouros foram assim reunidos, na maioria das vezes de maneira dispersa e à margem de outras preocupações. [...] O observador às vezes atém-se à língua, à sua riqueza, à sua evolução, às suas particularidades e muito pouco aos objetos do discurso. Por vezes, ao contrário, a atenção recai sobre estes e cedo se postulou que as palavras designam simplesmente coisas que lá estão antes de serem nomeadas. É possível, entretanto, olhar os sistemas lexicais como traços e vetores de dinâmicas sociais que se inscrevem simultaneamente na cidade e na linguagem.

Câmara Jr. (1984) apresenta a definição de *Onomástica* como sendo o conjugado de antropônimos e de topônimos de um linguajar, assim como o arcabouço linguístico dos termos, o que demanda métodos de análise particulares. Seguindo esse percurso ideológico, (Camilo s/d:294) traz o conceito de *Onomasiologia*, que se trata do

método de pesquisa que consiste em reunir as expressões de que expõe uma língua para traduzir determinadas noções (magreza, fome, embriaguez). Parte-se, assim, dos significados capazes de ter expressão linguística, para se chegar ‘as formas linguísticas correspondentes, em vez de focalizar uma forma para em seguida examinar as suas diversas significações e empregos. Estende-se a conceitos sociais e morais, graus de parentescos, de profissões, etc.

Assim, a *Onomasiologia* configura um dos métodos de investigação que explora os nomes e no qual se localiza um ponto de encontro entre *nome*, *significação* e *referência*. Por intermédio do método, é possível perceber o quanto de resquícios da história cultural de um povo conserva-se nas designações e alcunhas das pessoas bem como nos nomes oficiais e alternativos (não oficiais) de ruas e diferentes lugares de circulação de pessoas.

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (2006) adverte que a *Onomástica* preocupa-se com a *designação*, à qual a autora insiste em acentuar a diferença do conceito que atribuímos à *palavra*. A pesquisadora define que, para existir nome, imperativamente deve haver um ser/objeto nomeador bem como um ser/objeto nomeado, o nome, portanto, possui papel referencial, isto é, acomoda propriedades no ser/objeto. Desse modo, não se pode falar de onomástica sem falar de referência.

Já conceito de palavra, segundo Margarida Basílio (1987:07),

constituiu um problema para gramáticos e linguistas. (...) A palavra é uma unidade linguística básica, facilmente reconhecida por falantes em sua língua nativa. (...) Durante muito tempo a análise gramatical considerou a palavra como a unidade mínima de análise linguística. Isto é, as palavras eram consideradas como elementos indivisíveis, embora pudessem apresentar variações de forma, tais como as flexões nominais e verbais.

Entretanto, para a autora, o progresso semântico, em desarmonia com a estabilidade morfológica, não é a excepcional razão para a distinção entre a *significação* das palavras e a *função* que assume para o léxico da língua. Outra causa para os resultados semânticos que encontramos está na multiplicidade de processos que podem afetar uma construção: ou na utilização e disseminação de situações naturais de metáfora e extensão de sentido: ou na presença insuspeitada de funções em certos formativos.

Para que esta distinção fique mais clara, passarei a discutir, no próximo ponto deste trabalho, os conceitos de “signo linguístico”, no âmbito da *Linguística*, e de “signo toponímico”, no âmbito da *Onomástica*. Para tanto, partirei da conceituação do “signo linguístico”, visto ter sido este a base para a conceituação de “signo toponímico”.

O Signo Linguístico e o Signo Toponímico

O signo linguístico foi cunhado por Ferdinand de Saussure, em sua obra póstuma *Curso de Linguística Geral*, de 1916. Entretanto, antes mesmo da sistematização de tal conceito por este teórico, já havia discussões acerca do caráter semântico e material do léxico de uma língua, debate principiado na tradição indiana (Hindu), atravessando as escolas helênica e latina (Grécia e Roma), passando pela Idade Média, pelo Renascimento, chegando até o século XIX, para, finalmente, no século XX, ser implementado como uma das bases para a formulação de uma teoria da língua.

Conforme o autor, a língua é “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (Saussure 1916:18); é um aparelho, um código em que, “de essencial, só existe a união do sentido” e da “imagem acústica” (Saussure 1916:23). A *imagem acústica* pode ser interpretada como a forma verbal arquivada na memória e o *conceito*, como o significado do signo de um modo mais abstrato e, em certo sentido, mais próximo da referência.

O signo atrela não uma *coisa* a uma *palavra*, mas um *conceito* a uma *imagem acústica*. Tal imagem não é tão somente material, puramente física, mas oriunda de articulação promovida pelos órgãos do aparelho fonador para, ao chegar a um receptor, finalmente tornar-se uma palavra, com sentido em contextos determinados de atuação via língua. Ou seja, trata-se de uma impressão psíquica desse som, isto é, a representação dos sentidos tanto de quem produz quanto de quem recebe o fone (som). O *conceito*, por sua vez, ordinariamente é mais abstrato. O signo linguístico é, por isso, uma instituição psíquica de duas facetas, isto é, a combinação do conceito (Significado) e da imagem acústica (Significante).

O signo linguístico apresentar dois atributos fundamentais, a saber: a *arbitrariedade* do signo e o *caráter linear* do significante. Na arbitrariedade do signo, a conceito de “céu”, por exemplo, não está unido por essência ao conjunto de fonemas /'séw/⁵, que lhe enquadra

⁵ Transcrição fonética aproximada. A fonte utilizada para transcrever foneticamente uma palavra ou um fragmento de fala é a *SILDoulos IPA*, disponível para download em <https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/FonteSILDoulos>.

em um *significante*. Este poderia ser engendrado do mesmo modo por sequência diversa. Empregou-se a expressão *símbolo* para nomear o *signo linguístico* ou, precisamente, o que titulamos de *significante*, que apresenta como particularidade ser conclusivamente arbitrário, isto é, não há necessariamente uma conexão natural entre o *significante* e o *significado*. Assim, por arbitrário, compreende-se que o *significante* é imotivado em analogia ao *significado*, com o qual não apresenta qualquer vínculo natural na realidade.

No segundo princípio, o da *linearidade do significante*, a completa estrutura da língua está amarrada nele. Os dados linguísticos ajustam-se um depois do outro, sendo que sempre há uma seleção consciente de qual componente empregar, e eles deverão ser coerentemente aplicados em uma configuração linear, sob pena de desestruturar o termo, ou seja, de este se tornar incompreensível aos sujeitos envolvidos na comunicação.

Outros dois fatores importantes de discussão dizem respeito à *imutabilidade* e à *mutabilidade* do signo linguístico. Já foi debatido aqui como se transmitem os conhecimentos e as instituições de geração em geração. O ponto mais polêmico de tal fator engloba a discussão da *imutabilidade*. O grande público não possui o domínio sobre a seleção do *significante*, constituindo, pois, uma imposição. A massa, portanto, ainda que consciente, não aventa modificações de forma conscienciosa. Um sistema alfabético pode, via de regra, ser trocado por um diferente ou ter acrescentado segmentos, como ocorreu com último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 2009. Isso também pode acontecer à língua se ela contiver um número restrito de subsídios idiomáticos e construções morfossintáticas, todavia os *signos linguísticos* são incalculáveis, justamente porque se organiza um sistema complexo, que adquire seus contornos com a vida da massa social e esta, constituindo-se espontaneamente inativa, surge igualmente como um fator de permanência. Se a língua apresenta uma relativa fixidez, não é exclusivamente por estar vinculada à autoridade do coletivo, mas fundamentalmente porque está situada no tempo. Ambos os eventos são intrínsecos.

Paradoxalmente, a língua não pode se proteger de fatores externos, que interferem na relação entre o *significado* e o *significante*. Não se acomoda a restrições na seleção de seus elementos, já que não se imagina algo que impediria os usuários de agregar qualquer conceito a uma série qualquer de emissões vocais. A língua é o conjuminado de usos linguísticos que admitem a um indivíduo compreender e fazer-se compreender, uma vez que, em momento algum, a língua sobrevive fora do evento social. Desse modo, sua índole social assenta o teórico ante a elementos essenciais e inseparáveis, a *língua* e a *massa falante*.

O *Signo Toponímico* (ou *Signo Linguístico em Função Onomástica*), por sua vez, seria, segundo José Quitério da Silva & Pedro Antônio Gomes de Melo (2014) o elemento utilizado pelo homem para personificar a paisagem como componente de sua relação com seu espaço de moradia. Portanto, conforme Karylleila dos Santos Andrade & Carla Bastiani (2011:304), “Deixam esses nomes de ser apenas signos arbitrários da língua, para referencializar-se como ícones de uma memória vivenciada, porque subjacentes estão a cosmovisão dos falantes e o sentido próprio que ela lhes confere”.

Assim sendo, faz-se fundamental uma ponderação acerca dos topônimos e do caráter intencional que permeia sua construção, visto que, na toponímia, o signo apresenta característica motivacional e é dimanado pela intencionalidade. Os topônimos desempenham a função de sustentáculo das identidades dos lugares, distinguem direções, passagens físicas ou posições sociais, econômicas ou políticas de seus habitantes.

O glossário Wittgenstein (Glock 1998) aborda a *intencionalidade* como o “direcionamento da mente a um objeto, que pode ou não existir. (...) Nenhum fato precisa corresponder à proposição como um todo, mas algo deve corresponder a cada um de seus elementos (nomes), a saber, um elemento (objeto) da situação que ele figura”. A Toponímia, pois, como consequência de experimentos e fatos perceptivos, não se restringe à representação do objeto dessa experiência [topônimo], mas promove o acesso imediato a este.

Para Alexandre Sousa (2007:01),

Ao designar um lugar com um nome, estabelece-se uma relação binômica, ou seja, uma conexão entre o acidente geográfico (o rio, o igarapé, o município, o seringal etc.) e o nome atribuído a ele, em que as partes formam um todo representativo. Nesse ato de nomeação, diferentes fatores interferem (influenciam, motivam) na escolha do denominativo, tanto de ordem físico-ambiental (as características do próprio acidente), quanto de ordem antropocultural (a cosmovisão do grupo humano).

Nesse sentido, a Onomástica – parte dos estudos de linguagem que trata da pesquisa dos nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos) – constitui atualmente um palco rico para investigações antropológicas, na medida em que tais levantamentos e análises permitem reconstituir dimensões social, histórica, econômica e religiosa das comunidades, refletindo episódios de diversos períodos da existência de toda uma sociedade, já que o objeto em exame – o signo toponímico – adquire denodos que ultrapassam o ato puro e simples de nomear, reflete a visão de mundo de seus usuários a partir do seu arcabouço vocabular, que constitui o conjunto de palavras de uma língua, no qual estão

registradas as experiências vividas por determinado grupo sociolinguístico e cultural, além de evidenciar as transformações por que passaram essas comunidades.

Igualmente, torna-se evidente que a significação do léxico de uma língua é cabalmente pertinente ao que o falante deseja pronunciar. Diante da dificuldade de determinar conceitualmente o sentido, dados termos foram definidos, numa tentativa de fixar ao significado uma abrangência conveniente, termos correspondentes, como *sentido*, *significação*, *verdade*, *convenção*, *informação*, *conhecimento* e diversos outros estiveram agregados a *significado*. Ante a isso, na língua, destacam-se duas inquietações básicas, destacadas por Isabela Maria Oliveira Catrinck & Patrícia Goulart Tondineli (2013:03), quais sejam:

uma é a necessidade de estabelecer como nosso conhecimento se expressa sob a forma de signos, ou seja, como nós representamos o que conhecemos. A outra questão diz respeito ao estatuto de representação linguística, como decidimos sobre a representação do signo. Dessa forma, percebemos a integração entre sentido e referente para a compreensão do signo linguístico.

Constituindo o topônimo um signo linguístico produzido por uma intencionalidade, isto é, *motivado*, a ciência toponímica não se atém a perscrutar a história ou a gênese dos signos, aplicando-se igualmente à motivação deste, buscando o(s) porquê(s) de tal seleção ou em que consistiram as motivações que levaram o(s) denominador(es) a atribuir(em) definidas qualificações aos territórios em que interagem.

A propósito disso, Guiraud (1980:59) já advogava em favor da convencionalidade (e não a arbitrariedade) como o atributo fundamental do signo linguístico, já que, conforme o autor, um signo linguístico naturalizado tem submergida a motivação que o fundamentou por conta da convenção, compreendendo o convencional como algo (objeto, conceito, comportamento) aceito pelo grupo como regra (de regularidade) ou norma (de normalidade). Maria Vicentina do Amaral Dick (2000:188) ampliou tal conceito à questão das designações dos espaços de circulação de pessoas, ressaltando que “A rua é o caminho melhorado, do ponto de vista de sua morfologia, e, semanticamente, a rua é um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. A rua tudo testemunha, numa atitude cúmplice de aceitação”.

A rua, igualmente concebida como um *topo* (ou seja, um espaço físico), tem na toponímia, assim arquivada na memória do povo a quem pertence, estabelecido importante fonte de conhecimento histórico-social a propósito da sociedade que a utiliza, considerando como válida a assertiva de Zuleide Ferreira Filgueiras (2011:33) que, com base nas

proposições de Jean Brunhes⁶, itera que “os nomes podem ser vistos como fósseis linguísticos que, sobrevivendo até a atualidade, autorizam-nos a adentrar no universo lexical de épocas pretéritas”. Desse modo,

o léxico de todas as línguas é essencialmente marcado pela mobilidade; as palavras e as expressões, com elas construídas, surgem, desaparecem, perdem ou ganham significações, de sorte a promover o encontro marcado do falante com a realidade do mundo biossocial que o acolhe: o homem e o mundo encontram-se no signo (Filgueiras 2011:336).

As designações topográficas, para Dick (1990), estão impregnadas de valores que estão pra além do ato em si de denominar. Assegura a autora que a toponímia está estabelecida como a ‘crônica’ de uma comunidade, registrando o contemporâneo como informação às próximas gerações. O topônimo seria, portanto, considerado um dos instrumentos de projeção temporal a que a sociedade tem acesso.

O signo toponímico (que, antes de qualquer definição, constitui um signo linguístico) é produzido, sobretudo, por particularidades físicas do ambiente e/ou por suposições e/ou pressuposições, crenças e anseios de quem denomina o lugar. O que o difere de outros signos linguísticos reside no que se refere à motivação, no entanto apresenta peculiaridade ainda quanto ao emprego, já que se trata de um nome próprio. A esse respeito, Rosana de Vilhena Lima (2009:121-124), exhibe determinados critérios para a definição de um signo como nome próprio, a saber:

- O primeiro critério debatido é o da *unicidade*, ou seja, o “nome próprio é aquele que significa um ser individual”. Todavia, conforme a autora, tal noção não leva em consideração o fato de que pessoas e locais apresentam, em muitas ocasiões, a mesma designação;
- O segundo critério é o da *identificação*, que implica que o nome próprio convém exclusivamente para identificar um indivíduo (pessoa), especializando-o em meio aos demais de entidade análoga;
- O terceiro critério consiste no confronto entre a *designação* e a *conotação*, considerando que os nomes próprios não são conotativos, tão-somente nomeiam pessoas e não sugerem quaisquer atributos do sujeito. Contudo, segundo a autora, já que os nomes

⁶ Autor do livro *Geografia Humana*, publicado em 1914, na França. Segundo Milton Santos (2006:95), “Brunhes propõe uma definição da geografia, mediante um exercício de aproximações sucessivas. (...) Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. O problema havia sido exposto por Jean Brunhes, em sua *Geografia Humana*, quando se referiu a uma nova espécie de complicação resultante de diferentes fenômenos que se sucedem no curso do tempo no mesmo espaço. O cenário geográfico permanece o mesmo, mas os homens que nele habitam passam por necessidades crescentes, mutáveis e crescentemente complexas”.

próprios não expressam algo isoladamente, “estão cheios de ricas conotações quando se aplicam a pessoas ou lugares conhecidos, quer pelo locutor, quer pelo ouvinte”;

➤ O quarto critério constitui o do *som distintivo*. As coisas apontadas com nomes próprios são usualmente componentes de um grupo lexical (conjunto de palavras), no qual as similaridades ultrapassam as diversidades, de maneira que é necessária a criação “rótulos” de exclusividade para assinalar a diferenciação dos demais grupos lexicais. Secundariamente, a designação concretiza uma espécie de energia que chama a atenção a determinado termo do que as outras expressões;

➤ O quinto critério é o *gramatical*, que se altera sobremaneira de uma língua a outra. O emprego de um determinante denota um dos componentes melhor atendem às exigências quando se trata do critério gramatical para definição de nome próprio. Entretanto, tal critério se torna frágil quando comparamos nomes próprios e comuns, já que ambos são caracterizados gramaticalmente por determinantes, sejam eles puramente gramaticais (como artigos, numerais ou pronomes), sejam de ordem lexical (como adjetivos). Apesar disso, dentre os determinantes dos nomes, apenas o artigo contempla o nome próprio, uma vez que jamais construímos sentenças como: “Um Rui Barbosa...”, “Três Cecílias Meireles...”, “Esses Eças de Queirós...” a menos que o façamos de modo conotativo. De qualquer forma, é preciso cuidado ao se analisar o nome a partir desse critério, pois não raro encontramos construções cujos nomes próprios não vêm acompanhados de artigo, como é o caso de alguns dialetos nordestinos, como se evidencia na construção “Vou à casa de Marcos”, por exemplo.

Compreende-se que tais critérios de identificação do nome próprio não necessita ser acolhida com exatidão em matéria de onomástica, uma vez que topônimos e antropônimos, além de sua função *identificadora*, têm como atribuição *significar*. Justamente por ser o nome próprio um fato linguístico não apenas *identificador*, mas fundamentalmente *significador*, é que se pode aventar que está impregnado de representações de ordem natural e social. É por este motivo que, por meio de seu estudo, é presumível recobrar variados aspectos da história de uma comunidade a partir dos traços linguísticos na fala sincrônica dos sujeitos de dada região. Por isso, o topônimo pode ser interpretado como um verdadeiro fóssil linguístico, expressão tomada ao francês Jean Brunhes, que considerava o fenômeno um fóssil da geografia humana.

O fato de ser compreendido como um *fóssil linguístico* parece constituir um dos predicados mais acentuadas do topônimo, além do fato de serem esses designativos necessariamente motivados e produzidos em razão de interesses do denominador. Com isso, é possível afiançar que os topônimos são *signos linguísticos* análogos aos demais concernentes

ao mesmo sistema linguístico, todavia não apresentam as mesmas propriedades, ou seja, não trazem em si, como os demais, o caráter arbitrário ou convencional. Segundo elucida Dick (1990), o signo toponímico assinala-se como o componente linguístico ordinário em função onomástica ou identificadora de lugares. Assim, o que era arbitrário em termos de língua, altera-se, no ato batismal de um ambiente, em necessariamente motivado.

O topônimo, como elemento iconicamente simbólico que é, pode ser interpretado como uma espécie de *totem* da comunidade que se utiliza dele para representar seus espaços. Obviamente, isso se dá de forma sensível na toponímia alternativa, não oficial.

Como exemplo disso, é possível observar os times de futebol, que, paralelo aos nomes oficiais das agremiações, elegend animais ou outros elementos da natureza para nominalizar os clubes, seres cujos integrantes acreditam absorver de suas características algo que o diferenciaria dos demais clubes, o que é perfeitamente *totêmico*. Ora se se pode nominalizar algo considerando suas especificidades físicas ou comportamentais, por que não considerar totêmico o nome selecionado pela comunidade àquele lugar em que interagem e com a qual possuem uma relação que ultrapassa a simples passagem por este local?

Como nos informa Maria Catarina Chitolina Zanini (2006:514),

O termo totemismo, de acordo com a literatura estudada, teria sido usado pela primeira vez por McLennan (em 1869 e 1870), nos artigos da *Fortnightly Review* intitulados *The Worship of Animals and Plants* que estabeleceu, como forma deste, a tríade “fetichismo, mais exogamia, mais descendência matrilinear” (Levi-Strauss 1975:24). Segundo Durkheim (1996), foi McLennan quem procurou mostrar que o totemismo era uma religião e que dele teria derivado um grande número de crenças e de práticas presentes em sistemas religiosos tidos como mais avançados. O que McLennan teria denominado de totemismo seria o fato de cada grupo (ou clã) estar associado a uma espécie particular de animal ou planta.

Seguramente, tal especificidade se dá de forma ainda mais forte em se tratando de topônimos formados por motivação religiosa, ou seja, Hierotopônimos. Entretanto, não se pode negar que há algo de transcendental na denominação de quaisquer locais de circulação de pessoas, sejam eles públicos (ruas, estradas, rios), sejam privados (fazendas, prédios, casas). Quando uma comunidade escolhe um vulto histórico (por exemplo: Av. Presidente Vargas, Palácio Antônio Lemos, etc.) para designar tal local, não dá para fugir do fato de que tal motivação foi de ordem emocional e simbólica, e, portanto, totêmica.

Além disso, não se pode deixar de frisar que, para Frazer (apud Zanini 2006:515), “A relação estabelecida pelo totem seria mais forte que a de sangue ou de família”, o que, mais tarde, é negado pelo autor em favor de uma versão que preconiza que “os homens se teriam

dividido em clãs de acordo com uma classificação prévia das coisas, ou seja, as relações lógicas entre as coisas teriam fornecido bases às relações sociais dos homens e o totemismo seria derivado desse processo”, o que tem relação direta com a formação de topônimos específicos em determinados lugares⁷.

Já Para Durkheim (apud Zanini 2006:515), o totemismo “cumpriria uma função que seria, em palavras simples, manter o curso normal da vida e dar uma representação total do mundo, bem como estabelecer coesão entre a sociedade e seus membros”. O totem não equivaleria tão-somente a uma designação, mas, primordialmente, uma insígnia. Desse modo, as representações do ente totêmico são mais consagradas do que o ente totêmico em si, por simbolizar o ser, estando, por isso, carregadas de *força social*.

⁷ No município de Benevides, isso parece se evidenciar de forma bastante contundente, em especial na chamada zona rural do município. Em Murinin, por exemplo, várias ruas foram denominadas em razão das famílias tradicionais do lugar, a saber: os *Monteiro* e os *Segundo*. Esse traço é tão evidente na comunidade que é possível delimitar os espaços a partir da apreensão desses sobrenomes nas ruas, evidenciando a família *Monteiro*, que possui a maioria absoluta de denominações entre as vias de circulação.

Capítulo II

Os Estudos Toponímicos no Brasil

As pesquisas toponímicas no Brasil começaram a se evidenciar, ainda de forma muito tímida, a partir da tese de doutorado de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Motivação Toponímica: Princípio Teórico e Modelos Taxionômicos*, defendida em 1980, sob a orientação do Dr. Carlos Drumond, e sintetizada em livro sob o título *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, publicado em 1990 pela Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo.

No supracitado estudo, a pesquisadora afirma que os estudos toponímicos no Brasil se restringiam a determinadas áreas dialetais e apresentavam uma metodologia bastante simplista, com o levantamento e catalogação de topônimos, seguido por uma possível busca etimológica de seus termos. Aspectos importantes para a formação do nome eram preteridos, tais como: a história da transformação do nome no local, sua evolução fonética, a relação com as migrações, a colonização, os nomes inspirados nas crenças locais, etc.

Isso, segundo a autora, se dava em função de a disciplina, à época, ser vivenciada a partir de um olhar unilateral, sem levar em conta o verdadeiro trabalho de elaboração intelectual e desligada de um conjunto maior, em que a apreensão do nome é apenas tarefa inicial. Nesse particular, afirma a estudiosa, não poderia ser diferente, já que, nesse período, as ciências do léxico observavam seu objeto de forma apriorística, considerando muito mais os aspectos da natureza toponímica regional (microtoponímia) do que a amplitude da história nacional (macrotoponímia) e quiçá mundial.

Desde esse período, houve mudanças significativas no olhar lançado para o tema, bem como a metodologia utilizada para chegar aos objetivos da disciplina. Dick (1980:20) afirma que

Os estudos toponímicos atuais, porém, depois das diretrizes traçadas por Albert Dauzat para a toponímia francesa, e das várias sugestões de pesquisadores americanos e canadenses, entre outros, comprovam uma realidade diferente, assinalada por uma busca de codificação de técnicas de trabalho, em que as etapas científicas da análise, seleção, comparação, interpretação e classificação dos fatos onomásticos seriam a meta a ser perseguida.

Observa-se que pouco se problematizou acerca do que viera de outros países como modelo a ser seguido para a ciência toponímica no Brasil, o que é perfeitamente compreensível, visto que a pesquisa na área estava dando seus primeiros passos no país e, portanto, necessitava de bases sólidas para iniciar a problematização aqui.

Acerca da metodologia utilizada na recém-chegada disciplina, Dick (1980:23) informa que

Os dados básicos (...), ou seja, a motivação do topônimo, o ordenamento sistemático dos motivos toponímicos em categorias classificatórias e possível compartimento desses nomes em áreas toponomásticas, decorrentes da maior ou menos incidência de denominativos de uma mesma tipologia, em uma região considerada, foram os núcleos centrais que condicionaram a propositura [do] trabalho. O método utilizado na pesquisa foi o da investigação do denominativo geográfico em um elenco específico, representado pelo *Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil – 1:1.000.00*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, eventualmente, em outros registros suplementares que corroborem a análise diacrônica dos fatos onomásticos, cuja referências estará na razão direta de seu próprio aproveitamento, como fonte subsidiária.

Evidencia-se a forma cartesiana com que se trata o dado toponímico, o que não mudou muito nos trabalhos que se seguiram a este, com exceções bastante pontuais, haja vista que as perspectivas de análise têm se diversificado, conforme se observará nos trabalhos posteriormente apresentados.

Com o objetivo de inaugurar um “modelo taxionômico”, Dick elaborou um instrumento de trabalho que visava a “aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos geográficos”, de modo a atender às demandas da investigação toponímica, baseada, fundamentalmente, nas técnicas sugeridas pelo toponimista americano George R. Stewart, embora ressalvando que nem sempre essas bases se adequariam às características da toponímia brasileira.

Assim, sugeriu a seguinte taxionomia:

1. Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Cruzeiro do Sul (AC);
2. Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Avenida Leste-Oeste (CE);
3. Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Igarapé Preto (AC);
4. Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Barra Longa (MG);
5. Fitotopônimos: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE);
6. Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA);
7. Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS);
8. Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB);

9. Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS);
10. Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ);
11. Zootopônimo: topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE).
12. Animotopônimos (ou Nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES);
13. Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP);
14. Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN);
15. Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC);
16. Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Aurora (GO);
17. Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG);
18. Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT);
19. Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC);
20. Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex. Passa e Fica (RN);
21. Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Essa categoria subdivide-se em: (i) Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex. Santa Luzia (BA) (ii) Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE);
22. Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC);
23. Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC);
24. Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR);

25. Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO);
26. Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP);
27. Somatopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Trombudo (SC).

Os trabalhos que se seguem ao de Dick se adaptaram a essa terminologia e à metodologia por ela elaborada, guardando as devidas restrições, conforme se poderá observar a seguir. É preciso enfatizar que os trabalhos desenvolvidos na área em território nacional estão bastante concentrados no sudeste do país, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, mas parece haver uma expansão de pesquisas congêneres para o Nordeste e o Norte do Brasil, ainda com tímidas produções nesta última região, mas com pesquisas bastante densas e significativas para a área.

Importante destacar também que a maioria absoluta das pesquisas acadêmicas na área aparece apenas de 2004 até o presente, o que demonstra que, apesar das tentativas de popularização acadêmica implementadas principalmente a partir da Universidade de São Paulo, ainda estamos em processo de descoberta da seriedade da discussão para a democratização da ciência e para a visibilidade dos sujeitos que constroem seu território, não apenas habitam nele.

A primeira tese a que tive acesso quando da seleção do material para compor o projeto de pesquisa apresentado à banca de seleção ao doutorado junto ao PPGA foi a de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, intitulada *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação de Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, em 2004.

O trabalho teve por objetivo o levantamento e a análise de topônimos da Região do Carmo, baseado tanto em pesquisa de campo, com entrevistas orais (30 no total, gravadas nas casas dos interlocutores e transcritas grafematicamente⁸), nos municípios de Ouro Preto, Mariana, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Alvinópolis, Ponte Nova, Rio Doce, Dom

⁸ A Transcrição Grafemática é uma forma de transposição do oral para o escrito, de modo a manter algumas especificidades da oralidade, tais como pausas, entonações, interrupções, etc., sem necessariamente proceder a uma transcrição fonética, baseada em símbolos pouco conhecidos pelo público não linguista (Ver Luís Antônio Marcuschi 1986).

Silvério e Acaiaca, além da busca de material cartográfico e documental atinentes a tais espaços.

A partir da ideia de que os designativos de lugares podem conservar-se incólumes às vontades do povo que habita o local, resistindo ao tempo, a autora considerou possível adentrar no passado, buscando explicações para as denominações da primeira comarca de Minas possuidora de um núcleo populacional. Adotou como referencial teórico e metodológico o que fora preconizado por Albert Dauzat (1926 apud Seabra 2004) e por Dick (1990).

A partir desse aporte teórico, Seabra apresenta de forma esquemática a ficha toponímica que ainda hoje é utilizada como base para os estudos toponímicos mais estruturais. Metodicamente, apresenta a seguinte composição (Seabra 2004:48):

TOPÔNIMO:	TAXONOMIA:
MUNICÍPIO:	
ACIDENTE:	
ORIGEM:	
HISTÓRICO:	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	
CONTEXTO:	

Quadro 01: Modelo de Ficha Lexicográfica-Toponímica

TOPÔNIMO: *Corresponde ao registro do nome de lugar coletado em entrevistas orais, de acordo com as normas de transcrição adotadas, comprovado ou não, posteriormente, em cartas geográficas ou documentos escritos. No caso de a forma falada apresentar variantes como, por exemplo, Bandeirante ~ Bandeirantes⁹, [opta-se] por apresentar as duas na entrada léxica, mas descrever a estrutura morfológica apenas da forma que difere da pronúncia padrão, como uma tentativa de se ser fiel à fala local.*

TAXONOMIA: *Neste campo registra-se a taxa do topônimo, isto é, o nome de lugar inscrito na ficha deverá receber uma classificação ou uma taxa como, por exemplo, geomorfotopônimo para o topônimo Lavras, antropotopônimo para o topônimo Bento Rodrigues.*

MUNICÍPIO: *Indica o município ao qual a localidade a que o topônimo se refere está localizado.*

ACIDENTE: *Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes.*

⁹ O símbolo ~ indica que há alternância entre os usos.

ORIGEM: Indica a procedência do topônimo. Tendo como base as informações contidas no campo informações enciclopédicas e, também, em dicionários citados nas fichas, procurando classificar cada um dos topônimos em relação à sua origem linguística:

a) Portuguesa: estão inseridos nessa origem os nomes oriundos de Portugal, pertencentes à língua portuguesa, que se mantiveram com a mesma significação no território brasileiro, além dos antropônimos e topônimos lusitanos que se transferiram para o Brasil.

b) Portuguesa [brasileirismo]: CÂMARA JR. (1985: 66) chama de “brasileirismo – qualquer fato linguístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato linguístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo.”

c) Africana: Dos africanismos diz CÂMARA JR. (op. cit.: 44) que “são essencialmente empréstimos lexicais com adaptação à fonologia e à morfologia portuguesa.”

d) Indígena: Para HOUAISS (2001), ao termo indígena se refere tudo aquilo que é relativo à “população autóctone de um país ou que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador.” Baseado nesse conceito, classificam-se como topônimos indígenas, os vocábulos cuja origem – fundamentados pelas “informações enciclopédicas” e dicionários de língua – levam a uma interpretação que remete, por exemplo, a povos indígenas como os pré-colombianos.

Hibridismo: Segundo CÂMARA JR. (1985:137), hibridismo é o nome dado a um vocábulo “cujos elementos provêm de línguas diversas.” Resultantes do convívio da língua portuguesa com as línguas africanas e indígenas.

f) Estrangeirismo: CÂMARA JR. (op. cit.: 111) define estrangeirismos como sendo “empréstimos vocabulares não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia.” Em se tratando de topônimos, nomes já há muito integrados no sistema linguístico local, proponho (...) classificar como estrangeirismo aqueles nomes que não tiveram origens lusitana, africana nem indígena.

g) n/e: Quando não se tem certeza da origem do topônimo, não encontrando informações suficientes para esclarecer a sua taxonomia, adotando-se a abreviatura n/e (não encontrado).

HISTÓRICO: Neste item é apresentada a evolução do topônimo, quando esta ocorreu, com base nos documentos escritos. São observadas as formas extraídas de informações enciclopédicas e de documentos escritos dos topônimos coletados, a fim de recuperar o seu continuum histórico, como se exemplifica a seguir:

a) a substituição total de um topônimo por outro, quando esta tiver ocorrido: Ex.: Santa Rita Durão < Inficionado < Nossa Senhora do Nazaré do Inficionado.

b) a substituição parcial do topônimo:

por redução: Ex.: Bonito < Francisco Lopes Bonito.

por expansão: Ex.: Bela Vista da Outra Banda < Bela Vista.

c) a alternância grafemática e a evolução fônica do topônimo analisado, quando esta tiver ocorrido: Ex.: Almesca ~ Almesca < Almécega.

d) hipótese sobre uma provável origem, marcada com o sinal *.

Alto Jerônimo < Alto do *Jerônimo.

e) variação grafemática / ortográfica: Ex.: Covanca ~ Cuvanqua.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: Indica a classe gramatical, o gênero e o número de cada um dos topônimos, agrupados em esquemas ou estruturas morfossintáticas, relacionados abaixo:

1) Para nomes simples:

a) Nm [Ssing] = Nome masculino [Substantivo singular]: Açude.

b) Nm [Spl] = Nome masculino [Substantivo plural]: Carvalhais.

c) Nf [Ssing] = Nome feminino [Substantivo singular]: Baxada.

d) *Nf [Spl] = Nome feminino [Substantivo plural]: Caieras.*

2) Para nomes compostos:

2.1. Masculinos:

a) *NCm [Ssing + Ssing] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + Substantivo singular]: Antônio Perera.*

b) *NCm [Ssing + ADJsing] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + Adjetivo singular]: Barro Branco.*

c) *NCm [Ssing + ADV] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + Advérbio]: Mato Dentro.*

d) *NCm [ADJsing + Ssing] = Nome Composto masculino [Adjetivo singular + Substantivo singular]: Bom Ritiro.*

e) *NCm [Qv + Ssing] = Nome Composto masculino [Qualificativo⁶⁴ + prenome ou apelido de família]: Dom Silvério.*

f) *NCm [V + Ssing] = Nome Composto masculino [Verbo + Substantivo singular]: Apaga Fogo.*

g) *NCm [Prep + Ssing] = Nome Composto masculino [Preposição + Substantivo singular]: Sem Pexe.*

h) *NCm [Ssing + {Prep + Ssing}] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + {Preposição + Substantivo singular}]: Diogo de Vasconcelos.*

i) *NCm [Ssing + {Prep + ADV}] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + {Preposição + Advérbio}]: Gualacho de Cima.*

j) *NCm [ADJsing + Ssing + Ssing] = Nome Composto masculino [Adjetivo singular + Substantivo singular + Substantivo singular]: Santa Rita Durão.*

l) *NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + {Preposição + Artigo singular + Substantivo singular}]: Morro do Agaú.*

m) *NCm [Ssing + {Prep + Apl + Ssing}] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + {Preposição + Artigo plural + Substantivo singular}]: Filipe dos Santo.*

m) *NCm [Ssing + {Prep + Apl + Spl}] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + {Preposição + Artigo plural + Substantivo plural}]: Corgo dos Pilões.*

n) *NCm [Ssing + ADV + {Prep + Asing + Ssing}] = Nome Composto masculino [Substantivo singular + Advérbio + {Preposição + Artigo singular + Substantivo singular}]: Mato Dentro do Bonfim.*

2.2. Femininos:

a) *NCf [Ssing + ADJsing] = Nome Composto feminino [Substantivo singular + Adjetivo singular]: Água Fria.*

b) *NCf [ADJsing + Ssing] = Nome Composto feminino [Adjetivo singular + Substantivo singular]: Boa Vista.*

c) *NCf [Spl + ADJpl] = Nome Composto feminino [Substantivo plural + Adjetivo plural]: Águas Claras.*

d) *NCf [Spl + ADJsing] = Nome Composto feminino [Substantivo plural + Adjetivo singular]: Lavras Nova.*

e) *NCf [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}] = Nome Composto feminino [Substantivo singular + {Preposição + Artigo singular + Substantivo singular}]: Cachuera do Brumado.*

f) *NCf [ADV + {Prep + Asing + Ssing}] = Nome Composto feminino [Advérbio + {Preposição + Artigo singular + Substantivo singular}]: Atrás da Serra.*

g) *NCf [ADJsing + Ssing + {Prep + Pron + Ssing}] = Nome Composto feminino [Adjetivo singular + Substantivo singular + {Preposição + Pronome + Substantivo singular}]: Bela Vista d'Otra Banda.*

h) *NCf [ADJ_{sing} + S_{sing} + {Prep + A_{sing} + S_{sing}}] = Nome Composto feminino [Adjetivo singular + Substantivo singular + {Preposição + Artigo singular + Substantivo singular}]*: *Boa Vista do Loredó*.

i) *NCf [{Prep + Pron} + S_{sing}] = Nome Composto feminino [{Preposição + Pronome} + Substantivo singular]*: *D'outra Banda*.

No caso do vocábulo analisado ser um antropotopônimo – classificação dada ao “nome de lugar” constituído a partir de designativos pessoais – acrescentou-se a classificação:

- Prenome para nome da pessoa*
- Apelido de família para sobrenome*
- Alcunha para apelido, podendo ser depreciativo ou não*
- Hipocorístico para tratamento familiar carinhoso*

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: *Neste campo, encontram-se informações várias sobre o topônimo estudado, embasando a classificação sobre sua origem, sobre sua estrutura morfológica e sobre sua taxonomia.*

CONTEXTO: *Reserva-se este campo para mostrar as referências ao topônimo em contextos oral e escrito:*

1) *oral contemporâneo – campo reservado para anotações de trechos das entrevistas em que ocorre o topônimo estudado. Ex: Oral contemporâneo do topônimo Gambo (Cf. Anexo 1 – Entrevista 15 – P. 99, L. 145-148).*

2) *documento escrito – subdivide-se em:*

2.1. *documento escrito contemporâneo – procura-se encontrar documentos antigos, quando isso não for possível, citam-se documentos contemporâneos como cartas geográficas, com datação a partir de 1976.*

2.2. *documento escrito antigo – constitui-se de:*

- cartas de sesmaria transcritas e originais;*
- escrituras;*
- cartas geográficas antigas;*
- narrativas de viagem;*
- correspondência familiar;*
- documentos inscritos no Códice Costa Matoso;*
- documentos paroquiais;*
- documentos cartoriais.*

Com base nos dados coletados a autora evidenciou a descrição a partir de fichas toponímicas elaboradas por Dick (1990) para a exposição de cada um dos itens encontrados. A pesquisadora constatou que os topônimos de caráter antropocultural estão em superioridade em relação às demais classificações, portanto, o que predomina na toponímia local é antropotopônimo. Nesse particular, a pesquisadora explicitou que toponímia da região manifestou-se colonialista, pois predominam os topônimos de linhagem lusa, mantendo a maioria absoluta dos topônimos do período colonial.

Isso reflete, segundo a autora, o contexto histórico-cultural da gênese oficial desse território, tendo sido tomado por bandeirantes (exploradores) paulistas, a região recebera

numerosos imigrantes lusitanos que lá se estabeleceram. Com o desenvolvimento agrícola, as designações dos espaços de circulação apresentam o luso como principal agente nessa implementação.

Karylleila dos Santos Andrade publicou a tese *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins - Projeto ATITO*, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2006. O ATITO integra o projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e teve como aporte teórico-metodológico a teoria apresentada nos estudos de Dick (1990). Apresentou como foco a toponímia indígena tocantinense, e, para tanto, foi efetivado um arrolamento de topônimos nas 127 cartas topográficas que compõem o estado, 58 delas localizam-se no IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico, de Palmas; e 69 cartas, localizadas no 22º Batalhão do Exército de Palmas, em uma escala topográfica de 1:100.000. O *corpus* levantado data de 1979, pertence à Carta do Brasil, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE – Diretoria de Geodésia e Cartografia, Superintendência de Cartografia.

O levantamento do *corpus* comportou a identificação, descrição e catalogação de 1.350 topônimos de procedência indígena. Foi efetivado, ainda, um estudo histórico, etnológico e linguístico na bibliografia disponível de viajantes naturalistas na Província de Goiás, no século XIX.

Importante se faz destacar esta fonte, considerando a necessidade de se observar tal embasamento de forma muito criteriosa, na medida em que, mesmo as fontes documentais escritas são passíveis de manipulações de ordem cultural e/ou etnocêntrica. A esse respeito, a própria autora problematiza, afirmando que

Etnocêntricos, seus relatos sobre os homens de Goiás são marcados por julgamentos de valores, preconceitos e indiferença. Suas memórias narrativas, no entanto, nos permitem a reconstrução de histórias regionais, como a da Província de Goiás, mais especificadamente, da região que hoje pertence ao estado do Tocantins (Andrade 2006:54).

A referida pesquisa toponímica levou em consideração as duas grandes bacias hidrográficas do Estado: rios Araguaia e Tocantins. Dos 139 municípios desta Unidade da Federação, 51 apresentam-se, com base no plano onomasiológico basilar da disciplina, com os topônimos, ou como parte integrante destes, Araguaia e/ou Tocantins.

Foram avaliadas 71 fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios tocantinenses comprovadamente de linhagem indígena, descritas a partir da formação: Elemento específico simples, Elemento específico composto e Elemento específico híbrido (Cf. Dick 1990). Como

consequência de tal exame, constatou-se que 99% dos topônimos levantados são de origem tupi, o que, segundo a autora, está diretamente relacionado ao fato de “As bandeiras, que percorreram a região dessa Província, quase só falavam o tupi. Por onde passavam, denominavam a paisagem natural: rios, córregos, serras, morros, ribeirões, cachoeiras, com topônimos tupis” (Andrade 2006:23). Nesse sentido, os topônimos de família tupi esculpidos na geonímia brasileira não foram selecionados por indígenas, mas pelos próprios expedicionários, pois todos ou quase todos falavam a língua tupi.

Além disso, a autora itera que análise do *corpus* assinala os topônimos de natureza física, **fitotopônimos e zootopônimos**, como os mais evidentes na geonímia tocantinense no que respeita à origem indígena, representando uma espécie de projeção aproximativa do fato geomorfológico e antropocultural do espaço, evidenciando a natureza semântica de seu significado.

Neste mesmo ano, Raimunda Madalena Araújo Maeda produz sua tese *A Toponímia Sul-Mato-Grossense: Um Estudo dos Nomes de Fazendas*, pela Universidade Estadual Paulista, sob a orientação da Dr.^a Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (Maeda 2006). O trabalho objetivou o levantamento, a categorização taxonômica, a análise dos topônimos e a motivação toponímica dos locativos¹⁰ rurais do Pantanal Sul-mato-grossense (microtoponímia).

A partir dessas análises, a autora ressaltou que a toponímia local apresenta peculiaridades bastante marcadas, por conta dos aspectos antropoculturais, econômicos, históricos, geográficos, e em o processo de ocupação, composição fundiária, a maneira de o pantaneiro observar o mundo.

¹⁰ *Locativos* são, tradicionalmente, termos associados à Gramática Normativa. São elementos anafóricos (que retomam uma informação já exposta na frase/texto) construídos a partir de um advérbio de lugar (aqui, ali, cá, lá, acolá...) ou de um adjunto adverbial de lugar (neste local, no país do sol nascente, etc.). No entanto, não são poucos os autores que atribuem ao locativo uma função argumentativa especialmente em se tratando do texto narrativo, como, por exemplo, Raquel Marconi Nogueira (2005), que estudou como se comportam os locativos na fala popular na cidade de São Paulo, adotando os pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Funcional (Van Dik 1989) e da Sociolinguística Variacionista (William Labov 1960). O tema, porém, não se restringe à Linguística, a exemplo do trabalho de Adelino C. A. Mont’Alverne (2012), em que aborda o locativo quanto apropriação das mídias na construção da significação do espaço das ruas como um novo ambiente de comunicação, apresentando experiências artísticas, políticas, mercadológicas ou experimentais que mostram como as tecnologias móveis podem fortalecer a relação entre indivíduos e seus contextos locais, contrariando a ideia de esvaziamento e de perda de sentido das ruas causado pelas novas mídias. Essa abordagem é conhecida, nas teorias em Comunicação Social, como “jogos móveis locativos”. Outro exemplo é o trabalho de José Cláudio Alves de Oliveira (2011), que aborda a memória social compartilhada no ciberespaço, a partir da *media* clássica, o museu, que de presencial, passou também para a sua versão digital, a que todos têm acesso. Reflete sobre a memória histórica, seja ela individual, coletiva ou de representações de lugares, casas, praças, enfim, do patrimônio cultural hoje facilitado informacionalmente com as mídias locativas que mediatizam dados de lugares, objetos e monumentos com informações do passado e do presente, fontes comunicacionais que refletem a identidade local ou simplesmente curiosidades sobre as histórias e estórias do patrimônio cultural.

Partindo do pressuposto de que os locativos, abrangendo os nomes de espaços privados, evidenciam-se como uma importante fonte para a explicitação de aspectos histórico-culturais de uma comunidade, pois parecem comportar eventos linguísticos carregados de ideologias e crenças, atualizadas na ação denominativa, além da trajetória dos sujeitos que formaram o grupo, aproximando-se das motivações da designação.

A base teórica adotada na pesquisa foram a Linguística Geral de Ferdinand Saussure (1970), a Filosofia da Linguagem de Friedrich Frege (1978) e a Teoria do Discurso de Émile Benveniste (1991), associado à teoria do signo toponímico segundo os fundamentos de Dick (1990). Já se observa, a partir dessa pesquisa, que o olhar sobre a informação toponímica tem se ampliado, acompanhando a trajetória da própria ciência, com a valorização da diversidade, da multiplicidade de identidades.

O procedimento empregado para o inventário de topônimos atinente à investigação foi o da consulta de documentos efetivada junto ao Banco de dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal – EMBRAPA/CPAP e na Carta Geográfica “Fazendas do Pantanal”, organizado pelo Laboratório de Geoprocessamento da instituição, na escala de 1:750000.

Os dados revelaram que os topônimos de natureza antropocultural são a maioria e que, dentre esses, distingue-se a taxa dos hierotopônimos (ligados à religiosidade) como denominativos de propriedades particulares, fundamentalmente hagiotopônimos (santos do corolário católico), tais como fazendas (Ex.: Fazendas Santo Antônio, São João, São Pedro e São Sebastião), o que denota um legado lusitano do período da colonização. Entretanto, as taxas de natureza física, sobretudo os fitotopônimos (flora), hidrotopônimos (rios) e zootopônimos (fauna) apontam para uma interação entre as condições ambientais do local e as aspirações do denominador enquanto construtores de seu *habitat*.

Alessandra Martins Antunes estudou *A Rede Ferroviária e a Urbanização da Freguesia do Brás: Estudo Onomástico-Contrastivo*, pesquisa desenvolvida na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, no ano de 2007.

Um dos destaques que dou a esse estudo diz respeito ao fato de que, nele, a autora afirma que, embora a denominação seja percebida como, essencialmente, retribuição a uma atuação em prol da localidade, recompensa esta destinada àqueles que se empenharam em sua concretização, além de ser interpretada como ancoragem de denominativos como testemunhas da passagem de notórios sujeitos na sua ocupação maciça, em ambos os casos, são

desconsiderados os procedimentos de concepção, de solidificação e se ressemantização dos topônimos, suscitando, não raro, conclusões equivocadas.

No trabalho, foi utilizada a metodologia de recobrimento das motivações da qualificação toponímica a partir do Projeto Atlas das Cidades, coordenado por Maria Vicentina do Amaral Dick, no Estado de São Paulo. A pesquisadora buscou os registros toponímicos entre 1850 e 1914, associando as singularidades físicas da região às mudanças dos perfis de moradores.

Conclui a autora que a história toponímica da Freguesia do Brás pode dividir-se em três fases: a primeira até 1870, enquanto se mantinha fechada, isolada do restante de São Paulo, e se caracterizava toponimicamente pela presença de designativos de ordem espacial. A segunda fase está situada entre 1880 e 1900, períodos dos primeiros loteamentos de grandes áreas, daí se começa a perceber a presença de antropotopônimos. Após a Proclamação da República, um grande número de migrantes e imigrantes vem para a região, urbanizando o local e homenageando autoridades políticas locais e nacionais em seus topônimos, tornando-se uma tendência a partir de então.

Claudio João Barreto dos Santos efetivou a pesquisa *Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses*, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientada pelo Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes, em 2008.

Tal estudo privilegiou a padronização da geonímia (toponímia) a partir da cartografia tradicional. A pesquisa focaliza o papel dos nomes geográficos como legitimadores do poder sobre o território, o sentimento da população em relação aos seus lugares de interação/moradia (a chamada topofilia), além de observar marcos históricos, aspectos econômicos e culturais dos municípios fluminenses, evidenciados pelas indicações geográficas.

Como metodologia da pesquisa, o autor refletiu sobre a padronização dos nomes geográficos, levantando as controvérsias da geonímia brasileira, apontando tal controvérsia na divisão político-administrativa dos municípios fluminenses, considerando a etimologia, a motivação e a origem étnica dos topônimos locais.

Como uma tentativa de dirimir problemas de padronização dos nomes geográficos nacionais, o autor sugere que seja implantada no país uma comissão que aponte os caminhos e determine as diretrizes (ortográficas primordialmente) para a denominação de nomes geográficos, assim como suas representações cartográficas oficiais.

Ideli Raimundo Di Tizio efetivou o estudo *Tietê Ontem e Hoje: Preservação ou Mudança Toponímica e a Legislação do Ato de Nomear - Uma Proposta de Lei*, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, no ano de 2008. O trabalho catalogou basicamente os hidrotopônimos ao longo do rio de Tietê, efetivando a busca das motivações dos topônimos em foco a partir de mapas antigos, revelando as crenças dos que habitaram o lugar quando da ocupação desse “sertão desconhecido”.

O autor analisou também os nomes das cachoeiras e das hidrelétricas ao longo desse tão importante curso d’água do país, verificando como tais espaços foram denominados ou alterados no decurso da história. Observou o pesquisador que o principal motivo pelas mudanças de nomes ocorridas nestes espaços deu-se, fundamentalmente, em função da mudança da paisagem em razão das construções de hidrelétricas, a degradação do meio ambiente e a mudança na paisagem, com o desaparecimento de elementos geográficos.

No trabalho, o autor apresenta a legislação do ato de nomear em vários países, incluindo os de língua portuguesa, destacando o Portugal e Brasil. No caso de Portugal, a Constituição Portuguesa, a partir dos artigos 112º e 241º, dá autonomia aos poderes locais para que legislem sobre a matéria que não estejam reservadas aos órgãos de soberania. O Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, permite a apresentação de propostas referentes à toponímia e numeração de polícia e edifícios às Assembleias Municipais. Com poucas variações, os municípios criam regulamentos e determinam comissões para a criação de normas e emplacements de ruas e numeração de prédios. Em geral, essas comissões são compostas por Vereadores, representantes de juntas de Freguesias, Técnicos de Urbanismo e representante de Museus das Freguesias.

A criação de uma legislação toponímica tem em vista a conseqüente expansão demográfica e uma gestão clara que norteie a atribuição de nomes. Além disso, busca evidenciar o patrimônio imaterial, servindo como registro histórico das mudanças políticas, econômicas, etc., possíveis na vida do país. Assim, as ações das comissões têm como objetivo proceder a: 1 – Levantamento toponímico da região contemplada; 2 – Apresentação de estudo histórico sobre a toponímia no município em foco; 3 – Proposição de novo arruamento, caso considere necessária tal ação; 4 – Elaboração de pareceres no que se refere à manutenção dos nomes já existentes; 5 – Colaboração com universidades, editora de manuais didáticos utilizados nas zonas onde a escola se insere para divulgação das mudanças; 6 – Publicação das mudanças a partir de órgãos oficiais.

Quanto ao teor dos topônimos, a legislação prevê que deve: 1 – Ter caráter popular e tradicional; 2 – Estar ligado à história do município; 3 – Ser antropônimo de figura de relevo local, nacional ou mundial; 4 – Não ter decorrido um ano da morte do antropônimo originário da toponímia, salvo em casos excepcionais; 5 – Não se encontrar repetidos na mesma localidade; 6 – Dá-se primazia a topônimos do tipo: Antropotopônimo: nomes de pessoas; Arqueotopônimo: nomes derivados de sentido arqueológico; Fitotopônimo: nomes derivados de plantas locais; Geotopônimo: nomes derivados da orografia ou da geologia local; Hagiotopônimo: nomes derivados de santos católicos; Hidrotopônimos: nomes derivados de mares, rios, lagos, etc.; Zootopônimos: nomes derivados da fauna local.

No caso do Brasil, o autor compara a legislação das Unidades da Federação, observando suas analogias e diferenciações. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 20, Inciso XV: é competência da União organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional. O Art. 30. Esclarece que Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local.

Sobre o teor da toponímia, diferente da legislação portuguesa, tão preocupada com a normalização e regulamentação da toponímia. No Brasil, existe somente uma lei que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências, publicada em 1977, no governo Geisel.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei. Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Em caso de repetição de topônimos, a Lei Complementar nº 46/84 determina que se fará a alteração, mantendo o topônimo o local de maior categoria administrativa ou judiciária: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito.

O autor apresenta algumas situações particulares, como, por exemplo, o caso Franca/SP, que prevê, ao contrário do que versa a lei federal, a utilização de nomes de pessoas vivas, contando que não haja quaisquer motivações políticas. O município de Cachoeira/RS define que haja consulta popular, via abaixo-assinado, em que os resultados sejam equivalentes a 60% dos moradores do logradouro, acompanhada de cópia de IPTU ou outro comprovante de residência. Há ainda a especificidade do município de Porto Alegre/RS: de 30% a 70% para cada sexo, caso recaia sobre antropotopônimos.

Por não ter encontrado uma legislação especificamente preocupada com o uso da toponímia no Brasil, o autor sugere que seja criada uma legislação específica para a denominação de hidrelétricas, e, da mesma forma, a criação de uma legislação específica para prédios públicos e logradouros.

Iberê Luiz Di Tizio desenvolveu a tese intitulada *Santo André: A Causa Toponímica da Denominação dos seus Bairros*, pela Universidade de São Paulo, com orientação da Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2009. Nesta pesquisa, o autor evidencia as transformações por que passou a área hoje compreendida como Santo André, no complexo industrial do ABC paulista.

Explicita o pesquisador que o boom industrial que se iniciou em 1867 incentivou as indústrias a adquirirem terras para a construção de fábricas, o que produziu a necessidade de aquisição de terras também para moradia dos funcionários. Houve, no entanto, resistência por parte de proprietários rurais em vender suas terras, sendo convencidos somente com a promessa de que seriam homenageados (assim como os demais membros da família) e perpetuados nos topônimos locais.

Tal técnica de nomeação permaneceu até meados do Século XX, quando se começa a verificar as mudanças no perfil da população, agora composta por migrantes de outras cidades do ABC ou de outros pontos do Brasil, forçando a uma nova forma de nomeação paralela a que já era implementada. Nesse caso, verifica-se a presença de corotopônimos atribuídos a bairros, tais como: Jardim Jamaica, Jardim Las Vegas, etc., em geral, com um forte apelo imobiliário. Percebe-se também a maciça presença de hagiotopônimos, evidenciando a forte presença da religião católica (Jardim Santo Antônio de Pádua, Cidade de São Jorge, etc.).

Jocyare Cristina Pereira de Souza estudou os *Topônimos Mineiros e o Processo de Ocupação/Exploração/Formação do Estado Nacional*, pela Universidade Estadual de Campinas, tendo como orientador o Dr. Eduardo Guimarães, defendida no ano de 2009. Propõe a autora um exame da técnica de nomeação que caracteriza o lugar de enunciação e os sujeitos envolvidos nas denominações das *cidades históricas mineiras* nascidas no Ciclo do Ouro, focalizando o evento elocutivo em sua historicidade, ou seja, os papéis sociais e políticos envolvidos no ato de nomear. Há, nesse ponto de vista, uma aproximação do linguajar com um sujeito falante, que se expõe como sujeito político e social da enunciação.

Ao determinar o procedimento onomástico dos topônimos mineiros que germinaram no período do *ciclo do ouro* em Minas Gerais, a autora constrói um aparelho teórico e metodológico abalizado na *Semântica do Acontecimento*, buscando entender o artifício

denominativo desvendado pela história local, não como um ingênua descrição, mas como um técnica e um posicionamento discursivo.

A pesquisadora interpreta que a construção toponímica mineira durante o *ciclo do ouro* apresenta, em seu cerne, princípios basilares, tais como: a *história* que, constituindo reminiscência, institui os sujeitos e as línguas no evento de elocução; o *saber* e o *político* formam marcas de um período em que denominações se manifestavam como ação em uma narração e, ao mesmo tempo, como um exercício político, cuja constituição do lugar enunciativo se produz pela confrontação de *sujeitos, saberes, políticas, identidades, silenciamentos e esquecimentos*, como uma forma de mitigar uma ideologia que possa ameaçar o domínio de determinado grupo social.

Particularmente no que tange ao exercício do *silenciamento* do aspecto étnico-cultural do negro é, pois, um artifício periódico na Europa, trazidos para as colônias, tendo em vista a desumanização das povoações africanas e a desmoralização da autoridade de suas organizações políticas, culturas e memórias – ações que engendram e solidificam a edificação de representações envoltas no primitivismo e isolamento desses grupos.

Maria Aparecida de Carvalho apresentou à comunidade científica, no ano de 2010, o trabalho *Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso - Mesorregião Sudeste Mato-Grossense*, desenvolvido na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Nessa pesquisa, a autora apresenta o levantamento lexicográfico-toponímico dos espaços geográficos naturais (taxionomias de natureza física), tais como: cabeceiras, córregos, morros, ribeirões, rios, serras, vazantes, etc., tanto do espaço urbano quanto rural dos 22 municípios que compõem a Mesorregião Sudeste Mato-grossense.

O trabalho tem por objetivo compor uma das etapas do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso (ATEMT), vinculado ao projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB). O corpus foi estabelecido por meio de cartas topográficas e mapas, ou seja, a fonte de pesquisa deteve-se a fontes documentais, considerando fundamentalmente a escala, que varia de acordo com a abrangência que se pretende alcançar. Para tanto, a autora esclarece que a *escala* é uma relação entre as dimensões reais de uma superfície e a representação dessas dimensões no mapa. Ex.: um mapa desenhado na escala de 1 para 1.000.000 (1:1.000.000) significa que 1 cm no mapa equivale a 1.000.000 cm de ou 10 km no terreno.

Foram seguidas as seguintes etapas na pesquisa: Delimitação da área a ser pesquisada; Obtenção de cópias dos mapas municipais; Pesquisas nas cartas topográficas e nos mapas; Levantamento dos topônimos por município; Elaboração das relações por município;

Classificação dos topônimos nas taxionomias de Dick (1990); Elaboração e preenchimento das fichas lexicográfico-toponímicas; e Análise e tratamento dos dados, evidenciando estatisticamente as formas ótimas de uso dos topônimos no território determinado da pesquisa.

As principais conclusões a que a autora chegou determinam que os termos genéricos dos sintagmas toponímicos são tão variados quanto a quantidade de acidentes físicos que oitem a mesorregião. Entretanto, um destaque a essas conclusões diz respeito aos grupos linguísticos da mesorregião, em que 81% correspondem a topônimos de origem portuguesa, 15% tupi, 3% bororo e 1% africano.

Maria da Penha Marinovic Doro exibiu os resultados da investigação intitulada *A Onomástica do Discurso Publicitário Turístico das Estâncias Hidrominerais: Águas de São Pedro, um Estudo*, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2010. Teve por objetivo estudar a importância dos nomes próprios (topônimos e corônimos) no discurso publicitário das estâncias hidrominerais para divulgar suas potencialidades turísticas.

Esta pesquisa é bastante inovadora, tanto do ponto de vista dos onomas analisados, quanto na metodologia utilizada, visto que emprega como método básico, além da pesquisa documental, entrevistas a antigos moradores, hoteleiros e turistas. Busca ainda explicações no desenvolvimento histórico do lugar e nas causas e mudanças de denominações de seus bairros, vilas e logradouros. Isso evidencia a intensa afinidade entre as relações históricas, geográficas, linguísticas e socioculturais.

A autora parte do pressuposto de que a “indústria do turismo” disputa a atenção dos possíveis consumidores, objetivando atraí-los para determinado ponto da cidade. Para tanto, tem como base analítica a Semiótica e a Análise do Discurso Publicitário. Observa-se, portanto, a forte tendência pela interdisciplinaridade, evidenciando a riqueza de temas relacionados à área de estudos toponímicos no Brasil.

Os resultados comprovam que o arrolamento dos topônimos das estâncias hidrominerais brasileiras, paulistas e estrangeiras destaca o elemento *água* na composição de grande parte de suas denominações, assim como *banho*, *brejo*, *cachoeira*, *caldas*, *lagoa*, *poço(s)*, *rio*, *termas*, entre outros termos. A autora reforça que a água é um elemento vital para o ser humano, portanto sua simbologia é elementar em tais contextos. No entanto, em se tratando dos nomes de logradouros, a autora destaca que os antropotopônimos foram predominantes, evidenciando que os indivíduos marcam sua presença e autoridade nos espaços e nos grupos de que são partícipes.

Márcia Zamariano procedeu ao *Estudo Toponímico no Espaço Geográfico das Mesorregiões Paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro*, pela Universidade Estadual de Londrina, sob a Orientação da Dra. Aparecida Isquerdo Negri, no ano de 2010. Com objetivo primordialmente descritivo, a pesquisa visou a catalogação, a classificação taxionômica e a análise linguística dos topônimos rurais e urbanos dos 97 (noventa e sete) municípios que compõem 3 (três) mesorregiões paranaenses.

Os procedimentos metodológicos não se afastaram dos estudos em que foi baseada a pesquisa, isto é, a autora procedeu à pesquisa, inventariando os topônimos da área selecionada a partir de mapas oficiais do IBGE (1:50.000; 1:100.000), classificando e cartografando os dados toponímicos encontrados.

A pesquisa revelou que a principal produtividade dos topônimos na área contemplada na investigação baseia-se em topônimos de natureza física, basicamente fitotopônimos (flora), zootopônimos (fauna) e geomorfotopônimos (geografia local), além dos de natureza antropocultural, como os antropotopônimos (pessoas).

Heloísa Reis Curvelo-Matos implementou a *Análise Toponímica de 81 Nomes de Bairros de São Luís/MA*, pesquisa apresentada na Universidade Federal do Ceará sob a orientação da Dra. Márluce Coan, no ano de 2014. A investigação versa sobre o levantamento e análise das 81 designações de bairros da capital maranhense, a partir do ponto de vista de sua procedência e desenvolvimento histórico, tendo em vista a observação de como os 401 anos da cidade de São Luís podem ser distinguidos por meio das denominações dos bairros, testemunhas do progresso local, traduzido em desenvolvimento habitacional, econômico e histórico

A finalidade da pesquisa foi buscar as determinações, a motivação toponomástica de 81 nomes de espaços sociais sincronicamente, a partir de pesquisa documental (IBGE) e de campo (topônimos oficiais usados atualmente pela Prefeitura de São Luís), evidenciando as categorias taxonômicas (física ou antropocultural), com suas taxes (Dick 1990, 1994 e Curvelo 2009), e qual seria a mais recorrente na constituição da representação toponomástica da cidade.

O *corpus* foi enquadrado nas 31 taxes classificatórias dos topônimos determinadas em pesquisas anteriores. Entretanto, além do Método Tipológico usual, a pesquisadora utilizou o Questionário Toponímico e Fichas Lexicográfico-Toponímicas para historiar os topônimos locais, dividindo-os em quatro áreas toponímicas: Centro, Centro-Rio Bacanga, Centro-Rio Anil e Centro-Caminho Grande.

Ao finalizar a observação, a autora constatou que a Microtoponímia dos 81 nomes de bairros de Sao Luiz conforma-se de 57 topônimos de caráter antropocultural, 20 de classe física e de 04 de categoria mista, demonstrando que a motivação toponímica dos bairros evidencia-se, fundamentalmente, antropocultural e não a física, e que, ao longo dos quatro séculos de história, São Luís apresenta uma toponímia decorrente de fatores de natureza diversa: culturais, sociais, geográficos, históricos, econômicos, políticos e habitacionais.

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho apresentou, no ano de 2014, a tese intitulada *Hagiotoponímia em Minas Gerais*, pela Universidade Federal de Minas Gerais, cuja orientação foi de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. No texto de 823 páginas (o mais longo entre os trabalhos acadêmicos acerca do tema), a autora trouxe como objetivo principal efetivar uma pesquisa descritiva do vocabulário hagiotoponímico de Minas Gerais, focando em designações de santos, de santas e de invocações à Virgem Maria que nomeiam acidentes físicos e humanos em terras mineiras.

Vinculado ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, projeto em desenvolvimento, desde 2005, na Universidade Federal de Minas Gerais, as bases metodológicas do trabalho desenvolveram-se a partir dos estudos de base da toponímia no Brasil, ou seja, Dauzat (1926) e Dick (1990).

Assim, a pesquisadora fez o arrolamento e a categorização toponímica dos acidentes físicos e humanos dos 853 municípios do estado, documentados em cartas geográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000. Do total de dados coletados, os que constituíram o *corpus* para os exames totalizaram 5.649 hagiotopônimos, analisados com uma abordagem quantitativa, a fim de averiguar a primazia local pelo uso de tais qualificações nas mesorregiões mineiras.

Os resultados da pesquisa levaram à constituição de um glossário hagiotoponímico, organizado em verbetes que evidenciam o tipo de acidente, o número de ocorrências e a localização geográfica de cada topônimo, sendo os mais produtivos apresentados em cartas toponímicas¹¹. A investigação revelou também que, além do aspecto linguístico, a

¹¹ A Geografia Linguística (método utilizado pela Dialetoлогия) e Dialetoлогия têm como objeto comum de estudo os dialetos e a diferença entre elas está no modo de representar o resultado do estudo. A Geografia Linguística apresenta em atlas linguísticos, o levantamento cartográfico das características dialetais, tirados da língua oral. Já a Dialetoлогия divulga o produto da pesquisa em forma de análise aprofundada das variantes registradas (fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais, etc.) incluindo, não raras vezes, a apresentação de glossários das variantes lexicais estudadas. (Zamariano 2010:133). A renovação metodológica e tecnológica que afetou a geografia linguística levou as inovações e os novos procedimentos de análise da variação linguística espacial fossem aplicados a outros âmbitos dos estudos linguísticos distintos da dialetoлогия, especialmente aqueles em que alguns investigadores já manifestaram interesse de analisar a distribuição de formas linguísticas. No âmbito da onomástica, começaram a se aplicar os procedimentos da geografia linguística para elaborar atlas onomásticos que ajudam a conhecer melhor a história e a distribuição das formas onomásticas e contribuem

investigação toponímica harmonizar-se à observação da cultura local e da relação do indivíduo com o seu meio ambiente, já que é admissível resgatar conhecimentos históricos e posicionamentos ideológicos referentes à disposição sociocultural de determinada região.

A tese de doutorado de Ana Claudia Castiglioni, intitulada *Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo*, defendida pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em São José do Rio Preto-SP, sob a orientação da Dra. Lidia Almeida Barros, em 2015.

A análise apresenta como objetivo fundamental produzir uma proposta normatização para a construção de glossários enciclopédicos toponímicos. Para tanto, utilizou-se como *corpus* os designativos dos ambientes físicos (geográficos) atinentes à água, isto é, os hidrônimos, tais como: *arroyo, baía, cabeceira, cabo, cachoeira, canal, catarata, corixão, corixo, córrego, foz, lago, lagoa, nascente, represa, riacho, ribeira, ribeirão, rio, riozinho, salto, sanga, vazante, volta*, todos retirados do banco de dados do projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS).

As dissertações de mestrado sob o tema a que tive acesso estão abaixo expostas também em ordem cronológica, o que ajuda a melhor visualizar o percurso do pensamento na ciência toponímica no Brasil.

Florisvaldo Fernandes Santos implementou o *Estudo Toponímico do Município de Barra do Garças. Microrregião do Médio Araguaia, Mato Grosso: Contribuição para o Atlas Toponímico de Mato Grosso*, publicado pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, no ano de 2005.

A análise apresentada esteve restrita a topônimos presentes no Mapa Municipal Estatístico do IBGE (escala 1:100.000) e na Base Topográfica dos Municípios de Mato Grosso. Portanto, está de acordo com a Metodologia do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), com levantamento, catalogação, classificação dos topônimos selecionados à taxionomia de Dick (1990) e quantificação das ocorrências em função dessa taxionomia. A partir disso, o autor quantificou 265 topônimos de Natureza Antropocultural e 182 topônimos de Natureza Física, totalizando 447 topônimos, expostos em forma de tabelas e gráficos.

Márcia Zamariano apresentou sua dissertação de mestrado intitulada *Toponímia Paranaense do Período Histórico de 1648 a 1853*, desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera, no ano de 2006. A pesquisa

também para reconhecer registros que governam sua evolução. Os atlas de antropônimos (prenomes e sobrenomes) e topônimos são uma fonte fundamental com a que se assistem os estudos onomásticos. (Sousa Fernández 2010:16).

ênfatiçou o registro, a categorização taxionômica, a definição e a análise linguística das denominações de acidentes físico-geográficos das comunas paranaenses estabelecidas entre 1648 e 1853. Segundo a autora, a história paranaense pode ser narrada a partir de três áreas histórico-culturais vinculadas à forma de ocupação e povoamento do Estado: a do Parana Tradicional; a do Parana Moderno; e a do Sudoeste e Oeste.

No trabalho, a autora discute a relação entre homem, ambiente, língua e cultura, na medida em que o topônimo é um signo *linguístico enriquecido*, a partir do qual o denominador manuseia o que já existe para nomear um lugar, não se tratando, pois, de algo arbitrário. Para tanto, fundamentou-se nos seguintes passos: Selecionar, em cartas geográficas contemporâneas, os topônimos dos municípios paranaenses cuja fundação tenha se dado no período determinado pela autora; Determinar a língua de origem dos topônimos em foco, objetivando a verificação dos estratos linguísticos predominantes na toponímia local, assim como a evolução histórica dessas denominações; definir a categorização taxionômica dos topônimos de acordo com o modelo taxionômico de Dick (1990); e finalmente, estabelecer a relação língua, cultura e sociedade locais, pretendendo evidenciar fatores extralinguísticos.

Observou a autora que a toponímia dos municípios paranaenses constituídos no período de 1648 a 1853 coaduna peculiaridades socioculturais, históricas e geográficas da região. Assim, no litoral, o que caracteriza a designação dos acidentes geográficos são os topônimos de origem tupi. Além disso, a pesquisa manifestou o predomínio de topônimos de procedência portuguesa, com composição morfológica simples, com varada gama de topônimos de natureza física, bem como a presença expressiva de topônimos de ordem antro-po-cultural.

Hélio Costa Moreira procedeu à pesquisa sob o tema *A Toponímia Paranaense na Rota dos Tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas*, pela Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2006, sob a orientação da Dra. Aparecida Negri Insquerdo. O trabalho apresenta os topônimos paranaenses que se referem direta ou indiretamente ao Ciclo econômico do Tropeirismo, centrado nos municípios do Caminho das Missões e na Estrada de Palmas, antigos Caminhos das Tropas.

Dos 1.788 topônimos analisados nos municípios indicados, 201 aludem ao Tropeirismo, correspondendo a 11,24%, do total do *corpus* avaliado. Destes, destacam-se os que se relacionam: a) a espécies de animais conduzidos pelas tropas, a exemplo dos topônimos rio *Boi Carreiro*, córrego *da Boiada*, córrego *Água do Burro*, córrego *Burro Bravo*, distrito *Arroio do Gado*; b) Locais de pernoite, descanso e engorda dos animais, tais como as unidades lexicais *Alvorada*, *Aparição*, *Cocho*, *Amparo*, *Cantagalo*, *Descanso*,

Espera Boia, Invernada, Pouso, etc.; c) Locais de passagem das tropas, como por exemplo, *Atalaia* (Local elevado para vigilância), córrego *Campo Novo*, povoado *Campo Bonito*, povoado *Campo Alto*, arroio *Campo Frio*, ribeirão *Campo do Meio*, povoado *Campina Alta*, povoado *Encruzilhada*, córrego *da Entrada*, córrego *da Passagem*, etc.; d) Utensílios e apetrechos, como rio *Bainha*, lagoa *Ferradura*, arroio *das Violas*, etc.

João Paulo Jeannine Carneiro elaborou a pesquisa que tem como título *A Morada dos Wapixana: Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua – RR*, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2007. Refere-se à análise toponímica de 17 malocas e das passagens vegetais que compõem a Serra da Lua, região indígena localizada no Nordeste do Estado de Roraima.

A partir de mapas taxionômicos, dialetológicos e fitoterápicos, o autor procurou obter a cosmovisão do grupo denominador. Assim, as análises demonstraram que as denominações dos campos ora observados são fruto de uma geografia mítica, em que predominam zootopônimos (o que demonstra a relação com a caça) e fitotopônimos (relação com os aspectos físicos do local). O pesquisador observou também que parece haver três categorias dialetológicas na área considerada, a saber: a de base wapixana (endógena), mais antiga; a intermediária, de origem tupi (língua geral da Amazônia, portanto exógena); e finalmente a de origem portuguesa (por influência das missões), mais atual.

Carlos Eduardo de Oliveira produziu o trabalho *Iconicidade Toponímica na Chapada Diamantina: Estudo de Caso*, pela Universidade de São Paulo, orientadora pela Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, no ano de 2008. Na pesquisa, foram analisados 108 topônimos designativos de sítios turísticos da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia. Tais topônimos foram catalogados e classificados com base na taxionomia de Dick (1990), acrescido de informações extralinguísticas, evidenciando o conceito de ícone, qual seja, para a Semiótica (Ciência dos Signos e Símbolos), uma representação de um objeto por força de semelhança, substituíveis do conteúdo derivado do termo original. Assim, o nome do lugar representaria iconicamente o próprio lugar.

Na observação efetivada, constatou-se que há a presença do mecanismo de associação icônica direta, o entanto esta associação parece estar mediada por relativa gradação. Assim, alguns exemplos de topônimos com tais características são: Ribeirão de Cima, Ribeirão do Meio, Ribeirão de Baixo, Morro Branco, Rio Preto, Poço Azul, Cachoeira das Raízes, Cachoeira da Várzea, Cachoeira do Riachinho, Olho D'Água, Rio Espalhado, Riacho do Mel, Cachoeira Dois Braços, etc.

Os topônimos elencados (e outros) evidenciam a objetividade nas denominações, demonstrando os traços físicos mais diretos utilizados no ato de nomear na região da Chapada Diamantina. No entanto, parece haver o uso de um recurso metafórico, mesmo que de forma secundária. Tal conclusão foi elaborada em razão de vários topônimos fugirem a essa denotatividade, o que evidencia a utilização de elementos extralinguísticos na denominação. A exemplo disso, o autor apresenta termos como Cachoeira da Purificação, Cachoeira do Sossego, Cachoeira Véu da Noiva, Cascata Sandália Bordada, Morro do Castelo, Poço do Diabo, entre outros.

Divenia Maria Lopes defendeu, em 2008, a dissertação de mestrado *São João Batista da Glória: Estudo dos Topônimos das Regiões, Microrregiões e Zona Rural*, na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. No trabalho, a autora analisa 177 topônimos da área rural do município, além das denominações do próprio município, da região, da microrregião e da bacia hidrográfica local, com base nos procedimentos metodológicos preconizados por Dick (1990).

A partir de análise documental, a autora formulou um glossário toponímico da localidade examinada, exposta também em forma de fichas lexicográfico-toponímicas, cujas informações foram registradas a partir de entrevistas a moradores, em razão de, segundo a autora, a história do município não estar escrita em livros. Justamente por isso, a autor frisa o fato de que a primeira dificuldade na pesquisa diz respeito à ausência de explicação para o próprio nome do município, destacando o fato de ser um hagiopônimo, o que demonstra a tradição religiosa católica que impera na região.

Além do fator supraexposto, o levantamento realizado permite concluir que a incidência maior de topônimos na região consiste em Antropotopônimos (26,55%), Fitotopônimos (20,3%) e Geomorfotopônimos (11,8%). Segundo a análise da autora, esses resultados indicam a posse da terra como identificador de autoridade e domínio desde a inauguração do município, o que perdura na atualidade.

Gisela Felix de Fazzio apresentou os resultados do *Estudo Toponímico do Município de Promissão (SP): A Cidade e as Ruas* à Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2008. A partir da comparação de cartas geográficas do município (perímetro urbano 1:5.000) e dos dados históricos reunidos na pesquisa documental (livros de autores regionais e documentos municipais da prefeitura e câmara municipal), há, impressa na toponímia local, uma nítida relação entre as seleção toponímicas e a construção da identidade do grupo que primeiro se instalou no local, o que a autora denominou de *self* grupal.

A pesquisadora destaca também que topônimo *Promissão* poderia ser considerado como uma tentativa de resgate da imagem da Terra Prometida, além da personificação de figuras públicas toponimizadas no município e que também estão relacionadas aos movimentos sociais e políticos ocorridos na região.

Assim, 80% dos semas (espécie de radical semântico da palavra) catalogados são de Antropotopônimos, Historiotopônimos, Axiotopônimos e Animotopônimos, como, por exemplo: Bandeirantes, Tiradentes, Zumbi, Nove de Julho, Pedro de Toledo, etc., o que demonstra a confluência dos valores morais e identitários dos habitantes que constituíram a povoação.

Edelsvitha Partel Murillo expôs o trabalho acadêmico *O Sistema do Alto Tietê: Um Estudo Toponímico*, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2008, fundamentado teórico e metodologicamente no Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), coordenado por sua orientadora.

A autora verificou que o padrão da motivação toponímica presente na região denota valores étnico-culturais da gênese populacional da localidade. Assim, a herança toponímica da região de Mogi das Cruzes exibe que a região manteve preservada a memória indígena de seus formadores a partir dos designativos *tupi*, embora a área pesquisada ofereça uma rica diversidade linguística.

Não obstante a essa peculiaridade, também foram encontrados sintagmas toponímicos mesclados à linguagem religiosa do colonizador. Entretanto, tais sintagmas foram encontrados a partir de uma abordagem diacrônica, a exemplo da Vila de Santa'Ana de Mogi Mirim para a atual Mogi das Cruzes, Vila de São Benedito para a atual cidade de Birituba Mirim, Santo Ângelo para o distrito Jundiapéba, etc. Isso demonstra que houve uma tentativa de imprimir na toponímia local a cosmovisão do colonizador, tendo prevalecido, num segundo momento, os denominativos autóctones de origem *tupi*.

Letícia Rodrigues Guimarães Mendes finalizou o estudo sobre a *Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com orientação da Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, em 2009. O trabalho objetivou a análise dos hidrônimos dos lugares que abrangem o Alto e Médio Rio das Velhas, terras que guardam intenso vínculo com o estabelecimento do explorador bandeirante em jurisdição mineira. A sugestão é evidenciar que a toponímia, incluindo os lugares relacionados ao mundo das águas, mostrar-se estreitamente relacionada ao homem, à cultura e ao espaço em que se fixa.

Foram adotados como referencial teórico-metodológico os conceitos de Dauzat (1926) e Dick (1990), além da perspectiva da sociolinguística, com a coleta de dados contemporâneos a partir de cartas geográficas do IBGE, no estudo sincrônico, e de cartas topográficas feitas entre os séculos XVIII e XIX, no estudo diacrônico, estabelecendo comparações entre presente e passado, evidenciando os casos de alteração e fixação nos designações dos fluxos d'água.

A autora elaborou um glossário em que constam os hidrônimos recolhidos. Os resultados alcançados ratificaram as relações entre o presente toponímico de Minas Gerais e o passado do bandeirantismo. Desse modo, prevalecem nomes de natureza física, sobretudo os ligados a plantas (fitotopônimos), aprovando também a intensa união que o indivíduo estabelece com os subsídios cedidos pela natureza na ação da nomeação.

Joara Maria de Campos Menezes produziu a dissertação *O Léxico Toponímico nos Domínios de Dona Joaquina de Pompéu*, na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Dr.^a Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, no ano de 2009. Objetivando a análise de topônimos dos municípios de Pitangui, Pompéu e Papagaios, área de anterior propriedade de Dona Joaquina do Pompéu – fazendeira do Alto São Francisco conhecida como a maior contribuinte para a ampliação da pecuária em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. Visa ainda contribuir para uma maior visibilidade dos aspectos socioculturais do território, na medida em que a pesquisa sobre os nomes de lugares permite o recobrimento da história e cultura locais.

A autora seguiu, como referência teórico-metodológica, os moldes da pesquisa toponímica preconizados por Dauzat (1926) e Dick (1990), além das considerações sobre ambiente e cultura segundo Diégues Junior (1960), Edward Sapir (1969) e John Lyons (1981) e ainda os conceitos da sociolinguística, conforme o modelo laboviano, partindo do presente para o passado e voltando ao presente, a partir de entrevistas orais, documentos antigos e cartas geográficas remotas e atuais.

A análise do *corpus* levou a autora à conclusão de que o ambiente histórico-cultural do território agrícola das minas setecentistas, tomada, especialmente por paulistas, após a ocorrência conhecida como *Emboabas*. O predomínio de informações da natureza física, destacadamente os nomes de plantas (fitotopônimos), comprova a conexão denominativa entre natureza e homem no lugar observado. Foram analisados 152 topônimos, sistematizados em fichas toponímicas e expostos em ordem alfabética. Os dados também foram quantificados de acordo com itens como: natureza dos topônimos; origem dos nomes; classificação taxionômica; formação dos topônimos; manutenção, variação e mudança linguísticas.

Assim, o homem do cerrado batiza seu contorno territorial com nomes de plantas, elementos da geografia local (a exemplo das águas que compõem a bacia do Rio São Francisco), além da pecuária, com o uso de nomes de animais ou de atividades do trabalho campesino. Há também a presença de Antropotopônimos, com ênfase a nomes portugueses, combinados a uma pequena percentagem de tupi, e, em menor medida, de africanos.

Heloísa Reis Curvelo estudou os *Topônimos Maranhenses: Testemunhas de um Passado Ainda Presente*, pela Universidade Federal do Ceará, tendo como orientadora a Dr.^a Emília Maria Peixoto Farias, em 2009. O trabalho tem por objetivo implementar o levantamento e determinar as motivações toponímicas dos 217 municípios do Estado do Maranhão, categorizando-os à taxionomia de Dick (1990), a partir de fichas lexicográfico-toponímicas e do Sistema Toponímico Taxionômico. Objetiva também revelar as tradições locais que foram memorizadas nos elementos da língua, da fauna, da flora, do reino mineral, de crenças, das personalidades e das etnias que passaram pelo Maranhão.

Mônica Emmanuelle Ferreira de Carvalho pesquisou *Língua e cultura do norte de Minas: a toponímia do município de Montes Claros*, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com orientação da Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, no ano de 2010. A investigação tem por finalidade o estudo dos topônimos do município de Montes Claros, localizado em Minas Gerais, região de respeitável história pela localização estratégica no tempo de desbravamento do sertão mineiro nos períodos XVIII e XIX. Assim, o estudo aventa a relação entre língua, cultura e sociedade, refletindo a memória local nas motivações toponímicas.

O referencial teórico-metodológico foi baseado em Dauzat (1926) e Dick (1990), além de Sapir (1969) e da sociolinguística laboviana. Inicialmente, os dados de modalidade oral da língua, recolhidos de entrevistas orais, foram observados. Em seguida, mapas e outros documentos antigos foram consultados para colher dados da modalidade escrita para, afinal, serem aferidos presente e passado, tendo em vista a observação de variação, mudança ou fixação linguística.

Os resultados manifestam o predomínio dos nomes de natureza física, dentre os quais se evidenciam os nomes de plantas, sobressaindo, com isso, o alcance do espaço físico na gênese dos designativos. Do mesmo modo, a pesquisa revela uma frequência muito baixa de casos de variação e mudança linguísticas, revelando que a toponímia na região é demasiadamente conservadora. A autora destaca também a propriedade da coleta de topônimos em entrevistas orais, o que ampliou a quantidade de informações toponímicas da região analisada.

Posteriormente à análise, verificou-se que, particularmente no que se refere à origem étnica dos topônimos, há predominância de denominações de linhagem portuguesa (74%), manifestando o domínio da cultura lusa na ação da conquista. As designações indígenas apresentaram 11% dos dados, sendo homenageados especialmente a vegetação, os córregos e rios e os animais. Já os designativos africanismos, com apenas 04 ocorrências, evidenciaram a ínfima produtividade desse tipo de topônimo na região.

Francisco José Rezende pesquisou *As Taxionomias Toponímicas de Natureza Física e suas Influências na Navegação Aérea: Conceitos de Dick*, pela Universidade de São Paulo, com orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2010. Tem por fim explicitar a significação dos 270 nomes indígenas de aeródromos brasileiros, incluindo aeroportos, helipontos e heliportos, tendo em vista a facilitação para a Ciência Aeronáutica em localizar tais pontos e compreender as especificidades físicas locais que formaram os topônimos em foco, que constituem uma válida cultura informativa que pode, indubitavelmente, aclarar o lugar composto pela natureza e apoiado pela sabedoria autóctone.

O *corpus* foi selecionado do ROTAER (Publicação Auxiliar de Rotas Aéreas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Instituto de Cartografia Aeronáutica), analisado aos moldes teóricos e metodológicos do Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP). A partir das análises, o autor produziu um vocabulário de termos toponímicos, explicitando as informações linguísticas, culturais e históricas do lugar, promovendo um “passeio etnológico” a parit da memória toponímica.

Quantitativamente, com base nas classificações de Dick (1990), o pesquisador observou que os topônimos de maior incidência e que mais causam referências visuais e identificadores físicos são os Fitotopônimos (Ex.: Guarantã / Significado: Madeira Dura / Local: MT), os Geomorfotopônimos (Ex.: Itirapina / Significado: Morro Pelado / Local: SP), os Hidrotopônimos (Ex.: Jaguariúna / Significado: Rio da Onça Preta / Local: SP) e os Litotopônimos (Ex.: Itaporanga / Significado: Pedra Bonita / Local: PB).

Alessandra Cirrincione produziu a dissertação *Brás, Bexiga/Bela Vista, Barra Funda: Estudo Antropotoponímico*, pela Universidade de São Paulo, com orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2010. O trabalho se insere no Projeto Atlas das Cidades, coordenado por Dick, e visa à explicitação das motivações toponímicas da área do Brás, Bexiga/Bela Vista e Barra Funda, no período que compreende a Proclamação da Primeira República (1889) até 1926.

A autora apreendeu com o estudo que, a partir de 1889, surge um novo contorno de identificação do povo brasileiro, delineado por pensadores republicanos que, para a

pesquisadora, operaram mais como agentes políticos do que como mediadores da identidade simbólica nacional. Conclui isso em função de que, à época dos bandeirantes, o local se caracterizava por um peculiar estilo de vida, cujos parâmetros comportamentais eram sugestionados pela tradição nativa e gerenciados à abertura do sertão. Com a urbanização, surgem vários topônimos de origem lusa, tais como: Rua Coimbra, Rua Lusitânia, Rua Luís de Camões, que remontam a um período posterior ao bandeirismo.

Nos séculos que se seguiram, a toponímia tupi foi desaparecendo nesses locais, permanecendo alguns poucos topônimos por efeito da cristalização desses lexemas no cotidiano linguístico da comunidade. Imigrantes italianos que se estabeleceram no território participaram ativamente na construção social, econômica e cultural do mesmo, implementando uma toponímia fundamentalmente pautada no Antropotopônimo, com vistas em homenagear personagens de sua história pregressa e também os fundadores desses bairros.

Tríssia Ordovás Sartori implementou o estudo sobre as *Ruas da Minha Cidade: Um Estudo Hodonímico*, pela Universidade de Caxias do Sul, com orientação da Dr.^a Vitalina Maria Frosi, em 2010. O adjetivo Hodonímico aqui é entendido como sinônimo de Toponímico. O estudo objetiva fundamentalmente compreender que motivos levaram ao não aparecimento de topônimos italianos nas ruas centrais da cidade de Caxias do Sul, tendo em vista que sua formação em muito sofreu a contribuição de imigrantes italianos.

Para o exame, levou-se em conta a etimologia das denominações, mas ainda informações extralinguísticas, tais como as disputas políticas que encobriram os significados de vários topônimos da região. Os 18 (dezoito) nomes que serviram de amostra para o trabalho evidenciaram que os italianos que aí se instalaram viram-se forçados a se adaptar à nova terra, acrescido da pouca expressividade política, o que leva a uma não representação de antropônimos italianos na toponímia local.

Virgílio Antiqueira, em 2011, publica o estudo intitulado *Cada Nome uma História: Dos Nomes Geográficos de São Bernardo do Campo aos Nomes das Ruas e Vilas do Bairro de Rudge Ramos*, pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. O escopo da investigação é avaliar os topônimos alusivos à hidrografia do município de São Bernardo do Campo e os referentes aos principais logradouros existentes no local, a fim de que, por meio da denominação, se possa narrar ou visitar distintas feições da história da localidade, considerando, para tanto, os aspectos extralinguísticos atualizadas na instituição do nome dos lugares ora considerados.

A autora compreende, a partir das análises efetivadas, que parece haver, nos denominativos observados, um forte reflexo do espaço físico ou social atuantes na época da

nomeação, a exemplo da exploração da terra e da flora local, assim como da extensa história do lugar, batizado, desde o século XVI, como Borda do Campo. As designações geográficas descrevem o assentamento de nomes naturais, inclusive muitos de ascendência indígena.

Todos esses denominativos foram explicados etimologicamente e catalogados em fichas lexicográfico-toponímicas, requisito obrigatório às pesquisas que se enquadram no padrão metodológico do Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) e em sua variação do Atlas das Cidades, amparado nas taxionomias toponímicas criadas por Dick (1990).

A autora conclui que a toponímia dessas localidades obedeceu a um padrão de nomeação, com uma grande quantidade de denominações concernentes a personalidades históricas do bairro. No entanto, grande é a quantidade de nomes desvinculados do lugar, o que, segundo a autora, não constitui novidade, já que a toponímia parece estar muito relacionada também ao modismo ou à translação toponímica.

Zuleide Ferreira Filgueiras pesquisou *A Presença Italiana em Nomes de Ruas de Belo Horizonte: Passado e Presente*, pela Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, no ano de 2011. O trabalho teve por objetivo concretizar análise do léxico toponímico urbano de Belo Horizonte, considerando, entre todos os logradouros públicos da cidade, 183 cognominados por antropônimos de procedência itálica.

A Cidade, esboçada para constituir capital do Estado, recebeu em seu solo, desde sua edificação, no fim do século XIX, estrangeiros italianos, seduzidos como mão de obra nas lavouras de café, mas também sob a influência do racismo que pairava entre a elite nacional, de “branquear” o Brasil trazendo imigrantes do Velho Mundo.

A pesquisa teve como referencial teórico e metodológico os conceitos de Dauzat (1926), Dick (1990) e nos considerações a respeito do ambiente de Sapir (1969), além das apreciações advindas da sociolinguística variacionista quantitativa laboviana. Em princípio, a autora fez um levantamento dos nomes de todos os logradouros do município, destacando os antropotopônimos de genealogia italiana. A partir disso, a pesquisadora concretizou investigação em núcleos de documentação histórica, além de entrevistas aos descendentes dos homenageados.

Um dos trabalhos mais criteriosos a que tive acesso, com resultados muito claros, expostos em gráficos, tabelas e fichas lexicográfico-toponímicas, evidencia todos os mapas e plantas das ruas, avenidas, becos e praças, com fotografias das placas de identificação das vias. Além do alto grau técnico da pesquisa, a mesma evidencia entrevistas orais, cujos

objetivos, segundo a autora, foi o de apreender os possíveis exemplos de variação, mudança e fixação linguísticas, evidenciando a representatividade ou a ausência dela nos topônimos para os indivíduos que habitam nessas vias.

Os resultados possibilitaram à autora promover a volta ao passado histórico, econômico e social de Belo Horizonte, corroborando que essa capital sofreu aguda influência de imigrantes italianos, mas que, apesar dessa massificação, tal característica é pouco conhecida entre os habitantes na atualidade. Os resultados revelam ainda a expressiva presença da toponímia paralela (Toponímia Alterativa), já que 57,92% dos interlocutores trouxeram à baila distintas designações pelas quais as vias são conhecidas.

José Ednilson Gomes de Souza Júnior estudou a *Nomeação de Lugares na Língua de Sinais Brasileira: Uma Perspectiva de Toponímia por Sinais*, no ano de 2012, com orientação da Dr.^a Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília. No trabalho, o autor desenvolveu a apreciação acerca da denominação dos espaços de circulação de pessoas na Língua de Sinais Brasileira (LSB), a partir de um *corpus* composto por nomes de cidades de 16 estados brasileiros, com base em entrevistas aos habitantes dessas localidades.

A pesquisa, que surpreende devido ao ineditismo, enfatiza a instituição do nome do lugar seguindo os procedimentos elaborados por Dick (1990), que, para o autor, comporta a observação de atributos etimológicos e semânticos das unidades lexicais. Por intermédio de 27 categorias taxionômicas, sendo 16 de natureza física e 11 de natureza antropocultural, o autor interpreta os dados discutindo a função motivadora do signo toponímico na Língua de Sinais Brasileira, evidenciando traços linguísticos, sociais e culturais da comunidade surda. Para tanto, ele elabora 265 fichas lexicográfico-toponímicas, destacando nestas, além das especificidades já expostas no presente trabalho, fotografias dos sinais utilizados pela comunidade surda brasileira para denominar seus locais de moradia e relações socioculturais.

Miriam Querino Souza pesquisou as *Lagoas de Imbituba, SC: Margens Encantadas que Contribuem para um Estudo Etnotoponímico*, estudo realizado na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, no ano de 2012. São analisadas 12 (doze) lagoas que compõem o município, tendo em vista a apreensão, por meio dessas denominações, costumes dos homens que habitaram e/ou que habitam o lugar.

A autora seguiu criteriosamente os passos de catalogação de Dick (1990), considerando que o trabalho integra o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), e, portanto, deve estar em sintonia com seus pressupostos teóricos e metodológicos.

Ao finalizar a pesquisa, a pesquisadora determina a significativa presença de geomorfotopônimos como traço da toponímia local, evidenciando que a intervenção

toponímica está sobremaneira influenciada pela geografia do lugar. Além disso, é preciso considerar a massiva presença da toponímia tupi na região, o que confirma a ideia de que haja uma real interferência étnica no ato de designar o local de residência e/ou de relações sociais. Outro fator importante de se ressaltar diz respeito aos hagiotopônimos presentes na localidade, o que comprova a influência portuguesa nessa identificação.

Emanoela Cristina Lima estudou *A Toponímia Africana em Minas Gerais*, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com orientação da Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, em 2012. O trabalho procura colaborar com as investigações linguístico-culturais alusivas ao desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil com base na verificação das motivações dos nomes de lugares de presumível raiz africana, representada em parte da toponímia mineira. A presença do elemento africano, entre os séculos XVIII e XIX, tempo em que sucedeu a povoação da região de Minas, distinguiu aspectos culturais da localidade e, por conseguinte, em seu léxico toponímico.

A autora utilizou, para a descrição e investigação dos topônimos ora considerados, os embasamentos teórico-metodológicos de Dauzat (1926) e Dick (1990), constituindo como *corpus* da pesquisa dados provenientes do projeto ATEMIG (Atlas Toponímico de Minas Gerais/UFMG), o qual registra todos os topônimos mineiros encontrados nas cartas topográficas do IBGE.

A pesquisadora consultou, para a apreciação linguística das lexias, dicionários gerais, etimológicos, morfológicos e vocabulários vários, procedimento que revelou que os vocábulos de origem *banto* predominam na toponímia mineira. De um total de 1480 africanismos analisados, 898 advém deste grupo. Houve também a presença de um considerável número de *hibridismos*, sobrepujando os compostos por *banto + português*.

Considerando as taxionomias toponímicas de Dick (1990), evidencia-se que, entre os topônimos mineiros de admissíveis procedências afros, a toponímia local distingue-se pela expressiva ocorrência de taxionomias de natureza antropocultural, com ênfase às atividades sociais do homem, os sociotopônimos. Considerando, no entanto, a quantificação dos africanismos mineiros, observou-se a baixa frequência de topônimos de base africana em todo o Estado de Minas Gerais, o que evidencia o real apagamento dessas culturas em todo o Estado.

Capítulo III

Percurso Metodológico

Iniciado o curso de Letras, não tinha como objetivo aplicar-me aos estudos linguísticos, pois não conhecia o teor da disciplina e suas possibilidades de atuação. No entanto, o contato com a Linguística, no início da graduação, despertou, sobremaneira, o interesse pela variação e expandiu a compreensão sobre a comunicação humana a partir da fala, bem como sobre seu desenvolvimento e implicações. Passei, a partir de então, a alimentar-me do anseio de meditar mais profundamente a respeito do tema.

No ano de 2001, passei a integrar, como voluntária, a equipe do Projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará¹² (ALiPA), coordenado pelo Prof. Dr. Abdelhak Razky, que me orientou desde a Iniciação Científica até o Mestrado, sempre amparada às lições de Geografia Linguística e Sociolinguística, ministradas pelos professores que compunham o projeto.

Da mesma forma, foi muito benéfica a leitura efetivada por mim fora do ambiente pedagógico, em especial o suporte teórico presente na concepção de Coseriu (1980) sobre a Linguística, disciplina definida pelo autor como o estudo dos fatos da língua motivados pelos conceitos e pelos valores que cercam o ser humano. Além disso, o estudioso apresenta a ciência como materialização de forças sociológicas e filosóficas que regem as ações sócio-político-econômicas dos que “manipulam” a linguagem; evidenciando, por exemplo, que cada perspectiva de análise da língua parte de interesses de um pesquisador ou de um grupo de pesquisadores, que destacam aquilo que mais lhes convém no estudo da linguagem.

Sempre me questioneei o porquê de alguns indivíduos apresentarem argumentos tão bem construídos para “impor” suas “verdades” a outrem e como tantos se convencem de tais verdades impostas, sem sequer se questionarem de suas condições de produção ou das razões que levaram tais premissas a serem construídas. Como podemos afirmar tão definitivamente que indivíduos pertencentes a determinados grupos ou categorias sociais irão sempre reproduzir o *modus operandis* de seu grupo, sem levarmos em consideração os contextos a que somos diuturnamente expostos ou considerarmos as situações de interação de que somos partícipes? Podem as categorias sociais mesmas serem tão determinantes para o comportamento dos indivíduos? Será possível que uma categoria social possa sustentar suas especificidades a ponto de podermos delimitar as fronteiras que a separam de outras categorias sociais?

¹² Com sede na Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação (ILC), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), desenvolve investigações acerca da variação na fala do paraense, tendo como pressupostos teórico-metodológicos a Geografia Linguística e a Sociolinguística.

A cada passo que dava em direção a possíveis respostas para tais dúvidas, outras tantas inquietações vinham à baila, o que não está em desacordo com o princípio científico, já que, segundo Stuart Hall (2003), a teoria consiste na experiência de conhecer um objeto, o que, por sua vez, induz a uma nova questão, em um saber sempre em construção a partir de um processo infundável de indagação e descoberta.

Produzi, nesse percurso, pesquisas baseadas na Sociolinguística Variacionista Quantitativa, que muito contribuiu para os estudos linguísticos em sua busca na solidificação da Ciência da Língua. Tal forma de observar o fato linguístico surgiu como uma tentativa de problematização de uma face da língua descurada pela Linguística Moderna de Saussure (1916), de base Estruturalista e Sistêmica, a *fala*, considerada pelo “pai” da Linguística como variável, individual e pouco sistematizável.

Não se pode negar a importância das considerações de Saussure não só para a determinação da Linguística como Ciência, com objeto e método próprios, mas para todas as disciplinas de humanidades àquela época. Contudo, é fato que o sujeito em si (analisado em toda a sua dimensão, com seus anseios, desejos, sonhos e aflições, sua história e luta política, as vozes que o formaram e os significados que são ativados quando agem via comunicação oral ou quando são avaliados quando da produção dos discursos de circulação social, tais como propagandas, por exemplo) não era considerado na perspectiva saussuriana.

A nova forma de observar a língua, a partir das manifestações cotidianas de fala em ambientes informais, objetivando apreender o vernáculo na teia da cultura em que é produzida, trazia à luz o indivíduo como se considerava impossível até então. A questão é que, ao determinar categorias para tal, enquadrando o sujeito como um representante de um grupo social, com base em dados estatísticos, de certo modo, enclausurava o indivíduo, já que desconsiderava os fatores contextuais, as condições de produção do discurso, bem como as intenções presentes e/ou subjacentes aos discursos produzidos.

Durante a graduação e o mestrado em Letras, trabalhei na perspectiva Geossociolinguística, isto é, considerando tanto fatores sociais quanto geográficos para a apreensão de um fenômeno variável da fala. O principal problema de minhas conclusões não se refere tão somente ao fato de terem sido estabelecidas de forma quantitativa, enclausurando os sujeitos da pesquisa a categorias sociais predeterminadas, enquadrando-os como representantes (modelos, paradigmas) dessas categorias, engessando-os e, portanto, “silenciando-lhe” a voz, escondendo sua individualidade.

O que mais incomodou em minha pesquisa foi o fato de que não efetivei pesquisa de campo¹³, tão necessária à apropriação de elementos contextuais, que poderiam esclarecer as condições de tal produção, o modo como os agentes da interação se comportavam e como manipulavam as suas próprias falas e dos demais para chegar aos seus objetivos comunicacionais. Ora, quem me garante que outras questões não estariam determinando tais realizações de fala? Como posso afiançar de forma tão peremptória que elementos contextuais e/ou discursivos não tenham impulsionado os falantes envolvidos na pesquisa a elaborarem e efetivarem suas falas com base em um juízo de valor dos que, naquele contexto, eram partícipes na interação?

A observação em campo é fundamental para qualquer estudo de cunho antropológico. Desde a Formação de uma literatura “etnográfica” sobre a diversidade cultural, com os relatos de viajantes e de missionários acerca das terras recém-descobertas no novo mundo, com os primeiros relatos sobre a alteridade, a exemplo de Pero Vaz de Caminha e Jean de Léry.

No Evolucionismo Cultural, com a tentativa de Sistematização do conhecimento acumulado sobre os “povos primitivos”, houve o predomínio do “trabalho de gabinete”. Compreendia-se o processo de evolução das sociedades das mais “primitivas” para as mais “civilizadas”, numa busca das origens, a partir de uma perspectiva diacrônica. Efetivam-se os estudos de parentesco, religião e organização social, com a substituição do conceito de *raça* pelo de *cultura*. Os principais representantes dessa linha de pensamento são Edward Burnett Tylor, Lewis Morgan e James George Frazer.

A Escola Sociológica Francesa buscava determinar os fenômenos sociais como objectos de investigação socioantropológica a partir da definição das regras do método sociológico. Émile Durkheim e Marcel Mauss, principais representantes da escola, visavam evidenciar os aspectos coletivos, as regras de solidariedade orgânica e mecânica, e as formas primitivas de classificação (totemismo), tendo em vista a formulação de uma Teoria do Conhecimento, com base no *fato social total* (biológico+psicológico+sociológico), além da *troca* e a *reciprocidade* como fundamento da vida social (conceito de *bom*).

A escola Funcionalista, no entanto, é a que de fato sistematiza o método antropológico pautado no modelo de *Etnografia Clássica*, com ênfase no trabalho de campo. Eunice Durham (1986:10), descreve que

¹³ Procedi às quantificações a partir do banco de entrevistas do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB. Ver próxima nota), as quais foram coletadas por pesquisadores específicos do grupo, quais sejam: docentes das universidades que integravam o projeto, que foram selecionados e treinados pela direção do mesmo. Embora o fato de não ter ido a campo tenha me incomodado já naquele período, tal aspecto só ficou claro quando de minha entrada no doutorado em Antropologia, em especial na disciplina "Fundamentos da Antropologia Social", ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Leonel da Silveira, no primeiro semestre do curso (março a julho de 2012).

A nova geração de antropólogos britânicos, cujos expoentes são justamente Radcliffe-Brown e Malinowski¹⁴, promoveu a crítica radical dos postulados evolucionistas e difusionistas que dominavam a antropologia clássica, estabelecendo um novo método de investigação e interpretação que ficou conhecido como “escola funcionalista”. O funcionalismo, na antropologia, desenvolveu-se em três linhas distintas: a dos discípulos de Boas, nos Estados Unidos; a de Malinowski; e a de Radcliffe-Brown, na Inglaterra. Em qualquer uma de suas formas, o funcionalismo está estreitamente vinculado ao trabalho de campo.

Franz Boas, o pai da Antropologia Moderna, pode ser considerado como um precursor do Culturalismo Norte-Americano¹⁵ e foi quem desenvolveu o método comparativo na antropologia social. Em busca de leis no desenvolvimento das culturas, observa a relação entre cultura e personalidade, com ênfase na construção e identificação de padrões culturais (*pattern of cultura*) ou estilos de cultura (*ethos*). Embora tivesse desenvolvido o método,

estava menos interessado em descrever o classificar os tipos do que em compreender os processos que os tinham produzido. Além disso, não estava interessado nas questões da antropologia física em si quanto na luz que elas poderiam lançar sobre a história da humanidade, tanto no sentido específico como no evolutivo. (George W. Stocking Jr. 2004:229)

Para o Estruturalismo, representado por Claude Lévi-Strauss, “No nível da observação, a regra principal – poder-se-ia mesmo dizer a única – é que todos os fatos devem ser exatamente observados e descritos, sem permitir que os preconceitos teóricos alterem sua natureza e sua importância. (...) os fatos devem ser estudados em si mesmos (...) e também em relação com o conjunto.” (Lévi-Strauss 1980:216).

Ora, acontece que, em antropologia, a experimentação precede, ao mesmo tempo, a observação e a hipótese. (...) as sociedades são vivas e não temos nem tempo nem os meios de agir sobre elas. (...) o antropólogo pratica a observação integral, aquela além da qual não há mais nada, senão a absorção definitiva – e é um risco – do observador pelo objeto de sua observação.

Essa alternância de ritmo entre dois métodos – o dedutivo e o empírico – dão à antropologia social seu caráter distinto, entre os outros ramos do conhecimento: de todas as ciências ela é, sem dúvida, a única a fazer da subjetividade mais íntima um meio de demonstração objetiva.

Mais recentemente, em âmbito mundial, temos a Antropologia Interpretativa, que se baseia na *Cultura de Significados*, em busca de uma “descrição densa”, principal traço de Clifford Geertz, o representante fundamental, tendo como foco a interpretação por meio de

¹⁴ Outros representantes da escola são: Evans Evans-Pritchard, Raymond Firth, Edmund Leach, Victor Turner e Max Glukman.

¹⁵ Outros representantes da escola são: Margaret Mead e Ruth Benedict.

leis inspiração *Hermenêutica*, isto é, uma interpretação antropológica fundamentada na leitura da leitura que os “nativos” fazem da sua própria cultura.

Gilberto Velho (1978) problematiza acerca dos métodos da antropologia como sendo qualitativa por excelência, embora não exclusivamente. Sobre tal, certifica que

A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada. Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. (Velho 1970:123)

Assim, em meio a angústias e buscas por respostas, não aceitava tal enclausuramento, embora tenha, por tanto tempo, trabalhado com essa perspectiva. Os números, apesar da máxima popular, e até acadêmica, de que sejam irrefutáveis, não podem explicar tudo. É preciso contextualizá-los, observar os indivíduos que os produziram, as condições dessa produção, os critérios utilizados para se chegar até eles, e, o mais importante, o que fazer com esses resultados, como utilizá-los de forma prática para responder a demandas sociais nas quais haja uma perspectiva de intervenção para o bem da coletividade?

Segundo Said (2003:35), a função do intelectual é “desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível”. Ele deve apresentar uma descrição a mais imparcial possível de como “identidade, tradição e nação são construídas como entidades, na maior parte das vezes na forma insidiosa de oposições binárias que são, inevitavelmente, expressas como atitudes hostis ao outro”.

Meu interesse pelo curso de Antropologia se deu, em parte, em função dessa inquietação. A proposta que submeti à seleção de ingresso ao programa previa a construção do Atlas Toponímico do Estado do Pará (ATEPA), tendo como recorte os municípios que compõem esta unidade federativa, com seus respectivos bairros, bem como os principais rios e ilhas do estado, classificando tais topônimos segundo a taxionomia proposta por Maria Vicentina do Amaral Dick, aos moldes do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), com sede na Universidade de São Paulo (USP), vinculado à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da instituição¹⁶.

¹⁶ A formalização do Diretório relativo ao Atlas Toponímico do Brasil permitiu estender a pesquisa a outros Estados e municípios além do Estado de São Paulo, seguindo porém a metodologia desenvolvida no Projeto ATEPA: levantamento cartográfico municipal dos Estados brasileiros (ponto de vista etnolinguístico e taxionômico), a partir da nomenclatura geográfica estabelecida (acidentes físicos e antrópicos), fixação dos campos semânticos inferidos e das áreas toponímicas correlatas, remapeamento areal da terminologia onomástica

Durante o levantamento teórico-metodológico para compor o projeto de pesquisa à seleção, observei que várias teses apresentadas no Brasil sobre o tema foram fruto de pesquisas que culminaram em atlas regionais e/ou estaduais. Assim, acreditei, estimulada pelo meu então orientador, que teria condições de efetivar uma empreitada tão ousada, mesmo sendo iniciante na área e dando andamento à pesquisa sem auxílio de bolsistas e/ou outros pós-graduandos, ou financiamento de órgãos de fomento à pesquisa acadêmica no país (CNPq, CAPES, etc.).

Foi quando, no II Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística (CIDS), realizado na Universidade Federal do Pará, no período de 24 a 27 de setembro de 2012, participei do Minicurso *A Pesquisa Toponímica no Brasil: Viés Historiográfico e Dimensões Teórico-Metodológicas*, ministrado pela Prof.^a Dr.^a Aparecida Negri Isquierdo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e líder do grupo de pesquisa Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul - Projeto ATEMS¹⁷.

Nesse evento, dialoguei com a pesquisadora e expus meu projeto a ela, solicitando auxílio na construção da pesquisa. No episódio, a mestra explicou-me que a proposta seria inviável, devido à extensão territorial do estado do Pará, além da falta de recursos materiais e humanos, aconselhando-me a restringir minha área de pesquisa a uma mesorregião do estado, indicando a Área Metropolitana de Belém, por se tratar de uma área central na produção e divulgação do saber acadêmico no estado do Pará. Conversei, depois disso, com o meu então orientador sobre a sugestão da educadora, e o docente aceitou que eu diminuísse o recorte espacial da pesquisa, acatando a opinião da professora. Passei, a partir disso, a efetivar a coleta de dados, procurando possíveis interlocutores para a pesquisa concomitantemente ao levantamento documental e bibliográfico do material teórico concernente ao tema e a possíveis eixos.

estudada por meio das fichas lexicográfico-toponímicas (tratamento dos dados). Além do Estado de São Paulo, com 42 mil nomes já levantados, está concluído o estudo dialetológico e taxionômico dos Estados do Rio de Janeiro e Alagoas, além do de São Paulo, da Mesorregião de Cuiabá, com cerca de 2.500 topônimos estudados, e do município do Barra do Garças em Mato Grosso. A partir de 2008 integraram-se com o Projeto Atlas Toponímico do Brasil os estados do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais que passaram a ser incluídos no Atlas Toponímico do Brasil: parte geral e variantes regionais. Disponível em: <<http://plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00678018PVBKQ1>> Acesso em 15 mai. 2014.

¹⁷ O Projeto ATEMS - Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul - configura-se como uma variante regional do Projeto ATB. O Projeto ATEMS, de caráter coletivo e interinstitucional, é sediado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e reúne pesquisadores de 03 Instituições de Ensino Superior (UFMS, UEMS e UFGD) e da rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul e de Goiás, tendo como objetivos mais amplos o inventário, a catalogação, a análise e a cartografia da toponímia oficial do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Disponível em: <<http://plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0870801LX6DNZ8>> Acesso em: 15 mai. 2014.

As impressões desse primeiro momento da pesquisa foram expostas no III Seminário Antropologia em Foco, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), no período de 22 a 24 de maio de 2013, na Universidade Federal do Pará. Durante o evento, procurei a professora Jane Felipe Beltrão, docente do PPGA e uma das mais experientes antropólogas em nosso meio. Questionei-a acerca da apresentação e de como ela avaliava o andamento da pesquisa até aquele momento.

O que a doutora respondeu me deixou apreensiva e muito preocupada, pois, segundo ela, eu deveria recortar ainda mais a amostra, pois se tratava de uma faixa territorial muito extensa e bastante complexa para se fazer uma pesquisa etnográfica densa. Sugeriu, então, que eu permanecesse com a pesquisa apenas no município de Benevides, efetivando um bom levantamento histórico da cidade e uma boa descrição etnográfica da mesma, aliada, obviamente, à metodologia da pesquisa toponímica mais empregada.

Conversei com o meu então orientador sobre a sugestão da docente, ao que o mestre considerou inadequada, afirmando que um trabalho de doutorado não se resumia a uma única localidade e que o objetivo maior seria o de fazer comparações entre as identidades toponímicas das localidades pesquisadas para se produzir um retrato o mais fiel possível das características toponímicas mais gerais da mesorregião.

A atitude do professor é compreensível, visto que nossa trajetória esteve pautada na quantificação das variáveis sociolinguísticas e dialetais, seguindo a linha de pensamento e de formação na Sociolinguística Quantitativa e na Geografia Linguística (Dialetoologia). O contato com a Antropologia, no entanto, fez-me olhar os comportamentos linguísticos (ou sociolinguísticos) de outra forma.

Aliadas a esse fator, vieram as lições do meu então coorientador, Dr. Agenor Sarraf Pacheco, com sua forma contextualizada de observar as relações sociais, de imprimir a subjetividade do interlocutor em seus textos etnográficos, traduzidos em artigos e livros sobre a cultura marajoara.

Esta problematização está bem amparada na assertiva de José Guilherme Cantor Magnani (2013) ao afirmar que

uma unidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos mais gerais, constitutivos. Para os primeiros, é o contexto da experiência e, para o segundo, a chave de inteligibilidade e o princípio explicativo. Uma vez que não se pode contar com unidades dadas a priori, postula-se uma a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais que generalidades a respeito do objeto de estudo (Magnani 2013:57).

Ao iniciar a coorientação, o professor Agenor Sarraf propôs uma metodologia bastante inovadora para mim. Tratava-se de implementar a coleta de dados não da forma tradicional dos estudos toponímicos, ou seja, busca de documentos oficiais e levantamento dos itens a serem analisados a partir desses documentos (cartas topográficas). Ele sugeriu que partíssemos da visão do interlocutor, questionando que ruas, rios, etc., da localidade ele destacaria como sendo elementos identitários e representativos da comunidade. Assim, os itens “mais importantes” seriam selecionados por ele e não por mim, o que estaria de acordo com a literatura antropológica de não enclausuramento dos sujeitos da pesquisa a padrões pré-determinados. Considerei a ideia magnífica, embora radical, na medida em que, conforme sempre se sinaliza na academia, o Doutorado serve para inovar e não simplesmente para aplicar teorias já definidas e, por vezes, pouco problematizadas.

O prof. Agenor Sarraf concordou comigo e com a Prof.^a Jane Beltrão acerca da definição de Benevides como sendo o foco da pesquisa, pois se trata de uma das cidades mais importantes na formação histórica, econômica e política da Região Metropolitana, visto que constituiu a porta de entrada e de expansão à Região Nordeste do Pará, quando da Construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança¹⁸, via fundamental de escoamento da produção de gêneros alimentícios à capital.

Além disso, foi a partir da Colônia de Benevides que começaram a ser introduzidos os primeiros colonos estrangeiros na Amazônia, expandindo o povoamento (Francivaldo Nunes 2008). Esta presença humana deixou muitos traços em nomes dos lugares de circulação social, a exemplo dos franceses (Ex.: Rua Paul Begot e o bairro Jardim de Paris), o que já demonstra uma forte dominação ideológica colonialista, que se perpetua nos espaços públicos da cidade, principalmente no centro.

¹⁸ Franciane Gama Lacerda (2006:03), em sua tese de doutorado intitulada *Migrantes Cearenses no Pará: Faces da Sobrevivência (1889-1916)*, afirma que “Os grupos de migrantes se estabeleceram em Belém, nas áreas dos seringais, ou, ainda, nos vários núcleos coloniais que foram criados ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, como forma de fomento à produção agrícola”. A autora fundamenta suas pesquisas acerca da Estrada de Ferro Belém-Bragança, entre outras obras, considerando das mais representativas, tanto no que tange à estrada em si, quanto no que se refere à migração que se deu em razão de sua construção. Trata-se dos trabalhos de Ernesto Cruz, o primeiro de 1950, *Estrada de Ferro de Bragança: visão política, social e econômica*, e o segundo de 1958, *Colonização no Pará*. Utilizando-se de abundante documentação, Cruz demonstra os objetivos do governo provincial em construir estrada de ferro, iniciada em 1884 e concluída em 1908. A autora cita também os trabalhos de Palma Muniz, em especial *Estado do Grão-Pará: Imigração e colonização: História e Estatística*, de 1916, em que o mesmo elenca os núcleos coloniais formados ao longo da Estrada de Bragança. Leonardo Milanez de Lima Leandro e Fábio Carlos da Silva (2012) também registraram, na pesquisa *A Estrada de Ferro de Bragança e a Colonização da Zona Bragantina no Estado do Pará*, de modo resumido, considerando os dados organizados por Muniz (1916) e Cruz (1955) e os mapas elaborados por Penteado (1967), a intensificação da marcha do povoamento da Zona Bragantina, que teve início em 1875, com a instalação da colônia de Benevides.

Era preciso também considerar que efetivei várias disciplinas e participei de várias discussões que me deram bastante segurança para implementar um trabalho no campo do léxico com um viés antropológico, inclusive auxiliando-me a compor vários argumentos com bases socioculturais para problematizar a taxionomia proposta por Dick e que a maioria (senão a totalidade) dos pesquisadores não considerou relevante confrontar. Um exemplo disso consiste em que, quando a pesquisadora divide os Hierotopônimos (topônimos relacionados a elementos religiosos) em Hagiotopônimos (nomes de santos do corolário católico) e Mitotopônimos (relacionados a outras religiões – cuja etimologia vem de *mito*, que significa *mentira*), evidencia, de forma muito cabal, a orientação eurocêntrica e colonial da definição.

Dessa forma, meu então orientador considerou a possibilidade de que eu efetivasse a pesquisa atendendo como foco os Etnotopônimos, destacando, portanto, os nomes oriundos de etnias indígenas, africanas e suas mesclas na toponímia da Mesorregião Região Metropolitana de Belém (RMB). Avaliei ser bastante prudente a delimitação sugerida, porém a minha preocupação, nesse sentido, era de que eu perdesse a oportunidade de discutir elementos de ordem política, religiosa ou geomórfica, por exemplo, restringindo a uma das taxes proposta por Dick.

O procedimento modelar da ciência toponímica conjuga as ações de levantamento de um recorte espacial (arrolamento das cartas topográficas em uma escala topográfica de 1:100.000 e pesquisa do IBGE e do INPE; cartas geográficas; apreensão de repertórios toponímicos a partir de dados oficiais) à pesquisa documental histórica, social, econômica e geográfica da localidade em foco. Promove-se a relação inicial de topônimos do ponto de vista sincrônico, alcançando paulatinamente, ao longo da pesquisa, o aspecto diacrônico no momento das análises desses topônimos, determinado a etimologia do termo, sua classificação segundo a taxionomia piloto (Dick, 1990) e a distribuição em Cartas Toponímicas e Fichas Lexicográficas. Por isso, efetivei o levantamento de cartas topográficas com as especificações informadas junto ao site do IBGE (Censo 2010, resultados publicados em 2012).

Eis que outro problema surgiu em razão disso. Trata-se do fato de que tais cartas ofereciam um levantamento bastante amplo das ruas que integram o município, totalizando, segundo esta fonte, apenas 260 ruas, sendo que apresenta uma descrição mais detalhada do Centro da cidade do que em vilas como Canutama e Taiassuí, determinados pelo Plano Diretor do Município (2006) como áreas rurais. Em Canutama, por exemplo, o IBGE exibiu apenas uma rua (Epitácio de Almeida), registrando, ademais, somente fazendas e rios.

Devido a essa problemática, contatei a Agência dos Correios no município para proceder ao levantamento de todos os locais de circulação de pessoas na comunidade, visando ir a campo munida de um bom aporte documental, conforme fizeram muitos dos antropólogos que pesquisaram na Amazônia. Dentre estes, cito Eduardo Galvão, que, por exemplo, em seus diários de campo da expedição realizada entre 1941 e 1945 entre os índios Tenetehara, Kaióá e Índios do Xingu, apresenta conhecimento acerca da geografia local, fauna, flora e outros temas que julgava necessário dominar e que já tivessem sido documentados para melhor compreender o estilo de vida dos sujeitos observados.

Pode-se perceber que, de um modo geral, nas bases da ciência toponímica, uma abordagem bastante estruturalista, embora pretenda alcançar a formação da identidade cultural do povo que ali habita, o que, a meu ver, soa bastante contraditório. As entrevistas, na maioria dos estudos, são efetivadas de forma supletiva, ou seja, quando se esgotam ou não são encontradas explicações do ponto de vista dos documentos oficiais. Ora, é fato que toda produção humana, escrita ou oral, atende a demandas de determinados grupos socioculturais. Assim, preocupava-me como conduziria as análises, considerando que o fator metodológico é primordial em qualquer pesquisa para alcançar o que pretende. Ou seja, as respostas que alcançamos estão sujeitas às perguntas que fazemos, dependendo de que ângulo observamos os acontecimentos, teremos visões diferentes sobre o mesmo objeto e, pois, chegaremos a diferentes conclusões acerca do mesmo.

Retomo uma ocasião a que já me referi para elucidar que não se trata de uma preocupação isolada. Refiro-me ao III Simpósio Antropologia em Foco. Quando de minha apresentação, na hora da arguição, o professor Dr. Lúcio Menezes Ferreira, da cadeira de Arqueologia Pública da UFPEL/RS, convidado no evento, teceu alguns comentários acerca da área selecionada, pois a considerava muito extensa para um estudo tão detalhado e descritivo (microtoponímico) como o que me propunha, tendo em vista fundamentalmente a necessidade de se buscar fontes documentais variadas e realizar entrevistas orais. Além disso, o docente explicitou que considerava um tanto vaga a seleção dos sujeitos etnografados (idosos e jovens), sugerindo ser importante um detalhamento na amostra de interlocutores, o que, até aquele momento, não havia procedido.

O ocorrido só fez aumentar minha apreensão sobre a pesquisa, além do que, em meu projeto, estava prevista a pesquisa de campo somente caso não encontrasse explicações nos registros oficiais, conforme a metodologia preconizada por Dick, postura capaz de evidenciar o lugar dos agentes sociais na construção do conhecimento. No entanto, a partir das disciplinas e orientações de antropólogos que fazem parte do PPGA e de outros programas de

antropologia do Brasil, com os quais conversei sobre a pesquisa, percebi que ela não só é importante, mas imprescindível. Obviamente não da forma como defini em princípio. Era preciso considerar que faço parte de um programa de antropologia e, portanto, precisaria efetivar uma “descrição densa” da localidade estudada (Geertz 1978), perpetrando, para tanto, uma boa etnografia, além da pesquisa documental, visitando e convivendo com os moradores de cada localidade, observando seus costumes e cosmovisões, mergulhando na realidade local para melhor compreendê-la.

Tal exercício é ensinado pela pesquisa antropológica, de modo que Mariza Peirano descreve como Etnografia “o texto que resulta da articulação de nosso trabalho de campo com as leituras teóricas que fizemos” (Peirano 2004:220). Clifford Geertz (1926-1978), no entanto, aprofunda esse conceito, afirmando que

praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Oilbert Ryle (Geertz 1978:15).

Concordo que, do ponto de vista das pesquisas linguísticas, principalmente em se tratando de pesquisadores que têm sua base em estatística, como era o meu caso, isso pareça inadequado. Confesso que fiquei um tanto irrequieta, justamente porque o trabalho é colossal: fazer as leituras da base teórica, proceder à investigação documental, observar a realidade e as pessoas, construir diário de campo, etc.

Como não consegui me adaptar às exigências daquilo que meu então orientador considerava fundamental para o fazer acadêmico, obriguei-me a solicitar a mudança de orientação, com a aceitação do professor Agenor Sarraf para me nortear a partir daí. Admito que não foi uma decisão fácil, visto que minha relação com o meu ex orientador sempre foi sólida e de companheirismo. Mas, segundo ele próprio afirmou, a orientação teórico-metodológica que o trabalho estava tomando não respeitava as exigências de uma metodologia sociolinguística de um trabalho toponímico, que precisa focar em mais de uma localidade, visando à comparação entre estas.

Mesmo o mestre aceitando que a pesquisa fosse efetivada em uma única localidade, para ele, Belém teria que ser o alvo, pela sua história, mote fundamental para uma pesquisa toponímica do ponto de vista geolinguístico e sociolinguístico. Aceitar tal posicionamento implicaria desconsiderar o trabalho de campo efetivado e o levantamento histórico e

documental que eu já havia implementado na cidade de Benevides. Além disso, sugeriria uma desconstrução de um discurso que a custo tentamos imprimir na academia, ou seja, o confronto com a ideia de que é somente a partir do centro (e Belém seria, simbolicamente, a representante cosmopolita deste centro) que os sujeitos se constroem como cidadãos. Se assim o fosse, acolheríamos a noção de *capital* formulada por Alexandre Le Maître e problematizada por Michel Foucault (2008), de que

O Estado (...) se compõe na verdade de três elementos (...) [e] deve ser como um edifício. As fundações do edifício, as que estão na terra, debaixo da terra, que não vemos, mas que asseguram a solidez do conjunto, são é claro os camponeses. As partes comuns, as partes de serviço do edifício, são é claro os artesãos. Quanto às partes nobres, as partes de habitação e de recepção, são os oficiais do soberano e o próprio soberano. A partir dessa metáfora arquitetônica, o território também deve compreender suas fundações, suas partes comuns e suas partes nobres. (Le Maître apud Foucault 2008:18).

Seria, pois, necessário, em contraposição ao olhar “de fora e de longe”, implementar o da etnografia, o olhar “de perto e de dentro”, com destaque aos atores sociais em suas práticas habituais no tecido da cidade (Magnani 2002). Isso porque, para a antropologia, as categorias de tempo e espaço não se aplicam com os mesmos sentidos que em outras disciplinas. Segundo Lévi-Strauss (1985),

O espaço e o tempo são os dois sistemas de referência que permitem pensar as relações sociais, conjunta ou isoladamente. Estas dimensões de espaço e tempo não se confundem com as que utilizam as outras ciências. Consistem num espaço “social” e num tempo “social”, o que significa que não têm outras propriedades senão aquelas dos fenômenos sociais que as povoam. (...) O etnólogo não deve, pois, inquietar-se com a obrigação, em que se pode encontrar, de utilizar tipos que não lhe são habituais, ou de inventá-los para as necessidades do momento (Lévi-Strauss 1985:327).

Desse modo, “a ciência moderna (...) nos mostra que as sociedades nativas têm uma organização bem definida, são governadas por leis, autoridade e ordem em suas relações públicas e particulares, e que estão, além de tudo, sob o controle de laços extremamente complexos de raça e parentesco” (Malinowski 1978:23).

A partir de reunião com o meu (agora) orientador, Prof. Dr. Agenor Sarraf, ponderamos que o mais adequado seria fazer o recorte restrito à cidade de Benevides e não mais à região metropolitana, tendo em vista a minha experiência com o lugar, já que vivo lá desde a infância, e a viabilidade da pesquisa. Acrescenta-se a isso o fato de que a proposta e a orientação da Antropologia Social consistem em focar a pesquisa em espaços micros, de modo a adensar a compreensão mais profunda e contextualizada da realidade em tela.

Malinowski (1978) evidencia as orientações acerca dos princípios metodológicos da pesquisa antropológica, que, segundo o autor, “podem ser agrupados em três unidades: em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna” (Malinowski 1978:20). No caso particular desta pesquisa, objetivamos explorar a linguagem dos lugares e eventos, relacionando-a com significações construídas pelos moradores, suas histórias, práticas culturais, ultrapassando, desse modo, convencionalidades.

Em segundo lugar, “deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos” (Malinowski 1978:20), o que não constitui empecilho no caso desta pesquisa, uma vez que sou moradora da comunidade e, embora não conheça todos os rincões do lugar, disponho de uma sólida rede de contatos, que certamente se expandirá no decurso da investigação.

Por fim, “deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência” (Malinowski 1978:20). Desse modo,

O recurso para o etnógrafo é coletar dados concretos sobre todos os fatos observados e através disso formular as inferências gerais. Na prática, é muito difícil planejar-se a aplicação efetiva desse método e desenvolvê-lo de maneira sistemática e coerente. O tratamento científico difere do senso comum, primeiro pelo fato de que o cientista se empenha em continuar sua pesquisa sistemática e metodicamente, até que ela esteja completa e contenha, assim, o maior número possível de detalhes; segundo porque, dispondo de um cabedal científico, o investigador tem a capacidade de conduzir a pesquisa através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes. Com efeito, o treinamento científico tem por finalidade fornecer ao pesquisador um “esquema mental” que lhe sirva de apoio e permita estabelecer o roteiro a seguir em seus trabalhos (Malinowski 1978:24-25).

Quando de minha qualificação, em março de 2015, a banca sugeriu que restringisse ainda mais a área a ser observada, evidenciando apenas o bairro de Murinin, adensando informações e efetivando a observação participante de forma fluida e demorada.

Está claro o desafio que se apresentou, uma vez que observar a comunidade que acreditamos conhecer não é tarefa fácil, tampouco neutra, o que também é destacado por Darcy Ribeiro, em sua obra “O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil” (1970-2013:17), ao aconselhar seu leitor: “Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar a si mesmo”. Da mesma forma, espero que esta pesquisa possa interferir de alguma maneira para a formação de uma consciência política na comunidade benevidense.

Entretanto, não posso negar que “observar o familiar” consiste em uma dificuldade real, conforme nos afirma Gilberto Velho (1978:124), pois “envolve as questões de *distância*

social e distância psicológica”. Uma necessidade que se aflora quando *etnógrafo* e *antropólogo* se fundem, diferente da visão que se tinha antes do século XIX, em que estas personalidades não cumpriam as mesmas funções, isto é, o etnógrafo narrava e explicava os costumes, e o antropólogo engendrava as teorias universais a respeito da humanidade. A autocaracterização disciplinar no século XX transforma etnógrafos em “nativos”, adotando uma atitude distanciada em relação ao discurso etnográfico (James Clifford 2011).

Outro aspecto a ser analisado diz respeito à formação étnico-histórica da sociedade brasileira, em geral, e paraense, em particular. No que tange a esse fator, Noll & Dietrich (2010), afirmam que o Brasil é um país de muitas nuances étnico-culturais. A constituição de sua identidade e de seu idioma está fortemente relacionada aos nativos, especialmente no período da conquista. Assim, o português brasileiro, confrontado com o europeu, distingue-se especialmente pela memória tupi¹⁹, que se revela em numerosos topônimos, tais como: *Itapetininga, Itanhaém, Taubaté, Ubatuba, Curitiba*, etc. Com isso, não tenho como desconsiderar a influência do Tupi, uma das línguas gerais utilizadas por indígenas e europeus no Brasil Colônia, uma vez que tanto nomes comuns quanto nomes próprios de lugares são obtenções mais apropriadas quando a língua receptora não apresenta designações para artefatos culturais ou seres vivos que lhes são alheios, nem para ambientes que passam a conhecer.

É preciso, no entanto, ponderar acerca do fato de que o próprio Tupi passou por transformações, adquirindo matizes diferenciadas em varias regiões do país, em especial no Norte, em que se desenvolveu a língua dos Tupinambá (o Nheengatu, segunda língua geral do país, desenvolvida na Amazônia).

É imprescindível ter em conta que, no decorrer da história da Amazônia, em geral, e do Pará, em especial, o perfil demográfico foi se modificando. Assim, aproximadamente em meados do século XIX, Belém, por exemplo, já era uma localidade de forte mestiçagem, com uma população constituída por “gente cuja pele tinha todas as tonalidades, europeia, negra e indígena, mas era principalmente uma confusa mistura das três raças” (Bates 1979 apud Noll & Dietrich 2010:194). Ressalte-se a contínua chegada de africanos e de afrodescendentes do século XVII ao XIX, numa média de 60%; o decréscimo violento de indígenas agregados (de 50% para 2%) e a presença de europeus e brancos brasileiros, num patamar de 30%, só

¹⁹ Existem inúmeros trabalhos sobre a memória tupi e seu reflexo no discurso e linguagem dos brasileiros na atualidade. A exemplo desses trabalhos, destaco a Dissertação de Mestrado “Memórias Tupi em narrativas orais no rio Tajapuru – Marajó das Florestas – PA”, de Joel Pantoja da Silva (2013), sob a orientação da Dra. Ivânia dos Santos Neves e coorientação do Dr. Agenor Sarraf Pacheco. A Dra. Ivânia Neves produziu, em 2009, pela Unicamp, a tese “A invenção do índio e as narrativas orais Tupi”, com orientação do Dr. Wilmar da Rocha D’Angelis.

alcançando a superioridade na segunda metade do século XIX, quando da extinção do comércio negreiro, coincidindo com a vinda de emigrantes da Europa e da Ásia (Rosa Silva 2004).

Ora, o Brasil e os brasileiros, segundo Darcy Ribeiro (1970-2013), surgem do ajuntamento, do choque e do amálgama do invasor europeu com indígenas e negros africanos, os dois últimos subordinados à escravidão. Assim,

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais dela oriundos (Ribeiro 1970-2103:19).

Essa conformação étnica não pressupõe, no entanto, uma uniformidade cultural e política (Ribeiro 1970-2013). Por esse motivo, meu questionamento depara-se fundamentalmente com a assertiva de Joël Candau (2011), de que, no Brasil, as reminiscências africanas são modificadas à medida que a sociedade global se transforma, movimentadas por um combate de etnias ao alheamento cultural dos negros. Tais lembranças amparam-se não exclusivamente na segurança de uma expressividade simbólica, virtual ou concreta do passado e do presente, mas fundamentalmente na busca em atender a uma força homogeneizadora de grupo, ativando a memória de uma coletividade. A ação de rememorar o tradicional incide na exposição de um traço do passado amoldado no alcance do hodierno de maneira que se crie o contorno de um componente do jogo identitário.

É ponto comum, entre estudiosos da ciência toponímica, que os topônimos são espécies de depositários de memória, uma vez que guardam a reminiscência identitária de um povo e se instituem como referentes duradouros que desafiam o tempo e cruzam a memória viva de uma comunidade. Candau (2011) assegura que o papel identitário desses espaços explicita-se na significação que lhes é concedida pela academia, cunhando-os como unidades significativas de natureza física ou virtual constituídas como elementos simbólicos do patrimônio memorial do lugar. Para este autor, existem “regiões-memória”, “cidades-memória” ou mesmo bairros em que se afirmam a energia das identidades locais. Assim, o topônimo pode remeter tanto à geografia, quanto a narrativas legendárias concernentes às brechas do popular, sempre estabelecido por várias categorias de memória.

Como explicar, entretanto, a quase total ausência de nomes de origem indígena e africana no bairro de Murinin (excetuando-se o próprio nome do bairro), o que observamos

tanto empiricamente quanto por meio da coleta de dados efetivada, seja pela observação da documentação levantada seja pelos registros do IBGE? Sabe-se que a história de Benevides, como de toda a Amazônia, foi marcada pela presença desses grupos de forma intensa. Então, o que motivou o apagamento dessas identidades e o silenciamento dessas vozes na toponímia muriniense?

Não estou tentando refutar a ideia de que haja uma estreita relação entre as identidades dos indivíduos e a nominalização dos lugares em que interage no meio social, pois também acredito nisso. No entanto, é preciso considerar que existem valores, interesses e relações de poder envolvidos nessa nominalização e que estes conceitos extrapolam a mera ação de nominalizar. É na identidade de grupo que se determina o universo do mesmo. Contudo, importante se faz enfatizar que as comunidades linguísticas implementam trocas em função do contato que travam por razões econômicas, políticas, sociais.

A esse respeito, Hildo Honório do Couto (2009) adverte que, em princípio, o contato não se estabelece pelas línguas, mas são os povos que o fazem. Com isso, as línguas são equiparadas às “espécies parasitas”, em sentido biológico, isto é, só nascem e resistem tendo uma população como hospedeira, sem um grupo de pessoas não existe língua, pelo menos em uma condição prototípica. O contato se dá nas mentes dos indivíduos que se relacionam em determinado lugar. Daí a necessidade de se distinguirem os três ecossistemas da língua, e respectivos meios ambientes (MA): o *social*, o *mental* e o *natural*.

É o que Pierre Nora (1993) chama de “lugares de memória”, *espacos* no sentido estrito do termo (se me permitem o trocadilho), desde o aspecto físico, territorial, material e sensorial, ao mental, abstrato, figurado e virtual.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora 1993:21-22).

Assim, justifica-se a busca por elementos identitários em vários marcadores da vida local, como, por exemplo, os prédios públicos do bairro de Murinin. A relevância do presente estudo está, portanto, em justamente conhecer as especificidades dessa comunidade para que se possa esboçar uma representação antropolinguística de seus habitantes, destacando a

memória e enfatizando as identidades, evidenciando o caráter social e os interesses político-econômicos envolvidos nessa construção.

O grande problema situa-se em compreender o porquê de os agentes formadores da população muriniense estarem silenciados quando da determinação dos topônimos locais. Qual a razão de a minoria absoluta de topônimos ser atribuída ao elemento indígena ou africano? E este último mais particularmente, já que as autoridades políticas locais sempre atribuem à cidade o epíteto de “A Terra da Liberdade” ou “O Berço da Liberdade” por ter sido a terceira cidade a libertar seus (poucos) escravos quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea em 1888.

Por esse motivo, considerei, para esta pesquisa, trabalhar com os pressupostos teóricos da Antropologia Pós-Colonial e da Teoria da Narrativa Oral. Apesar de problematizar um dos aspectos do léxico de especialidade, a toponímia, considerada, em muitos trabalhos realizados no Brasil e no mundo, a partir de registros formais escritos (Cartas topográficas, listas dos correios, registros em prefeituras e câmaras municipais, etc.), avalio mais prudente e honesto com meus interlocutores, partir de sua visão de mundo, dos valores que os próprios sujeitos atribuem aos seus locais de moradia e/ou circulação.

A Antropologia Pós-Colonial subsidiará a discussão acerca da interpretação dos fatos sociais apresentados pelos próprios interlocutores. Esta corrente teórica, advinda da Antropologia Interpretativa – mais tarde Hermenêutica – traz metodologias científicas inovadoras na maneira de refletir sobre a pesquisa etnográfica, ocasionando, por conseguinte, uma nova abordagem na relação sujeito-objeto na observação e na escrita etnográfica.

A Teoria sobre Narrativas Orais auxiliará no debate sobre como, discursivamente, ocorre a inscrição, via oralização, do sujeito nesses lugares de memória e os efeitos de sentido construídos a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e a denominação desses espaços. Pretendo, dessa forma, analisar quem são os sujeitos que aparecem nos ambientes de circulação e de interação de pessoas, bem como aqueles que são apagados/silenciados nesses lugares e porque ocorrem tais ações.

Assim, faço, em princípio, um levantamento formal, não fugindo em demasia da metodologia tradicional da pesquisa toponímica, mas considerando, nas entrevistas, também a toponímia alternativa, isto é, não oficial, vernacular, tentando motivar o interlocutor a buscar, em sua memória, a identidade de tal nome e sua relação com a vida dos que ali habitam, seja do ponto de vista social, político, econômico, seja do religioso e familiar.

Paralelo ao diálogo com os interlocutores, implementei um levantamento junto à Câmara Municipal de Benevides, com o apoio do vereador Fredson Oliveira, então presidente

da instituição, e que também fora meu professor de História no Cursinho Municipal de Benevides. O edil me encaminhou a seu secretário, o senhor Pedro Solon, que, por sua vez, permitiu que eu manuseasse os documentos constantes no arquivo do órgão público com o assistência de uma auxiliar administrativa da instituição (Rose).

Procedi, então, à busca de projetos de lei ou decretos-lei que versassem sobre a denominação de logradouros ou de prédios públicos no município. Essa busca levou cerca de dois meses, devido à impossibilidade de adentrar no órgão para tal atividade em períodos específicos, tais como dias de expediente interno (às sextas-feiras), dias de Sessão Aberta ao Público (às terças-feiras) e os dias que antecediam à seção (às segundas-feiras). Portanto, só poderia efetivar tal levantamento às quartas e quintas-feiras, entre 9h e 13h, horário em que o órgão fechava para atendimentos.



Foto 01: Pesquisa nos Arquivos da Câmara Municipal de Benevides
Foto: Maria Adelina R. Farias (29 de novembro de 2012)

Desse modo, coletei 67 projetos de lei referentes a nominalizações de logradouros, homenagens post-mortem e títulos de honra ao mérito impetradas por vereadores junto ao plenário da Câmara Municipal de Benevides. Além disso, dialoguei com 15 antigos moradores do bairro²⁰, profundos conhecedores da história local.

São eles:

Interlocutor	Local de moradia
1. D. Euzira Castro	Rua 15 de Janeiro
2. D. Elba Okada	Rua 15 de Janeiro
3. D. Celina Sousa	Comunidade do Juquiri
4. S. Manoel Silva	Rua do Patrimônio
5. D. Márcia Freitas	Av. Martinho Monteiro
6. D. Francisca Pereira	Rua Santa Catarina
7. S. Raimundo Monteiro	Av. Martinho Monteiro
8. D. Tereza Monteiro	Av. Martinho Monteiro
9. S. Guilherme Monteiro	Rua São José
10. D. Rosa Segundo	Fim da Linha
11. S. João Assunção	Comunidade Moacir Gerúndio
12. D. Eugênia Segundo	Rua da Tapera
13. S. Maurílio Segundo	Rua da Tapera
14. D. Doraci Borralho	Itaquara
15. D. Alice Oliveira	Itaquara

Tabela 01: Interlocutores²¹

A pesquisa de campo ocorreu de novembro de 2012 a dezembro de 2015, alternado entrevistas e levantamento documental, concomitantemente às instruções antropológicas por meio das disciplinas cursadas por mim no programa.

Os colaboradores da pesquisa foram selecionados por serem moradores nascidos e/ou que vieram para o bairro ainda quando este estava em formação. Alguns também foram selecionados pelo parentesco de pessoas falecidas que muito contribuíram para a história do lugar e que nomeia vias públicas dessa comunidade. Todos eles fazem parte de meu rol de conhecidos, seja em âmbito pessoal, seja no profissional, o que facilitou sobremaneira minha

²⁰ Antes da definição pelo bairro de Murinin, efetivei entrevistas com outros interlocutores de outros bairros de Benevides, a saber: Benfica (2 interlocutores), Santa Maria de Benfica (1 interlocutor) e Centro (1 interlocutor). Por motivos já expostos, estes não entrarão no escopo desta pesquisa.

²¹ Todos os sujeitos elencados são meus conhecidos de longa data, tendo participado de minha vida em vários eventos.

atuação no campo da pesquisa, visto que tive mais fluidez na interação com estes, além de ter mais liberdade de questionar sobre quaisquer temas com os mesmos.

Capítulo IV

Benevides: A “Terra da Liberdade”

Neste capítulo, apresento o lugar a partir de três perspectivas: a dos interlocutores, a minha própria e a dos documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis sobre o município de Benevides.

Não sou benevidense de nascimento. Nasci em Belém, à Avenida Bernardo Sayão, no bairro do Guamá. No entanto, sempre me senti pertencente àquele universo de cidade do interior, mais especificamente à Vila de Murinin – Distrito de Benfica, para o qual me mudei com minha família ainda criança, aos seis anos de idade, e onde provei da felicidade pueril. A “Terra da Liberdade” me mostrara o que era ser livre, onde podia correr nos grandes quintais sem cerca, nadar nos igarapés ainda pouco poluídos, comer frutas ao pé da árvore e ouvir histórias de assombração em frente à casa de meus pais, um pequeno sítio localizado em uma das ruas que ainda não haviam recebido luz elétrica, o que deixava ainda mais interessantes e assustadoras tais histórias.

“Terra da Liberdade” é o epíteto que a cidade de Benevides recebeu por ter sido uma das primeiras colônias a libertar seus escravos no Brasil, antes mesmo da assinatura da Lei Áurea, em 1888. Segundo Edson Holanda de Lima Barbosa (2013), a Colônia Agrícola de Benevides foi importante ponto de apoio de escravos fugidos do Ceará, que se misturavam aos migrantes nordestinos para conquistar espaços de liberdade.

O autor também registra que, a partir da articulação entre experiências de migração e escravidão, uma verdadeira zona de contato discursiva pode superar o discurso linear da passagem do trabalho escravo para o livre no fim do século XIX. O pesquisador apresenta Benevides como principal palco das lutas abolicionistas no Pará, podendo a cidade ser considerada um *quilombo abolicionista paraense*, explicitando ainda que a fuga de escravos foi uma das causas do declínio da atividade agrícola da colônia.

Além disso, a aliança entre escravizados e retirantes resultou em inúmeros motins e a grande circulação de migrantes contribuiu para o fortalecimento de *campos negros* na Amazônia, muito em razão das relações efetivas entre retirantes e escravos, dificultando o controle social por parte das autoridades policiais e criando espaço para o fortalecimento do movimento abolicionista amazônico. Benevides foi a primeira localidade do Pará que, em 1884, libertou seus escravos, os quais receberam, a partir disso, o *status* de retirante.

Na época em que lá cheguei, junto com minha família, ano de 1983, em Murinin, só havia energia elétrica na rua principal, hoje Avenida Martinho Monteiro ou Avenida Murinin. Lembro-me que, das poucas residências lá existentes, apenas uma possuía aparelho de televisão, e era onde assistíamos aos programas mais populares, como telejornais e telenovelas. Nessa casa, também funcionava um pequeno comércio e o único telefone público da localidade.

Àquele período, de fato, reconhecia-me interiorana, visto que, comparada a indivíduos que habitavam em Belém, percebia-me uma criança de poucos recursos econômicos, que morava em um local ermo, com poucos expedientes tecnológicos e que recebia assistência de órgãos governamentais e de ONGs para ter acesso a bens de consumo básicos para a sobrevivência, e, por isso, sentia-me inferiorizada. Hoje, refletindo antropologicamente acerca desse sentimento, percebo que tal visão me foi imposta por um centro cultural e econômico que tem dificuldade em reconhecer que a vida fora dos grandes centros não é melhor nem pior, apenas diferente.

Para Bourdieu (2006), isso se dá em função de uma luta simbólica que reflete ações de dominação em que o *locus* não apenas é inferiorizado, como também é invisibilizado. Desse modo, o sentimento de inferioridade, imposto pelos padrões eurocêtricos, faz o sujeito acionar representações e admitir o marcador social de atrasado, reproduzindo relações excludentes de centro e periferia, urbano e rural, civilizados e bárbaros, dominantes e dominados, metrópole e colônia.

Simone Rodrigues Pinto (2012:339) ilustra essa realidade e nos subsidia na compreensão e na necessidade de nos observarmos sem o filtro do colonizador, do europeu, do diverso e avesso ao que nos é peculiar, isto é, aquele que não tem “um compromisso com nossa realidade histórico-social”. Portanto, conforme Ballestrin (2013:90), “a identificação e a superação da colonialidade do poder, do saber e do ser, apresenta-se como um problema desafiador a ser considerado pela ciência e teoria política estudada no Brasil”.

Aos dez anos de idade, minha família e eu voltamos para o Guamá, já que, em Murinin, só havia uma escola, Escola Estadual de Murinin, na qual, anos mais tarde, lecionei a disciplina Língua Portuguesa ao me formar no curso de Letras, agora já concursada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA). Lembro-me de uma ocasião, na festa do dia dos professores, em que dei um depoimento emocionado, frisando que me sentia muito feliz porque “Aqui, um dia, eu aprendi a ler, e, hoje, eu ensino a escrever”.

À época de minha infância, a referida escola dispunha de turmas somente até a quarta série do Ensino Fundamental (hoje quinto ano). Como o transporte para a localidade era

disponibilizado apenas duas vezes por dia (manhã e tarde) e meus pais não poderiam arcar com as despesas de passagem e alimentação para todos os filhos irem estudar em Belém, decidiram voltar para a capital, para darmos continuidade aos estudos. No entanto, alguns anos mais tarde, uma de minhas irmãs faleceu em função de um atropelamento. Meus pais (minha mãe, mais precisamente) não suportaram a dor e a ausência, fazendo com que toda a família retornasse a Murinin. Eu tinha quinze anos de idade à época e vivo aqui desde então.

Ofereço agora algumas considerações acerca do município de Benevides, explicitando peculiaridades históricas e culturais a partir das falas dos interlocutores, de imagens do espaço e de seus lugares de reminiscências, tentando promover o debate com minha própria vivência no município acerca das transformações percebidas ao longo dessa experiência, além de evidenciar interpretações a que chegaram outros pesquisadores sobre a história do lugar.

Um fator bastante peculiar na geografia de Benevides consiste em que a entrada do ramal de Benfica, conhecido pelos moradores como “Boca do Benfica”, ainda está no território pertencente à cidade de Marituba, sendo que a entrada da cidade de Benevides fica cerca de 4 km seguindo pela BR 316.



Foto 02: Entrada (Boca) de Benfica

Foto: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1066025>

Acesso em: 04 de fevereiro de 2015.

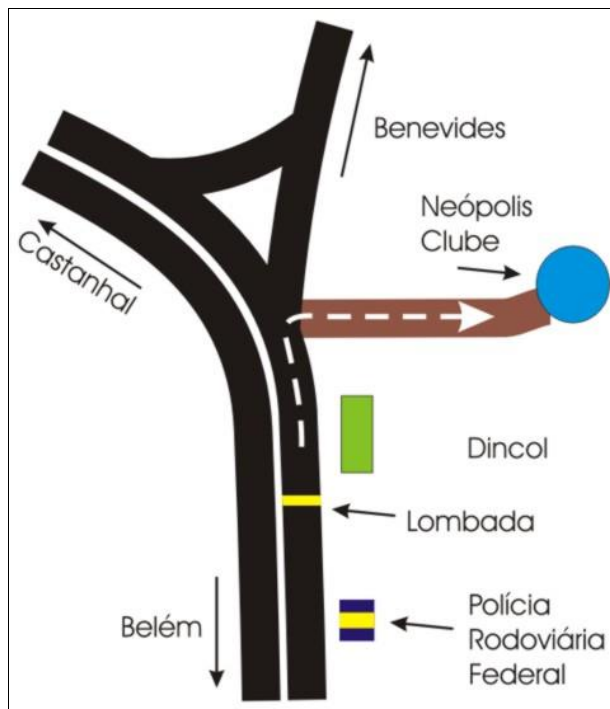


Figura 01: Entrada de Benevides

Fonte: <http://jorgecurteavida.blogspot.com.br/>
Acesso em 04 de fevereiro de 2015.

Nunes (2008) demonstra como a abertura das estradas foi implementada no período de formação da colônia. Segundo o autor, quanto à constituição dos caminhos e alamedas o trabalhador empregava em princípio instrumentos manuais para a limpeza do entorno das árvores maiores. Posteriormente, utilizava-se o machado.

Antes do início dos trabalhos de abertura [de novas estradas] havia duas vias que possibilitavam chegar à colônia; no caso a estrada que levava ao porto de Benfica, por onde eram conduzidos os carregamentos de madeira, e outra estrada que ligava a colônia ao porto de Marituba, estrada que foi utilizada pelo Presidente do Pará, quando da inauguração da colônia. (...) Somente a estrada até o porto de Benfica custaria aos cofres públicos cerca de oitocentos mil réis (Nunes 2008: 68-69).



Foto 03: Estrada de Benficia, atual PA-404

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=855294&page=196>

Acesso em 04 de fevereiro de 2015.

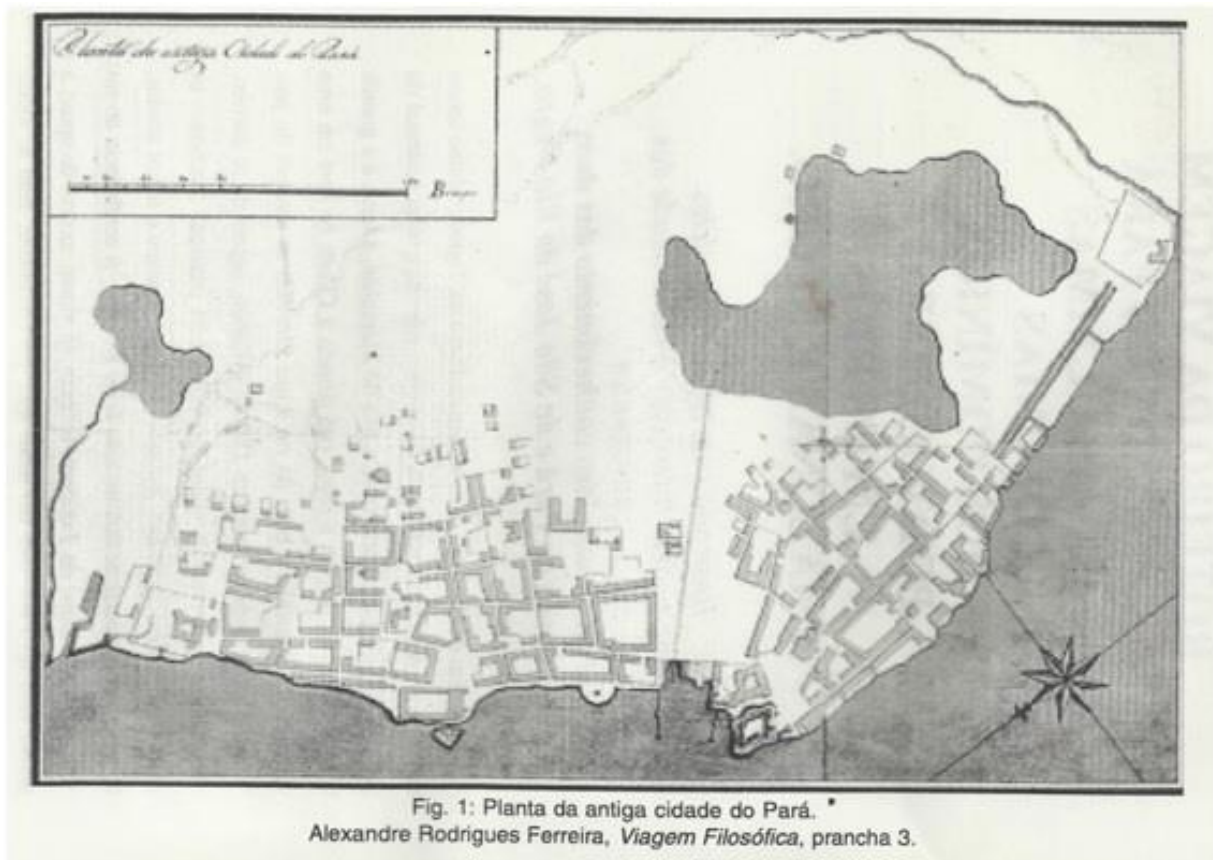
Sobre a abertura da estrada de Benficia, Francivaldo Nunes (2008) registra que

De acordo com a administração provincial as novas verbas seriam utilizadas para manter o atendimento aos colonos cearenses, agora não apenas fornecendo alimentação e vestuário, mas pagando as diárias de trabalho desenvolvido por alguns retirantes que se ocuparam na limpeza das estradas que davam acesso à colônia, principalmente a estrada de Benficia (Nunes 2008:116).

É importante destacar que, em conversa com o Sr. José Leôncio Siqueira, historiador e autor de vários livros nessa linha de pesquisa, um dos quais me presenteou na oportunidade, não se pode falar da história de Murinin e de Santa Maria de Benficia sem passar pela formação de Benficia, único distrito de Benevides, assim como, para se falar de Benevides, é preciso que se tenha em conta primeiramente a fundação de Belém.

José Pereira da Silva (1997) registra que, em viagem pelos rios Amazonas e Negro, no primeiro tratado de Geografia da Amazônia escrito por um brasileiro, o Pe. Dr. José Monteiro de Noronha identifica

6 - As seis povoações que se acham no interior do continente são: **Lugar de Benficia**, o de Barcarena, a Freguesia de São Bento, a Vila de Ourém, o Porto Grande do Guamá, o Lugar de Cerzedelo. 7-O **Lugar de Benficia** está dentro de uns canais que formam as ilhas da boca do rio Mauari, distante da Cidade do Pará seis léguas pelo rumo do nordeste (Silva 1997:08 / grifos meus).



Mapa 01: Planta da Antiga Cidade do Pará
Fonte Silva 1997:06

Marta Brito da Silva (2010), ao publicar um livro de suas memórias do bairro de Benfica, apresenta o Ofício do Vereador Manoel Correa de Azevedo ao então governador do Estado do Pará, Alacid Nunes, narrando um breve histórico dos indígenas que habitavam o lugar à época da colonização. Este documento data de 1970 e consta do seguinte texto:

BENFICA 'Minhas Raízes'

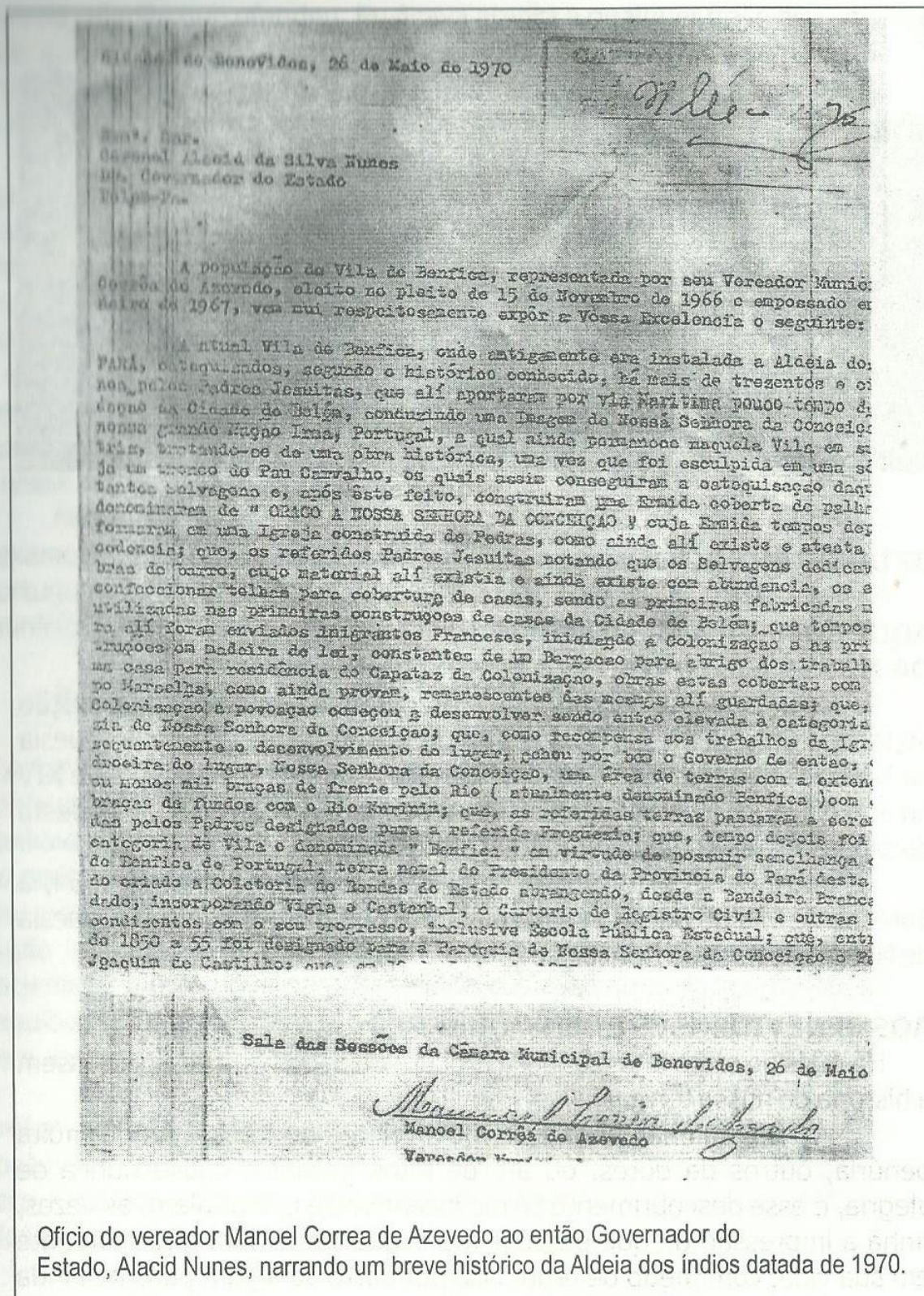


Figura 02: Ofício Ver. Manoel Correa de Azevedo ao Gov. Alacid Nunes, 1970

Fonte: M. Silva 2010:09²²

Cidade de Benevides, 26 de Maio de 1970

²² O documento está nestas mesmas condições na obra.

Exm° Sr.
Coronel Alacid da Silva Nunes
Governador do Estado
Belém-Pa

A população da Vila de Benfica, representada por seu vereador Munuel Correa de Azevedo, eleito no pleito de 15 de Novembro de 1966 e empossado em Janeiro de 1967, vem mui respeitosamente expor a Vossa Excelência o seguinte:

A atual Vila de Benfica, onde antigamente era instalada a Aldeia dos PAPARÁ, catequisados, segundo o histórico conhecido, há mais de trezentos anos pelos padres Jesuítas, que ali aportaram por via Marítima, pouco tempo depois da fundação da Cidade de Belém, conduzindo uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de nossa grande Nação Irmã, Portugal, a qual ainda permanece naquela Vila, tratando-se de uma obra histórica, uma vez que foi esculpida em um só tronco de Pau Carvalho, os quais assim conseguiram a catequização daqueles tantos selvagens e, após este feito, construíram uma Ermida coberta de palha, a qual denominaram “ORACO A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO”, cuja Ermida tempos depois se transformara em Igreja construída de Pedras, como ainda ali existe e atesta a procedência que os referidos Padres Jesuítas notando os selvagens dedicavam-se a obras de barro, cujo material ali existia e ainda existe com abundância, os ensinaram a confeccionar telhas de casas, sendo as primeiras fabricadas para serem utilizadas nas primeiras construções de casas da Cidade de Belém, que tempos depois ali foram enviados Imigrantes Franceses, iniciando a colonização, e na primeira construção em madeira de lei, constantes de um Barracão para abrigo dos trabalhadores e em casas para residência do Capataz da Colonização, obras estas cobertas com Marcelha, como ainda provam remanescentes de moemas ali guardadas, que a Colonização e povoação começou a desenvolver, sendo então elevada a categoria de Prelazia de Nossa Senhora da Conceição; que, como recompensa aos trabalhos da Igreja, conseqüentemente o desenvolvimento do lugar, achou por bem o Governo de então determinar como padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição, uma área de terras com a extensão de mais ou menos mil braças de frente pelo Rio (atualmente denominado de Benfica) com ? braças de fundos com o Rio Murinin; que as referidas terras passaram a ser administradas pelos Padres designados para a referida Freguesia; que, tempo depois, foi elevada a categoria de Vila e denominada de “Benfica”, em virtude de possuir semelhança com o lugar de Benfica de Portugal, terra natal do Presidente da Província do Pará, sendo criada a Coletoria de Rendas do Estado, abrangendo, desde a Bandeira Branca, ? incorporando Vigia a Castanhal, o Cartório de Registro Civil e outras ? condizentes com o seu progresso, inclusive Escola Pública Estadual; que, entre 1850 e 55 foi designado para a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição o Padre Joaquim de Castilho...

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Benevides, 26 de Maio de 1970.

Manoel Correa de Oliveira
Vereador Municipal de Benevides

O historiador José Leôncio Siqueira, em sua obra *Terra da Liberdade – Benevides: História e Colonização*, de 2014, expõe que

O período da Colonização exige cada vez mais a mão de obra escrava e o governo decide escravizar os nativos, por considerar ser a mão de obra mais barata e acessível. Os negros só seriam introduzidos no Pará, para o trabalho de campo, após a libertação dos 'gentios', em 1755. Surgem as 'tropas de resgate', responsáveis pela captura dos silvícolas, iniciando também o maior genocídio já acontecido na Amazônia, a partir de 1619, quando os nativos de Joanes, na Ilha do Marajó, tentaram atacar as tropas portuguesas. Castelo Branco encarrega ao Sargento-Mor, Diego Botelho, que comande o revide aos índios. Surge o primeiro período de terror e matança incontrollável dos índios (Siqueira 2014:29).

A chegada de Bento Maciel, narrada por Siqueira, evidencia o pouco respeito pela vida dos indígenas, já que chegou disposto a extinguir o maior número de nativos, em razão dos ataques promovidos por nações indígenas que se uniram para investir contra os conquistadores, como revanche ao aviltamento de seu povo, o que gerou atroz reação dos colonizadores, que, após isso, objetivou diminuir as nações indígenas insurgentes, aprisionando e escravizando os guerreiros.

Os *Tupinambás* quase todos foram exterminados. Do Maranhão até a Região do Tapajós a matança era incontrollável; estima-se que cerca de 500.000 índios, de todas as etnias, foram assassinados, outros morreram pelas doenças transmitidas pelos brancos ou pelos maltratados escravos, a que foram submetidos até 1775 (Siqueira 2014:29).

Na Amazônia colonial portuguesa (essencialmente o Estado do Maranhão e Grão-Pará), condições ecológicas e geográficas peculiares condicionaram que a mão de obra indígena fosse utilizada de forma constante desde os anos iniciais da colonização. Os indígenas eram largamente utilizados nas atividades do dia-a-dia, desde o trabalho nas roças, na edificação de casas e fortalezas, assim também como no de remeiros das canoas e embarcações. Tais condições peculiares desde cedo condicionaram que na região todos os caminhos se fizessem por água, onde os índios remeiros se mostram enquanto personagens fundamentais, já que eram indispensáveis para as longas e constantes viagens pelos rios amazônicos, fazendo os intercâmbios entre as várias regiões, tanto entre índios e índios, quanto entre estes e europeus (Elias Abner Coelho Ferreira & Décio Guzmán 2012).

Com relação à assertiva de Siqueira (2014) acerca do início da presença africana no Pará, é preciso discutir tal informação com as apresentadas por outros pesquisadores. Vicente Salles (2005), por exemplo, afirma que o escravismo veio escoltado pelos colonos lusos. Em 1637, duas dezenas de anos posteriormente à fundação de Belém, dentre os duzentos habitantes existiam escravos. Da desavença entre os portugueses – que queriam dominar os

indígenas, escravizando-os – e os jesuítas – que também pretendiam isso, mas sob o discurso da catequese –, decorreu a início da escravidão de africanos, promovida pelos jesuítas. Entretanto, as particularidades da Amazônia, principalmente no que respeitava à agricultura embrionária, delongara a aparelhamento do tráfico. Antes do fim do século XVII,

Há referências a duas provisões régias sobre a introdução de peças da África, uma datada de 18 de março de 1662 – que livrava da metade dos direitos os negros de Angola que se metessem neste estado – e outra de 19 de abril de 1680 – que determinava a condução, todos os anos, de negros da Costa de Guiné para o Maranhão e Pará por conta da fazenda real. (...) Os jesuítas não só indicaram a substituição do índio pelo negro, como a promoveram concretamente (Salles 2005:35).

Na política escravista do século XVIII, o mercado de escravos suscitou uma batalha entre os habitantes do Pará e Maranhão. Assim, o rei dispusera que os africanos fossem partilhados de forma igualitária entre essas localidades. É precisamente neste período que o negro ingressa no Pará em considerável número e se destina ao cultivo de provimentos agrícolas, tais como: cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão e cacau. Conforme Manuel Barata (apud Salles 2005:55), “A Companhia Geral de Comércio introduziu apenas no Pará 12.587 escravos negros da África, importados diretamente”.

Nunes Pereira (1952), por sua vez, assinala que, desde 1532, nos engenhos e currais de São Vicente, foi registrada a presença negra no Brasil, mas somente em 1692 essa introdução é principiada na Amazônia, considerando que, em 1697, os legisladores apontaram certas reações, notadamente de ordem financeira, que a necessidade, o custo, a presença do elemento africano permanecia determinante na Amazônia. Registra que possivelmente a mão de obra escrava tivera sido introduzida no Arquipélago de Marajó, para o trabalho na pecuária.

Com o gado não só se penetrava os desertões como nêles se assentava, à sombra de uma indústria, (...) uma sociedade inconsequente e nômade, tal a que era representada pelos habitantes do Brasil, e outra sociedade, inculta, ambiciosa e deslumbrada, tal a que vinha, no bojo dos navios, dos penques e das sumacas, de todos os recantos da terra lusa. (...) mas não era com os índios, supersticiosos e andarengos, que se poderia assentar, só com êles, um Estado à feição dos que constituíram a Península Ibérica. (...) Então a Metrópole pensou no braço negro, cujo vigor e cuja mansidão já experimentara, nos viveiros onde os caçavam, aos donos desse braço, ou os trocavam ou compravam, barganhando mesquinhosamente (Pereira 1952: 158-159).

Voltando às narrativas sobre Benevides, Siqueira (2014), como num objetivo catártico por nossos ancestrais, elabora a seguinte alegoria:

ATAQUE À ALDEIA DOS TUPINAMBÁS MAGUARISES

As pirogas deslizavam silenciosamente sobre o leito do rio, tal a perícia dos índios remeiros, que penetravam as águas com seus remos, confundindo-se com o nadar do tralhoto²³.

A noite, com o céu pigmentado de estrelas, favorecia o deslocamento, projetando sombras para dentro do rio, criando uma área escura, que era utilizada pelos invasores, aproximando-se cada vez mais, cautelosamente.

O silêncio sepulcral e a densa neblina que pairava sobre as águas, transformavam as embarcações em "barcos de Caronte"²⁴ transportando a morte para o mundo de hades".

À frente um brilho reluzente refletia-se nas águas, projetado das fogueiras dos tupinambás, acesas no centro da aldeia, à margem do rio.

A aldeia fora finalmente alcançada, o vento frio da silenciosa madrugada prenunciava a morte. Sorrateiramente, os invasores foram se aproximando até encontrar o ponto ideal para o desembarque. Com as facas presas aos dentes, os machados e espadas presos às cordas de sisal, que funcionavam como cintos, e as armas de fogo levantadas acima da cabeça, deslocaram-se sob a proteção das sombras, seguindo os "índios flecheiros"²⁵ trazidos especialmente de Pernambuco para compor a "Tropa de Resgate", formada por "Bento Maciel" para esse tipo de ação: aprisionar os nativos como escravos e assassinar aqueles que reagissem.

Os guerreiros invasores penetraram silenciosamente na aldeia dos Tupinambás Maguarises, buscando posições estratégicas, enquanto os europeus portugueses, colonizadores da nova terra do Grão-Pará, astutos, cruéis e covardes, partiram direto, tomado de assalto a aldeia, que dormia acolhida ao frio do amanhecer. Muitos nem chegaram a acordar, tomados pela morte inesperada; as vidas eram cruelmente ceifadas. A maioria dos que tentavam alcançar a proteção da escuridão da floresta, foi friamente abatida pelas flechas certeiras dos índios flecheiros.

Os corpos dos Tupinambás, homens, mulheres e crianças, tingiram de vermelho o solo em que nasceram; as gotas de orvalho, escorrendo lentamente pelas folhas das árvores, transformavam-se em um choro melancólico, misturando-se à fina chuva que começava a cair. Os charcos e poças formados pela chuva misturavam-se ao sangue derramado,

²³ Anableps anableps e Anableps microlepis são peixes do estuário amazônico. Os machos adultos são facilmente identificados por apresentarem uma modificação nos raios da nadadeira anal, formando um tubo através do qual é liberado o esperma. À primeira vista, não têm importância para o consumo humano. Entretanto, segundo informações de terceiros, esses peixes são consumidos como alimento em alguns setores das zonas mais pobres da periferia de Belém. Do ponto de vista da economia formal, sua importância reside no fato de servirem como isca na captura daqueles peixes que geram divisas para o estado do Pará, como o filhote e a dourada (Francylenna Nascimento & Maria Assunção 2008).

²⁴ Caronte, o barqueiro do deus grego Hades, o deus do mundo inferior e dos mortos. É através dele que temos a presença da morte. Segundo Bachelard (1998:79), "A imaginação profunda, a imaginação material quer que a água tenha sua parte na morte; ela tem necessidade da água para conservar o sentido de viagem da morte. Compreende-se assim, que, para esses devaneios infinitos, todas as almas, qualquer que seja o gênero dos funerais, devem subir na barca de Caronte" (Apud Oziris Borges Filho 2010).

²⁵ "O flecheiro era, segundo o olhar de Debret, um caboclo (...) que vivia em intenso contato com a sociedade colonial, porém mantivera a habilidade com o arco e flecha e posicionava-se daquela forma para atrair a admiração dos viajantes estrangeiros. Debret nos informa que esses hábeis caçadores são muito procurados pelos naturalistas estrangeiros, que os utilizam como companheiros indispensáveis de suas excursões através das florestas virgens (...). Alguns comprometem-se a formar escolta durante um tempo ilimitado. O flecheiro se apresenta de forma quase idílica, exibindo, além de sua destreza, um corpo robusto e musculoso, que, como dizem alguns críticos de Debret, talvez pouco tenha a ver com a realidade corpórea dos ameríndios" (Maria Almeida 2009:91).

exalando no ar o seu cheiro nauseante, descendo numa vertente em direção ao rio, à artéria principal daquele lugar plantado no coração da floresta.

O coração do rio palpitava mais forte, "o mar de sangue" pulsava em arritmia descompassada, projetando-se desesperadamente em direção ao "Maguari", tentando desaguar tanta emoção.

A "Boiuna" adormecida não podia ajudá-lo a naufragar as embarcações dos invasores, que usaram o seu leito para conduzir os prisioneiros, troféus de tão inconcebível atrocidade, evadindo-se ilesos.

O jovem índio "Benfica" a tudo observava encolhido na copa da grande árvore. Seus olhos pareciam não acreditar: o homem civilizado era mais cruel que a pior fera existente naquela floresta. As incontidas lágrimas projetaram-se como flechas de ódio, tentando atingir os invasores, mas, de repente, caíram sobre a aldeia, provocando uma reação mística, elevando-se em vapor, espargindo pela floresta e encobrindo toda a aldeia, protegendo os corpos de seus irmãos.

Inesperadamente o céu ficou avermelhado, como se o sangue das vítimas tivesse evaporado, misturando-se às nuvens. O vento começou a soprar forte, projetando o temporal que desaguou entre relâmpagos e trovões, lavando a maldade do homem branco e o sangue dos inocentes.

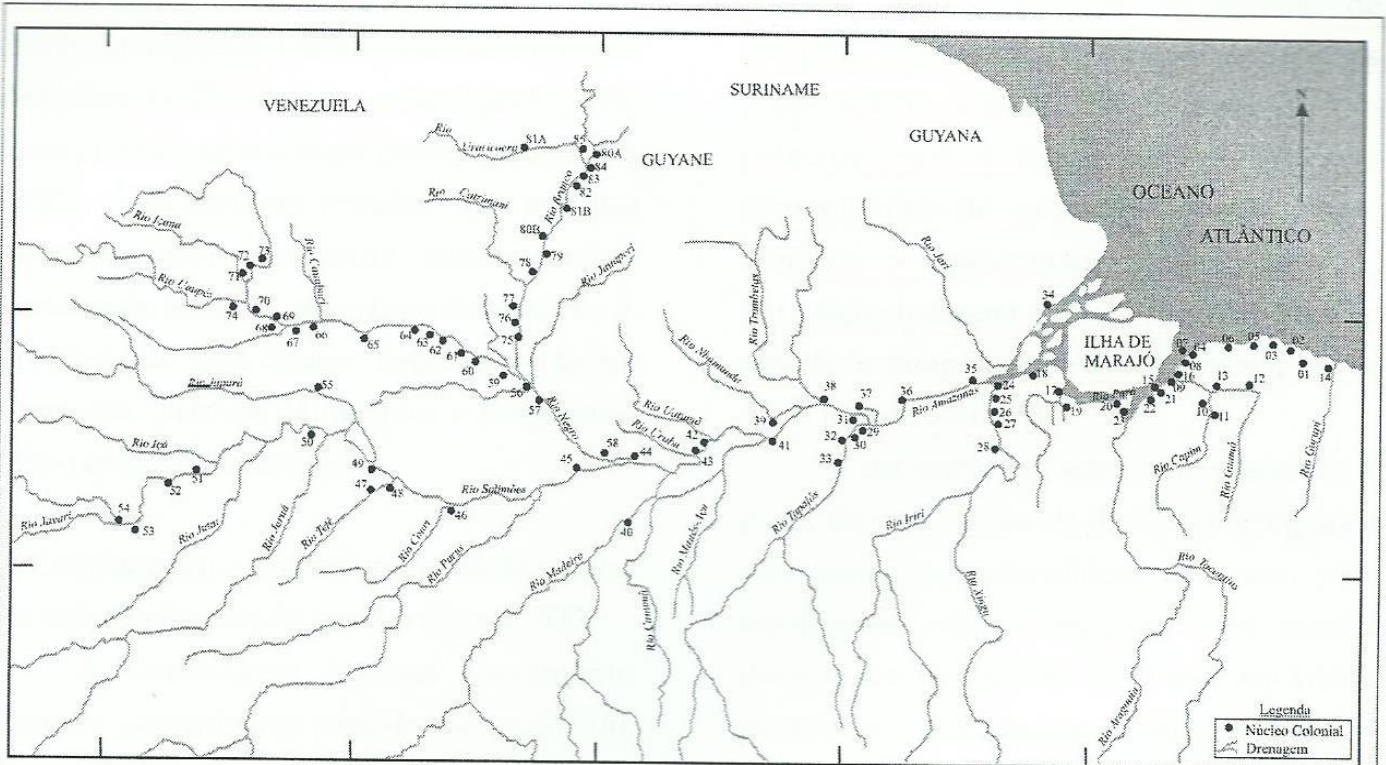
"Benfica", suspenso na copa da grande árvore, gritou bem alto para que "Tupã" pudesse escutá-lo:

–Juro pelos sangues de meus irmãos, que um dia nós seremos novamente livres! E tudo farei para que todos os que aqui morarem sintam orgulho desta terra!

(Siqueira 2014:30-31).

Maria Goretti Tavares (2008) registra que, durante o século XVIII, foram fundadas 62 freguesias (grande parte delas instituídas a partir das missões) e aldeias regidas por missionários. Com a política pombalina, essas missões passam à categoria de vilas com a designação de cidades lusas, além de outras que foram consideradas povoados, a exemplo de Benfica, fundada em 1757. A autora firma ainda que “A transformação das aldeias e missões em vilas por ordem de Mendonça Furtado, consistiu na mudança de nome, substituindo-se os nomes indígenas pelo de cidades portuguesas. (...) Foi o Alvará de 7 de junho de 1775, que determinou a conversão das aldeias em vilas e lugares” (Tavares 2008:61).

FIGURA 01 : Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)



Capitania do Pará

"Região da Costa"

01. Vila de Bragança
02. Vila de Cintra
03. Vila Nova D'El Rei
04. Vila da Vigia
05. Lugar Penha Longa
06. Lugar do Porto Salvo
07. Vila de Colares

"Região do interior do Continente"

- 08. Lugar Benfica
09. Lugar de Barcarena
10. Freguesia de São Bento
11. Freguesia de Sant'Ana do R.Campim
12. Vila de Ourém
13. Porto de Grande Guamaí
14. Lugar de Cerzedelo
15. Vila do Conde

"Região Guajarina"

16. Cidade de Belém

"Região das Ilhas e dos Furos"

17. Vila de Melgaço
18. Fortaleza de Gurupá
19. Vila de Portel
20. Vila de Oeiras

"Rio Moju"

21. Espírito Santo de Moju

"Rio Tocantins"

22. Vila de Beja
23. Vila de Cameté

"Rio Xingu"

24. Lugar de Vilarinho do Monte
25. Vila do Porto de Moz
26. Vila de Vieiros
27. Vila de Pombal
28. Vila de Sousel

"Rio Tapajós"

29. Vila de Santarém
30. Vila de Alter do Chão
31. Vila Franca
32. Vila Boim
33. Vila de Pinhel

"Rio Amazonas"

34. Vila de Macapá
35. Vila de Almerim
36. Vila de Monte Alegre
37. Vila de Alenquer
38. Vila de Obidos
39. Vila de Faro

Capitania do Rio Negro

"Rio Madeira"

40. Vila de Borbu

"Rio Amazonas"

41. Freguesia de N. Sª. do Carmo
42. Vila de Silves
43. Vila de Serpa
44. Pesq. Real do Puraquequara

"Rio Solimões"

45. Pesq. Real Manacapuru
46. Lugar de Avelos
47. Lugar de Nogueira
48. Vila de ega
49. Lugar de Alvarães
50. Lugar de Fonte Boa
51. Lugar Castro de Avelãs
52. Vila de Olivença
53. Vila de São José do Javari
54. Fortaleza e presídio de São Francisco Xavier da Tabatinga

"Rio Japurá"

55. Santo Antônio de Marapí

"Rio Negro"

56. Fortaleza de Barra do Rio Negro
57. Lugar de Arião
58. Vila de Moura
59. Lugar de Cavoeiro
60. Lugar de Poiares
61. Vila de Barcelos
62. Lugar de Moreira
63. Vila de Tomar
64. Lugar de Lamalonga
65. Santa Izabel do Rio Negro
66. Nossa Senhora do Loreto
67. Santo Antônio do Castanheiro
68. São João de Nepomuceno do Camundê
69. Nossa Senhora de Nazaré
70. Fortaleza de São Gabriel
71. Nossa Senhora da Guia
72. São João Batista do Mabé
73. Fortaleza de São José de Marabitanas

"Rio Uaupés"

74. São Joaquim do Caonê

"Rio Branco"

75. Pesqueiro Real da Demarcação
76. São Martinho
77. Nossa Senhora do Carmo
78. Pesqueiro da Capitania
79. Santa Maria
- 80A. São Felipe
- 80B. São Felipe
- 81A. Nossa Senhora da Conceição
- 81B. Nossa Senhora da Conceição
82. Santa Izabel
83. Santa Bárbara
84. Fortaleza de São Joaquim
85. Santo Antônio de Aimas

FONTE: Noronha J. M. (1989); Sampaio. F.X.R. de (1985); Lobo D'Almada, M.G. (1852).

Figura 03: Núcleos Coloniais no Período Pombalino

Fonte: Tavares 2008:63

Francivaldo Nunes (2008), em sua Dissertação de Mestrado intitulada "A Semente da Colonização: Um Estudo Sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)", narra que

O Núcleo Colonial, distante aproximadamente 5 léguas da capital do Pará, situado, segundo Francisco Maria de Sá e Benevides, “num magnífico local de comunicando com os mercados de Belém, por uma estrada de rodagem e pelos portos de Benfica, Marituba e Tayassu”, recebeu ao longo do ano de 1875, colonos de diferentes nacionalidades. No período de inauguração, 13 de junho de 1875, segundo dados do governo, a colônia possuía 20 colonos estrangeiros, sendo: 16 franceses, 01 italiano, 01 belga e 02 argentinos. (...) Até o mês de outubro a colônia já contava com 159 estrangeiros (Nunes 2008:49).

Com respeito às relações de produção na atividade rural Francisco Barbosa (2013) afirma que

A economia camponesa tem um *modus operandi* próprio. Sua racionalidade se fundamenta no equilíbrio entre as necessidades de consumo e a intensidade do trabalho familiar, de tal forma que, ao atingir o ponto de equilíbrio, o camponês não aumenta o produto do trabalho, visto que estão satisfeitas as condições para a manutenção e a reprodução da família. É a existência desse ponto de equilíbrio interno consumo-trabalho que caracteriza a unidade econômica camponesa e a diferencia da unidade econômica capitalista. Isto porque para a unidade capitalista o cálculo da taxa de lucro funciona como norma absoluta, ao passo que para a unidade camponesa a aceitação ou não de uma ação econômica depende da comparação interna de avaliações subjetivas (Barbosa 2013:08).

Não se pode negar, no entanto, que essas características expostas por Barbosa (2013) parecem se tratar de uma das consequências da administração provincial na construção da Colônia de Benevides, fundada em 13 de junho de 1875, mas que foi apenas uma das ações mal sucedidas de então em toda a província, segundo análises deste mesmo autor. Assim,

Deixados a própria “sorte”, os camponeses pouco podiam fazer diante das circunstâncias enfrentadas, as quais foram demonstradas no segmento anterior. O que ocorreu foi a desarticulação da produção e o declínio econômico, de modo que o Pará e Maranhão perderam essa oportunidade de alavancar suas economias agrícolas com a produção proporcionada por suas respectivas expansões camponesa, e transformar esses camponeses e seus descendentes em produtores modernos e competitivos. (...) A agricultura camponesa, praticada no Pará mesmo tendo propiciado crescimento econômico, não foi capaz, de promover um desenvolvimento econômico sustentado e sustentável. (...) foi abandonada de tal forma que a principal fonte de renda monetária desses agricultores, é oriunda das políticas sociais, aposentadoria e bolsa família. A atividade agrícola passou a ser uma complementação da renda, através da produção de subsistência acrescida da pesca e do extrativismo (Barbosa 2013:13-14).

Tal ação pode ter direcionado à ocupação desordenada dos espaços em todo o município, o que viria desde a formação de Benevides, ainda como Colônia Agrícola. A esse respeito, Nunes (2008) expõe que

Segundo orientações das autoridades provinciais, os materiais para a construção das casas deveriam ser retirados dos próprios lotes, a exemplo das madeiras para a sustentação das paredes e telhados, ficando a cargo do governo o fornecimento de telhas ou palhas para a cobertura das casas. Pouco mais de um mês após a inauguração do núcleo, os franceses Jean Marie Masville e Martin Celestin estavam com suas casas quase prontas, necessitando apenas de material para a coberta. Em razão do adiantado do trabalho nos seus lotes estes colonos resolvem procurar a Comissão de Colonização para que lhes fossem garantido o fornecimento de telhas para cobrir as suas casas. A solicitação é, em parte, atendida. Nesse caso, o governo alegava não ter recursos disponíveis para o fornecimento de telhas, enviando alguns feixes de palhas. Embora afirmasse que o fornecimento de feixes de palha se daria de forma provisória, não se tem registro de que o governo cumpriu com o compromisso assumido com os colonos sobre o fornecimento das telhas (Nunes 2008:73).

Para o presidente do Pará, Francisco Corrêa de Sá e Benevides, parte dos problemas sofridos pelos colonos, quanto à falta de materiais para construção de suas casas, deveria ser resolvido com a implantação de uma fábrica de telhas e tijolos na colônia. A proposta para a implantação da fábrica foi feita pelo colono francês Augustin Gregoire, sendo que antes da sua aprovação foi tema de algumas discussões da Comissão de Colonização (Nunes 2008:74).

Embora fosse de interesse das autoridades provinciais que os colonos construíssem casas que as diferenciassse das habitações do interior do Pará, as casas de enchimento ou as de tijolos e cobertas de telhas demonstravam um modelo de “construção mais sólida”, não apenas do ponto de vista material, mas também porque exigia do colono maior soma de investimento na construção dessas moradias, se comparada às casas com coberta e parede forradas de palha. Essa situação, de acordo com o pensamento do governo, dificultaria a saída dos colonos, uma vez que estes não estariam dispostos a abrir mão dos recursos gastos com a construção dessas casas; situação que o forçaria a permanecer no lote de terra (Nunes 2008:76).

O Sr. Raimundo Monteiro²⁶ evidencia, com relação ao transporte público, no período em que nascera, há mais de 70 anos, que este não existia até a chegada do “pau-de-arara”, que os levava até a “Boca do Benfica” (margem da BR 316) para pegar o trem. Antes disso, as únicas formas de locomoção até Belém para escoar a produção de carvão, frutas e farinha era pela hidrovía, sendo que os homens remavam (em batelão, jiga ou canoa) durante um dia e meio para chegar até “(...) o Igarapé das Armas, que hoje é a Doca de Souza Franco – (...) era só aninga, era uma coisa bem atrasado também” – e vender sua produção, pousando lá por alguns dias até a volta; ou a pé até a margem da BR 316 (cerca de 10 quilômetros), saindo “(...) duas horas da madrugada até lá fora” para pegar o trem, que vinha de Bragança, numa parada chamada Itapepucu, voltando às 17h30.

²⁶ Sobre o qual exporei no cap. IV deste trabalho.

QUADRO das distancias kilometricas inter-estacionaes da Estrada de Ferro de Bragança

Belém (1ª Estação)																								
3	Baptista Campos (Parada)																							
4	1	2 de Dezembro (Parada)																						
6	3	2	S. Braz (2ª Estação)																					
9	6	5	3	Marco da Legua (Parada)																				
10	7	6	4	1	Costa e Silva (Parada)																			
11	8	7	5	2	1	Souza (Parada)																		
15	12	11	9	6	5	4	Providencia (Parada)																	
20	17	16	14	11	10	9	5	Ananindeua (3ª Estação)																
23	20	19	17	14	13	12	8	3	Marituba (Parada)															
27	24	23	21	18	17	16	12	7	4	Santo Amaro (Parada)														
29	26	25	23	20	19	18	14	9	6	2	Itapepauá (Parada)													
34	31	30	28	25	24	23	19	14	11	7	5	1ª Travessa (Parada)												
35	32	31	29	26	25	24	20	15	12	8	6	1	Benevides (4ª Estação)											
37	34	33	31	28	27	26	22	17	14	10	8	3	2	Maguary (Parada)										
38	35	34	32	29	28	27	23	18	15	11	9	4	3	1	3ª Travessa (Parada)									
41	38	37	35	32	31	30	26	21	18	14	12	7	6	4	3	Copussú (Parada)								
42	39	38	36	33	32	31	27	22	19	15	13	8	7	5	4	1	4ª Travessa (Parada)							
44	41	40	38	35	34	33	29	24	21	17	15	10	9	7	6	3	2	5ª Travessa (Parada)						
48	45	44	42	39	38	37	33	28	25	21	19	14	13	11	10	7	6	4	Santa Izabel (5ª Estação)					
59	56	55	53	50	49	48	44	39	36	32	30	25	24	22	21	18	17	15	11	Americano (6ª Estação)				
62	59	58	56	53	52	51	47	42	39	35	33	28	27	25	24	21	20	18	14	3	Serraria (Parada)			
68	65	64	62	59	58	57	53	48	45	41	39	34	33	31	30	27	26	24	20	9	6	Apehã (7ª Estação)		
72	69	68	66	63	62	61	57	52	49	45	43	38	37	35	34	31	30	28	24	13	10	4	2ª Igarapé do Castanhal (Parada)	
75	72	71	69	66	65	64	60	55	52	48	46	41	40	38	37	34	33	31	27	16	13	7	3	Castanhal (8ª Estação)

Figura 04: Paradas ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança
 Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/castanhal.htm>

Tais condições são também descritas por Nunes (2008) em relação aos primeiros meses/anos da formação do núcleo agrícola de Benevides. O autor descreve que

As condições das estradas até a Colônia Benevides era outro problema enfrentado pelos colonos. Com o início da estação mais chuvosa, entre os meses de novembro até março do ano seguinte, todo o trabalho de conservação das vias era destruído pelas chuvas, que abria buracos nas partes altas da estrada, e no caso da regiões mais baixas, esta sofriam com alagamento com o alagamento. Para solucionar parte desses problemas o governo iniciou o trabalho de construção de pontes e a implantação de uma linha de ferro na estrada de rodagem de Benfica (Nunes 2008:88).

Apesar de todo o avanço desde esse período, muitas comunidades em Benevides, ainda hoje, sofrem intenso transtorno por conta das vias pouco urbanizadas e também pela ação das chuvas. Recentemente, os moradores da comunidade do Juquiri, em Murinin,

efetivam um protesto, bloqueando a Avenida Martinho Monteiro em razão das condições insalubres da estrada que dá acesso à comunidade.



Foto 04: Protesto de moradores da comunidade do Juquiri
Foto: Olivaldo Miranda (página do facebook)

O Senhor Leôncio informa que, com a chegada dos Jesuítas em Benfica, este grupo religioso assume definitivamente a administração da antiga aldeia, transformada em fazenda em função disso, e até o período pombalino, com a chegada de Francisco Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal. Neste momento, já havia uma produção de cerâmica (telhas e tijolos), baseada exclusivamente em mão de obra escrava indígena, além da caça e da pesca para comércio em Belém. Não havia estradas, na época, em nenhum ponto do Pará, todas as comunicações eram feitas de barco. A Estrada de Ferro Belém-Bragança foi a primeira estrada do Pará.

Devido à necessidade de consolidação do Estado português no Tratado de Tordesilhas e à descoberta da riqueza acumulada pelos Jesuítas, Marquês de Pombal, na pessoa de Francisco Mendonça Furtado, resolve se apossar de toda essa riqueza, já que esta representaria o dobro de todo o tesouro nacional português. Estrategicamente, em 1755, Pombal assina uma Carta Régia alforriando os indígenas que haviam sido escravizados, retirando o poder dos Jesuítas, assim como seus bens, sendo a eles destinada apenas a licença para efetivar os trabalhos espirituais.

Curiosamente, os indígenas faziam questão de permanecer com os padres, na medida em que estes ofereciam oportunidades de aprender a ler, escrever, adquirir conhecimentos de artes, manipulação de plantas, entre outras tecnologias, sendo estas transmitidos por uma língua de comunicação exclusiva entre os padres e os indígenas, sobre a qual os colonizadores não tinham conhecimento, o Tupi ou Nheengatu. Os portugueses, então, impuseram sua língua, e criaram o Diretório, grupo formado para substituir os padres na administração das fazendas, dentre as quais, uma chamada Benfica (segundo ortografia da época Bemfica). Os jesuítas são, assim, expulsos, Benfica passa a ser uma Freguesia em decadência, por conta da má administração dos Diretórios.

Com os acontecimentos subsequentes (Guerra dos Cabanos, Adesão do Pará à Independência do Brasil, Exploração da Borracha, etc.), o Estado não tem reserva de alimento suficiente para atender à demanda dos migrantes que chegavam ao Pará em busca de fortuna com o látex.

Nesse contexto, o Estado passa a ser Província do Grão-Pará e o governo sente a necessidade de criar novas colônias agrícolas. Em 1883, começa a ser construída a Estrada de Ferro Belém-Bragança, responsável pelo desenvolvimento de toda a região Nordeste do Pará, permitindo a criação de vicinais interligando esses pontos do território, com o objetivo de desenvolver uma área plana do Estado para produzir gêneros alimentícios para a capital.

Benevides surge, então, como a porta de entrada para esse desenvolvimento. Esse nome foi dado depois da construção da colônia, em homenagem ao então presidente da Província do Grão-Pará, Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, sendo inaugurada em 13 de junho de 1875.

A Linha Tronco da E. F. de Bragança passava pelos atuais municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Capanema, Tracuateua e Bragança, possuindo pelo menos uma estação em cada um deles.



Foto 05: Estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança na localidade de Tijocas, Bragança

Fonte: www.eubragantino.com



Foto 06: Local da Antiga Estação de Benevides Hoje Praça de Alimentação

Fonte: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com.br/2013/05/rota-da-estrada-de-ferro-de-braganca-efb.html>

Segundo Tavares (2008), existe uma estratégia de controle do território na Amazônia, que se dá da seguinte forma: 1º a criação de Fortes; 2º a criação de Estados; e 3º a criação de Capitânicas. Assim se deu no Estado do Pará: Em 1621, cria-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luiz. Em 1751, devido à proeminência político-econômica de Belém, estabelece-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém. Em 1774, o Estado passa à categoria de Capitania, como membro do Estado do Brasil. Apesar disso, conservou conexões administrativas diretas com Portugal até 1822.

Ainda segundo a autora, sucedeu uma poderosa campanha de intimidação contra os autóctones, a fim de se evitar tentativas de união com estrangeiros, holandeses em particular. Isso levou a um severo silenciamento de suas vozes, marcando sua ausência em vários pontos da cultura local. A imprensa da época também ajudou nessa campanha.

Em Benevides não foi diferente. Nunes (2008) registra os discursos das autoridades políticas, a partir da época em que a Colônia Agrícola foi criada:

Ao mesmo tempo em que se exaltavam às terras do Pará, quase sempre desqualificavam os agricultores locais; o que pode ser entendido como uma estratégia para defender a presença de estrangeiros, no trabalho agrícola, bem como em outra atividade em virtude das ideias de civilização através do uso do trabalho europeu. Para exemplificar, temos o artigo publicado no jornal *O Liberal do Pará* de 16 de março de 1874, que descrevia os trabalhadores que a Província dispunha para atuar na agricultura, como “sem educação necessária ao trabalho agrícola”. E igualmente, como trabalhadores que, adotando costumes e tendências de grupos não civilizados, no caso os indígenas, se empregavam apenas na indústria extrativista, “no aproveitamento dos produtos que a natureza lhe oferece sem exigir o seu esforço”.

Defender o uso do trabalhador europeu, desqualificando o colono nacional, parece ser uma prática comum nos discursos de alguns presidentes do Pará. Em 1874, por exemplo, o presidente Pedro Vicente de Azevedo fazia um breve relatório sobre a agricultura, não deixando de apresentar ao parlamento provincial uma série de reclamações, principalmente quanto à “carência de braços úteis” para atuar na atividade agrícola. A presença do termo “braços úteis” designava um tipo de trabalhador que estivesse dissociado dos trabalhadores nacionais, identificados ainda em 1864, preconceituosamente por Ferreira Pena, como “ocupante de palhoças” (Nunes 2008:58).

No entanto, Nunes (2008) nota a postura bastante contraditória do governo provincial, na medida em que contrata os serviços de Manoel Zeferino da Silva, morador da Freguesia de Benfica para comandar os trabalhos de plantio na Colônia.

Como conhecedor dos tipos de produtos que poderiam ser extraídos das matas, das plantas que podem ser cultivadas, dos métodos de cultivo e limpeza dos terrenos desenvolvidos na região, estava então encarregado de passar esses conhecimentos aos imigrantes. (...) Nesse aspecto, a posição do governo se mostrava bastante contraditória, pois, se por um lado, demonstrava uma visão negativa quanto às formas de cultivo na região, por outro, recorre justamente à experiência dos agricultores locais para dar início aos trabalhos de plantio na colônia (Nunes 2008:78).

O isolamento da colônia foi sentido por muito tempo no município de Benevides, tanto que, em meu relato no início deste capítulo, informei ao leitor acerca da dificuldade que enfrentamos, minha família e eu, para podermos estudar, e que tivemos de retornar para Belém para fazê-lo. Não se tratava da distância para a capital ou às cidades vizinhas, como Marituba e Ananindeua, tratava-se, sobretudo, das dificuldades no transporte. Além disso, tal problema também foi exposto nas falas do Seu Raimundo Monteiro e da Dona Tereza Monteiro. Nunes (2008) informa que

O isolamento da colônia é apontado, pelo *O Liberal do Pará*, como um dos graves problemas enfrentados pelos colonos. Não se tratava da distância entre a capital e a colônia, mas as condições das estradas que, durante quase todo o inverno, eram inundadas, inviabilizando qualquer tipo de transporte. Para o jornal, as consequências do isolamento dos núcleos de colonização eram desastrosas, não apenas porque os colonos não teriam como transportar seus produtos, mas principalmente porque ou abandonariam a colônia, ou acabariam se habituando aos costumes dos índios, tornando-se “indolentes, vegetando como selvagem, que tudo espera da natureza”. (...) O governo se mostrava incapaz de resolver os problemas de transportes na colônia, visto que, a manutenção das vias de acesso ao núcleo não foram mantidas em condições de tráfego, conforme previa o plano de colonização (Nunes 2008:98).

Dos problemas, o mais grave seria a dificuldade de comunicação com a capital em função das péssimas condições de tráfego das estradas; o que (...) inviabilizava a chegada de qualquer gênero agrícola produzido na colônia (Nunes 2008:105).

Percebe-se também, de forma muito clara, a partir dos excertos expostos, que, a cada discurso veiculado pela mídia de então, a figura do indígena é marcada pelo negativismo e por falhas de caráter, assim como ocorreu com outro grupo de colonos que vieram para Benevides depois que fracassou o sistema agrícola que utilizou mão de obra estrangeira. Tratava-se de migrantes nordestinos, cearenses em especial, que vieram para o Pará fugindo do flagelo da seca. Nunes (2008) itera que

Nesse caso, *O Liberal do Pará* recomendava à autoridade paraense que promovesse o transporte dos cearenses, pois, conforme havia advertido o jornal, “permanecendo no Ceará e vivendo à custa da caridade pública”, os cearenses, “além de se tornarem ociosos e pesados à sociedade, perderão por fim os hábitos de trabalho e formarão um grupo sempre prejudicial à ordem pública” (Nunes 2008: 110).

A preocupação com o rápido estabelecimento dos migrantes nas colônias agrícolas se justificava, não pelo interesse em prestar um bom acolhimento, conforme destacava a imprensa. De acordo com as autoridades a presença de migrantes nordestinos em Belém teria como consequência a alteração da “ordem pública”, principalmente quanto ao aumento da criminalidade; situação que, segundo o governo, exigiria a criação de medidas de forma a reduzir o número de retirantes nordestinos de Belém (Nunes 2008:115).

É patente, pela postura do governo e também da opinião pública (muitas vezes moldada pela mídia), com relação tanto aos nordestinos quanto aos indígenas, que estes sujeitos se situam em um não-lugar. Assim,

Indo na direção de uma contribuição antropológica sobre as noções de *espaço* e lugar, para Augé (2012), vivenciamos - principalmente em contextos urbanos específicos - uma configuração de sociedade que se aproxima do que ele denomina não-lugares: espaços praticados pelas pessoas e produtores de uma relação espaço-tempo diferente da concebida por um lugar. Nesse sentido, a noção de lugar demarcado espacial e simbolicamente - e predominante na vida social - é relativizada para dar espaço à noção de não-lugares representativos da nossa condição de supermodernidade. Nesses não-lugares são realizadas práticas de espaço que contestam as demarcações espaciais características do que Certeau (2002) chama de lugar. Assim, o não-lugar é um espaço praticado que, em parte, se opõe ao *lugar*. (C. D. Chiesa & N. R. Cavedon 2013:02).

O não-lugar é onde todos são tratados com indiferença, com impessoalidade. Ele se destina ao homem mediano, aquele que pode ser todos ou qualquer um. Enquanto no lugar a identidade partilhada é criada pelas relações sociais, pela convivência, pela linguagem, e pelo modo de lidar com o ambiente; no não-lugar uma identidade partilhada é exigida e pré-concebida. O não-lugar exige uma identidade partilhada, que muitas vezes se confunde com a impessoalidade de uma não-identidade. A desatenção entre os que trafegam pelo não-lugar é considerada um valor. (...) Não-lugares são espaços alheios a significados definidos localmente. Seus significados são definidos previamente a sua habitação. Nos não-lugares todos são iguais porque a eles é negada a diferença, ou de outro modo, a diferença é irrelevante, porque diferentes ou não são tratados do mesmo modo. (Mocellim 2009:88)

A Colônia Agrícola de Benevides, em 15 de fevereiro de 1877, é oficialmente considerada fracassada pelo então presidente do Pará, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, justificando para tal fracasso a introdução de recém chegados imigrantes dos Estados Unidos, esfacelando-se sem nenhum vestígio de progresso. No mesmo documento, informa a criação de um novo Núcleo Nacional na área da colônia, em substituição do anterior. A Colônia de Benevides não mais existia, restando apenas 17 família francesas e 26 colonos nordestinos ocupando a imensa área (Siqueira 2014).

A partir da República, com a Constituição Federal de 1891, a autonomia municipal constitui um dos principais temas dos estados, cuja autoridade de instituição e demarcação de novos municípios é entregue ao Congresso Legislativo Estadual:

No Estado do Pará, pensou o governador provisório Dr. Justo Chermont desde logo no problema de definição das fronteiras municipais, compreendendo que não pode existir autonomia sem território delimitado, dentro do qual passa ella se exercitar (Muniz 1913 apud Tavares 2008:66).

A construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança gerou uma nova corrida à municipalização no Estado do Pará. Constituíram-se e reconstituíram-se novos municípios,

dentre estes Benevides, fruto do desmembrado de Belém, na área de influência da Belém-Brasília e suas vicinais.

O Município de Benevides foi criado em 1961, por meio da Lei nº 2.460, de 29 de dezembro, como pertencente ao Distrito de Benevides, Engenho Araci atual Município de Santa Bárbara do Pará; partes do Distrito de Ananindeua e Benfica; parte do Distrito sede de Santa Isabel do Pará.

No dia 29 de dezembro de 1961, a Colônia de Benevides foi desmembrando do Município de Ananindeua, através da Lei Estadual nº 2.460 publicada no Diário Oficial do Estado nº 19.759. A partir daí passou a se chamar município de Benevides, sendo que em 12 de março de 1962, data da instalação do município, tomou posse o 1º Prefeito, Moacir Cabral, nomeado pelo então Governador do Estado Aurélio do Carmo.

Benevides, até a promulgação da Lei Estadual nº 5008, de 10 de dezembro de 1981, eram Termo da Comarca de Santa Isabel do Pará. De acordo com a nova Lei e também pela Lei complementar nº 40, 10 de novembro de 1982, que reorganizou o Ministério Público do Estado do Pará, Benevides passou a ser Comarca de 1º Instância, não possuindo termos. Recentemente, pela Lei nº 27 de 19 de outubro de 1995, Benevides passou a integrar a Zona Metropolitana de Belém.

Capítulo V

As linguagens socioculturais no bairro Murinin

Murinin: Percurso histórico a partir da memória não-oficial – A pesquisadora em seu bairro: Estranhamento em Terra Familiar

Quando cheguei a Murinin, ainda muito criança para fazer qualquer juízo de valor acerca do local ou do espaço que compunha sua geografia, considerava um lugar incrível, mágico, cheio de personagens fantásticas e tenebrosas – como as presentes nas histórias locais (mas também universais, gerais), tais como a Iara (Mãe D'Água, como era denominada nas falas de murinienses novos e idosos na época); o Boto (que muito sofreu devido à noção popular de que “fazia mal” às moças virgens da comunidade, sendo, quase sempre, morto por pescadores como forma de “proteção à honra” de suas filhas); o Lobisomem; a Cobra Grande; etc.

Mas também de pessoas que ali moravam e que me faziam, criança recém-chegada da cidade grande, perder o sono por conta de sua aparência e modo de vida bem diferentes do que estava acostumada quando habitava em Belém. Indivíduos que, em geral, moravam sozinhos, homens ou mulheres senis e solitários que residiam em cabanas de palha ou de pau a pique (barro) em ambientes ermos, como em um lugar (ou, como dizia minha mãe, uma *paragem*, em suas reminiscências marajoaras, já que nascera e crescera em Anajás) conhecido popularmente como “A Baixa da Égua”, no qual muitos afirmavam terem experiências sobrenaturais.

Este local é situado ao fim da rua oficialmente denominada Amélia Monteiro, às margens do igarapé Murinin. Ainda é assim chamado por alguns habitantes e, para a minha surpresa, algumas pessoas com quem conversei informalmente sobre a pesquisa afirmaram que muitos jovens se referem ao lugar com a antiga denominação, o que, para mim, causou estranheza, pois acreditava piamente que tal expressão estivesse guardada na memória linguageira de indivíduos mais velhos.

Isso só evidencia a necessidade de revisitar minhas *verdades* com relação ao campo e exercitar de fato o *estranhamento*, dialogando com minhas próprias experiências, nesse vai-e-vem de (in)certezas, para chegar, a partir de tais inquietações, a uma (tentativa de) tradução do sentimento de ser benevidense e de estar representada (ou não) nas denominações dos logradouros públicos do município.

Roberto Da Matta (1978:04) afirma, a esse respeito, que, para admitirmo-nos como etnólogos, precisamos nos impelir à realização de um duplo posicionamento: “transformar o

exótico em familiar e/ou o familiar em exótico”. Para tanto, carece, por um mesmo sujeito, da utilização e da vivência de ambos os termos, de ambos os “universos de significação”.

O primeiro domínio foi o que permitiu a construções de grandes teorias antropológicas, universais e universalizantes. O segundo relaciona-se à atitude do etnólogo de se voltar para a coletividade de que é partícipe, como num “autoexorcismo”, na medida em que já não se versa sobre o exótico, mas sobre suas próprias instituições, práticas políticas e costumes religiosos. Embora delimite tais comportamentos, o autor não nega que exista um paradoxo nessas ideias, pois, segundo ele, “ambas estão sujeitas a uma série de resíduos, nunca sendo realmente perfeitas. De fato, o exótico nunca pode passar a ser familiar e o familiar nunca deixa de ser exótico”. (Da Matta 1978:06).

Já naquele período questionava o porquê de o nome da localidade ser *Murinin*, sua história, seu significado. Assim, os pequenos amigos (colegas de escola) que fiz logo em minha chegada me contavam histórias bem variadas sobre tal. Uma das que se destacavam versava sobre o relacionamento entre a filha do Cacique da etnia que habitava às proximidades – sobre a qual também não tinham informações mais particularizadas – e um soldado espanhol que desertara de seu posto para viver esse grande amor, que não era aceito pela família da jovem, o que os obrigou a fugir para a localidade, sendo, mais tarde, batizada com o nome da indígena protagonista da história.

Observa-se que a narrativa, em muito, se parece com os contos de fada herdados do corolário colonial, com personagens maniqueístas, heróis ou vilões, evidenciando a herança do romance medieval transplantado às colônias e reproduzido de forma naturalizada, revelado inclusive na fala das crianças, o que demonstra o sucesso²⁷ do discurso colonial no imaginário popular. Parece haver, portanto, em tais manifestações discursivas, a presença de uma busca em heroicizar as personagens que compõem os motivos de denominação de lugares públicos, o que nos remete à “criação” de heróis autóctones, como negros e indígenas, à forma do movimento romântico do século XIX, num nacionalismo exacerbado que beira ao caricatural.

Ivânia dos Santos Neves (2009:28) ressalta, a esse respeito, que

A invenção do índio implica pelo menos dois sentidos para o uso da palavra *invenção*. Podemos entender que se trata de uma falsificação forjada pelas relações de poder do sistema colonial, que instituiu um índio genérico, antropófago, sem roupa, sem conhecimento e de mentalidade primitiva.

²⁷ Entenda-se como sucesso não necessariamente algo bom ou positivo, mas o processo pelo qual os sujeitos atingem seus objetivos ao implementarem determinadas ações.

O colonialismo ocidental se estabeleceu com base em uma pluralidade de interesses. Os impérios europeus, com todo seu poderio bélico e ambição por território, estabeleceram novas formas de exploração e a Igreja Católica, no intuito de alargar o domínio de almas para de Deus, foi uma das principais responsáveis pela efetivação das práticas coloniais.

Para alcançar seus objetivos, estas instituições ocidentais criaram uma série de estratégias de dominação, dispositivos que agenciavam a exploração de riquezas florestais e minerais, mas que se estruturavam na construção de cidades, na imposição de línguas oficiais, e que também estabeleceram os processos de sujeição impostos às sociedades indígenas. Para Foucault, dispositivo é um determinado agrupamento de práticas, que constituem um sujeito em uma trama de saberes e em um jogo de forças que lhes são imanentes (Neves 2009:32).

Leôncio Siqueira (2014) historiou o nascimento de Murinin, fazendo-o a partir de relatos de antigos moradores do lugar, já que, segundo o que me informou em entrevista, não encontrara nenhuma documentação referente à fundação dos Lugares *Murinin* e *Santa Maria de Benfica*, tendo estes se desenvolvido como integrantes do distrito de Benfica. Registra – tanto no diálogo que tivemos quando o visitei no hospital, quanto em seu livro – as seguintes informações:

PARAÍSO DO MURININ

No ano de 1865, iniciava-se a Guerra do Paraguai e o último drama dos remanescentes Tupinambás de Benfica, transformados em simples agricultores e oleiros. O cacique dos Tupinambás foi mandado para lutar na guerra, morrendo em combate. O medo de que os últimos guerreiros da Nação Tupinambá, a mais poderosa não dessa plaga, reduzida a escasso número, fossem caçados e enviados para a guerra obrigou a esposa do cacique a convocar o reduzido grupo, partindo com ele para um lugar isolado no meio da floresta, que denominou Paraíso.

Com o advento do Século XX, a velha guerreira permanecia no Paraíso. Sua oca fora construída às margens de um igarapé de águas profundas, chamado Igarapé do Pequiá, cercadas de belas árvores frondosas, algumas delas ainda podem ser identificadas no local, como: a Tranqueira, o Umarizeiro e o velho Pequizeiro, que deu origem ao nome do igarapé, e que, infelizmente, está morrendo.

Um matapi, uma rede ou uma simples flecha ou lança, era o suficiente para retirar do rio o alimento, que sobejava em quantidade e espécie. O local está situado, hoje, dentro da propriedade da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, exatamente atrás do templo. O

igarapé, agora tomado pela vegetação, é apenas uma sombra do antigo riachão que ali transbordava.

Especialista na manipulação do barro, ela [Murinin] produzia alguidares, panelas, bilhas, pratos e outros utensílios, muito utilizados na época e procurados pela comunidade que, gradativamente, foi se instalando nas proximidades.

As pessoas costumavam dizer, quando precisavam repor uma peça quebrada ou comprar uma nova: – “Vai lá à Murinin!”– “Compra na Murinin!”, criando uma referência, absorvida e transformada no topônimo do lugar, homenageando aquela que foi a última guerreira dos Tupinambás Maguarises.

As informações referentes à índia Murinin foram coletadas com o senhor Pedro Duarte Monteiro, o “Pedro Jornaleiro”, cuja mãe, a senhora Maria Rita Conceição Monteiro, nascida em 1880 e falecida em 1976, conheceu a índia Murinin.

Hoje, o Núcleo Paraíso do Murinin é parte integrante de Benfica, em pleno desenvolvimento.

Nas informações de 20 de setembro de 1883, de Manoel Baena, referentes à Freguesia de Benfica, a localidade de Murinin possuía 40 casas, todas cobertas de telhas, enquanto Benfica tinha 29.

“O Rio Muruny que desemboca no Maguari, abaixo da foz do Rio Benfica, é muito habitado e conta cerca de quarenta (40) casas de telha (Relatório Baena 20/09/1883)”.

Siqueira 2014:49-50.

Não por acaso, selecionei como foco da pesquisa o bairro de Murinin, cujo nome oficial e o constante na placa de identificação à margem da BR 316 é "Muruni", mas encontrado em vários documentos junto à Câmara Municipal como "Paraíso de Murinin" ou "Paraíso de Murini". A cercania é meu local de moradia e lugar pelo qual desenvolvi sentimento de pertença desde a infância, então, comecei a dialogar informalmente com moradores do bairro, do qual conheço boa parte dos habitantes, tanto por ser moradora da localidade há muitos anos, quanto por ser professora na rede pública estadual de ensino em uma escola de ensino médio.

Refiro-me à Escola Estadual de Ensino Médio Professora Ruth Guimarães Ferreira. A docente que inspira o nome do colégio, já falecida, foi minha professora nas séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Estadual de Murinin. Esteve também diretora desta instituição de ensino e, por isso, fora figura bastante proeminente no município, em especial por sua

atuação junto à Igreja Católica, cujo padroeiro é São Francisco de Assis. Consta que a mestra foi a segunda professora da localidade, vinda de Belém, do bairro da Pedreira, sendo nomeada no governo do Gov. Barata, substituindo a professora Ursulina Borges, segundo informações fornecidas por um dos interlocutores, o senhor Raimundo Monteiro, sobre o qual exporei adiante.



Foto 07: Professora Ruth Guimarães Ferreira

Cartaz em homenagem à educadora na página do facebook de Eivelton Santos, morador de Murinin e acadêmico de Pedagogia na Universidade Federal do Pará²⁸.

Estruturei a presente apresentação a partir das falas dos próprios interlocutores, ou seja, evidenciando os espaços que eles mesmos determinaram como mais relevantes à representatividade espacial de Murinin. Mesmo tendo dialogado informalmente com moradores de vários pontos da cidade (Centro, Santa Maria de Benfica, Benfica, etc.), detive-me ao bairro de Murinin pelas razões já expostas no capítulo terceiro.

Murinin é um dos poucos bairros do município a ter, em sua toponímia oficial, um nome indígena, há ainda o bairro de Tayassuí, na zona rural, e o bairro do Maguary, às proximidades do Centro,. Ressalte-se que o nome “Maguary” não é oficial, mas tanto as correspondências quanto os documentos oficiais amparam a toponímia oficial (Jardim de Paris) na toponímia alternativa (Maguary), pois o bairro é mais conhecido por esta última.

Vários relatos ratificaram a história mais conhecida sobre o nome do bairro, diferenciando-se em alguns pontos, em especial com relação à fonética. Dona Elba Okada, por exemplo, da Rua 15 de Janeiro, relata que o Sr. Melqueades Lima, pessoa muito

²⁸ Todas as fotos que não são de minha autoria estão aqui exposta com a devida autorização de seus produtores.

respeitada na localidade, contava que o nome estava errado, pois deveria ser Morenin, já que teria advindo de moreninha (ou seja, uma índia morena), mas não há fontes documentais e/ou filológicas para corroborar essa afirmação.

Murinin é um dos poucos lugares, no município, a apresentar zona urbana e zona rural, conforme o Plano Diretor Municipal, de 2006, o que pode influenciar na seleção dos nomes na toponímia local.

Parece haver uma especificidade na toponímia do bairro. Refiro-me ao fato de que há áreas muito bem demarcadas cujas nomeações advêm de famílias tradicionais locais, o que, do ponto de vista antropológico, motiva uma discussão acerca de pertencimento e reminiscências físico-sociais.

Possivelmente, Murinin seja, entre os bairros de Benevides, o que mais apresenta nomes de mulheres em sua toponímia, estejam esses espaços relacionados à educação, função tradicionalmente ligada à figura feminina, ou a ruas e outros espaços físico-sociais.

Assim, apresento a toponímia local desde a entrada de Murinin, na divisa com o bairro de Benfica, até sua finalização, às margens do Rio Caiçaua, fronteira com o município de Santa Bárbara do Pará. O percurso que fiz no campo me conduziu a enxergar o bairro como uma grande colcha de retalhos que caminha entre o rural e o urbano, que, em alguns espaços, confundem-se e deixam confusos até os interlocutores.



Mapa 02: Localização de Murinin

Fonte: Google Earth, modificado pela própria autora

Essas áreas foram determinadas por moradores em conversas informais antes da efetivação da pesquisa de campo, implementada entre novembro de 2012 e dezembro de 2015, em visitas periódicas à comunidade e às famílias dos interlocutores. À medida que for avançando nas descrições, apresentarei os interlocutores e a forma de apresentação/visitação aos sujeitos envolvidos.

Rua 15 de Janeiro

A comunidade da Rua 15 de Janeiro apresenta uma organização bastante estável, pois possui uma gama de peculiaridades que a diferenciam do restante do bairro. Há agremiação de carnaval, 100% 15 (cores laranja e preto) e time de futebol, 15 Futebol Clube. Essa relação se expande às vicinais, integrando toda a comunidade ao redor por meio dessas atividades.

As interlocutoras que colaboraram com esta pesquisa foram as moradoras da Rua 15 de Janeiro, Dona Euzira Castro, filha do ex-vice-prefeito de Benevides, o Sr. Melqueades Lima, que dá nome ao Plenário da Câmara Municipal de Benevides, à Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) de Murinin, além de denominar uma das ruas do bairro. E ainda contei com a colaboração da D. Elba Onó Okada, ex-diretora da escola Murinin e pessoa atuante na comunidade muriniense, principalmente junto à comunidade religiosa São Francisco de Assis.

D. Euzira é uma senhora de 60 anos²⁹, aposentada da área da educação e acompanhou todo o processo de urbanização do bairro, além de ser filha de uma das principais figuras políticas locais. Ela fez parte de minha vida como vizinha, mas foi uma das professoras que integravam a Escola Estadual de Murinin na minha infância e, anos mais tarde, minha colega de trabalho nesta mesma escola, sendo então vice-diretora da instituição.

Conversei duas vezes com a D. Euzira. A primeira, numa tarde em que ela estava em sua casa, atendendo em um pequeno comércio anexo à residência. Nesta tarde ensolarada, havia muitas crianças na rua jogando futebol, o que atrapalhou um pouco a gravação, mas nossa conversa fluiu de forma boa, com a informalidade da ocasião. Marcamos, então, uma nova conversa para que a interlocutora tivesse tempo de procurar documentos e fotos antigas que pudessem ajudar nesta pesquisa.

No dia marcado, ela havia vasculhado a gaveta de documentos e de fotos antigas pra contar, orgulhosa e detalhadamente, a história de Murinin e de seu pai. Nesse dia, estava

²⁹ A interlocutora não permitiu que fossem registradas imagens suas.

acompanhada pelos irmãos Eurivaldo e Euzivaldo. Assim, iniciamos diálogo, que durou a tarde inteira, acompanhado por café e pão quentinhos.

Contou-me que o Sr. Melqueades Lima nasceu em Murinin e que era policial civil. Por isso e por ser uma pessoa muito respeitada em toda a comunidade (então muito pequena, com cerca de 10 famílias apenas), depois de *servir* por alguns anos em Vigia, foi destacado para assumir o cargo de comissário, equivalente a delegado, no posto policial de Benfica, que atendia às comunidades de Santa Maria de Benfica, Benfica e Murinin.

Além disso, tinha um pequeno comércio, o qual fizera crescer, transformando-se num dos maiores comerciantes locais. Por conta de sua proeminência, começou a chamar a atenção dos políticos do município e do estado, a exemplo dos ex-prefeitos de Benevides Claudionor Begot e Cláudio Solon, e até do governador Magalhães Barata.

V I S T O

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA JUDICIÁRIA
SERVIÇO DE COORDENAÇÃO DE POLÍCIA INTERIORANA

EUCLEDES DA SILVA VASCONCELOS
Delegado

C E R T I F I C A D O

EU, MARLENE DA COSTA FERREIRO, ESCRIVA DE POLÍCIA DA CAPITAL, POR NOMEAÇÃO LEGAL ETC.....

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei, e a requerimento da pessoa interessada no assunto e de ordem superior, revendo em cartório desta Delegacia, encontrei o livro nº 6 destinado a nomeações e exonerações das autoridades interioranas na página 101 a seguinte nomeação do senhor MELQUIADES COSTA DE LIMA, para exercer o cargo de Comissário de Polícia da localidade denominada Benficia no município de Benevides, o qual passo a transcrever "VERBO AD VERBUM"; foi nomeado para exercer as funções de Comissário de Polícia da localidade denominado Benficia, no município de Benevides, o Senhor MELQUIADES COSTA DE LIMA, no dia 06 de maio de 1960, e sendo exonerado no dia 27.01.64, tendo assim mil trezentos e cinquenta e seis dias prestados no Estado, na Secretaria de Estado de Segurança Pública, naquele comissariado acima mencionado, perfazendo um total de tres anos oito meses e vinte dias. O referido é verdade e dou fé.

Belém, 14 de janeiro de 1981

Marlene da Costa Ferreira
Escrivã

Figura 05: Nomeação de Melqueades Lima a Comissário de Polícia
Autoria: Maria Adelina Farias (16 de dezembro de 2015) – Acervo de D. Euzira



Foto 08: Plenário da Câmara Municipal de Benevides
Melqueades Lima em Seção ordinária
Autoria: Maria Adelina Farias (29 de novembro de 2012)

- JUSTIFICATIVA -

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

CAMARA M. DE BENEVIDES
Aprovado por unanimidade

Em 8/8/95

Presidente

Nosso Município está de luto.

Morreu um dos mais carismáticos líderes políticos que já atuaram nesta área. Trata-se de MELQUIADES COSTA DE LIMA. Nascido do povoado de Murini, ali criou-se e formou família. Da prole que deixou conta-se com inúmeras pessoas que se destacam na esfera sócio-econômica daquele povoado, principalmente na área da educação escolar.

Cumpriu seu primeiro Mandato como Vereador de de 1963 a 1966; candidatou-se a Vice-Prefeito nas eleições seguintes na chapa do Sr. Claudionor de Lima Begot, eleitos, chegou a assumir o Governo Municipal por motivo de viagem do Titular. Seguidamente elegeu-se Vereador por mais dois (2) mandatos dando de si todo o esforço para o desenvolvimento de seu lugar e do Município de Benevides. Pessoa benquista e respeitada por todos, deixou saudades. A esse homem público, portanto, presto uma justa homenagem apresentando à consideração deste Douto Plenário o seguinte

- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02 /95 -

Que dispõe sobre a nomenclatura do Plenário da Câmara Municipal de Benevides, Estado do Pará.

O Plenário da Câmara Municipal de Benevides, Estado do Pará, a prova e a Nesa Diretora promulga, a seguinte Resolução :

Artº. 1º - Fica denominado de FLENÁRIO "MELQUIADES COSTA DE LIMA" as dependência onde são efetuadas as Reuniões Plenárias dos Vereadores de Benevides, em homenagem póstuma a esse Ilustre vulto da história política benevidense.

Artº. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua promul

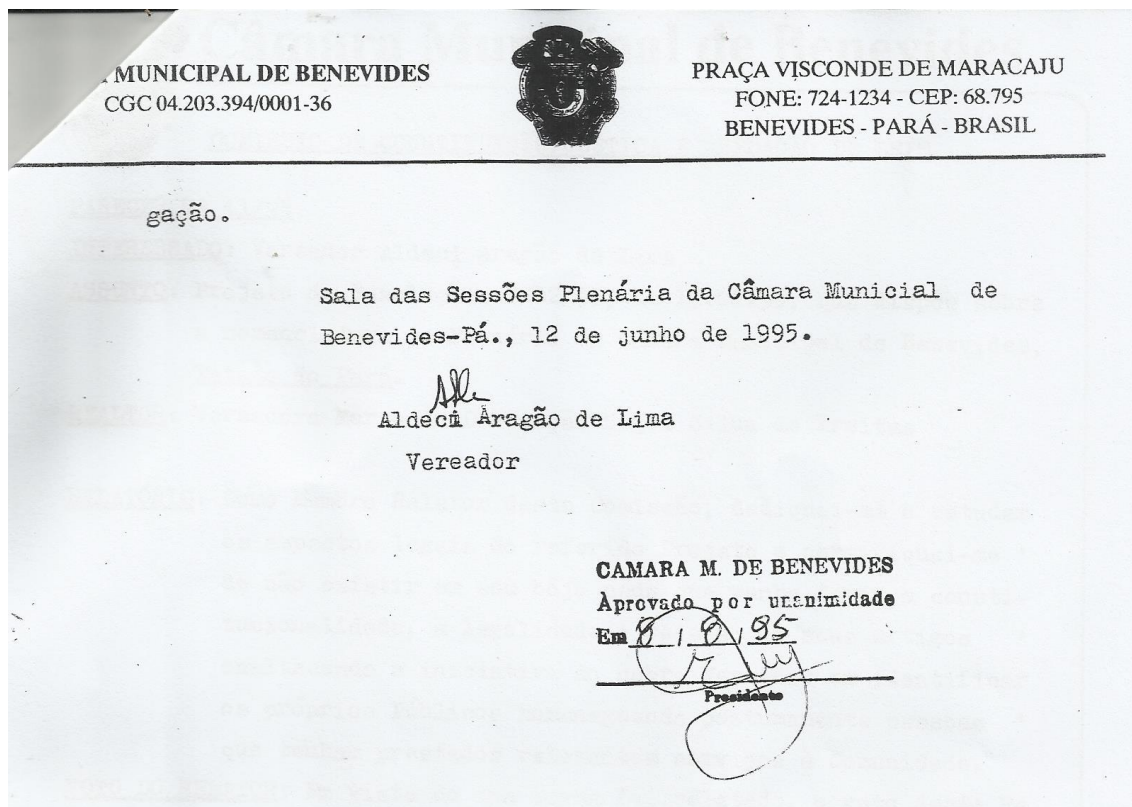


Figura 06: Nomeação da Plenária da Câmara Municipal de Benevides
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides

D. Euzira fala com muita decepção que a rua que homenageia o seu pai é muito escondida, segundo ela “feia e abandonada”, e que, em razão de brigas políticas locais, seu nome ficara por muito tempo invisibilizado. Segundo a interlocutora, a família não foi consultada à época.



Foto 09: Rua Melqueades Lima, conhecida como Rua dos cobras
Autoria: Maria Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)

Confesso que, por muito tempo, confundi a rua que recebeu o nome de Melqueades justamente com a rua em que ele tinha o seu comércio. Confusão igual faziam alguns dos entrevistados nesta pesquisa, o que evidencia que as pessoas associam o lugar de circulação com os sujeitos que nele habitam ou trabalham. D. Euzira então esclareceu que se trata da Rua Nagib Salomão Rossi, que fora prefeito de Benevides, tendo Melqueades como vice. Segundo D. Euzira, foi o seu pai, Melqueades, que homenageara o ex-prefeito com esta ação.



Foto 10: Rua Nagib Salomão Rossi
Conhecida como Rua do Bacuri, em razão do igarapé Bacuri, ao final da rua. Também é conhecida como Rua da Delegacia ou Rua da Escola (Murinin).
Autoria: Maria Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)

Melqueades também atuava, oficiosamente, como uma espécie de médico junto à comunidade, visitando os munícipes, preocupando-se com o bem-estar de todos. D. Euzira fala com orgulho que ele era um homem muito justo e rígido, o que é comungado por várias pessoas da comunidade, cuidava, com mãos de ferro, da ordem local, mas com a gentileza que lhe era peculiar. Por causa dessa particularidade, seu Melqueades era mais popularmente conhecido como “seu Vigário”.

Informou que, no período em que o Brasil passava pela Ditadura, especificamente do mandato de Castelo Branco, seu pai, então vereador, trabalhou durante seis anos sem ordenado, indo às sessões, no Centro de Benevides, de bicicleta, pela Estrada do Maratá, em

Santa Maria de Benfica, via que termina na BR 316. A família, embora tenha entrado com vários recursos junto à Justiça Eleitoral, jamais recebeu tais ordenados.

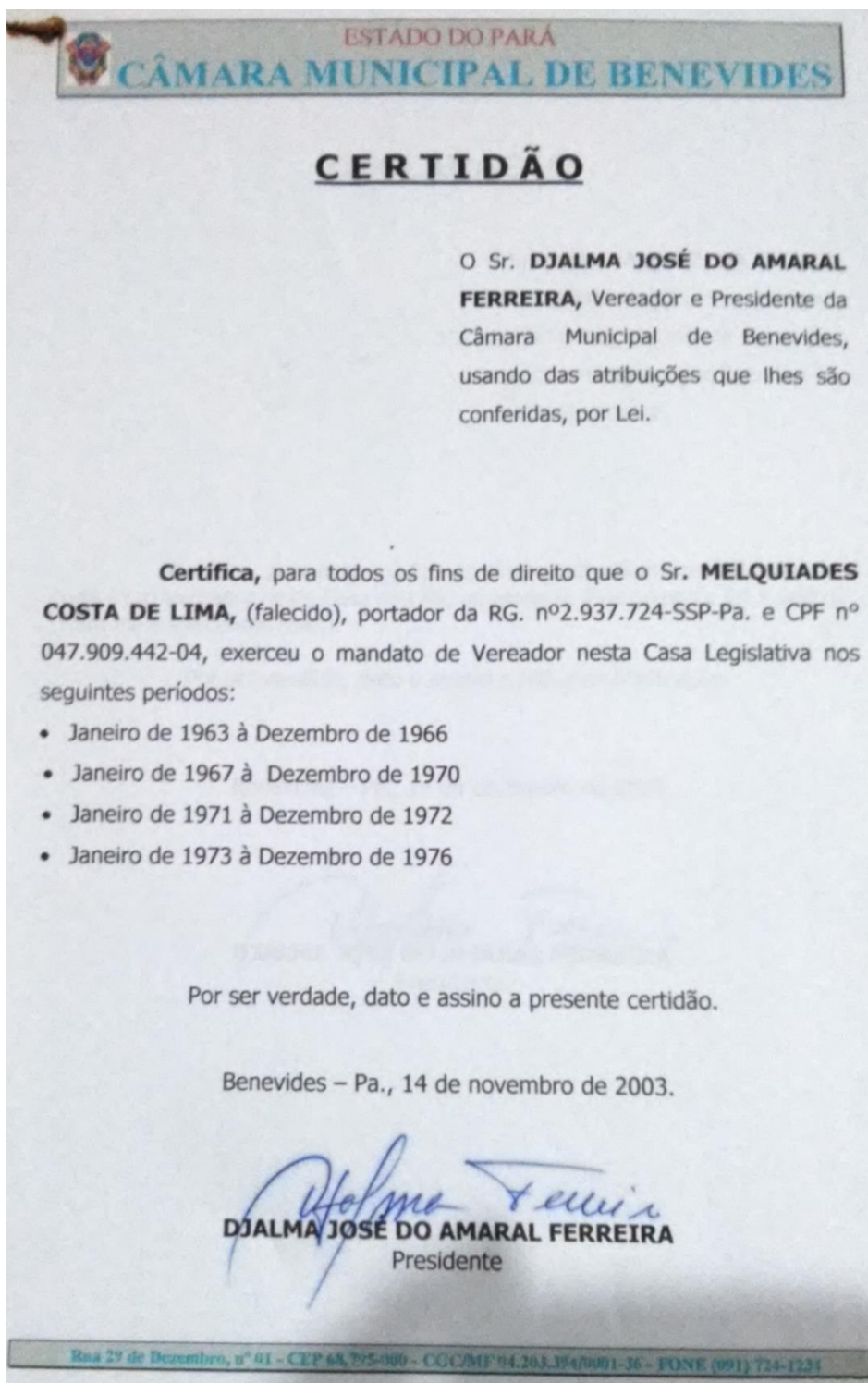


Figura 07: Certidão de mandato de vereador – Melqueades Lima³⁰
Autoria: Maria Adelina Farias (16 de dezembro de 2015) – acervo de D. Euzira

³⁰ Alguns projetos de lei aqui expostos estavam em poder de interlocutores, mas não nos arquivos da Câmara Municipal. Portando, não tive como fotocopiar tais documentos, fotografando-os para registrá-los.

Com relação à denominação da UMEI, D. Euzira afirma que – embora a família não se importasse com homenagens *post-mortem*, já que, se nada fora feito em vida, depois da morte não adiantaria nada – a sua mãe, D. Rosa, ficou muito feliz quando o político foi homenageado ao dar nome ao prédio desta instituição, pois, apesar de ele não ter sido educador, muito colaborou com a educação local quando exercia os cargos de vereador e vice-prefeito.



Foto 11: Unidade Municipal de Ensino Infantil Melqueades Lima
Autoria: Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)

A interlocutora falou ainda que se incomoda quando há comentários de que foi equivocada a denominação da UMEI, precisamente por seu Melqueades não ter sido educador. Mas, para toda a família, foi justa a homenagem, uma vez que ele muito fez pela educação no município, principalmente em Murinin.

Camara Municipal de Benevides

J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

A Educação, em toda sua abrangência, teve em MELQUIADES COSTA DE LIMA, seu grande incentivador e lutador no sentido de dar às crianças e aos adolescentes, até mesmo aos adultos, a oportunidade de ter um ensinamento condigno.

Foi o baluarte do desenvolvimento sócio-econômico de seu torrão natal - o Muriní - enquanto teve forças para isso.

MELQUIADES COSTA DE LIMA faleceu no dia 07 próximo passado sob o carinho de seus familiares e de todos aqueles que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade.

E, no intuito de prestar a esse Ilustre Homem Público a última Homenagem, apresento a este Douto e Soberano Plenário o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 25/95

Que dispõe da nomenclatura do prédio da Escola Municipal de 1º Grau do Muriní

A CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES, Estado do Pará, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artº. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Benevides autorizado a dar o nome de Escola Municipal de 1º Grau "MELQUIADES COSTA DE LIMA" ao prédio situado na Av. Martinho Monteiro, em Muriní, como homenagem póstuma a esse Ilustre Homem Público.

Artº. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Benevides-Pá., 12 de junho de 1995.

Lucival Fábio Guimarães Ferreira
LUCIVAL FÁBIO GUIMARÃES FERREIRA
Vereador

— PRAÇA VISCONDE DE MARACAJU • FONE: 724-1234 • CGC 04.203.394/0001-36 • CEP: 68.795

BENEVIDES PARÁ BRASIL

Figura 08: Projeto de lei em homenagem a Melqueades Lima
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides

Com relação a essa questão, a professora Márcia Freitas³¹ afirma que

“realmente eu acho que não tinha a ver, tinha outras pessoas que poderiam dar o nome, entendeu? Tem pessoas aí que, poxa, trabalharam tanto pela educação e não têm nada, foram totalmente esquecidas. As antigas professoras daqui que realmente alfabetizaram quase toda a comunidade antiga, né? E não tem nada, você não ouve nem falar. (...) Poderia ser a professora Ursulina Borges, (...) uma pessoa muito inteligente, muito extrovertida. (...) Mas eles não querem. Mas é uma questão política. (...) Porque foi vereador durante tantos anos, (...) mas tem que ver que ele já tem uma homenagem, então poderia colocar de uma outra pessoa”.

D. Euzira afirma ainda que o nome da rua em que habita deu-se por conta de sua inauguração, efetivada no dia 15 de Janeiro, só não recorda o ano. Esta rua foi nomeada, junto com outras vias de Murinin, pelo projeto de lei 03/84, de 15 de maio de 1984, com autoria do então vereador Francisco de Jesus, anos mais tarde sendo eleito prefeito e destituído do cargo dois anos depois³². Antes disso, era conhecida como Rua do Retiro.

Segundo o relato de D. Euzira, foi o próprio Melqueades que mobilizou a comunidade à abertura das ruas de Murinin, iniciando pela 15 de Janeiro. Trouxe o maquinário e pagou, de seu próprio bolso, as despesas com mão-de-obra, contando com o trabalho dos próprios moradores do bairro, então considerado Vila, capacitando-os com o curso de tratorista, com a ajuda do, à época, deputado estadual Sebastião Andrade. Por este motivo, os filhos são revoltados porque considerariam justo que a principal rua de Murinin fosse denominada Melqueades Lima, e não Martinho Monteiro.



Foto 12: Seu Melqueades Lima (ao centro) em discurso do então prefeito Osmar França
Fonte: Cedida do acervo de Leôncio Siqueira

³¹ Sobre a qual exporei adiante neste capítulo.

³² Reside hoje em Santa Izabel do Pará e não exerceu mais função política desde então.

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES

Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:

JUSTIFICATIVA

Considerando a Vila do Murinin possuírem muitas ruas e travessas sem denominação oficiais ou com nomes que não são apropriados como veremos adiante neste Projeto de Lei.

Considerando ainda que as denominações de rua e travessas é um serviço de grande utilidade pública, visto vir a facilitar os moradores deste à correspondência até as transações comerciais, tornando facilimo uma entrega de mercadoria a domicilio.

Considerando finalmente que o art. 10, parágrafos 1º e 2, acolhem perfeitamente esta proposição, visto os nomes atualmente não serem oficiais, e não ter um nome que venha infringir os parágrafos do art. 10, em vista destes expostos e o grande benefício que virá prestar este Projeto de Lei, é que submeto aos tramites legais o que segue:

PROJETO DE LEI Nº 03/84

A CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES, ESTATUI E APROVA, E EU PREFEITO SANCIONO E PUBLICO O SEGUINTE:

Denomina oficialmente diversas ruas e travessas do Murinin.

Art. 1º- Fica denominado oficialmente de: Av: Martinho Monteiro, a rua principal, do portão da CHEP ao Igarapé do Cajueiro.

Rua: Felipe Monteiro em toda sua extensão, atualmente conhecida como Umarizal.

Rua: Santa Catarina em toda sua extensão(atual Piquiaquara).

Rua: Manoel Monteiro(atual areal).

Rua: São João(atual balneário).

Rua: São José em toda sua extensão:

Rua: Temistocles Monteiro(atual corte)

Rua: Boa Esperança em toda sua extensão.

Rua: do Patrimonio(conhecida como rua da macaca)

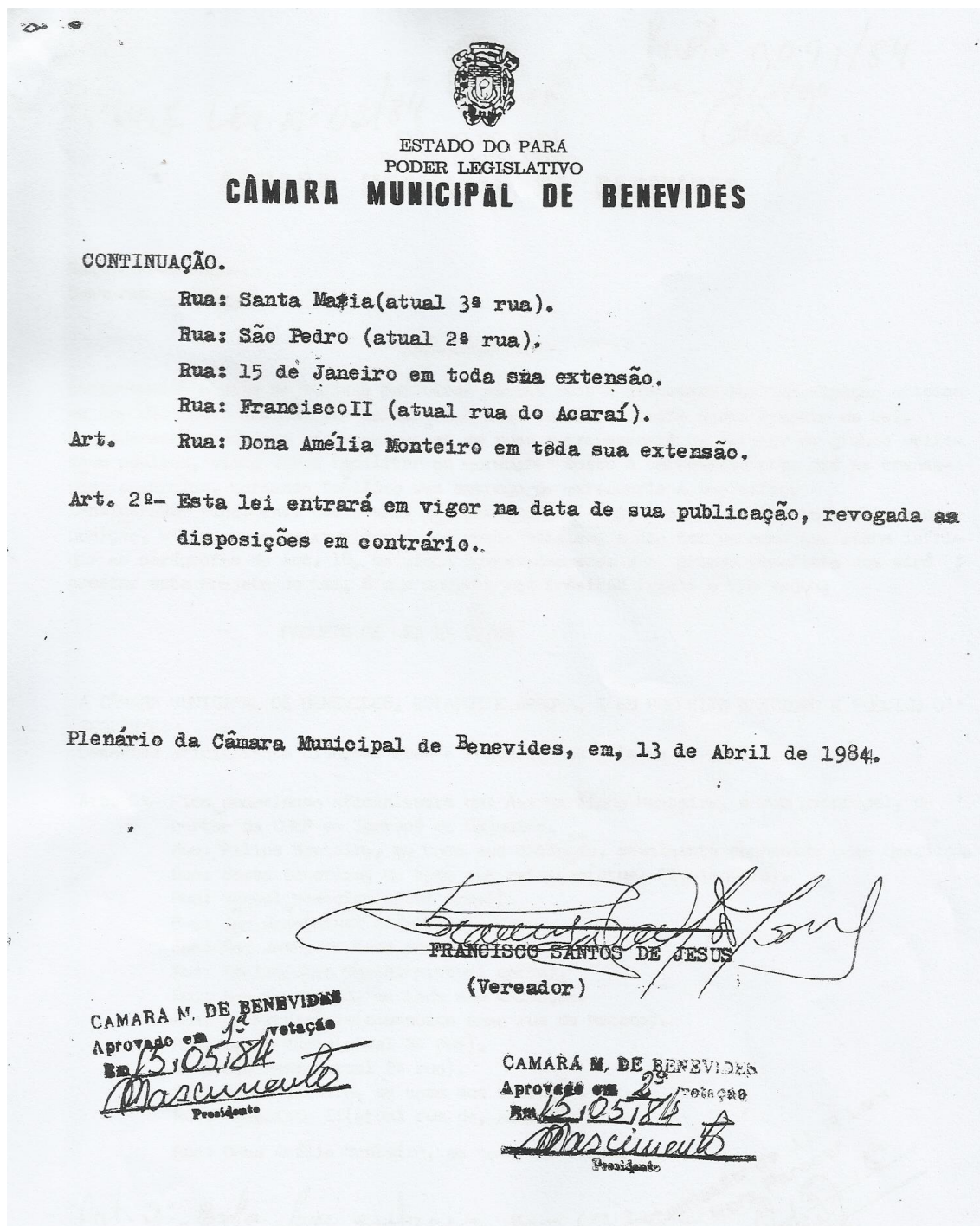



Figura 09: Projeto de Lei nomeando as primeiras ruas de Murinin
 Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides

Melqueades Lima faleceu em oito de junho de 1995, de causas naturais, mobilizando a comunidade toda em seu velório.

TALAO N.º _____ PAGINA _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

Estado d. o Pará
Município de Benevides
Distrito de Benfica

ÓBITOS N.º 0529 _____

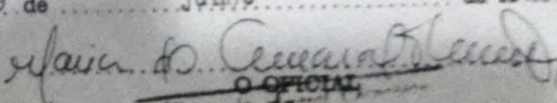
CERTIFICO que a fl. 89 do livro n.º 11 do registro de Óbitos
foi feito hoje o assento de MELQUEADES COSTA LIMA
falecido aos 08 dias de junho de 1995 às 13:30 horas em
Murinin - Benevides - PA. do sexo masculino de cor .X.X.X. profissão
comerciante natural de Pará domiciliado em este distrito
e residente em este distrito com 70 idade, estado civil casado filho
de Alipio Delgado de Lima profissão falecido natural de
.X.X.X.X.X.X.X.X. e residente em .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.
e de Leonor Costa Delgado de Lima profissão falecida
natural de .X.X.X.X.X.X.X.X. e residente em .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

Foi declarante Adenilze Lima Araújo sendo o
atestado de óbito firmado por duas testemunhas que deu
como causa da morte natural ; o sepultamento
foi feito no cemitério de Vila de Benfica - Benevides - PA.

Observações Serviram de testemunhas:- Fernando Augusto Martine e
Eivaldo Barbosa, e era casado com Rosires Guimarães de Lima, e dei-
xa os filhos:- Euridice, Evira, Elzira, Elvira, Eivaldo, Eivaldo
Ema, Elzavina, Elizete e Claudete.

O referido é verdade e dou fé.

BENFICA - PA. 09 de junho de 1995.


O OFICIAL
Maria do Amor Travassos
TABELIÃ

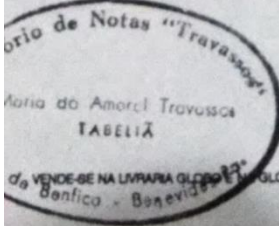
 Carimbo circular: "Carimbo de Notas 'Travassos' Maria do Amor Travassos TABELIÃ. Vende-se na Livraria Globo Shopping Fone: (091) 241-3433. Benfica - Benevides."

Figura 10: Atestado de óbito de Melqueades Lima
Autoria: Maria Adelina Farias (16 de dezembro de 2015) – acervo de D. Euzira

Outra colaboradora da pesquisa foi a dona Elba Onó Okada, ex-professora e ex-diretora da escola Murinin. Dona Elba foi uma das pioneiras da Rua 15 de Janeiro³³, vindo pra cá, de Belém, há cerca de 40 anos.



Foto 13: D. Elba Okada
Autoria: Maria Adelina Farias (16 de dezembro de 2015)

Dona Elba afirma que tinha muitos documentos e fotos antigas em seu poder, mas sua casa foi invadida por cupins, o que a obrigou a queimar tudo. Lamenta-se de não ter onde armazenar todo esse arcabouço, mas afirmou não ter condições de guardar tais registros. Fato igual observei na Câmara Municipal de Benevides, quando da coleta da documentação oficial. Um dos funcionários da instituição, que pediu pra não ser identificado, relatou que, quando implementaram a reforma do prédio, encontraram muitos documentos sob a plenária, a maioria já deteriorada pelo tempo e pelas péssimas condições de alocação.

A interlocutora foi uma das fundadoras da Comunidade Religiosa São Francisco de Assis, cuja denominação fora dada por ela mesma, localizada em frente à Praça Central de

³³ Antes, morou na Estrada do Juquiri.

Murinin, área urbana. Além disso, foi administradora desta instituição por muitos anos, substituindo o pároco, que só vinha à comunidade uma vez ao mês para ministrar a missa, deixando a comunidade católica aos cuidados da entrevistada, orientando-a para tal tarefa.



Foto 14: Comunidade Religiosa São Francisco de Assis
Autoria: Maria Adelina Farias (23 de dezembro de 2015)



Foto 15: Paróquia de São Francisco de Assis
Disponível em: <http://images.google.de/imgres> Acesso em 20 de julho de 2016

Expôs a interlocutora que, para conseguir construir a capela sem apoio político de qualquer ordem, contou com doações da própria comunidade, fazendo promoções para arrecadar fundos, tais como os festivais: do tacacá, com material doado pela comunidade e de parceiros de fora da comunidade; e de sorvete, cujo lucro foi revertido no piso da igreja, ainda

o mesmo até a atualidade, assim como os bancos, que vieram do Marajó já prontos. Além disso, fazia mutirão com a comunidade, que também doava parte de sua pequena produção de feijão, galinhas, ovos, etc., para o almoço dos trabalhadores.

Relatou-me ainda que não podiam passar em procissão a partir da capela de Santana (primeira comunidade católica de Murinin, localizada no antigo fim da linha), pois, a partir desse ponto, o lugar era habitado por muitos evangélicos, que se incomodavam com a manifestação religiosa. Entretanto, no cotidiano, o trânsito era normal e as pessoas conviviam pacificamente, independentemente de seus credos. Com o passar do tempo e com o diálogo constante entre a educadora e a comunidade não-católica, tal incômodo foi-se dissipando.

Falou também que a Escola Municipal São Francisco de Assis, inicialmente, funcionava em uma área anexa da igreja, por iniciativa dos próprios moradores. Mais tarde, a prefeitura firmou convênio com a igreja, pagando os professores e alocando a escola no Centro Comunitário Dr. José Sidrim. Depois, a prefeitura construiu o prédio em que hoje funciona a instituição, desvinculando em definitivo com a igreja de São Francisco de Assis.



Foto 16: Escola São Francisco de Assis
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)

Dona Elba relata tristemente que já não participa das atividades da igreja da forma com que fazia e que são poucas as pessoas que se lembram dela, sentindo-se, por isso, abandonada e desvalorizada junto aos integrantes da nova administração. Afirma que deu sua vida pela comunidade, mas caiu no esquecimento, mesmo tendo lutado tanto por ela. Afirma que se sente injustiçada por isso.

Lembrou, para exemplificar a capacidade humana ao esquecimento, de uma personagem muito popular na comunidade, Dona Maria Pretinha, que faleceu a alguns anos, e que, assim como a entrevistada, foi olvidada. Dona Maria Pretinha era parteira e benzedeira experiente, mas não cobrava nada por seus serviços. “Pegava” (fazia o parto de) quase todas as crianças da localidade, sendo, por isso, também denominada como “mãe” por muitos, que, inclusive, lhe pediam a bênção.

Falou também que “Aqui não gostam de homenagear as pessoas. Não vê aquele espaço Juca Santos³⁴, o que foi que fizeram? Estão construindo um posto de saúde. Não sei pra que tanto posto aqui, se os que tem não funcionam. Disque tá na justiça. Tá embargado. Não sei como é que tá... pessoal até diz ‘Dona Elba, cale a boca!’”.



Foto 17: Espaço Juca Santos

Local onde ocorriam festas públicas ou particulares, tais como:
O Festival do Açaí, a Feira da Cultura e outras festividades.
Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

³⁴ Cantor e compositor local que faleceu há alguns anos. Nasceu e cresceu na Rua 15 de Janeiro.

Comunidade (Estrada) do Juquiri (área rural)

A Comunidade do Juquiri se localiza no Murinin, mas possui especificidades em relação ao restante do bairro, pois é considerada totalmente rural, tanto pelo poder público quanto pelos próprios moradores. A denominação dessa comunidade se deu – segundo relatos da D. Elba Okada, antiga moradora, hoje residente na Rua 15 de Janeiro – em razão da vegetação local, *juquirá*, um tipo de mato cortante que dominava o lugar.

No entanto, o Sr. Raimundo Monteiro, residente no Centro de Murinin, relatou que Juquiri é nome indígena de um peixe. Segundo ele, “quem criou a comunidade ‘Juquiri’ foi a família Aragão, que fazia festa ali perto do seu Sabá³⁵, o Venâncio Aragão, Venâncio Aragão era descendente do ‘Juquiri’, esse pessoal do Aragão que começou o ‘Juquiri’, e hoje e ‘Juquiri lá até hoje”.



Foto 18: Estrada do Juquiri

Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)

Contei como colaboradores para este ponto da pesquisa a Dona Celina Souza, de 76 anos de idade, e alguns de seus filhos, que entrevistaram em alguns momentos, mas solicitaram não ser identificados nominalmente. Minha irmã e eu encontramos D. Celina em sua roça, aproximadamente às 16h. Depois ela pediu que nós a acompanhássemos a sua casa pra tomar uma água e um café, já por volta da 17h30.

³⁵ O “Barracão do Tio Sabá” era famoso por oferecer à comunidade e à população de “fora” uma das poucas opções de lazer do lugar. Tio Sabá faleceu há alguns anos e o local onde se realizavam as festas foi dividido entre os filhos, que ali fizeram suas residências.

D. Celina expõe que chegou ao Juquiri há cerca de 40 anos, quando o terreno que a comunidade ocupa era uma grande fazenda, conhecida como Madressilva, ainda existente na atualidade, mas em proporção bem menor. D. Celina e seu marido, Martinho Fontes de Souza, eram trabalhadores da fazenda e receberam parte do terreno desta como indenização trabalhista, por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides.



Foto 19: Fazenda Madressilva
Autoria: Maria Aparecida Farias (19 de dezembro de 2015)

D. Celina e sua família sempre trabalharam “na terra”, com plantio de roça, principalmente de mandioca e abacaxi, o que ainda hoje caracteriza a comunidade, embora haja outras famílias ali residentes, cultivando outros produtos, ou simplesmente residindo, sem trabalhar no plantio. D. Celina conta que sua família lutou muito para conseguir “esse pedaço de chão”, quando fizeram a vistoria para determinar a indenização, o valor do que havia lá de benfeitoria era superior ao valor do terreno. Por isso, entraram em acordo e ficaram com parte da fazenda. Hoje, o terreno está dividido entre os 10 filhos e os netos de D. Celina, que mora com um dos netos, mas ainda produz fundamentalmente acerola, feijão, maracujá, laranja, tangerina, limão, abacate e coco.



Foto 20: D. Celina e sua produção de acerola
Foto: Maria Aparecida Farias (19 de dezembro de 2015)

A produção é vendida nas feiras de Belém e consumida no mercado local. Em função de essas culturas sobrepujarem, a família de D. Celina efetiva, anualmente, o “Festival do Feijão”, ocorrido anualmente em novembro; e a “Corrida do Jegue”, sucedida todo ano, no mês de junho, desde 2001.

Entretanto, seus filhos contam, com muito pesar, que a prefeitura vem apoiando cada vez menos a comunidade na realização dessas festividades, o que traz uma dúvida com relação à sua realização nos próximos anos. A “Corrida do Jegue”, por exemplo, começou sendo encaixada no “Festival Cultural”, realizado pela comunidade com o apoio da prefeitura. Havia *stands* de exposição da cultura juquiense; venda de comidas típicas; torneio de futebol; apresentação de quadrilhas; “tinha até pau de cebo e quebra pote”, expõe um dos filhos; e a escolha da “miss jegue”, finalizando o evento. Com o passar do tempo, o festival não foi mais realizado, restando o “Festival do Jegue”, cada ano mais sufocado pela falta de apoio.



Foto 21: Associação dos Pescadores e Agricultores da Comunidade do Juquiri
Onde ocorrem a “Corrida do Jegue” e o “Festival do Feijão”
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)

Um dos filhos de D. Celina reitera ironicamente que não entende como “um prefeito DO POVO³⁶, não valoriza o que é do povo.”. Faz um discurso bastante inflamado sobre o papel dos políticos para amparar sua argumentação, defendendo a seguinte tese:

Se tu pede o apoio do prefeito ou de um vereador, tu não tem. Eu tenho isso comigo: se o povo tá comigo, eu vou dar apoio pro povo. E não perde nada, só faz ganhar. Ó, o vereador, se ele é da comunidade, quando ele ganha, ele sai fora daquela comunidade, não vai apoiar mais ninguém, é donde ele se ferra, porque o vereador que quer ser reeleito ele dá apoio nas comunidades. Mas aqui é diferente. A primeira coisa que o vereador faz hoje aqui, a maioria nunca viu cem mil reais. Aí o prefeito diz: – Olha, eu vou te dar cem mil reais pra ti passar pro meu lado. Aí ele pega o dinheiro, mete no bolso, abre uma poupança lá pra ele. Daqui com um mês ele vai procurar o prefeito: – Prefeito, tem um buraco acolá. Ele diz: – Ei! Tu não tem direito de falar nada, fica quietinho aí! Aí ele começa a subir no palanque, começa a mentir: – Eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo, eu vou fazer uma orla. Mas não tem o apoio do prefeito. Porque o vereador, na realidade, ele não vem pra dar dinheiro, pra dar cesta básica, não. Ele vem pra fiscalizar o prefeito. Se ele não fiscalizar o prefeito, o prefeito não vai fazer nada. Então aí o povo pensa que o prefeito, o vereador vêm pra dar cerveja pra fulano na festa, pra dar cesta básica, pra dar isso e aquilo. O vereador é um empregado igualmente eu, só que o salário dele é melhor. Mas ele é um empregado, ele não vem pra patrocinar festa, pra dar cerveja, isso e aquilo. Ele vem pra escutar o povo e levar pro prefeito: – Olha, prefeito, é assim, assim... – Ah, não? – Não! É uma comunidade? É uma comunidade. O prefeito não tá dando? Vamos procurar a televisão, vamos procurar isso, vamos procurar aquilo. Aí vem aquele monte de gente, um fica filmando, outro fica entrevistando. Aí o prefeito vê o que ele tá sendo queimado, aí ele vem chegar no povo.

³⁶ Referindo-se ao slogan da gestão municipal na atualidade: “Prefeitura de Benevides: Trabalho e Respeito pelo Povo”.

D. Celina narrou que existem muitas ruas com nomes de pessoas na comunidade (antropotopônimos), a exemplo de Antônio Valente (Rua do Campo), mas a maioria das ruas ainda apresenta nomes inspirados na vegetação local (fitotopônimos), exemplo do próprio nome da comunidade e de algumas ruas, com a Rua da Oriza, em que havia uma plantação de oriza³⁷, pertencente ao Sr. Yoshi Okada, marido de D. Elba, moradores atualmente da Rua 15 de Janeiro.



Foto 22: Rua da Oriza
 Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)

D. Celina informou que o nome da rua em que mora antes era Cláudio Begot, em homenagem a um dos políticos locais, mas que residia no Centro e não tinha nada a ver com a comunidade. Recentemente, esta mesma rua teve o nome modificado para Claudionor Begot, ex-prefeito de Benevides, observando-se que já existe essa toponímia no Centro da cidade e em outros bairros.

No que tange a esta troca, D. Celina assegura que a comunidade nunca é consultada, afirmando que “eles trocam assim, do jeito que eles querem fazer eles fazem”. Questionada se o marido, já falecido, denomina alguma rua local, D. Celina afirma que não e que se sente “assim desse jeito mesmo... eu não posso... é uma coisa que nós não pode mudar e nem fazer nada, porque eles são os maiorais, né?... muitos conheceram a gente aqui... MUITO... tu te lembra ((falando com minha irmã, que me acompanhava em quase todas as entrevistas)) que

³⁷ Erva natural, cujo nome científico é *pogostemon cablin* ou *patchouly Pellet*, da família das Lamiaceae. Popularmente conhecida como patcholi, é originária da Índia e seu óleo, obtido da destilação, é utilizado na fabricação de perfume, cosméticos e sabonetes, além de protegerem as roupas do ataque de insetos. Fonte: ervasnaturais.wordpress.com acesso em 21 de julho de 2016.

naquele tempo ele ((referindo-se a um ex-vereador)) vinha aqui... prometia energia... eu dizia: – tu bota é nada!...Nós inda penemo é muito aqui”.

Ao chegarmos à casa dela, porém, um dos filhos recorda que o campo de futebol da comunidade é denominado em homenagem a seu pai, e o local é conhecido popularmente como Martinhão.



Foto 23: Campo do Martinhão
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)

D. Celina lembra também que um dos netos dela nomeia a única escola da comunidade do Juquiri, o “finado” Raimundo Gilson, que ministrava aulas à comunidade gratuitamente. D. Celina fala com orgulho que “eu até estudei com ele”. Quando foi consultada para autorizar que a escola fosse designada com o nome de seu neto, ela disse que ficou “muito satisfeita, muito alegre, mas hoje em dia eles nem conhecem mais a gente. Ah! Mudou tudo... hoje em dia tem muita gente educada, mas não é como de primeiro. Conhecia, dava valor. Hoje em dia, ninguém dá valor mais pra nada. Antes faziam uma festa, homenagem àquela pessoa, mas hoje, faz de conta que nem existe”.



Foto 24: Escola Municipal Prof. Raimundo Gilson
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)



Foto 25: Prof. Raimundo Gilson S. Souza
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015) – acervo da família



Foto 26: D. Celina e parte de seus filhos
 Autoria: Maria Aparecida Farias (19 de dezembro de 2015)

Rua do Patrimônio (área urbana)

A Rua do Patrimônio era conhecida, na época em que cheguei aqui, como Rua da Macaca. Sempre me questionei porque, mas sempre que o fazia, encontrava respostas preconceituosas com relação a uma família que lá habitava, o que me deixava constrangida, mesmo criança, sem ter muita noção de polidez.

Ao proceder a uma das entrevistas para esta pesquisa, deparei-me com uma explicação de quem de fato conhecia a história das ruas da comunidade. Refiro a D. Rosa Segundo³⁸, moradora do Fim da Linha, em Murinin. Ela me contou que as poucas ruas do bairro recebiam denominação de plantas abundantes no local (fitotopônimo), como é o caso da Rua do Bacuri (Hoje Nagib Salomão Rossi). Outras recebiam nomes de acidentes geográficos, tais como rios e igarapés (hidrotopônimo), como é o caso da Rua do Corte³⁹ (Hoje Temístocles Monteiro) e a Rua da Tapera (Hoje Amélia Monteiro). Havia ainda aquelas que eram designadas em razão de um morador local que as caracterizavam (A exemplo da Rua do Manoel Pirão ou da Rua dos Cobras, famílias locais).

Informou, a entrevistada, que as ruas passaram a ser denominadas “com nome de gente” quando da gestão do ex-prefeito Francisco de Jesus. O político “começou a organizar, colocar os nomes das ruas direitinho. Foi fazendo assim, perguntando pras pessoas da comunidade sobre as pessoas antigas que já tinham morrido pra serem homenageadas”.

³⁸ Discorrerei sobre D. Rosa quando tratar da Macroestrutura Fim da Linha.

³⁹ Era assim conhecida (segundo relatos de D. Eugênia Segundo, de quem tratarei quando apresentar a Macroestrutura Rua do Tacho), porque havia um igarapé que cortava a estrada, mas não havia ponte e os moradores, quando precisavam atravessar a rua, tinham que tirar os sapatos e andar pelo raso trecho de rio.

Segundo D. Rosa, o caso da antiga Rua da Macaca (Hoje Rua do Patrimônio) se enquadra no grupo das vias que eram denominadas segundo um morador da via. No caso da Rua do Patrimônio, D. Rosa afirmou que “era o nome da bicharada”, pois as pessoas da comunidade chamavam a via pelos topônimos alternativos: Rua do Mané Galinha, Rua da Macaca, Rua do Quati ou Rua do Papagaio, pois estes eram apelidos de pessoas que moravam nesta rua.

“Macaca” era uma senhora que, segundo dona Rosa, era assim chamada pela comunidade por causa da “aparência”, conforme rápida descrição, “tinha muita, assim, semelhança (...) era negra e o cabelo dela era aquele cabelo, assim, muito estranho, né? E a pele dela não era negra, era assim meio acinzentada. Ela tinha a aparência de macaca mesmo.”. Perguntei à D. Rosa se essa senhora se incomodava com a alcunha, ela me disse que “não, não, não, ela nem ligava, ela até gostava, porque era a Rua da Macaca ((risos)) ‘É a minha rua, né?’ ((risos))”. Frisei, neste momento, que, na época em que eu cheguei aqui, a rua era mais conhecida como Rua do Mané Galinha, justamente porque ele vendia açaí, coletado por ele e amassado à mão, no alguidar, por sua esposa, D. Maria Marlene. Então, D. Rosa conclui que “deveria ser por etapas, sei lá”.

Conversei com o morador mais antigo da Rua do Patrimônio, o Sr. Manoel Barata da Silva, de 72 anos, conhecido como Mané Galinha, famoso no bairro por conta da realização anual da Festividade de São Sebastião em seu barracão, onde também realizava festas semanais, uma espécie de casa de dança rústica.

Seu Manoel narrou que é “filho do Caiçua⁴⁰” e morava com a avó. A progenitora criava galinhas, e ele as colocava num paneiro⁴¹ e saía pra vender, por isso as pessoas passaram a conhecê-lo como “Manoel das galinhas”, daí o apelido “Mané Galinha”. Quando a sua cuidadora faleceu, ele tinha 15 anos de idade, “quando eu me joguei na vida pra trabalhar”. Começou, então a trabalhar na “casa do Edgar, aí gostei da filha dele e casamos, aí fiquei aí mesmo. Aí passei a fazer festa, comecei fazendo de oito em oito dias, depois de quinze em quinze dias, depois de mês a mês, depois de três em três meses, e assim eu fiz por quarenta anos. Depois não quis mais e parei, mas sempre aqui. Fui na Universal, escutando a palavra de Deus. Não quero mais saber de festa. Tem uns quatro ou cinco anos que eu parei de fazer. A Carmem Lúcia e a Marluce que pegaram a tradição. Era o Ruberval ((o único filho)), mas ele morreu”.

⁴⁰ Ilha às margens do Rio Maguary, vizinha a Murinin, que pertence ao município de Ananindeua.

⁴¹ Espécie de cesto de palha retirada da palma do miritizeiro (buriti, em outras regiões), que eles próprios confeccionavam.

Com relação ao nome da rua, Seu Mané Galinha conta que “o pessoal daí⁴² que deram esse nome, de Patrimônio, não tenho ideia por que”. O interlocutor afirma que esses terrenos eram “tudo de herança” e que o sogro lhe doou um lote para construir a casa pra ele e a esposa. Informou ainda que “da Rua do Parada Obrigatória⁴³ pra lá⁴⁴ era tudo dos Monteiro. Agora não, que já tá tudo misturado, mas pra lá só era Monteiro”.

Questionei, então, como ele se sentia ao ser referência para denominar uma rua, mesmo que officiosamente, ao que ele respondeu que “pra mim, tanto faz como tanto fez”, corroborando a ideia que já foi internalizada pela população de que “a construção da hegemonia estatal (...) dá-se no contexto de imposição e reprodução incessante da hegemonia linguística estatal” (Carboni & Maestri 2012:12).

Encontrei, dentre as narrativas que coletei, uma explicação bem plausível para a denominação desta via. Refiro-me à fala de dona Doraci Miranda⁴⁵, moradora do Itaquara, que afirma serem essas terras, desde Benfica até a antiga Rua da Macaca, *patrimônio da Santa* (Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Benfica), pois essas terras pertenciam à Arquidiocese, daí o topônimo *Patrimônio*.

Centro de Murinin (área urbana)

O centro de Murinin foi o ponto a partir do qual houve a expansão do bairro, a partir do lugar onde residia a “Índia Murinin”, segundo relatos de vários interlocutores. Referem-se ao Igarapé do Piquiá, localizado atrás do Templo Central da Assembleia de Deus, campo do Murinin. Hoje, esse igarapé está totalmente assoreado, restando apenas uma mata em seu lugar.

Dialoguei inicialmente com três moradores deste ponto do bairro, dois das quais residentes de Murinin. O primeiro deles foi o senhor Raimundo Monteiro, conhecido como Raimundão, nascido na localidade, com 77 anos de idade, ao qual conheço desde a minha infância.

Seu Raimundão é um senhor muito engraçado, contador de anedotas e conhecido por fazer piada de tudo, inclusive (e principalmente) de seus vexames. Seus filhos herdaram sua

⁴² Aponta para o Centro de Murinin, referindo-se aos políticos locais, em sua maioria, com sobrenome *Monteiro*.

⁴³ Mercadinho que, antes, era um bar de um dos filhos do Irmão Bruno, antigo morador de Murinin. Este bar se chamava assim porque, em frente a ele, ficava um ponto (uma parada) de ônibus em que a maioria das pessoas (que iriam a Belém) esperava o coletivo, isto é, uma *parada obrigatória* dos usuários e do coletivo.

⁴⁴ Até o antigo *Fim da Linha*. Hoje, o fim da linha se localiza ao final da Estrada do Itaquara, na entrada da Serraria.

⁴⁵ Sobre a qual tratarei no tópico *Comunidade do Itaquara*.

forma de observar a vida e não há um encontro sequer em que eles (ou pelo menos um deles) estejam presentes sem que a turma fique em constantes risadas.

Como conhece há muito tempo a minha família, e eu a dele, além de termos convivido durante bastante tempo nas atividades da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Murinin, da qual fui integrante por vários anos, o contato e o diálogo não foram difíceis. Cheguei a sua casa logo após o almoço, momento em que estava se preparando para a “sesta”.

Mesmo assim, não se negou a me atender e a dialogar comigo, desde que deitado em sua rede. Travamos um breve diálogo antes de iniciar a gravação da entrevista, momento em que ele quis saber sobre minha vida, como estavam meus filhos, lembramos de algumas histórias engraçadas, junto com uma de suas filhas, presente na hora da conversa.



Foto 27: Senhor Raimundo Monteiro (Raimundão)

Autoria: Rosely Monteiro, filha do Seu Raimundão (19 de novembro de 2012)

Quando conheci seu Raimundo, ele morava em uma casa grande de assoalho (piso de tábuas) suspenso, construída em um imenso terreno repleto de árvores frutíferas e espaço para correr e brincar. Acompanhei a “diminuição” desse local por conta da construção de casas para seus filhos ou mesmo a venda para a edificação de alguns órgãos públicos locais: Agência dos Correios, Subprefeitura Municipal, Feira e Mercado Cobertos. Assim, seu Raimundão conta que

Tudo o que aconteceu eu tô a par né, o que aconteceu dentro desses 72 anos até hoje, há 72 anos trás né? em nasci em 1940. Naquela época, Murinin tava começando, tinha poucas pessoas, era uma comunidade bem resumida, o que foi que trouxe a população pra Murinin, pela história que eu conheci que aqui era uma aldeia de índio, entendeu? E Murinin era a mulher do cacique, certo? A índia Murinin, e, por isso ficou denominado Murinin, esse recinto aqui, é isso, esse é o princípio né? [Isso é] história que eu conheci, o fato é do tempo passado, não foi do meu tempo, o que contavam. (...) Meu pai, Felipe Monteiro de Sousa, um dos herdeiros do terreno que é justamente Murinin, é por isso que Murinin tem várias ruas denominadas com a

família Monteiro, tem Raimundo Monteiro, tem o nome do meu pai uma rua⁴⁶, tem essa rua principal aqui, que é Martinho Monteiro, que é o nome de um primo do meu pai, que esse primo do meu pai, era irmão do seu Raimundo Nonato, (...) é o Martinho, não tinha morrido, aí colocaram o nome da rua principal de Martinho Monteiro. Depois dessa rua, tem Maria Monteiro que era minha avó, tem Pedro Monteiro que era irmão do meu avô, tudo da família Monteiro, da ponte pra cá, até ali na rua da palhoça que chamam, que é Adélia Monteiro, dali tudo pra cá era da família Monteiro, era parte hereditária. Então da ponte pra lá, já era da família dos Segundo, eram duas famílias, a família Monteiro e a família Segundo.



Foto 28: Av. Martinho Monteiro ou Av. Murinin (Rua Principal de Murinin)
 Autoria: Maria Adelina Farias (19 de novembro de 2012)

Seu Raimundão conta que “as mudanças aconteceram quando não existia essa estrada nova, que hoje é a Martinho Monteiro, tinha um caminho que a gente ia pra Benfica, que a gente passava lá por baixo. Depois foi criada a comunidade evangélica, ‘os crente’ da Assembleia de Deus, [que] começaram a fazer essa estrada que esta aí até hoje, (...) a Martinho Monteiro”.

Observa-se, pelo discurso de seu Raimundão, que, “nessas alturas, existia aquelas rivalidades do tempo antigo, entre católico e crente, né? aí católico não se dava bem com crente, nem crente com católico”. O então líder comunitário, conhecido como Dico Pitó, bastante popular aqui, irmão do seu Pedro jornalista, era líder comunitário, e “juntava esse povo pra fazer essa estrada, até lá no areal, que chamavam de estrada da cachoeira, lá chamava ponte da Cachoeira, não era Maré Alta, o antigo nome lá do igarapé era Ponte da Cachoeira, não tinha cachoeira nada, não existia, mas era porque tinha uma queda d’água lá, de água doce que gente chamava ponte da cachoeira, não existia nada de travessia pra carro”.

⁴⁶ Rua Felipe Monteiro. Segundo Dona Rosa (Fim da Linha), esta rua chamava-se Marizal (corruptela de Umarizal).

A partir dessa iniciativa, a comunidade evangélica começou a construir a estrada, momento em que a prefeitura de Ananindeua iniciou os trabalhos de terraplanagem. Conforme o seu Raimundão informa, “naquele tempo era Raimundo Dickson, que era o chamado Bitá, que era o prefeito de Ananindeua, aí ele ajudou”.

Devido à iniciativa ter sido dos *crentes*, “o pessoal católico diziam ‘ninguém vai andar nessa estrada dos crentes, que nessa estrada que eles vão pro céu, nós católicos vamos ficar no nosso caminho aqui mesmo’, que era o caminho ali debaixo”. Seu Raimundão se refere ao antigo caminho do Benfica. Narra, então, que “os católicos fizeram um mutirão lá, e fizeram, me lembro que nesse dia, eles começaram lá o trabalho, lá a comunidade deles, a comunidade deles, do pessoal que não eram crente né? não passavam por essa rua dos crentes, aí resultado beberam, tomaram a cachaça deles, depois começaram uma briga lá entre eles, e quase morria gente, e por ali ficou, não vingou a ponte, terminou nisso”.

Seu Raimundão narra que estudou “lá na estrada do Jiquiri, que era com a professora Ursulina Borges, foi a minha primeira professora que eu conheci aqui no Murinin, depois foi com a professora Ruth, eu ainda estudei com a professora Ruth, que hoje tem o colégio Ruth Guimarães”.

CÂMARA M. DE BENEVIDES
Aprovado por unanimidade
031/96
[Assinatura]
Presidente

J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:

A Educação, em toda a sua abrangência, teve na pessoa da Prof.^a RUTH GUIMARÃES FERREIRA, uma grande incentivadora e lutadora no sentido de dar às crianças e aos adolescentes, até mesmo aos adultos, a oportunidade de ter um ensinamento condigno.

Tendo sido uma das baluartes no desenvolvimento educacional da localidade de Marimá, enquanto teve forças e saúde para isso.

A Prof.^a RUTH GUIMARÃES FERREIRA, faleceu no dia 08 de agosto do corrente ano sob o carinho de seus familiares e de todos aqueles que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade.

E, no intuito de prestar a essa Ilustre Mestre a última homenagem, apresento a este Douto e Soberano Plenário a seguinte:

PROJETO DE LEI Nº. 026/95.

Que dispõe sobre a Nomenclatura do prédio da Escola Municipal de 1º Grau de Marimá.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES, Estado do Pará, aprova e eu, Prefeito Municipal, sancione a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar o nome de Escola Municipal de 1º Grau "Prof.^a RUTH GUIMARÃES FERREIRA", ao prédio situado na Av. Martinho Monteiro, em Marimá, como Homenagem Póstuma a essa Digníssima Mestre da Educação em nosso Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Benevides-PA, 04 de setembro de 1995.

Lucival Fábio Guimarães Ferreira
LUCIVAL FÁBIO GUIMARÃES FERREIRA
- Vereador -

PRAÇA VISCONDE DE MARACAJU • FONE: 724-1234 • CGC 04.203.394/0001-36 • CEP: 68.795
BENEVIDES - PARÁ - BRASIL

Figura 11: Homenagem póstuma à Prof.^a Ruth Guimaraes Ferreira
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides



Foto 29: Escola Estadual de Ensino Médio Profª Ruth Guimarães Ferreira
 Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

Seu Raimundão narrou que, Murinin pertencia ao município de Ananindeua, e que ele acompanhou como se deu a transição de Ananindeua pra Benevides. Segundo sua narrativa, “acontece que foi criado o município de Benevides, (...) aí dividiram Murinin ficou pra Ananindeua, depois veio pra Benevides né? Benevides ficou grande, (...) tomava Santa Barbara, Tauarié, Jenipaúba, tudo era Benevides, era grande. Depois Santa Bárbara passou a ser município, aí Benevides ficou só aqui com a gente né, aí Marituba também se tornou município, porque antes tudo era Ananindeua, Ananindeua era grande e era tudo por aqui, até Santa Isabel, tinha a prefeitura de Ananindeua e a prefeitura de Santa Isabel, e ainda inventaram um nome pra Santa Isabel de João Coelho, ‘cidade João Coelho’, mas não pegou, esqueceram esse nome aí”.

Questionei ao seu Raimundão se ele sabia por que Murinin passou a ser conhecido como “Paraíso do Murinin”, ao que o interlocutor afirmou que foi o Pastor Manoel Trajano, um dos primeiros pastores da igreja evangélica aqui, que deu esse nome ao lugar: “Era Paraíso do Murinin, esse Paraíso do Murinin quem denominou foi o pastor Trajano, o Trajano acordava 3h da manhã, ele vinha nos dizer: ‘Ei, irmão, paz do Senhor!’, ‘Paz do Senhor, irmão!’, de madrugada. [Então] ele disse: ‘Mulher, esse lugar é um paraíso! De madrugada, uns com os outros, saldando com a paz do Senhor, isso é uma bênção’. Aí o Melqueades, [que] nesse tempo era vereador, levou esse ato, pra ser denominado Paraíso do Murinin, foi a origem”.

Entretanto, o historiador Leôncio Siqueira relatou que este nome tem origem na noção popular de que a Murinin vivia em um lugar só dela, tranquilo e farto, e que, portanto, vivia num paraíso, o “Paraíso da Murinin”, que evoluiu para “Paraíso de Murinin”. Tal versão chegou a partir da exposição de Seu Pedro Jornaleiro, segundo o qual sua própria mãe conhecera a “índia Murinin”, já bem idosa, mas que a mesma ainda atendia em seu casebre, às margens do Igarapé Piquiá, a pessoas doentes, e fabricava vasos, cestos e outros utensílios.

A segunda interlocutora, moradora do centro de Murinin, foi D. Tereza Monteiro, de 83 anos, casada com o senhor Pedro Monteiro, de 84 anos, figura ilustre do município, conhecido usualmente como Pedro Sapateiro, Pedro Jornaleiro ou Pedro do Cartório, popularmente identificado sob essas alcunhas por exercer, concomitantemente, as profissões de sapateiro, jornaleiro e juiz de paz do cartório local. Essas profissões foram seguidas por vários dos seus filhos. Exercia também o cargo de Presbítero da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Murinin e fora, por várias vezes, homenageado por sua atuação como conselheiro espiritual e por sua boa índole junto à comunidade muriniense. No dia 06 de maio de 2014, pouco mais de um ano após esta entrevista, o senhor Pedro Monteiro faleceu, mobilizando uma multidão em seu velório e enterro, no Cemitério de Benfica, bairro vizinho de Murinin.

Dona Tereza é uma senhora muito simpática, amável e que recebe a todos de forma muito carinhosa em sua residência. Pouco sai de casa, segundo ela por conta da idade e de seus afazeres na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Murinin, que fica ao lá de seu local de moradia.

A interlocutora veio para Murinin aos dezoito anos de idade, quando se casou com o seu Pedro. Aqui, ao lado do marido, ajudou a construir o primeiro templo da Assembleia de Deus em Murinin. Contou-me que passaram por muitas dificuldades, pois a chegada do material para a construção era difícil em razão das péssimas condições da estrada. Na verdade, havia apenas um caminho que os próprios moradores ajudaram a abrir até um lugar conhecido ainda hoje como a "Ponte do Benfica", de onde partia o transporte público (pau de arara), pertencente ao "Português" (Ela não conseguiu lembrar o nome).

Cheguei até dona Tereza por intermédio de uma de minhas irmãs, Maria das Graças, integrante da Igreja Assembleia de Deus em Murinin. Embora já conhecesse a interlocutora há bastante tempo, assim como toda a sua família, tanto por ter integrado a igreja, quanto por ser professora de vários de seus netos, considerei importante solicitar o auxílio de uma pessoa que também tivesse convívio com dona Tereza para me acompanhar na entrevista e ajudar no diálogo.



Foto 30: Senhor Pedro Monteiro e Dona Tereza Monteiro
Autoria: Maria Adelina R. de Farias (01 de dezembro de 2012)

Esta figura ilustre, o seu Pedro, bastante popular, à época da entrevista, havia sofrido um derrame cerebral, o que o deixou impossibilitado de fornecer informações precisas sobre a história do local, por isso, conversei com a esposa. A interlocutora me forneceu, no entanto, fotos antigas do senhor Pedro, além de uma manchete de jornal homenageando-o por sua idoneidade e serviços prestados à comunidade benevidense.



Figura 12: Trecho de O Liberal Homenageando o Sr. Pedro Monteiro

Trecho do Jornal O Liberal, publicado em 25 de janeiro de 2004

Escaneado em 03 de dezembro de 2012.

Por Maria Adelina Farias.



Foto 31: Certificado de Honra ao Mérito de Seu Pedro Monteiro
Autoria: Maria Adelina Farias (01 de dezembro de 2012)

Já no fim da pesquisa de campo, conversei com a professora Márcia Freitas, filha do Senhor João Freitas, que nomeia o Mercado Municipal e Feira Coberta de Murinin. Márcia foi diretora da Escola Murinin, nasceu e cresceu no bairro, e, portanto, tem muito conhecimento empírico sobre este.

Minha relação pessoal com a interlocutora é bastante forte, uma vez que, por treze anos, fui casada com seu irmão e com ele tive os meus dois filhos. Conheci muito bem o seu João Freitas, mas considerei mais prudente e metodologicamente mais adequado solicitar a um de seus filhos que me dessem mais informações sobre ele, sua família e sobre o lugar em que habitaram.



Foto 32: Professora Márcia Freitas (dir.)
Autoria: Paula Bianca Freitas (20 de dezembro de 2015)

Márcia informou que o pai, seu João, chegou a Murinin na década de 50 pra 60, vindo de Mosqueiro, já casado com D. Maria Freitas, com quem já tinha oito filhos. Aqui estabeleceu moradia e teve mais quatro filhos com a D. Maria, totalizando doze filhos, que lhes deram uma faixa de 70 netos e alguns bisnetos, que ela não soube informar a quantidade. A interlocutora nasceu em Murinin e, assim como quatro de seus irmãos, seu marido, Esmaelino Oliveira, sua filha e genro, e alguns de seus sobrinhos, atuam na área da educação.

A professora conta que, quando seu pai chegou a Murinin, ele trabalhava numa serraria, como uma espécie de gerente, na estrada do Canutama, às proximidades da BR 316, mas sempre trabalhou paralelamente na área de comércio, “que eles chamavam naquela época de boteco, né? Aquela coisinha pequena em que vendia farinha, ovos, sardinha, essas coisas. Aí depois veio a mercearia, que já tinha diversas coisas”, estabelecendo-se em definitivo como comerciante: “Aqui no Murinin era só o meu pai de comerciante e seu Jango, que já era

uma mercearia mais diversa. Daí ele formou uma espécie de armazém, já fornecia pra outras mercearias menores”.

No ano de 2001, quando seu João já havia falecido (ele faleceu em 1999), o então prefeito de Benevides, Luís Solon, foi até a residência de D. Maria Freitas, comunicar que, depois de uma pesquisa de opinião no bairro para saber qual seria o comerciante mais influente (não o mais antigo), o nome do seu João Freitas foi selecionado para nomear o Mercado Municipal e Feira Coberta de Murinin “por conta disso, porque ele tinha uma vida no comércio, sempre viveu do comércio”.



Foto 33: Mercado e Feira Coberta de Murinin João José de Freitas
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de novembro de 2012)

Márcia informa também que a família toda sempre ajudou, seja no comércio em si, no caso, os filhos homens mais velhos, seja na produção de víveres para a venda, tais como: a fabricação de farinha, que D. Maria e as filhas produziam, tiravam uma parte para o consumo da família e outra (maior) era destinada à venda; a produção de ovos; entre outras atividades que envolviam todos os familiares.

Narra também que “sempre trabalhamos com roça, era assim roça grande, aí vinham aquelas pessoa de fora, pessoas que não eram da família, contratava no período de tirar a mandioca, preparar a farinha, sabe?”.

Tais atividades ficaram tão fortes na memória e no modo de vida da família Freitas, que, mesmo “mesmo eu sendo funcionária pública, pedagoga, eu sempre gostei de ter o meu comércio, mas já trabalho num tipo de comércio diferente, mas sempre comércio, tá no

sangue⁴⁷. Eu tenho umas tias que também são comerciantes bem sucedidas, não moram aqui, são as irmãs do papai, (...) mas em Belém, não é aqui”.

Obviamente, há quem discorde dessa denominação. O seu Raimundão, por exemplo, afirma que

INF – por um lado eu discordo com esse nome aí da feira de João Freitas, são pessoas que não procuram as pessoas de idade pra saber qual foi o primeiro comerciante de Murinin. (...) Aí se lembraram do João Freitas, mas o João Freitas veio muito depois. Quando o João Freitas se estabeleceu como comerciante aqui, já tinha passado, então. O primeiro comerciante desse ponto aqui chamava-se Raimundo Mendes.

ENT – Ah, então, pela sua concepção, deveria ser Raimundo Mendes?

INF – Sim porque ele teve comércio aí, que comprava o carvão do pessoal, os carvoeiros, farinheiros, tudo negociava com Raimundo Mendes, chamavam de Dico Mendes, depois ele faliu sabe? Faliu e tal, aí acabou-se o negócio do Dico Mendes, esse Dico Mendes só tem uma filha dele aí, que é a mulher do Badicão.

ENT – Que é a dona Ivani?

INF – É a Ivani, é filha do Dico Mendes, o pai dela, essa feira aí deveria ter botado o nome do primitivo comerciante de Murinin, aí sim era o justo, colocaram João Freitas, num tem nada a ver, depois que ele veio pra cá, com o Murinin já criado, a gente começou e a história tem que começar do princípio.

ENT – Se é pra homenagear né?

INF – É, se é pra homenagear, tem que homenagear os principiantes né? Como tem o nome do meu pai nas ruas, Felipe Monteiro, o nome do meu pai, essa primeira rua aí, Manuel Monteiro, era meu avô, Pedro Monteiro era primo do meu avô, Catarina, a tia ‘Catita’ era irmã do meu avô, meu avô, que era avô da minha mulher, ela é minha prima, a dona Sofia é minha prima, e o meu pai era primo do pai dela.

Perguntei à Márcia como seus pais conseguiram formar os filhos, considerando que Murinin, à época em que eles eram estudantes, era uma comunidade muito fechada, sem energia elétrica e com o sistema de transporte precário e oneroso, principalmente pra uma família com uma prole tão grande.

Márcia então me explica que, como aqui só existia uma escola, Grupo Escolar Jarbas Passarinho, que dispunha de uma única turma (multisseriada), com formação até a quinta série do ensino fundamental, os homens só estudaram até este nível, parando de estudar, em seguida, para ajudar no trabalho na roça e no comércio. Já as mulheres passaram a estudar em Benevides (Centro), mas também com formação até a oitava série do ensino fundamental. Então passavam a semana em Belém, na casa de parentes, retornando, nos finais de semana, a Murinin.

A interlocutora expôs que, como o pai “já tinha uma condição financeira melhor, ele comprou um gerador. Só tinha dois geradores aqui, que era na nossa casa e outro na casa do seu Jango. Seu Jango, nessa época era dono da empresa de transporte daqui. Tinha um ônibus cinco horas da manhã, meio dia e cinco da tarde. Só chegava e voltava, ainda passava pelo

⁴⁷ Márcia Freitas é dona de uma loja de presentes, confecções e material de expediente.

terminal, então era muito difícil realmente. As pessoas que viviam aqui era porque gostavam daquela vida, era acostumado com roça”.

Informou ainda que “o comércio de peixe, por exemplo, era muito fraco, porque, naquela época tinha muito peixe, caça. Então, a gente ainda era daquele tipo que o papai ia pescar com os meninos, aí traziam muito peixe, muito. Então, ele não vendia, ele dava pros vizinhos, chamava as mulheres pra ajudar a tratar, a salgar, e dava uma parte pra cada um, era assim, não tinha como vender, porque todo mundo tinha, era farto. (...) Naquela época, eles chamavam isso de *vizinhar*, o que é vizinhar, é dar um pouco do que você tem pro seu vizinho, se vai comer uma galinha caipira, você manda uma panelinha pro seu vizinho, e assim vice-versa”.

Conta ainda que, embora pequena, lembra que “eles⁴⁸ queriam que o papai fosse prefeito, mas o papai nunca quis, ele sempre foi um homem muito simples, e ele continuou com essa mentalidade de simplicidade dele. Naquela época, era assim, eles escolhiam, eu ainda peguei aquela época que não tinha voto direto, eles faziam uma comitiva e diziam ‘olha, o João Freitas vai ser o prefeito’, e o papai nunca quis”.

Márcia relatou também que seus pais foram muito importantes na construção da Paróquia de São Francisco de Assis, “junto com D. Elba, seu Kasuó, a D. Maria Pretinha, a Zulene, do Pessoal do Chico Borges. Naquela época, foi construída mesmo pela comunidade. (...) A D. Elba tinha muitas fotos dessa época. (...) Ela ficou muito revoltada, ela te contou da revolta dela? (...) Ela se sente muito só, porque – não adianta, a gente não recebe a benesses, não adianta você fazer o bem pra alguém e esperar a pessoa dizer ‘Ah, Adelina, muito obrigado pelo que você fez’, às vezes, você recebe de uma outra pessoa que não tem nada a ver”. A vida toda de seu João Freitas foi dedicada à comunidade, conforme sua filha relata. Foi presidente e tesoureiro, até que seu genro, Esmaelino Oliveira assumiu seu lugar.

Perguntei a Márcia como os filhos receberam o fato de ele ter sido homenageado com o nome no mercado. Ela disse que ficaram satisfeitos, “ficamos até agradecidos por terem lembrado, porque outros prefeitos entravam e saíam e ninguém nem falava nada. (...) O governador veio na inauguração, daí eles fizeram uma homenagem. A gente nem tirou foto porque foi uma coisa rápida, já sabe, quando o governador vem, né? ((risos))... ficamos todos felizes, estávamos todos os filhos, os netos, só quem realmente não pôde vir foi que não veio. (...) O prefeito veio em casa e disse ‘olha, a gente conversou com os vereadores, e discutiu sobre a história, seu pai foi um dos maiores comerciantes aqui, dos pioneiros’. Eu disse ‘tá,

⁴⁸ Referindo-se aos políticos locais.

tudo bem'. É até gratificante você saber que alguém lembrou do seu pai, porque é memória, né?''.

Com relação à localização da Feira, Márcia afirma que “aquele espaço ali ficou escondido e ninguém teve coragem de brigar no legal pra botar os vendedores pra lá – eles queriam ficar aqui perto da Praça – e os vereadores não tiveram coragem de brigar pra mudar o local da Feira. Surgiu a ideia de fazer onde é o Centro Comunitário. Poderiam ter feito o Centro pra lá onde é a Feira e trazia a Feira pra cá. (...) Não há a conversa com a comunidade, o que acontece é a política”.



Foto 34: Praça Central de Murinin
 Autoria: Maria Adelina Farias (21 de dezembro de 2015)



Foto 35: Antigo Centro Comunitário Dr. José Sidrim (Hoje Associação dos moradores de Paraíso de Murinin)
 Autoria: Maria Adelina Farias (21 de dezembro de 2015)

Escola Murinin



Foto 36: Escola Murinin
Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

D. Euzira Castro informou que a Escola Murinin fora projeto de seu pai (Melqueades Lima) quando de sua atuação como vereador, na gestão do prefeito Claudionor Begot, momento em que o governo do Estado era exercido por Alacid Nunes, com o qual Melqueades teve uma proximidade muito grande, inclusive no âmbito familiar.

A instituição, fundada em 1974, chamava-se Cel. Raimundo Furtado de Vasconcelos Leão⁴⁹, e, segundo os relatos, ninguém sabe de quem se trata. Era localizada em Benfica, tendo sido transferida para Murinin, sofrendo, ao longo dos anos, várias as mudanças de nome. O topônimo foi substituído por Escola Estadual de 1º Grau de Murinin, com atendimento a alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, e, anos mais tarde, até a 8ª série, completando o ciclo, à época, do ensino fundamental. Pouco tempo depois, em 2001, o então diretor, Esmaelino Oliveira (marido de Márcia Freitas) conseguiu autorização para a oferta do ensino médio, sendo mais uma vez o nome modificado para Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Murinin, atendendo a um público bem maior e diversificado. A educadora afirma que a comunidade nunca foi consultada sobre essas mudanças, sendo imposto o novo nome por conta da documentação.

⁴⁹ Quando cheguei a Murinin, comecei a estudar nesta escola e ela recebia este nome.



Foto 37: Placa de inauguração da Escola Murinin
Fonte: cedida do acervo do Sr. Leôncio Siqueira

D. Elba, ex-professora e ex-diretora da escola, também afirma nunca ter sido informada sobre a motivação do antigo nome da escola, afirmando que tinha a mesma dúvida em relação ao Centro Comunitário Dr. José Sidrim. Segundo seu relato, embora ela não tivesse conhecido pessoalmente tal profissional, muitos falavam que este fora um médico itinerante, que, periodicamente, vinha a Murinin prestar atendimento à população, mas que nunca fixara residência na então vila. Quem escolheu o nome do referido centro foi a professora Ruth Guimarães.

Rua Santa Catarina (área urbana)

Seu Raimundo Monteiro (Raimundão) informou que havia uma de suas tias que morava nesta rua, à época denominada de Piquiaquara. “Era Catarina Monteiro, (...) Santa Catarina Monteiro.” Indaguei-lhe: “Mas santa, porquê santa?”, ao que me responde: “Era Santa Catarina, porque era dona Catarina, aí denominaram Santa Catarina ela. Não que ela tenha feito alguma coisa muito extraordinária aqui no Murinin. Não, não, então era irmã Catarina, era ‘Catita’, a tia ‘Catita’, ‘Catita’ era como chamavam pra ela, era avó da minha esposa, o seu Geraldo, pai da dona Sofia, que é a minha esposa, era filho da tia ‘Catita’, da Catarina”.



Foto 38: Rua Santa Catarina
 Autoria: Maria Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)

Dialoguei também com a moradora da Rua Santa Catarina, D. Francisca Bentes Pereira, de 91 anos, oriunda da Taperinha, ainda no Murinin, uma rua muito distante do centro, cujos moradores das áreas mais centrais também chamavam de “Baixa da Égua”.



Foto 39: D. Francisca Bentes
 Autoria: Maria Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)

D. Francisca conta que, quando chegou pra cá, “não tinha praça, não tinha nada, era só um campo e futebol”. Os filhos do seu Melqueades também citaram esse campo de futebol que existia onde se localiza hoje a Praça Central de Murinin. Contaram que o político havia um projeto de fazer um cemitério em um terreno na rua ao lado de onde hoje é a praça, mas

que a população que seria vizinha ao provável cemitério protestou, alguns dizendo, inclusive, que ele próprio iria inaugurar o cemitério, sendo enterrado nele primeiro.

Em função desses protestos, houve a permuta dos terrenos do antigo campo de futebol do Fluminense com aquele no qual seria construído o cemitério de Murinin. A população, então, não aceitou um cemitério na comunidade, sendo construída a Praça Central de Murinin. Hoje, o bairro não possui cemitério, enterrando seus mortos no Cemitério de Benfica, que também atende à população do bairro de Santa Maria de Benfica.



Foto 40: Campo do Fluminense
Autoria: Maria Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)



Foto 41: Rua do Fluminense
Autoria: Maria Adelina Farias (18 de dezembro de 2015)



Foto 42: Cemitério Municipal de Benfica
Autoria: Maria Adelina Farias (19 de dezembro de 2015)

D. Francisca confirmou muitas das informações que eu já havia coletado, falando muito mais de sua própria família e de como chegaram aqui, as atividades que exerciam na época. Afirmou que era só chegar e pedir (ou comprar baratinho, segundo palavras dela) um terreno pro Raimundo Nonato, um dos patriarcas da família Monteiro. Ela mesma fez assim, mesmo tendo ainda parentesco com eles.

Afirmou que eram poucas famílias que aqui residiam. Então foram chegando outras e povoando o lugar: “Era fácil arrumar terreno aqui, tinha muito, agora não tem mais. Nesse tempo, tu podia sair qualquer a hora da noite que fosse preciso, não tinha nada que te fizesse mal. Hoje em dia, a gente não pode nem ir ali na praça essas horas da noite, medo de ser assaltado”.

D. Francisca e seu marido ajudaram a construir a Igreja Assembleia de Deus em Paraíso do Murinin, da qual originou a Praça da Bíblia, em frente ao templo.



Foto 43: Inauguração da Praça da Bíblia
Em frente à Igreja Assembleia de Deus
Fonte: cedida do acervo de Leôncio Siqueira

Confirma que “tinha uma casinha passando o Piquiá que aconteciam os cultos. Já depois veio um pastor pra cá, meu marido ainda era vivo nesse tempo, não tinha pastor, aqui pertencia ((o campo da igreja)) pra Marituba, então desmembrou e veio o primeiro pastor daqui, o Waldemar Farias. Depois que ele veio pra cá foi que a igreja comprou o terreno que tem o Templo Central hoje”.

Rua São José (área parte urbana e parte rural)

A comunidade da Rua São José, conforme D. Rosa Segundo, moradora do Fim da Linha, era a única que recebia nome de santo, porque tinha uma comunidade que fazia festas para este, um dos poucos momentos em que as pessoas de outras comunidades iam até lá, pois era extremamente distante, e apresentava densa vegetação (mata fechada). Hoje está intensamente povoada, com a presença de inúmeras invasões, tendo adquirido uma alcunha bastante pejorativa, Maconhão.



Foto 44: Rua São José (entrada - parte urbana)
 Autoria: Maria Adelina Farias (20 de novembro de 2012)

A primeira família a habitar a comunidade de São José foram os pais do Sr. Guilherme Monteiro. Hodiernamente, não há mais a festividade, porque a família se converteu à Assembleia de Deus. No entanto, ainda são realizados encontros periódicos entre os evangélicos de Murinin e de outros lugares, perpetuando a fama do lugar.

Conversei com seu Guilherme, sua esposa, dona Juracy, e algumas de suas filhas que em sua casa se encontravam no dia da entrevista. Era tardinha e aproveitamos para tomar um café com tapioca ao som dos grilos e sapos. É um lugar extremamente tranquilo, bem distante da agitação do centro e ainda com características rústicas, apesar de a moradia ser muito bem construída em alvenaria, com uma grande cozinha em anexo, utilizada para receber muitas pessoas, tanto da família, quanto visitantes.



Foto 45: Sr. Guilherme Monteiro, sua esposa e filha
Autoria: Maria Adelina Farias (21 de dezembro de 2015)

Seu Guilherme mora com a família às margens do Rio Paricatuba, divisa com o município de Santa Bárbara. É aposentado, assim como a esposa, e exerce atividade de pescaria. Tudo, em sua casa, é servido com muita fartura, conforme dona Juracy, esposa do seu Guilherme, destaca: “É desde manhã, só de café é umas três bulhada ((risos))”.



Foto 46: Seu Guilherme na pescaria
Autoria: Maria Aparecida Farias (23 de dezembro de 2015)

Seu Guilherme informou que “os nomes que tinha Murinin era muito diferente, os nomes das ruas. (...) Tem a Tapera (...), não sei por que, quando eu me entendi já tinha esse nome. (...) Aí mais lá pra frente tinha o Tacho⁵⁰. (...) Quando passou pra Benevides foi que mudaram os nomes das ruas, o pessoal dos Monteiro”.

Perguntei ao seu Guilherme quais dos seus familiares foram homenageados com nomes de ruas. Ele me respondeu: “É os velho, né? Amélia Monteiro, (...) não sei se era irmã do meu avô, por aí assim. (...) Nós morava na Marizal⁵¹, agora é Felipe Monteiro, né?”. Questionei se era porque tinha muito mari⁵² lá, ao que responde que “não, era só nome mesmo, só tinha um pé de marizero⁵³ lá ((risos))”.

Sobre a identificação das ruas (placas), seu Guilherme falou que “O Francisco de Jesus disse que ia colocar, mas não, nada”. Minha irmã comentou, então, que ela chegou a ver umas plaquinhas prateadas com os nomes das ruas, mas frisou que não era em todas, apenas nas maiores, a exemplo da Martinho Monteiro, São José, etc.

⁵⁰ Onde se instalou uma grande invasão, transformada na comunidade Moacir Gerúndio pelo então vereador Lourenço Farias.

⁵¹ Corruptela de *Umarizal*.

⁵² Corruptela de *umari*, fruta abundante na região.

⁵³ Corruptela de *umarizeiro*. É muito comum as pessoas da comunidade redundarem nas especificações da flora local, a exemplo de “pé de açazeiro”, “pé de bacurizeiro”, “pé de coqueiro”, etc.

ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES

CÂMARA M. DE BENEVIDES
Protocolo N.º 602 / 97
Em: 07 / 03 / 97

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

J U S T I F I C A Ç Ã O

Considerando que a não existência de placas de identificação nas vias públicas de nosso município, acarreta dificuldades na entrega de correspondência e na localização de ruas, travessas, avenidas, etc. Entendemos ser oportuno e necessário a devida identificação através de placas das principais vias públicas desta Cidade.

Certamente tal procedimento vai ao encontro do anseio da população e presta serviço de utilidade pública. Por este motivo é que apresentamos à apreciação deste Plenário o seguinte:

R E Q U E R I M E N T O N O 014/97

Requeiro que, depois de cumpridas as formalidades legais, seja encaminhado um ofício ao Senhor Prefeito Municipal solicitando junto à secretaria competente, placas de identificação para as principais vias públicas de Benevides.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Benevides, Estado do Pará, 07 de março de 1997.



EXPEDITO OLIVEIRA DE CASTRO
Vereador

Figura 13: Requerimento solicitando placas de identificação nas vias públicas de Benevides
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides

Indaguei seu Guilherme sobre a forma de vida aqui na São José quando sua família chegou aqui. Ele informou que “Aqui é que era o povoado, Murinin não existia. Eram poucas famílias que existiam no Murinin, aqui é que era o povoado. A rapaziada lá de Murinin vinha pra cá namorar com as moças daqui. Era só parente deles lá, irmã, essas coisas. Vinham por dentro da mata, era um caminho por dentro da mata que tinha aí, e varavam pra cá. O negócio era só pela canoa quase aqui, de primeiro”.

Indaguei, então, se a relação de comércio era com Murinin, e ele respondeu: “Mas quando que existia lá! (...) Era tudo de canoa, ia pra Icoaraci, Belém, tudo no remo, nem motor o cara pobre não tinha coisa de consumir. E agora tudo é só numa rabeta⁵⁴ e tal (...). A estrada era o rio⁵⁵. (...) aqui tinha caminho, mas era difícil aqui por dentro da mata, só uma vareda⁵⁶ mesmo”.

Pergunto como ocorreu a conexão com Murinin, e ele diz que “foi evoluindo, né? Nesse tempo o carvão⁵⁷ saía pela canoa, depois apareceu o pessoal comprando no caminhão, aí foi que já foram rasgando esse ramal e foi varando pra cá. (...) Tudo por aí, nesses ramal, nesses mato por aí tinha forno, tinha ramal pra todos os lado aí. No caso, não era forno, era *caieira*⁵⁸. Mas no tempo dos caminhão, já não existia caieira, já era forno mesmo. No tempo das caieira, o carvão saía tudo pela canoa mesmo”.

Sobre a festividade de São José, seu Guilherme não falou quase nada, apenas que os pais eram católicos, mas que “quando me entendi, já era crente”. Dona Juracy, então, destaca que quem tá construindo a igreja (Assembleia de Deus) “É nós mesmo! Antes, tinha vigília na casa de forno, coberto de cavaco⁵⁹, depois virou um ponto de pregação”, agora estão construindo uma sede, mas, segundo dona Juracy, cristãos de qualquer denominação podem utilizar o espaço para suas cerimônias.

Nossa conversa seguiu com o conteúdo muito mais voltado para a exposição de casos de personagens locais, histórias de assombração, de rixas familiares, enfim, da vida da comunidade desde que seu Guilherme e dona Juracy “se entenderam por gente”, discursos sempre intermediados pela expressão de dona Juracy: “quem viu o Murinin!”, lamentando o estado de abandono e violência por que o lugar vem passando nos últimos 15 a 20 anos.

Minha irmã comentou sobre todas essas dificuldades enfrentadas naquela época pelos moradores locais, afirmando que não queria ter vivido naquele período aqui. Dona Juracy,

⁵⁴ Espécie de lancha.

⁵⁵ Seu Guilherme disse que tinha que sair num dia pra voltar no outro.

⁵⁶ *Vereda*.

⁵⁷ Seu Guilherme afirma que, nessa época, o carvão era conhecido como *ouro preto*.

⁵⁸ Pequeno forno de fazer carvão.

⁵⁹ Espécie de telha de lascas de madeira, encaixadas por intermédio de um prego.

então, retruca que “era melhor naquela época de que agora”, mesmo com todo o progresso. Por outro lado, seu Guilherme afirma que “o negócio hoje tá muito melhor, quando me entendi, o negócio era muito difícil. Quando eu vim pra cá, ela ia buscar água numa cacimba que tinha acolá, pra se servir aqui da água de lá. Agora tá aí a pia com água aí, lá no banheiro”. Dona Juracy, então responde: “Nós tava acostumado já ((risos))”.

Fim da Linha (área urbana)

Conversei com uma das moradoras mais antigas deste ponto do Murinin, Dona Rosa Segundo, de 67 anos, esposa do seu Raimundo Monteiro Segundo, falecido há alguns anos. Seu Raimundo era descendente de ambas as famílias mais tradicionais de Murinin, os *Monteiro* e os *Segundo*, por isso, era herdeiro de toda a extensão de terra que vai desde o antigo Fim da Linha até as margens do rio Caiçaua, já na divisa com Santa Bárbara do Pará. Dona Rosa afirma que detinha os documentos originais da terra, mas emprestou para políticos locais e estes não devolveram a ela, assim como fotos antigas e outras lembranças.



Foto 47: Dona Rosa Segundo
Autoria: Maria Adelina Farias (17 de dezembro de 2015)

Dona Rosa afirma que Martinho Monteiro, que dá nome à rua principal do bairro, “era avô do meu velho, seu Raimundo. (...) Não conheci, meu velho que falava. (...) Murinin era da minha sogra, Amélia de Souza Monteiro, mãe do meu velho, mãe de criação. (...) Então, meu velho tomava conta desse terreno”.

Dona Amélia Monteiro nomeia uma das ruas do bairro, também conhecida como Rua da Palhoça, por conta de uma casa de festas, *Palhoça Fundo de Quintal*, que havia logo na entrada da rua, onde hoje funciona uma grande loja de materiais de construção.

Dona Rosa expôs que a casa de dona Amélia também ficava na entrada dessa rua, e ela ainda era viva quando denominaram a via, apesar de que o ato está fora da legalidade. Dona Rosa diz que “Ixi, ela ainda era viva, ainda durou bem uns 10 anos depois que colocaram o nome dela”. Conta também que dona Amélia ficou feliz com a homenagem, dizendo “É, colocaram meu nome aí na rua, minha filha. (...) Melhor me homenagearem agora do que depois de morta, pelo menos eu levo essa alegria”.

Quem arrendava os terrenos era o marido de dona Rosa, os terrenos não eram vendidos, seu Raimundo cobrava apenas uma taxa pra pagar o INCRA e a prefeitura. Os moradores “arrendavam conforme eles iam produzindo, né? Mas depois eles ficavam com o terreno, porque, depois que faz casa, não pode mais tirar. Assim que Murinin foi crescendo”.

Dona Rosa afirma que, após a morte de dona Amélia, outros parentes requereram seus respectivos quinhões de terra, então seu Raimundo procedeu ao loteamento da terra entre os parentes. Houve uma ruptura na família por conta disso, mas, anos mais tarde, após a morte de seu Raimundo, as famílias se reaproximaram.

Quando dona Rosa chegou aqui, vinda da Colônia Chicano, povoado localizado no município de Santa Bárbara do Pará, “Murinin ainda era pequeno, essa rua principal era só areia, lá na frente da escola Murinin, então, chega a areia era solta. Eu sinto muita falta disso”.

O terreno dos Segundo pertencia aos ascendentes de seu Raimundo “por parte de pai, né? Monteiro da mãe e Segundo do pai. Tudo da mesma família, só dividia assim nos nomes, né? Esse daqui também era ele quem lidava, o meu velho. (...) O pessoal queria fazer plantação, né? Queria arrendar. E ele não tava nem aí, ia distribuindo, assim, adoidado. (...) Quer dizer, muita gente se beneficiou com esses terrenos. Ele chegava comigo e dizia: ‘Rosa, o pessoal quer arrendar um terreno’. Eu dizia: ‘Ah, meu velho, dei!’ – ‘Mas dar por quê?’ Eu disse – ‘Dei, meu velho, porque terra de Deus, terra de irmãos ((risos)). Nós vamos morrer e não vamos levar nada’. E assim a gente ia fazendo”.

Moacir Gerúndio (área rural)

A comunidade de Moacir Gerundi surgiu de uma grande invasão de terra a uma fazenda, justamente do Senhor Moacir Gerúndio, que, após acordo com a prefeitura de Benevides, oficializou o loteamento, por intermédio do então vereador Lourenço Farias.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

JUSTIFICATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES
Processo nº 1044...04
ZF - 02...2004

Em abril de 2001, foi invadida uma área de terra pertencente ao Sr. Moacir Siffert Girundi, que em negociação com de seus representante legal e os ocupantes, ficou certo e acordado a doação de apenas uma faixa de terra que pudesse abrigar à todos. Hoje, passado quase que 03 anos de existência, dado a à necessidade de remessa e recebimento de correspondência, a comunidade cobra do Poder Público a denominação de artérias, bem como, o nome do Residencial de forma oficializada.

Face ao exposto, a comunidade presta uma homenagem muito justa as pessoas abaixo relacionadas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento da comunidade bem como para o Distrito de Murini, à saber:

Sr. Moacir Siffert Girundi, Sr. João José de Freitas, Sr. Agostinho Pereira Barbosa, Sr. Henrique Soares de Lima, Sr. Simão Pedro da Silva, Sr. Raimundo de Sousa Segundo, Sra. Maria Batista Segundo, Sr. Justino Aragão dos Santos, Sr. Anacleto Silva, Migiel Ribeiro da Silva, Sr. Eleuterio Antonio Amaral, Sr. Anderson Pereira das Chagas, Mateus Daniel Saraiva do Nascimento, Raimundo Pires Dias e Cláudio Antonio dos Santos. Como a Prefeitura de Benevides está de posse do "TÍTULO DEFINITIVO", cadastrado no INTERPA sob o número 8651, Talonário: 012 e Título Definitivo: 032, assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Almir José de Oliveira Gabriel, (Governador do Estado do Pará na época), bem como, assinado pelo Exmo. Sr. Luiz de França Solon (Prefeito de Benevides), devido a existência dessa faixa de terra estar incluído na área 653, 9728ha., constante no Título Definitivo acima mencionado, fica assegurado ao Parlamento Municipal de Benevides - Pa., a Apreciação da matéria à saber:

PROJETO DE LEI Nº 001/2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES

Aprovado por unanimidade.

04 05 2004
[Assinatura]

Que dispõe sobre a denominação de Residencial e Artérias na Área de Ocupação localizada no Distrito de Murini.

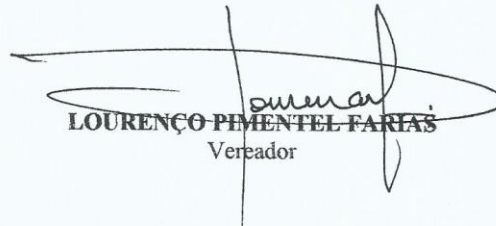
A CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES, Estado do Pará, aprova. E Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizada a dar nome de Residencial "MOACIR GIRUNDI", a Área de Ocupação em questão em homenagem ao Sr. Moacir Siffert Girundi. E da Artéria Lateral Esquerda de 1ª Rua, Fica denominada de Rua 13 de Outubro (uma homenagem ao Sr. João José de Freitas), a Artéria Lateral Direita 2ª Rua fica denominada de Rua 25 de Julho (uma homenagem ao Sr. Agostinho Pereira Barbosa), a Artéria Lateral 3ª Rua, Fica denominada de Rua 20 de Janeiro (uma homenagem ao Sr. Henrique Soares de Lima), a Artéria 1ª Travessa, Fica denominada de Trav. 24 de Maio (uma homenagem ao Sr. Raimundo de Sousa Segundo), a Artéria 2ª Travessa, Fica denominada de Trav. 23 de Março (uma homenagem ao Sr. Simão Pedro da Silva), a Artéria 3ª Travessa, Fica denominada de Trav. 01 de Dezembro (uma homenagem ao Sr. Justino Aragão dos Santos - "Juca Santos"), a Artéria 4ª Travessa, Fica denominada de Trav. 13 de Setembro (uma homenagem ao Sr. Anacleto Silva), a Artéria 5ª Travessa, Fica denominada de Trav. 29 de Setembro (uma homenagem ao Sr. Miguel Ribeiro da

Silva), a Artéria 6ª Travessa, Fica denominada de Trav. 29 de Junho (uma homenagem ao Sr. Eleuterio Antonio Amaral), a Artéria 7ª Travessa, Fica denominada de Trav. 19 de Fevereiro (uma homenagem a Sra. Maria Batista Segundo), a Artéria 1ª passagem, Fica denominada de Pass. 26 de Abril (uma homenagem ao Sr. Anderson Pereira das Chagas), a Artéria 2ª passagem, Fica denominada de Pass. 24 de Setembro (uma homenagem ao Sr. Mateus Daniel Saraiva do Nascimento), a Artéria 1ª Viela, Fica denominada de Viela 07 de Julho (uma homenagem ao Sr. Cláudio Antonio dos Santos), a Artéria 2ª Viela, Fica denominada de Viela 18 de Janeiro (uma homenagem ao Sr. Raimundo Pires Dias), a Artéria Principal, Fica denominada de Avenida Projetada de Av. 10 de Agosto. Fica também como Área Projeta duas quadras para futura implantação (construção) de Praça, Escola, Caixa D'água, Posto de Saúde, Centro Esportivo e Mercado (Feira Coberta.).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Contrários.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Benevides, Estado do Pará, 26 de março de 2004.


LOURENÇO PIMENTEL FARIAS
Vereador

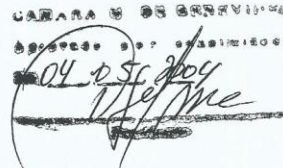
CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES
2004 de 26 de março de 2004


Figura 14: Projeto de lei nomeando as vias da comunidade de Moacir Gerúndio
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides

Conversei com o senhor João Assunção, conhecido como João Peua, por conta do igarapé onde ele morava que era denominado de Peua, na Ilha do Caiçaua. Seu João tem 100 anos de idade e é morador da comunidade desde sua formação. Seu João nasceu em Benfica,

mas já morou em vários lugares antes de se estabelecer no Moacir Gerúndio. Morava na Rua do Tacho quando ocorreu a invasão da área da fazenda: “Isso aqui era só mata, tinha paca, veado, muita caça aqui. Andei muito, mas eu amo este meu lugar, sabe?”.

Conta que se casou três vezes: “eu gostava de casar, né? ((risos)). Com 15 anos eu casei, mas eu já era profissional, carpinteiro naval. Minha mulher morreu e me deixou cinco filhos. Com três meses dela morta, eu me casei com outra. Quando ela morreu, me deixou sete filhos. Com três ou quatro meses, eu me amiguei com esta aqui, ela veio fazer dezesseis anos na minha casa, com ela tive 15 filhos, sou pai de 27 filhos com três mulheres”.



Foto 48: Senhor João Peua, a esposa, Maria, e a filha mais velha, Antônia
 Autoria: Maria Adelina Farias (23 de dezembro de 2015)

Boa parte de nossa conversa foi pautada em sua vida, seus casamentos, os filhos e a sua própria experiência de vida, assim como a doença nos rins que fez com que ele finalizasse as atividades de carpintaria. Falou que Murinin como um todo era muito seguro, em que as pessoas podiam construir suas casas apenas com a cobertura, sem paredes, mas que atualmente “os sem-vergonha não deixam”.

Seu João Peua confirma o que os demais informantes científicaram acerca dos nomes das ruas em princípio, citando vários igarapés da localidade: Tapera, Tabatingão, Tacho, Ponzheiro, Braço Grande. Perguntei, então, “Por que tacho?” e ele respondeu que “Diz que ((dando ênfase)) porque, no tempo dos cabanos, eles jogaram um tacho de ouro, falava o meu pai ((dando ênfase)), os mais antigo, né?”. Sua esposa, então, retruca “Diz que não ((dando ênfase)), que foi verdade, não teve aquele Manoel Pirão? Um homem...”. Seu João a interrompe pra falar que “a gente acredita porque uma noite, o Manoel Pirão tava dormindo,

chegou e disse pra ele ‘tu quer dinheiro?’. Ele olhou e ‘hum’. Quando ele tava dormindo, ele falou de novo ‘olha, tu quer dinheiro, tu vai lá no Tacho, tem uma serigueira⁶⁰ – e tinha mesmo uma serigueira lá, no tronco da serigueira, tinha aquela coisa amarrada, aquilo não é um cipó, é uma corrente⁶¹, pra nós era cipó, entendeu? – disse ‘no tronco dessa serigueira, tem um cipó amarrado, aquilo é uma corrente, naquela corrente tá amarrado um tacho com dinheiro, mas vai só tu!’. Aí ele foi, chegou lá tava lá o cipó. Volta e vem convidar os irmãos. Quando chegou lá era o cipó mesmo, não tinha nada”. Pergunto se é por que ele não foi sozinho. Ele responde: “porque era pra ele!⁶²”.

Seu João afirma, com muita consternação, que “Esse Murinin mudou muito e de repente!”. Seu Raimundo Monteiro também lembrou com pesar que muitos igarapés da localidade desapareceram pela ação de fazendeiros, que compraram terras às margens desses igarapés, impedindo o acesso da população local. A exemplo disso, cita o antigo Igarapé do Tacho, onde se localiza atualmente a comunidade de Moacir Gerúndio. Muitos moradores, em especial os mais idosos, atribuem a essa “invasão” a mudança na condição de ambiente rural que Murinin possuía para a forma como agora se apresenta, com elevados índices de violência e tráfico de drogas.

Seu João e sua família foram os primeiros moradores da comunidade Moacir Gerúndio. Com relação a Murinin, seu João conta com orgulho: “eu quero dizer que não tem um mais velho que eu. (...) Homem sofredor que nem eu inda não vi”.

Com relação às denominações das vias nessa localidade, a professora Márcia Freitas informou que há uma rua em homenagem ao seu pai, João Freitas, na comunidade Moacir Gerúndio, mas que a via é denominada com a data do nascimento dele, Rua 13 de Outubro, pois, na comunidade, as ruas são designadas por datas, não por nomes. Márcia questionou, inclusive com o então vereador que formou a comunidade, Lourenço Farias, dizendo “por que, em vez de data não põe o nome da pessoa? Porque tem tanta gente que foi tão importante, assim, pessoas influentes na comunidade. Ficaram no esquecimento, porque botam a data do nascimento. (...) Aí eu disse ‘Lourenço, sinceramente, eu gostaria que fosse o nome do meu pai’, aí ele disse ‘não, mas a gente já começou a denominar com data’, eu disse ‘por que não procura saber?’, por exemplo, (...) a D. Maria Branca, que foi uma pessoa que morou lá, então colocava Rua Maria Branca, né? E não data, porque data o quê que tem essa

⁶⁰ A forma como eles chamam a árvore de seriguela.

⁶¹ Minha irmã interfere, dizendo “eu já vi essa corrente lá!”, manifestando adesão à discursividade do interlocutor.

⁶² Observe-se que há uma demonstração de que as denominações dos locais podem ser fruto de uma geografia mítica.

data? É uma data qualquer. Aniversário tem muita gente que faz aniversário na mesma data. Só a família que sabe, ninguém mais”, além de quem legislou sobre tal.

Nesse particular, D. Doraci (Itaquara) referiu-se ao fato de que o mencionado edil a procurou, solicitando autorização para impetrar projeto junto à Câmara Municipal de Benevides, denominando a rua ao lado de residência desta moradora com a data de falecimento de seu marido, o Sr. Waldemar Miranda, falecido anos antes e que fora figura muito conhecida e querida na comunidade muriniense. Relatou a moradora que não aceitou tal homenagem porque, para ela, não fazia jus à figura de seu esposo, visto que jamais as pessoas associariam uma data, que poderia se referir a qualquer outro motivo, à memória do cônjuge, com quem construíra uma grande família, além de incomodá-la sobremaneira o fato de ser a data do falecimento, não do aniversário, o que traria bastante dor à família.

Rua da Tapera (área rural)

Conversei com os moradores da Rua da Tapera dona Eugênia Segundo e Seu Maurílio Segundo⁶³, filhos de Murinin e herdeiros de uma das mais antigas famílias do lugar, “os Segundo”. Cheguei a esses interlocutores por intermédio do senhor Raimundo Ferreira Lima Júnior, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Benevides e atual Secretário de Assalariados(as) Rurais e Organização Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (FETAGRI-PA). Raimundo Lima Júnior (o seu Júnior do Sindicato, seu Júnior Galileu ou simplesmente seu Júnior, como é mais conhecido na comunidade) mora em Murinin há muitos anos. Veio para a localidade com um grupo de padres e catequistas que formaram a Associação PROVIDA, de assistência educacional a menores infratores, localizada na comunidade de Itaquara.

Dona Eugênia Segundo eu já conhecia, mas não tinha uma relação de proximidade com ela ou com sua família. Apenas nos cumprimentávamos quando a mesma passava em frente à minha casa, a caminho de sua residência, às adjacências da minha. Uma senhorinha tímida, simpática e muito simples, que traz as marcas de uma vida sofrida no rosto, no corpo e na fala. Sempre admirei esta pessoa, mesmo sem conhecê-la em seu lar, pois demonstrava uma força para sobreviver que só ela sabe de onde vem. Foi muito bom conversar com ela e ter a oportunidade de estar mais próxima a pessoas tão especiais.

O Senhor Maurílio, por sua vez, eu não conhecia, sendo apresentada a ele naquele mesmo dia por Raimundo Júnior (Seu Júnior), a quem conheço desde minha adolescência. O

⁶³ Não permitiram que suas imagens fossem registradas.

Júnior do Sindicato trabalhou comigo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides, instituição na qual eu exercia a função de auxiliar administrativa e que me privilegiava com a possibilidade de manter contato com pessoas tão agradáveis à convivência, ou seja, indivíduos em busca da aposentadoria pelo programa *Aposentadoria por Idade Rural do Ministério da Previdência Privada*.

Na fala da interlocutora, dona Eugênia—que nasceu em Murinin, em 16 de dezembro de 1934, conforme a carteira de identidade, a qual fez questão de me mostrar, pois alegou não saber sua idade, e sempre levava o documento para qualquer urgência – os tais traços da cultura local continuam na memória social dos indivíduos. A exemplo disso, relata que, desde quando sua memória permite lembrar, Murinin já pertencia a Benevides, mas que agora “Diz que ((ênfase)) querem mudar pra Ananindeua. Diz que ((ênfase))”. Em sua opinião, Murinin deve continuar a pertencer ao território de Benevides, já que sua relação social, econômica, política e religiosa está ligada a esse município.

Dona Eugênia afirma que, hoje, considera Murinin como uma área urbana, pois, quando se “entendeu”, só havia um caminho e a mata, os habitantes abriam passagens pra ir para o roçado, fazer o plantio, mas, na atualidade, “Murinin tá ganhando Benfica”, tanto no que se refere à expansão territorial, quanto pelo crescimento do setor econômico. Afirma também que não conhece bem todo o município de Benevides, uma vez que a única relação que estabeleceu com o centro da cidade passou a ocorrer quando de sua aposentadoria e que ficou quase a vida inteira praticamente isolada em Murinin, indo esporadicamente ao centro do município e quase nunca à capital do estado.

Apesar de considerar Murinin como área urbana, afirma que ainda exerce atividades típicas de áreas rurais, tais como: plantio de mandioca para a produção da farinha, que ela mesma produz em seu sítio, às margens do Igarapé do Corte, assim chamado porque, quando de sua infância e juventude, o córrego atravessava o caminho por onde passavam para ir até a área comercial de Murinin. Afirma que produz farinha apenas para si e para a família, já que não mais necessita deste ofício para sobreviver, em razão de já ser aposentada.

O Senhor Maurílio Segundo, também nascido em Murinin, 73 anos de idade, não tem uma visão positiva de como Murinin se transformou ao longo dos anos. O morador afirma isso em função das invasões já que, segundo palavras dele,

enquanto não existia invasão, dona menina, a gente passava era milhões de anos num lugar, vendia uma galinha e pagava seu terreno. Agora, é só naquele pedacinho mesmo. Antigamente o cara tinha aquele terreno. Quem via as coisas como eram. Eu cansei de chegar lá na Tapera, e dizer: – Dona menina, me dê aqui um pedaço de terreno pra fazer uma casa. A pessoa dizia: – Pode, só não ponha telha, nem plante

coqueiro. Coqueiro toma conta do terreno e telha também, num é? A casa tinha que ser de palha.

O porquê de o senhor Maurílio atribuir essa necessidade à “ocupação” da terra deriva do fato de que, na sabedoria popular, a semente do coco não pode ser comida por animal, isto é, a fecundação e crescimento da árvore não se dá de forma natural, da relação animal-natureza, e só pode germinar se for plantada. A metáfora da telha está relacionada, por sua vez, à noção de tempo, uma vez que a telha, objeto tecnológico, construído pelo homem quando de sua acomodação em um local de moradia permanente, significaria a posse daquele chão. Isso evidencia que “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (Halbwachs 1968:60).

O Seu Maurílio destaca que vive ainda no mesmo lugar em que nasceu, na “Boca da Tapera”, enumerando vários de seus parentes já falecidos (pai, mãe, avô, tios) para evidenciar, com autoridade forjada na experiência e no direito de família, sua pertença a Murinin. Isso ocorre porque “O pertencimento a uma comunidade decorre de: valores que o indivíduo julga importantes; percepção das alternativas possíveis; consequências pessoais, familiares e do grupo de alternativas; de normas sociais condutoras de seu comportamento” (Bailly 1977, Apud Manoel Costa 2011). Nesse sentido,

A identidade territorial também é utilizada para explicar a importância da relação de indivíduos ou grupos com o território, razão pela qual o sentimento de pertencimento é elemento fundamental para a construção das territorialidades. (...) Os conceitos de territorialidade e de identidade proporcionariam a definição de territórios de identidade, territórios de pertença, territórios de referência e territórios de ação (Costa 2011:33).

Além disso, na entrevista com a senhora Eugênia Segundo, a interlocutora garantiu, com um tom de decepção, não haver sequer um nome de rua homenageando um de seus antepassados, enquanto que, no projeto de lei N° 001/2004, elaborado pelo então vereador Lourenço Pimentel de Farias, em que, na área de ocupação nomeada de Moacir Gerúndio pelo mesmo projeto de lei, determina a denominação da Artéria 1ª Travessa de Trav. 24 de Maio, em homenagem ao senhor Raimundo de Souza Segundo, fato que era desconhecido pela interlocutora. Tal ocorrência pode significar que o ato de nomear não necessariamente reflete a visão de mundo dos moradores, ou simplesmente pode indicar que estes não têm participação tão ativa nessa ação.

Itaquara (área rural e urbana)

A comunidade do Itaquara surgiu com o arrendamento de terras para plantio, especialmente de flores. Conforme o relato de dona Rosa Segundo, foi seu marido, o seu Raimundo Monteiro Segundo, quem era o responsável legal pelas terras que formaram a comunidade do Itaquara. Os agricultores que vinham de “fora” solicitavam a ele um pedaço de terra, e, com o tempo, construía suas benfeitorias, o que lhes dava condições de posse da terra cedida.



Foto 49: Av. Martinho Monteiro na entrada da comunidade do Itaquara
Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

Há uma discordância entre as fontes desta pesquisa no que se refere ao topônimo, uma vez que os documentos coletados na Câmara de Benevides registram a denominação Itaquara, enquanto que os interlocutores se referem à comunidade com Taquara.

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES
CGC 04.203.394/0001-36



PRAÇA VISCONDE DE MARACAJU
FONE: 724-1234 - CEP: 68.795
BENEVIDES - PARÁ - BRASIL

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Considerando o apelo de 06/08/93, feito pela Associação de Moradores de Itaquara, Vila de Murinin a este Vereador.

Considerando que a referida Associação, no momento acha-se em uma pendenga com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides, sobre um terreno, em que ambos desejam.

Considerando, ainda, a iminente eclosão de uma convulsão social na localidade de Itaquara, onde pessoas estranhas já estão envolvidas, conforme matéria do Diário do Pará, sexta-feira, 23/07/93, já denunciou, é que requeiro o seguinte:

REQUERIMENTO Nº. 068 /93.

Requeiro que após ouvida o Douto e Soberano Plenário, que seja criada uma Comissão no sentido de apurar os verdadeiros fatos, afim de evitar um agravamento da situação, e conseqüentemente, o acirramento do problema social.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal
de Benevides-Pa, em 09 de Agosto de 1993.


EDINAURO RAMOS DE FARIA
- Vereador -

CÂMARA M. DE BENEVIDES
Aprovado por unanimidade

Em 10/08/93


Presidente

Figura 15: Requerimento solicitando resolução de disputa de terra
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Benevides

Seguindo a anotação oficial, podemos compreender que o topônimo seria a junção de ITA, que, segundo o Dicionário tupi-guarani⁶⁴, significaria *pedra*: Ita – pedra (ex.: Itaúna), e QUARA, que, conforme a mesma fonte, significaria *rio* ou *lugar de*: Jabaquara – rio do senhor do voo (Iabaquara – Jábaquara). Tratar-se-ia, pois, de um etnotopônimo. Dentre os moradores consultados, apenas dona Dora⁶⁵ afirma que o topônimo é ITAQUARA, que, segundo ela, “vem dos índios, né?”, mas sem certeza da procedência, apenas oficiosamente.

Entretanto, os demais moradores consultados afirmam que o topônimo é *Taquara*, que, segundo eles, se trata de uma vegetação local semelhante à cana-de-açúcar, tratando-se, portanto, de um fitotopônimo. Frederico G. Edel Weiss, na obra “Estudos Tupis e Tupis-guaranis: Confrontos e Revisões”, de 1969, registra que,

Por certa semelhança com a *cana-brava* - *uuba*, ou com a *taquara* - . *takilara*, os tupis deram à *cana-de-açúcar* o nome de *uubaeê* - *cana-doce* ou *takilareé* _:_ *taquara doce*. No *brasiliano* adotaram a palavra portuguesa mais cômoda. Para designar o *canavial* acrescentaram a todos êsses termos o sufixo abundancial *tyba*, que se abranda em (n) *dyba* por efeito dos sons nasais *e* e *na* em *eê* (-doce) e *cana*.

Dialoguei com duas moradoras desta comunidade que muito contribuíram para a história e o desenvolvimento local, dona Doraci Borrvalho de Miranda, residente logo à entrada da comunidade, e dona Alice Ferreira, ex-diretora e fundadora da única escola da comunidade.

Dona Doraci não é nascida em Murinin, nasceu em Belém, vinda, na adolescência, em 1951, para Santa Maria de Benfica, outro bairro de Benevides. Mas sempre vinha pra cá pra vender verdura, estabelecendo residência em Murinin em 1974, com seu marido, Waldemar Gonçalves Miranda, como arrendatários de um lote de terra onde ainda é sua residência na atualidade.

⁶⁴ Dados on-line disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/indiosbrasilieiros/dicionario-tupi-guarani.php>>. Acesso em: 14 de outubro de 2009.

⁶⁵ Que apresento a seguir.



Foto 50: D. Doraci Borrvalho de Miranda
 Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

As ruas, segundo dona Doraci, “foram abrindo devagar. (...) Depois de 74, o Francisco de Jesus começou a abrir as ruas, colocar os nomes, as plaquinhas, (...) a numeração das casas. (...) Essa aqui da frente não tem nome ainda, a gente chama de Rua Nova. Essa aí do lado, é a Francisco Segundo”, outra família tradicional aqui, “era um terreno grande só dos Monteiro e um só dos Segundo”.

Dona Dora frisou que “o meu [marido], quando morreu⁶⁶, eu só não quis porque eles não quiseram colocar o nome dele, queriam colocar a data que ele morreu. Eu disse que a data não me interessa e eu não quis. Quer dizer, se eles dissessem: ‘a gente põe o nome dele’ aí sim. (...) eu ficava contente”. Relata que “Quando teve a invasão do Moacir Gerúndio – isso depois do Francisco, isso foi até o Lourenço –, eles vieram me consultar, e eu não deixei”.

A interlocutora informou também que muitas ruas da comunidade foram denominadas sem que passassem pela Câmara ou pela prefeitura, sendo batizadas pelos próprios moradores. Cita como exemplo o loteamento feito por um vizinho, “do compadre Antônio, que botaram o nome da rua de Josefa. Eles abriram, que era terreno grande, né? Dividiram pros filhos, então foram os filhos que botaram o nome da rua e assim ficou”.

Dona Dora, como é mais conhecida na comunidade, conta que planta flores, desde que veio pra cá, e que sua família foi a primeira a cultivar o produto na região, registrando que não se trata apenas de flores, mas de qualquer elemento que sirva pra decoração (galhos, palmeiras, etc.). Faz questão que eu a acompanhe em sua área de cultivo e registre em fotos toda a sua plantação, orgulhando-se do cuidado que tem nessa atividade.

⁶⁶ Em 2003.



Foto 51: Cultivo de plantas ornamentais de D. Dora
 Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

Questionei dona Dora sobre o fato de Benevides ser conhecida também como a “Cidade das Flores”, obviamente por conta da AFLORBEM, associação de plantadores de exportadores de flores de Benevides, com sede em Santa Maria de Benfica. Afirma, então, a entrevistada, que sua família começou com o plantio de hortaliças para a venda na própria comunidade, ainda em Santa Maria de Benfica, e “minha mãe gostava muito de plantas na casa, aí começou, tinha uma plantação de flores na Coreia⁶⁷, ela disse ‘eu quero umas mudas dessa’. Aí eu disse: ‘é bom a gente plantar lá atrás junto com as hortaliças’. Quer dizer, ela começou a plantar em 61”.

Assim, a família de dona Dora que iniciou a tradição de cultivo de flores em Santa Maria de Benfica, sendo que a interlocutora trouxe para Murinin a cultura, inaugurando uma tradição que perpetua. Fala com muito orgulho: “a associação viva sou eu que estou aqui, (...) porque, se a terra não dá pra plantar o sorriso, eu já planto a tropical, já planta com vaso, e assim vai. (...) Nós participa do *Flor Pará*⁶⁸, esse ano nós já fomos pra dois eventos, pra um congresso que teve no Hangar, eu tava lá, e lá na EMATER, em Marituba, uma exposição lá”.

Garante que, quando chegou aqui, “a pista⁶⁹ era mais bonita, era duas pistas⁷⁰. Porque, não sei qual foi o prefeito que tava nesse tempo, quando ele mandou ajeitar a rua era, tinha

⁶⁷ Estrada localizada no bairro de Santa Maria de Benfica. Dona Dora afirma que foi o pai dela quem deu nome àquela estrada, porque, na época em que a família trabalhava nesta via, os caminhões atolavam muito. Nesse período, “tava tendo uma guerra na Coreia, e como era uma verdadeira ‘guerra’, então ele resolveu chamar assim ((risos))”. Da mesma forma, “ainda não tinha o vilarejo de Santa Maria, era só a Estrada do Benfica. Então por causa da ladeira, a gente ia fazer compra, e dizia ‘olha, vai lá na Goela’, que era a Goela da Morte, (...) porque era tão ruim subir a ladeira, que a pessoa chegava perto da morte ((risos))”.

⁶⁸ Evento anual que ocorre no Hangar Centro de Convenções da Amazônia, promovido pelo Governo do Estado.

⁶⁹ Forma como muitos moradores tratam a Rua Principal, isso porque era a única via asfaltada do bairro até pouco tempo.

árvore pra um lado e pro outro, e ele deixou bem largo. Quer dizer, quando veio o outro, ele abandonou uma e ficou só a do lado de lá. Quer dizer, se eles não tivessem feito isso, era uma rua muito bonita. (...) Era Estrada do Murinin, não tinha nome”.

Conversei também com a dona Alice Oliveira, ex-diretora e fundadora da Escola Regime Convênio Padre Josimo Tavares⁷¹, e residente na comunidade do Itaquara desde a formação desta, sendo uma das arrendatárias dos lotes cedidos pelo seu Raimundo Segundo, herdeiro desse território.



Foto 52: D. Alice Oliveira

Autoria: Maria Adelina Farias (20 de dezembro de 2015)

Trabalhei nesta escola, como professora de Língua Portuguesa, na gestão de dona Alice, que cuidava da instituição como se fosse sua própria casa e dos sujeitos que dela faziam parte como se fossem de sua própria família.

Dona Alice chegou à comunidade em 1985. Narra que, nesse período, era apenas uma “estradinha” que levava até o rio pra o pessoal ir pescar. O ônibus percorria somente até o antigo Fim da Linha, tendo, as pessoas que aqui habitavam que caminhar até suas residências, umas localizadas na beira do rio, cerca de três quilômetros do último ponto de ônibus.

⁷⁰ Equivalente a duas larguras do que é hoje.

⁷¹ Não pude registrar imagens desta escola por conselho da própria dona Alice, pois, segundo ela, “aqui tá muito perigoso, e os malandros vão te ver com esse celular, aí já viu!”. Além disso, dona Alice afirma que tinha muitas fotos, mas deixou na escola e se acabaram por conta da falta de cuidado.

Dona Alice conta que houve algumas tentativas de mudança de nomes de ruas da comunidade por nomes de pessoas ainda vivas, representantes políticos locais, mas que ela, como uma das mais instruídas da localidade e das pessoas que mais se envolveram nas lutas pelo bem da comunidade, não deixou que isso acontecesse. A exemplo disso, cita a rua ao lado da escola em que atuava, que se chama Rua Murarema, mas que queriam mudar para o nome de uma das integrantes da diretoria da Associação de Moradores, instituição que disputou com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides a posse do terreno em que foi construída a escola. Conta também que solicitou ao prefeito que providenciasse as placas de identificação das ruas, mas que, segundo ela, o órgão nunca demonstrou interesse em fazê-lo.

Expõe que há uma rua, localizadas às proximidades da escola, que se chama Rua São Pedro. Esta rua foi nomeada em razão do dono do terreno que foi loteado, que era o seu Pedro, a exemplo do que ocorreu com a Rua Santa Catarina, “então ficou assim mesmo o nome da rua”, afirma a educadora, frisando que “cada qual quer botar seu nome ((risos))”.

Seguindo o raciocínio, dona Alice exhibe que existe outra rua chamada Manoel Pirão, mais distante da escola, já quase próximo do rio. Dona Alice assevera que esta denominação se deu por causa do patriarca de uma família que mora às margens do Rio Sororoca, que faz divisa com Ananindeua. Conta que ia muito a essa rua, mas que agora tem muito medo por conta do alto risco de assalto e até morte, como tem sido comum por ali.

Narra ainda que “aqui, no Itaquara, não tinha energia. Aí, nessa vez, a gente se juntou (...) e fomos atrás. (...) No dia que vieram colocar os postes, que vieram inaugurar, apareceu tanto pai, tanto pai ((ênfase)), que tinha pedido, a praga nunca tinha aparecido, sabe?”

Conta que, quando surgiu a invasão, havia uma olaria ao final da estrada, em que hoje funciona uma grande serraria. Então, o dono dessa olaria solicitou na justiça a posse de todo o terreno que compõe a comunidade. Mesmo sem ter o direito à terra garantido, o tal homem mandou queimar as casas dos posseiros: “queimaram as casas, levaram as galinhas deles, roubaram as coisas, levaram tudo do pessoal”.

O ex-marido de dona Alice, Senhor Francisco Ferreira, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides e morava num terreno à entrada da comunidade, mas que não fazia parte do quinhão requerido pelo dono da olaria. Dona Alice conta que a população foi até sua residência “se reclamando que tinham queimado a casa deles”.

Além da ligação com o sindicato, seu Chico tinha uma forte relação com a Igreja católica, tanto que criou, junto com o seu Raimundo Lima Júnior (o Júnior do Sindicato) a comunidade Galileia, localizada no terreno adquirido para moradia de Chico e sua família.

Com isso, ele, com o auxílio da Diocese, provou que a documentação em que o tal dono da olaria se embasava era grilado, o que possibilitou a reintegração de posse aos moradores prejudicados. O ITERPA fez, então, uma nova demarcação, loteando os terrenos (100m X 200m por família), agora dentro da legalidade.

O terreno da escola foi retirado pelo próprio ITERPA para construir o que fosse melhor pra comunidade. Os moradores, então, ficaram sabendo que dona Alice era professora e trabalhava pra Belém, indo e voltando todos os dias à comunidade. Solicitaram que ela decidisse o que era melhor pra construir aí nesse terreno.

INF. – Aí foi que eu fiz a pesquisa e vi que aqui só tinha o Manoel Trajano e era uma luta pras crianças, eles vinham lá da beira do rio ((ênfase)), quando chegava aí, era sete e meia, e as professoras mandavam de volta porque já tinha passado do horário e só entrada até sete e quinze, aí eles voltavam. Aí numa reunião eu falei: ‘olha, eu acho melhor a gente fazer uma escola’. Nessas alturas já tinha umas sessenta crianças, filhos dos moradores, fora esses que moravam lá pra beira do rio. (...) Aí fizemos a escola. (...) As crianças passavam o dia todo, comiam, a gente não tinha nadinha ((ênfase)). Tinha um senhor, ele matava uns bois, então ele tirava aquelas carnes e ficava a ossada, então a gente comprava tudinho, fazia sopa, fizemos horta, os meninos vinham, meio dia tomavam a sopa, os outros chegavam e eles ficavam até de tarde, ficou uma escola de criança, né? Eu amo essa escola ((ênfase)). Depois o prefeito queria que eu doasse a escola pro município. Aí eu falei ‘mas como é que eu vou fazer com os professores que estão lá?’... ‘Ah, cada um toma seu rumo, tu não, porque tu fundaste, então tu fica lá!’... Eu – como não sei ser melhor de que ninguém – chorei, abri o berreiro, que eu não queria, que tinha as minhas colegas, como é que eu ia fazer? Ah tá, quando foi pra me tirarem de lá, só faltaram me dar porrada de lá! (...) As mesmas pessoas ((ênfase)) e outras que entraram.

PES. – Agora que a escola está estruturada, que tem apoio financeiro e tudo, né?

INF. – Pois é... Aí sabe o que eu fiz? Entreguei pro Estado.

PES. – Não é nem Regime Convênio agora?

INF. – Eu acho que não.

Pergunto, então, a dona Alice sobre o nome da escola, já que ela foi a fundadora da instituição. Ela responde que o Padre Josimo é o protetor dos assentados, dos sem-terra. Adquiriu essa condição por atuar na luta junto com esses trabalhadores na fronteira entre Pará e Maranhão. Padre Josimo foi assassinado dentro da igreja em que ministrava a missa, a mando de fazendeiros da região.

A educadora afirma que havia dois nomes que foram selecionados para a denominação: o do Padre Josimo Tavares e o do pai do Júnior do Sindicato, Raimundo Ferreira Lima, também assinado por fazendeiros na cidade São Geraldo do Araguaia, onde era sindicalista. Ambos os nomes são bastante coerentes, mas dona Alice optou pelo nome do religioso para manter a impessoalidade, já que se trataria de uma relação de parentesco com um dos envolvidos nessa denominação, o senhor Raimundo Ferreira Lima Júnior, então

presidente do sindicato em Benevides. Com relação ao topônimo da comunidade, a professora afirma que não poderia ser Taquara, pois esta planta, conhecida popularmente como *bambu* ou *taboca*, não havia nesta região.

Finalizamos nosso diálogo falando sobre a relação de dona Alice com a escola e o quanto trabalhou pela instituição, capinando, fazendo cercado, e outras atividades braçais. Além disso, frisou que é uma espécie de referência na comunidade, mesmo não conhecendo mais todas as famílias, como era quando da fundação da escola.

À Guisa de Conclusão

Não tive, com esta pesquisa, a pretensão de proceder a uma reconstrução histórica de Murinin. Entretanto, caminhar pelas ruas do bairro, lembrando, junto com minha irmã, alguns amigos e os interlocutores que colaboraram com o trabalho fez-me compreender o quão pouco sabemos sobre nosso próprio universo. Desse modo, é possível, hoje, efetivar uma etnografia em seu próprio lugar, redescobrimo-o e se redescobrimo nele, atravessados por ele e pelas vozes daqueles com quem se convive.

Tais reminiscências me fizeram refletir sobre meu próprio caminho e como os logradouros de Murinin me conduziram a ser quem eu sou. Embora crivada de outras experiências, pude perceber como sou próxima de minhas origens e o quanto trago, em meu modo de ver o mundo, do espaço muriniense e dos sujeitos que ajudaram a engendrar minha personalidade.

Afora tais questões mais metafísicas, é possível evidenciar algumas considerações acerca da toponímia local e do cosmovisão do povo que aí habita. A principal delas diz respeito à nominalização das principais vias com o nome de um dos Monteiro, mesmo tendo famílias tão ou mais antigas que eles na comunidade. Segundo falas de alguns interlocutores, isso se deu por razões políticas, ou seja, vereadores da situação até homenagearam pessoas de outras famílias, mas somente em ruas bem afastadas do centro.

Nesse sentido, Luís Felipe Miguel (2014) analisa que o regime democrático se distancia, demasiadamente, de sua acepção etimológica e dos atributos da democracia clássica grega, de quem trouxemos não somente a expressão, mas inúmeros elementos do lugar-comum pertinente a ela. Paradoxalmente, o povo não desempenha, na prática, o poder, a não ser de um modo deveras mediado.

Outra questão a ser considerada diz respeito ao fato de que os topônimos de caráter antropocultural estão em superioridade em relação às demais classificações, portanto, o que predomina na toponímia local são os antropotopônimos. Nesse particular, explicito que a toponímia do bairro manifesta-se com parcialidade, pois predominam os topônimos de linhagem familiar, mas não de quaisquer famílias, sim aquelas que possuem notoriedade na política local.

Além disso, há uma presença bastante acentuada de topônimos ligados à religiosidade como denominativos de ruas do bairro, tais como nomes de santos do corolário católico, a exemplo da Rua São José (Centro), Rua São Pedro (Itaquara) e Santa Catarina (Centro), mesmo que se refiram diretamente a moradores locais, não necessariamente à figuração do santo em si, o que denota um legado lusitano do período da colonização.

Entretanto, as taxas de natureza física, tanto na toponímia oficial quanto na oficiosa, especialmente os referentes à flora local, como por exemplo, a Rua da Oriza; aos rios que banham a localidade, a exemplo da Rua do Tacho, assinalam uma influência mútua entre o ambiente local e as pretensões do denominador como construtor de seu *habitat* e como promotor de expressão e registro do mundo social.

Já os topônimos que se referem à fauna, como, por exemplo, a Rua da Macaca, não estão diretamente relacionados a espécies de animais que integra o ecossistema do lugar, referem-se a antigos moradores, alguns que participaram da fundação da antiga vila de “Paraíso de Murinin”. Isso reforça o fato de que o homem, em todas as suas nuances, está refletido no lugar e em sua denominação.

Porém, a mudança dos topônimos dessa natureza por antropônimos, acrescido ao fato de referir-se a duas das famílias que detinham poderes políticos à época, pode sinalizar para a manutenção de uma hegemonia política e partidária, herança do pensamento colonial, cuja política de imposição da língua lusa visava o silenciamento das vozes subalternas, sabidamente indígenas e africanas, como reflexo de uma fronteira social e de privilégio de uma elite (Carboni & Maestri 2012).

É possível, pois, concluir que a história toponímica de Murinin pode dividir-se em duas fases: a primeira até 1984, quando das ações da prefeitura em denominar as vias de todo o município. Antes disso, mantinha-se bastante fechada, isolada do restante da cidade, e se caracterizava toponimicamente pela presença de designativos de ordem espacial, além da presença de moradores locais, mas de forma independente de questões político-partidárias. A

segunda fase está situada entre 1985 e o presente, percebendo-se a partir disso, a presença de antropotopônimos relacionados a arranjos políticos locais, tornando-se uma tendência a partir de então.

Há, nessa perspectiva, uma aproximação muito evidente do linguajar com um sujeito falante, que se expõe como sujeito político e social da enunciação. O *saber* e o *político* cultivam denominações que se despontavam como ato de fala (dizer é fazer, segundo Austin 1990) em uma narrativa social e, concomitantemente, como uma ação política, em que a construção do lugar de enunciação se efetiva no confronto entre *sujeitos, saberes, políticas, identidades, silenciamentos e esquecimentos* (Dijk 2012).

Particularmente, no que respeita ao *silenciamento* do aspecto étnico-cultural do negro e do indígena, constitui um artifício recorrente na Europa, transplantado às colônias, com o claro objetivo de desumanizar tais etnias, desmoralizando e anulando a legitimidade de suas instituições políticas e culturas, bem como sua memória. Há, gravada na toponímia da localidade, a evidente relação entre a eleição toponímica e a constituição da identidade do grupo primeiro a alojar-se no local, o que Fazzio (2008) denominou de *self* grupal.

O bairro conservou a reminiscência nativa, fundamentalmente a partir do designativo *Murinin*. Não obstante a isso, foram igualmente localizados *sintagmas toponímicos* mesclados à linguagem religiosa do período da colonização, o que demonstra a impressão, na toponímia local, da cosmovisão do colonizador.

Fator que chamou muito a atenção no decurso da pesquisa tange ao fato de que os moradores quase nunca são consultados quando da denominação de seus espaços sociais, o que fere os princípios da democracia em sua essência e aplicação.

Mauss (s/d), meditando acerca dos *Fenômenos Jurídicos*, argumenta que o papel da moral aumenta com a laicização da sociedade, na qual desempenha um papel mais importante que o *direito*, na medida em que este está inconsciente em nós e só se manifesta em momentos de conflito. Para ele, fenômenos jurídicos são necessariamente morais, mas o contrário não o é obrigatoriamente, entretanto sua não relação pode acumular problemas de lógica.

Organização social equivale à organização política, formadora de uma das artes do direito, compreendido como o conjunto dos costumes e das leis, constituindo, assim, a “armação da sociedade”, legitimado dentro de suas fronteiras, isto é, não extensivo a estas. Nesse sentido, o conjunto das ideias morais e jurídicas estruturam-se em *sistemas de anseios*

coletivos, cujo meio de organizar tais sistemas denomina-se *direito*, culminando na noção de fenômenos jurídicos como *fenômenos morais organizados*.

As leis são boas, por definição, o que está em conformidade com as leis é igualmente bom à vida social e o que foge a essa conformidade é ruim. Há, portanto, uma consciência individual e coletiva que norteia nossas ações sociais, fundamentada nos costumes e expressa nas usanças, mitos, fábulas e na oralidade. A isso, chamamos de *direito consuetudinário*, que não se opõe ao *direito escrito (registrado)*, já que está sempre pressuposto neste.

Nesse sentido, Hall (2000) advoga que a identidade está intimamente submergida na representatividade. A identidade cultural de uma coletividade deriva de suas narrativas orais, porquanto aciona, na fala, o sistema de ideias, crenças, valores, costumes e comportamentos dos indivíduos, baseado em suas reminiscências sociais e discursivas, ainda que produtos de uma hibridização. Isso porque a cultura, na visão de Habermas (2002), constitui-se depositária do saber.

No convívio social, os sujeitos adquirem formas de falar e de agir, o que lhes garante identidade cultural. Por conseguinte, por meio de “ações de fala”, os “saberes culturais” são engendrados e resinificados, perpetuando-se dentro das culturas, manifestando a identidade do seu povo. A linguagem propicia, portanto, a integração do indivíduo na sociedade, na medida em que o saber cultural está representado a partir das formas simbólicas da linguagem e os próprios sujeitos admitem função de evocadores dos conhecimentos relativos a essa coletividade.

As narrativas orais permitem manifestar traços identitários, que vêm embebidos de uma ideologia, manifestando faceta que o arquétipo eurocêntrico tende a ocultar. Assim, parece conveniente concluir que a identidade toponímica muriniense prossegue líquida e híbrida, pois representa uma identificação plural e polifônica, refletida em um discurso influenciado por outras culturas, especialmente eurocêntrica, mas mesclada às manifestações culturais da tradição local.

Walter Mignolo (2003) contextualiza a colonização do Novo Mundo relacionando-a à modernidade, já que implicaram, nesse processo, a efetivação de uma epistemologia europeia abstrata, que reprimiu outras práticas e percepções. Esse processo teria transformado distinções espaciais em diferenças temporais, culminando em uma geometrização e uma racionalização do espaço americano, transformando-o em uma geografia local e periférica, concebida como depositário da cosmovisão europeia, supostamente genérica. Contudo, o

autor igualmente aponta para exercícios alternativos de cosmovisões nesses territórios, já que o confronto entre Europa e América produzira uma espécie de “inter-espaço”, como uma forma de limite epistemológico.

Nesse mesmo caminho, Araripe Jr. (1978 apud Volpe 2008), crítico cearense, elaborou a tese que intitulou de “obnubilação brasílica”. Obnubilar é o termo que alude ao excesso de luz solar que ofusca a visão. Assim, Araripe Jr. utiliza essa metáfora para referir-se às imposições do espaço tropical que forçariam os ocidentais a se desfazerem de vestimentas típicas da tradição europeia para que pudessem se adaptar às temperaturas locais, elemento descrito já nas crônicas coloniais. Tal tese teria reverberado nos costumes europeus atualizados na América, a exemplo das pinturas corporais com jenipapo e urucum, além da adoção de ideias, costumes e comportamentos dos indígenas.

A obnubilação, além de ser um fato histórico, pode ser atualizada, pois constitui uma forma bastante eficaz para compreender a originalidade da cosmovisão brasileira. Com isso, é possível concluir que tal tese pode refletir vários pontos da toponímia muriniense, porquanto observamos a presença do elemento luso neste contexto, no entanto, parece haver uma tendência a imprimir e manter uma identidade toponímica bastante particular, que foge ao entendimento do iberismo como uma espécie de código civilizatório. Esse lugar de discurso permite entender a toponímia local não como uma simples reprodução da matriz colonial, mas como uma dimensão dialética desse processo colonial.

Nesse sentido, é possível evidenciar que a toponímia de Murinin apresenta uma especificidade em relação a outros locais fortemente influenciados pelo colonialismo: a presença de vários nomes de lugares com antropotopônimos femininos, o que foge à “regra” toponímica em inúmeros pontos do país. Obviamente, isso está relacionado à política local, na medida em que a família mais influente na comunidade, os “Monteiro”, empresta muitos nomes de mulheres às ruas do lugar: Amélia Monteiro, Maria Monteiro, Santa Catarina (Catarina Monteiro), etc.

Não obstante a isso, destaca-se o fato de que, mesmo apresentando tal especificidade, as ruas principais do bairro são atribuições de nomes de homens, ainda que a matriarca da família, Amélia Monteiro, à época das nomeações, ainda ser viva e bastante influente na comunidade. A despeito disso, o nome da rua principal foi atribuído a um de seus sobrinhos, Martinho Monteiro, o que evidencia a presença do patriarcalismo europeu nesse processo de denominação.

Portanto, é preciso destacar que o poder político ocultou, na toponímia de Murinin, diversas categorias sociais, especificamente *Negros*, *Indígenas* e *Mulheres*. Isso porque há uma força social na toponímia, uma representatividade de poder muito forte, o que a torna um objeto de barganha entre os sujeitos que se alternam na política local, mas que também reflete toda a força das ações de apagamento identitário a que foram submetidas as categorias supracitadas.

Após este longo percurso pelas ruas de Murinin, fico com a sensação de que ainda há muito o se discutir acerca do tema, visto que este estudo registra uma pluralidade de pensamentos sobre este bairro, o que, indubitavelmente, se expande a outros pontos da cidade. É preciso, portanto, implementar pesquisas mais abrangentes, sob perspectivas diversas, para (tentar) compreender os meandros discursivos que formaram a identidade toponímica da cidade de Benevides e do estado do Pará.

Referências

- Almeida, M. R. C. 2009. *Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.85-106.
- Andrade, K. S. 2006. *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins - Projeto ATITO*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo.
- Andrade, K. S.; & Bastiani, C. 2011. *O mito paraupava na toponímia*. Estudos da Língua(gem) Vitória da Conquista v. 9, n. 1 p. 71-89.
- Antiqueira, V. 2011. *Cada Nome uma História: Dos Nomes Geográficos de São Bernardo do Campo aos Nomes das Ruas e Vilas do Bairro de Rudge Ramos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Antunes, A. M. 2007. *A Rede Ferroviária e a Urbanização da Freguesia do Brás: Estudo Onomástico-Contrastivo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Augé, Marc. 1994. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Austin, J. L. 1990. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora: Artes Médica.
- Ballestrin, L. 2013. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- Barbosa, E. H. L. 2013. *A Hidra Cearense: Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Barbosa, F. B. C. 2013. *Agricultura Camponesa e Expansão Agrícola no Pará e Maranhão*. Pesquisa IPADES, Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES.
- Basílio, M. 1987. *Teoria Lexical*. São Paulo: Editora Atica S.A. 47 p.
- Beltran, G. A. *Franz Boas, la Antropología Profesional y la Lingüística Antropológica de México*. Disponível em file:///C:/Users/pc/Downloads/16463-21322-1-PB.pdf . Acesso em 02 de março de 2015.
- Benveniste, E. 1991. *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 3ª ed. Campinas-SP: Pontes.
- Bertucci, R. A. 2008. *O Positivismo na Teoria Descritivista de Bloomfield*. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 16 (1) 67-82.
- Borges Filho, O. 2010. *Sob o Signo de Caronte: Hotel Atlântico de João Gilberto Noll*. Anuário de Literatura, ISSN: 2175-7917, vol. 15, n. 1, 2010, p.7.

Bourdieu, P. 2006. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

Câmara Jr. J. M. 1984. *Problemas de Linguística Descritiva*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Câmara Municipal de Benevides. 2006. *Plano Diretor do Município de Benevides*. Versão em pdf. Cedida pelo presidente da Câmara.

Camilo, E. S. 2012. *Estudo da Onomástica em Anúncios Fúnebres Impressos das Cidades de Ouro Preto e Mariana-MG: Análise Da Frequência De Hipocorísticos Diante De Nomes Femininos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG.

Candau, J. 2011. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto.

Carboni, M. & Maestri, M. 2012. *A Linguagem Escravizada: Língua, História, Poder e Luta de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152 p.

Carneiro, J. P. J. 2007. *A Morada dos Wapixana: Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua-PR*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Carvalho, A. P. M. A. 2014. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Carvalho, M. A. 2010. *Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso - Mesorregião Sudeste Mato-Grossense*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Carvalho, M. A. R. 1994. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras. In Carvalho, M. A. R. 2006. *Intelectuais negros no Brasil oitocentista*. Texto apresentado no XXX Congresso da Anpocs (mimeo).

Carvalho, M. E. F. 2010. *Língua e cultura do norte de Minas: a toponímia do município de Montes Claros*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Castiglioni, A. C. *Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo*. Tese de Doutorado. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto – SP.

Catrinck, I. M. O.; & Tondineli, P. G. 2013. *A Intencionalidade nos Topônimos Presentes em Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa*. Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU.

Chiesa, C. D. & Cavedon, N. R. 2013. *Entre lugares e não-lugares: etnografia da Casa de Cultura Digital no espaço público e no ciberespaço*. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro – 07 a 11 de setembro de 2013.

Cirincione, A. 2010. *Brás, Bexiga/Bela Vista, Barra Funda: Estudo Antropotopônimo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Clifford, J. 2011. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 282 p.

Coseriu, E. 1980. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

Costa, M. M. M. 2011. *A Influência do Território na Formação da Identidade na Obra “A Hora da Estrela”, de Clarice Lispector*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Teoria Literária do Centro Universitário Campos de Andrade – UNIDRADE.

Couto, H. H. 2009. *Linguística, Ecologia e Ecolinguística: Contato de Línguas*. São Paulo: Contexto.

Curvelo, H. R. 2009. *Topônimos Maranhenses: Testemunhas de um Passado Ainda Presente*. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades. Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Curvelo-Matos, H. R. 2014. *Análise Toponímica De 81 Nomes De Bairros De São Luís/MA*. Tese de Doutorado. Programa De Pós-Graduação Em Linguística, Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza.

D’encarnação, J. 2010. *Aspectos da aculturação onomástica nos primórdios da Lusitânia*. VIIª Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse.

DaMatta, R. 1978. *O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”*. Boletim do Museu Nacional, nº 27, Rio de Janeiro: Nova Série.

DaMatta, R. 1987. *A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara. 181 p.

Dauzat, A. 1926. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave.

Deleuze, G. 2006. *A Imanência: uma vida*. Publicado originalmente em Philosophie, n.º 47, 1995, p. 3-7. Tradução de Tomaz Tadeu. In Revista Educação e Realidade. 27(2):10-18.

Dicionário de Tupi-guarani. Dados on-line disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/indiosbrasil/dicionario-tupi-guarani.php>, Acesso em: 14 de outubro de 2009.

Dick, M. V. P. A. 1980. *A Motivação Toponímica. Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*. Tese de Doutorado. Doutorado em Linguística, Universidade de São Paulo-USP, Brasil.

Dick, M. V. P. A. 1990. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Sao Paulo: Edições Arquivo do Estado de Sao Paulo.

Dick, M. V. P. A. 1994. *O léxico toponímico: alegorias e constantes semiológicas*. In: IX Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa: ANPOLL, p. 872-877.

- Dick, M. V. P. A. 2000. *A investigação linguística na onomástica brasileira*. In: Estudos de gramática portuguesa III. Frankfurt AM Main, v. III, p. 217 – 239.
- Diégues Junior, M. 1960. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- Dijk, T. A. V. 2012. *Discurso e Poder*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. 281p.
- Diniz, F. 2007. *Globalização e Resistência Cultural*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Centro Universitário de Relações Internacionais do UNIBH, Belo Horizonte.
- Doro, M. P. M. 2010. *A Onomástica do Discurso Publicitário Turístico das Estâncias Hidrominerais: Águas de São Pedro, um Estudo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Durham, E. R. 1986. *Bronislaw Malinowski: antropologia*. São Paulo: Ática.
- Fazzio, G. F. 2008. *Estudo Toponímico do Município de Promissão (SP): A Cidade e as Ruas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fernández, X. S. 2010. *Toponimia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega: Instituto da Lingua Galega. (Ensaio & Investigación). 338 p.
- Ferreira, E. A. C.; & Guzmán, D. 2012. “Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...”: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do padre João Daniel (1741-1776). IV Encontro Internacional de História Colonial, Belém.
- Filgueiras, Z. F. 2011. *A Presença Italiana em Nomes de Ruas de Belo Horizonte: Passado e Presente*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Foucault, M. 2000. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes. 422 p.
- Foucault, M. 2008. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- Frege, F. L. G. 1978. *Sobre o sentido e a referência*. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP.
- Geertz, C. 1926-1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 323p.
- Geertz, C. 2008. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura*. In: Geertz, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gilroy, P. 2001. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Glock, H. J. 1998. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 200 p.

- Guiraud, P. 1980. *A semântica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Halbwachs, M. 1990. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Halbwachs, M. 2006. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hall, S. 2003. *Da Diáspora: Identidades E Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hans-Johann, G. 1998. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 200 p.
- Lacerda, F. G. 2006. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- Laraia, R. B. 2000. *Cultura: Um conceito antropológico*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Lévi-Strauss, C. 1949. *Antropologia estrutural*. Tradução Beatriz Perrone-Moises. Disponível em <http://copyright.me/Acervo/livros/LE%CC%81VI-STRAUSS,%20Claude.%20Antropologia%20Estrutural.pdf> Acesso em 02 de março de 2015.
- Lévi-Strauss, C. 1985. *A Antropologia Estrutural*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lévi-Strauss, C. s/d. *Introdução à obra de Marcel Mauss*. Disponível em http://minhateca.com.br/euboulhosa/Documentos/Antropologia/Levi_Strauss_-_Introdu%c3*a7*c3*a3o_a_obra_de_marcel_mauss,41804008.doc# Acesso em 02 de março de 2015.
- Lévi-Strauss, C. 1980. *Aula inaugural*. In: *Desvendando máscaras sociais*. 2ª ed. Alba Zaluar Guimarães (Org.). Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Lillo, M. B. 1995. *Toponímia Pré-Hispânica e Hispânica do Sul do Chile*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Lima, E. C. 2012. *A Toponímia Africana em Minas Gerais*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lima, R. V. 2009. *Nome Próprio: Uma Abordagem para o Processamento da Linguagem Natural*. Cadernos do CNLF, VOL. XII, Nº 09. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos.
- Lopes, D. M. 2008. *São João Batista da Glória: Estudo dos Topônimos das Regiões, Microrregiões e Zona Rural*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lyons, J. 1981. *Linguagem e Lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: L.T.C. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

- Maeda, R. M. A. 2006. *A Toponímia Sul-Mato-Grossense: Um Estudo dos Nomes de Fazendas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Magalhães, S. B; Silveira, I. M.; & Santos, A. M. S. (Orgs.). 2011. *Encontros de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 560 p.
- Magnani, J. G. C. 2013. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. Coleção Antropologia Hoje. São Paulo: Ed. Terceiro Nome.
- Malinowski, B. 1978. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné malasiana*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marcuschi, L. A. 1986. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática. 94 p.
- Martínez, L. I. 2006. *La Ciencia Cognitiva Introducción y Claves para su Debate Filosófico*. Trabajo de Investigación dirigido por el Prof. Jaime Nubiola. Universidad de Navarra.
- Mauss, M. s/d. *Manual de Etnografía*. Lisboa, Pórtico. Capítulos 06, 07 e 08 (pp. 133-216).
- Mendes, L. R. G. 2009. *Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Menezes, J. M. C. 2009. *O Léxico Toponímico nos Domínios de Dona Joaquina de Pompéu*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Milani, S. E. 1995. *As Idéias Lingüísticas de Wilhelm Von Humboldt*. Texto baseado na dissertação de Mestrado. São Paulo. Disponível em https://imago.letras.ufg.br/up/156/o/MILANI_-Sebastiao-Elias.-As-ideias-linguisticas-de-Wilhelm-von-Humboldt..pdf Acesso e 02 de março de 2015.
- Mocellim, A. 2009. *Lugares, Não-Lugares, Lugares Virtuais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 6 - n. 3 janeiro-julho/2009. ISSN 1806-5023
- Moreira, H. C. 2009. *A Toponímia Paranaense na Rota dos Tropeiros: Caminhos das Missões e Estrada de Palmas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Murillo, E. P. 2008. *O Sistema Produtor do Alto Tietê: Um Estudo Toponímico*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Narváez, A. E. 2012. *Relativismo lingüístico, relativismo ontológico*. Nóesis. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, vol. 21, núm. 42, pp. 61-85, Instituto de Ciencias Sociales y Administración, Ciudad Juárez, México.

- Nascimento, F. L.; & Assunção, M. S. 2008. *Ecologia reprodutiva dos tralhotos Anableps anableps e Anableps microlepis (Pisces: Osteichthyes: Cyprinodontiformes: Anablepidae) no rio Paracauari, ilha de Marajó, Pará, Brasil*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais, Belém, v. 3, n. 3, p. 229-240.
- Neves, I. S. 2009. *A invenção do índio e as narrativas orais Tupi*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Noll, V.; & Dietrich, W. (Orgs). 2010. *O Português e o Tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Nora, P. 1993. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28.
- Nunes, F. A. 2008. *A Semente Da Colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Oliveira, C. E. 2008. *Iconicidade Toponímica na Chapada Diamantina: Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Peirano, M. 2004. *A dor da tese*. Revista ILHA - Florianópolis, v.6, n.le n.2, julho de 2004, p. 221-232.
- Pereira, H. R. 2011. *Percursos argumentativos para a contenção dos proscritos: entre muralhas textuais e margens urbanas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Pereira, N. 1952. *Negros escravos na Amazônia*. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- Pinto, S. R. 2012. *O Pensamento Social e Político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento*. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012
- Rey, A. 2007. *A terminologia entre a experiência da realidade e o comando dos signos*. In Isquierdo, A. N.; & Alves, I. M. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Vol. III. Campo Grande-MS: UFMS-Associação Editorial Humanitas.
- Rezende, F. J. 2010. *As Taxionomias Toponímicas de Natureza Física e suas Influências na Navegação Aérea: Conceitos de Dick*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ribeiro, D. 2013. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ricoeur, P. 2012. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da Unicamp. 535 p.
- Said, E. W. 2003. *Cultura e Política*. Tradução Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, pp. 29-41; 65-68.
- Salles, V. 2005. *O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão*. 3ª edição. Belém: IAP, Programa Raízes. 371 p.

Sampson, G. 1980. *Schools of linguistics Schools of linguistics Schools of linguistics*. Stanford: Stanford University Press.

Santos, C. J. B. 2008. *Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Santos, F. F. 2005. *Estudo Toponímico do Município de Barra do Garças. Microrregião do Médio Araguaia, Mato Grosso: Contribuição para o Atlas Toponímico de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Santos, M. 2006. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. 2ª reimpr. (1926-2001). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - (Coleção Milton Santos)

Sapir, E. 1969. *Linguística como ciência*. Seleção e tradução de J.M Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica.

Sartori, T. O. 2010. *Ruas da Minha Cidade: Um Estudo Hodonímico*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

Saussure, F. 1916-2006. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

Seabra, M. C. T. C. (Org.). 2006. *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.

Seabra, M. C. T. C. 2004. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais.

Segatto, A. I. 2009. *Transformação pragmática da filosofia kantiana: Habermas, leitor de Humboldt*. <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/viewFile/64830/67447> Acesso em 02 de março de 2015.

Silva, J. P. 1997. *Roteiro da Viagem do Pe. Dr. José Monteiro de Noronha pelos Rios Amazonas e Negro: O Primeiro Tratado de Geografia da Amazônia Escrito por um Brasileiro*. Rio de Janeiro: UERJ.

Silva, J. P. 2013. *Memórias Tupi em narrativas orais no rio Tajapurú – Marajó das Florestas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia, Belém.

Silva, J. Q.; & Melo, P. A. G. 2014. *Um Estudo Onomástico: O Léxico Toponímico Indígena Municipal Alagoano*. XVIII Congresso Nacional De Linguística E Filologia. Geografia Linguística. Rio De Janeiro: Cifefil.

Silva, M. B. 2010. *Benfica: Minhas Raízes*. Belém: A. C. de Almeida e Silva ME (Editorial de Livros e Jornais).

Silva, R. V. M. 2004. *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editora.

Siqueira, J. L. F. 2008. *Trilhos: O Caminho dos Sonhos (Memorial da Estrada de Ferro de Bragança)*. Bragança-PA.

Siqueira, J. L. F. 2014. *Terra da Liberdade – Benevides: História e Colonização*. Belém: Delta Gráfica e Editora Ltda.

Sousa, A. M. *Atlas toponímico da Amazônia ocidental brasileira: um projeto em andamento*. Disponível em <<http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=7&s=9&a=44>> Acesso em 08 out. 2011.

Souza Júnior, J. E. G. 2012. *Nomeação de Lugares na Língua de Sinais Brasileira: Uma Perspectiva de Toponímia por Sinais*. Dissertação de Mestrado. Progra de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.

Souza, J. C. P. 2009. *Topônimos Mineiros e o Processo de Ocupação/Exploração/Formação do Estado Nacional*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Souza, M. Q. 2012. *Lagoas de Imbituba, SC: Margens Encantadas que Contribuem para um Estudo Enotoponímico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Stocking Jr., G. W (Organização e Introdução). 2004. Boas, F. *A Formação da Antropologia Americana*. Tradução: Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora da UFRJ.

Tavares, M. 2008. *A motivação de topônimos indígenas de Mato Grosso do Sul*. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n.11/2, p. 257-275.

Tavares, M. G. C. 2008. *A Formação Territorial do Espaço Paraense*. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

Thompson, E. P. 1998. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras.

Tizio, I. L. 2009. *Santo André: A Causa Toponímica da Denominação dos seus Bairros*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tizio, I. R. 2008. *Tietê Ontem e Hoje: Preservação ou Mudança Toponímica e a Legislação do Ato de Nomear - Uma Proposta de Lei*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Vasconcelos, J. L. 1887. *Religiões da Lusitânia*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional. 502 p.

Vasconcelos, J. L. 1897. *Religiões da Lusitânia*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional. 674 p.

Velho, G. 1978. *Observando o familiar*. In: Edson Nunes (Org.). *Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Volpe, M. A. 2008. *A Teoria da Obnubilação Brasilica na História da Música Brasileira: Renato Almeida e a “Sintonia da Terra”*. Revista Música em Perspectiva. Vol I, N 01, março.

WEISS, F. G. E. 1969. *Estudos Tupis E Tupi-Guaranis*. Livraria Brasileira Editora. Rio de Janeiro. Digitalizado pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível para download no endereço: http://biblio.etnolinguistica.org/edelweiss_1969_estudos

Whorf, B. L. 1940. *Ciencia y lingüística*. In Whorf, B. L. 1971. *Lenguaje, pensamiento y realidad*. Barcelona, Barral.

Whorf, B. L. 1942. *Language, Mind, And Reality*. Reprinted by permission of the Theosophical Society from The Theosophist (Madras, India), January and April issues, 1942. Disponível em http://www.biolingagem.com/ling_cog_cult/whorf_1942_language_mind_reality.pdf Acesso em 02 de março de 2015.

Zamariano, M. 2006. *Toponímia Paranaense do Período Histórico de 1648 a 1853*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Zamariano, M. 2010. *Estudo Toponímico no Espaço Geográfico das Mesorregiões Paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Zanini, M. C. C. 2006. *Totemismo Revisitado: Perguntas Distintas, Distintas Abordagens*. Revista Habitus. Goiânia, v. 4, n.1, p. 513-533.